

As ONGs e a política de atendimento à criança e ao adolescente na cidade do Rio de Janeiro: da mobilização dos anos 80 à intervenção dos anos 90

ELAINE MONTEIRO

Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Curso de Doutorado em Serviço Social, Política Social e Cidadania.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Leilah Landim
Co-Orientador: Prof. Dr. Eduardo M. Vasconcelos

Rio de Janeiro

2000

Dedico esta tese aos trabalhadores sociais que ousam continuar lutando por uma mudança paradigmática no tratamento dado às crianças e aos adolescentes excluídos em nossa sociedade.

AGRADECIMENTOS

À Professora Leilah Landim, pelo compromisso ético-profissional com a produção de conhecimento sobre o campo das ONGs e pela forma respeitosa como me orientou.

Ao Professor Eduardo Vasconcelos, pela solidariedade e pela paciência no caminho que juntos percorremos no processo de co-orientação desta tese.

À Professora Miriam Lins e Barros, por ter me recebido, acolhido e ensinado na Escola de Serviço Social. Seu *saber antropológico* me ajudou a compreender e aproveitar, da forma que pude, as vantagens e desvantagens em ser *estrangeira*.

Àqueles (as) que, mais do que simples colegas de curso, tornaram-se *amigos de vida* e, em momentos específicos, companheiros de caminhada: Gabriela Lema Icassuriaga, Marcelo Brás, Rodriane Oliveira, Josiane, Maurílio Matos, Renato Veloso, William Castilho e Jaerson Lucas Bezerra.

E por falar em vida, à Professora Maria Inês de Souza Bravo, com quem aprendi a compartilhá-la.

Aos professores e a todos os meus alunos do Departamento de Educação Matemática da Universidade Federal Fluminense, em Santo Antônio de Pádua, por terem apostado em mim, torcido muito e colaborado para que este trabalho fosse realizado; especialmente à Professora Tânia Vasconcellos, pela colaboração e pela amizade.

A todos os profissionais que entrevistei para a elaboração desse trabalho, pela disponibilidade e pelo estímulo, especialmente, ao Carlos Bezerra, ao Antônio César Marques e a Tiana Sento Sé, pela possibilidade de retomada de uma relação entre ONGs que restabeleça, na esfera ético-política, a cumplicidade e o compromisso coletivo pela defesa de uma mesma causa.

Aos profissionais do Projeto *Se essa rua fosse minha*; os do tempo em que lá estive, pelo intenso aprendizado coletivo, e os que hoje lá estão, pelo resistente trabalho.

Aos meus pais, Joaquim Monteiro e Maria de Lourdes Monteiro, pelo apoio incondicional e intransferível que sempre souberam me dar.

À Conceição e Humberto, pelo carinho.

Ao Júnior e a Carol, pela paciência e pela carinhosa compreensão em todos os momentos que não pude compartilhar por estar ocupada com este trabalho. E por terem me deixado vencer tantas *quedas de braço* na disputa pelo computador.

Ao Luiz Antônio, pela cumplicidade e pela coragem de enfrentar o desafio da união nas diferenças.

Ao CNPq, pelo apoio financeiro concedido para que este trabalho fosse realizado.

Resumo

Este trabalho procura identificar as transformações ocorridas no papel das organizações não governamentais que trabalham com crianças e adolescentes na cidade do Rio de Janeiro entre as décadas de 80 e 90 e analisar as implicações de tais transformações na política de atendimento a esta camada da população e no trabalho interventivo hoje realizado junto à mesma pelas ONGs em nossa sociedade.

A identificação das transformações ocorridas foi feita pela análise documental e, sobretudo, pela análise das entrevistas realizadas com profissionais que desempenharam importante papel de mobilização e articulação da sociedade civil, na década de 80, pela mudança paradigmática no tratamento dado pela sociedade às crianças e aos adolescentes brasileiros e que, posteriormente, envolveram-se no trabalho interventivo junto a esse grupo, procurando garantir os direitos conquistados no *Estatuto da Criança e do Adolescente*.

A partir da identificação do perfil de atuação das ONGs na área da criança e adolescente nas duas décadas, procura-se analisar o papel dessas organizações no cenário atual e as questões a elas relacionadas, como a relação com o Estado, principalmente no que tange às parcerias, o desafio da construção de uma esfera pública na sociedade brasileira, e a efetiva garantia de direitos a crianças e adolescentes que vivem uma situação de exclusão social por meio de ações interventivas.

O estudo realizado pretende, a partir das ONGs que atuam na área da criança e do adolescente, contribuir para uma maior compreensão do papel dessas organizações em nossa sociedade ou, melhor dizendo, *dos papéis*, uma vez que, como os tempos em que vivemos, a partir das opções ético-políticas que se faz frente à sociedade, eles podem ser muitos, bastante diferenciados uns dos outros e complexos.

O fato de se ter tentando reconstituir a trajetória dessas organizações *por dentro*, quer dizer, a partir dos profissionais que a fizeram, da mobilização da década de 80 à intervenção da década de 90, pode contribuir também para elucidar as dificuldades existentes no desenvolvimento de ações interventivas junto às crianças e adolescentes que vivem uma situação-limite em nossa sociedade, *os meninos e meninas de rua*.

Explicitar o significado e os impasses das ações desenvolvidas nesta situação-limite pode, na concepção deste estudo, contribuir também para a atuação junto à infância e adolescência de forma mais ampla em nosso país, uma vez que mais do que *de rua*, estamos falando de meninos e meninas *pobres* e das implicações da pobreza e da exclusão social nas vidas de seres humanos em processo de desenvolvimento.

ABSTRACT

This work aims at identifying the changes in the role played by non-governmental organizations that work with children and adolescents in the city of Rio de Janeiro. The time frame is built between the 80's and the 90's. Analysis of the implications of those changes in the policies targeted to this population age group, as well as in the work developed with it by *ngos* in our society are made.

The identification of those changes were made by document analysis and, mainly, by the analysis of the interviews made with professionals that played an important role in the mobilization and articulation of civil society, in the 80's, for the paradigmatic change in the way Brazilian society treats its children and adolescents. In the 90's, those professionals were directly involved in the work with this age group in order to guarantee the rights established in the new legislation in the country, the *Children and Adolescents' Statute* (Law 8069/1990).

From the identification of the profile of *ngos* that work with children and adolescents in both decades, the work tries to analyze the role of these organizations nowadays and the issues related to them, such as: the relationship with the state, mainly as far as the partnerships are concerned, the challenge of building a public sphere in Brazilian society, and the effective guarantee of rights for children and adolescents who live in a situation of social exclusion.

Thus, this study intends, from the perspective of the *ngos* that work with children and adolescents, to collaborate for a better understanding of the role these organizations play in our society. Perhaps we should say the *roles*, due to the fact that, as the times we live, they may have several roles, completely different from each other, and quite complex in relation to each other, to the state and to society in general; they will vary according to the ethical-political options these organizations make in relation to society.

The attempt to build the history of those organizations from *inside*, it means, from the professionals who made it, since the mobilization in the 80's up to the social intervention in the 90's, may also help to clarify the difficulties faced in the development of the work with children and adolescents who live a *limit-situation* in our society: *street kids*.

The explanation of the meaning of such work and its problems may, in the conception of this study, also collaborate with the work developed with children and adolescents in general in this country. More than *street kids*, we are talking about *poor boys and girls* and facing the consequences of poverty and social exclusion in the lives of human beings who are in a process of development.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

CAPÍTULO I – A SOCIEDADE CIVIL COMO ESPERANÇA NESSES “NOVOS TEMPOS”

1 – Desses “novos tempos”

- 1.1 - A sociedade civil como alternativa a alguns impasses trazidos por esses “novos tempos”
- 1.2 - ONGs: novos atores no âmbito da sociedade civil brasileira

CAPÍTULO II – AÇÕES QUE CONVERGEM EM MOVIMENTO / MOVIMENTO QUE DIVERGE EM AÇÕES

2 – ONGs, crianças e adolescentes

- 2.1 - O conhecimento tácito do sub-campo das ONGs que trabalham crianças e adolescentes
- 2.2 – Década de 80: ações que constituem um movimento
- 2.3 – A articulação do *Movimento* na cidade do Rio de Janeiro
- 2.4 - As primeiras ações desenvolvidas no espaço da rua
- 2.5 - Rupturas no *Movimento*
- 2.6 - Década de 90: a(s) casa(s) como espaço de trabalho e o desafio das ações interventivas

CAPÍTULO III - *TOMAMOS PARA A GENTE A RESPONSABILIDADE, MAS NÃO TIVEMOS FORÇA PARA SEGURAR O BALAIO*

3 – Tomamos para a gente a responsabilidade, mas não tivemos força para segurar o balaio

- 3.1 - ONGs e Estado: uma complexa relação
 - 3.1.1 - Criação de uma esfera pública na sociedade: o grande desafio
 - 3.1.2 - Alguns limites nas parcerias: dependência econômica, cooptação de lideranças e legitimação das ações
 - 3.1.3 - As parcerias necessárias: complexidade do trabalho com “clientelas especiais” e serviços sociais de massa
 - 3.1.4 - *ONGs e ONGs*: o que faz a diferença?
- 3.2 - Os impasses colocados às ações interventivas junto a crianças e adolescentes em situação de rua

IV - CONSIDERAÇÕES FINAIS

V - BIBLIOGRAFIA

LISTA DE SIGLAS

- ASSEAF – Associação dos ex-alunos da FUNABEM
- CDDH BR – Centro de Defesa dos Direitos Humanos Bento Rubião
- CEAP – Centro de Articulação das populações marginalizadas
- CEBES – Conselho de Entidades de Bem-Estar Social do Rio de Janeiro
- CEBRAP – Centro Brasileiro de Análise e Planejamento
- CEDCA – Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente
- CEDI – Centro Ecumênico de Documentação e Informação
- CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
- CMI – Conselho Mundial de Igrejas
- CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
- ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
- ECO – 92 – Conferência Mundial do Meio Ambiente, ocorrida em 1992, na cidade do Rio de Janeiro
- FAMERJ- Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro
- FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
- FÓRUM DCA – Fórum Nacional Permanente de Entidades Não-Governamentais em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente
- FUNABEM – Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor
- IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
- IBISS – Instituto Brasileiro de Inovação em Saúde Social
- IBRADES – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento
- IDAC – Instituto de Ação Cultural
- ISER – Instituto de Estudos da Religião
- LBA – Legião Brasileira de Assistência
- MNMMR – Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua
- NOVA – Assessoria, Pesquisa e Avaliação em Educação
- ONG – Organização não governamental

SAM – Serviço de Assistência ao Menor

SAMDU – Serviço de Assistência Médica e Domiciliar de Urgência

SERFM – Se essa rua fosse minha

SMDS – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social

*O pivete pode surgir de todas as esquinas - mas a palavra original, **pebete**, surge na Espanha, onde significa graciosamente o fio inflamável que leva o fogo à bomba. Em língua portuguesa, o pivete também é um estopim: explosão de um paradoxo que associa à infância a sombra de um ladrão, de um assassino. Mas o pivete é essencialmente criança: criança esperta, como define nosso dicionário mais popular, o mesmo que afirma ser pixote palavra originada do chinês (língua na qual significa “não sei”), e que se refere àquele que joga mal, à pessoa inexperiente. (...) Para entender o pivete, no entanto, é preciso mais do que entender as palavras. Não se deve, sobretudo, **atualizar** o pivete - e, desse modo, atualizar a miséria, - pois que esse problema do abandono já pertence a uma instância muito antiga. Evaporação da inocência, perda da sensibilidade, o pivete é a imagem seminal do destino: ali tudo começa e, de certo modo, tudo termina. Não é mais uma criança levada, travessa - mas uma pequena história sobre a qual já paira uma sentença; reação mais violenta que a do castigo. Pois sozinho, sem o amor de ninguém, o pivete tem o abandono de todos. Diz que mendiga para levar dinheiro para casa, quando não sabe onde mora;*

experimenta de tudo, a droga e o sexo, pois o mundo, assim como ele, também não tem idade: é um avesso casual onde nasceu...
(Felipe Fortuna, Jornal do Brasil, Caderno B, 20/09/87).

INTRODUÇÃO:

*Mas ainda encontramos os decaídos **besprizornie**¹ sem nome. Durante o dia são vistos, o mais das vezes, sozinhos; cada qual segue sua própria trilha de guerra. À noite, porém, juntam-se em bandos defronte de fachadas muito luminosas de cinemas, e conta-se aos forasteiros que não é bom encontrar tais bandos ao retornar para casa por caminhos ermos. Para entender esses seres completamente embrutecidos, desconfiados, amargurados, ao educador só resta ir para rua em pessoa. (...) Naturalmente métodos pedagógicos tradicionais não poderiam dar certo com essas hordas de crianças (Benjamin, 1987).*

A abertura de novas possibilidades para o tratamento dado a crianças e adolescentes, para a construção de um novo olhar na sociedade sobre os mesmos e para a criação de políticas públicas voltadas para eles enquanto tais, em suas especificidades e não mais como *menores*, encontra-se naquela que foi considerado a *década perdida* em termos de desenvolvimento econômico no Brasil. Na década de oitenta, o país viveu avanços políticos e institucionais rumo ao estado democrático de direito. Nela vamos identificar embates e conflitos abrindo caminho para novas possibilidades. Datam deste período o *Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua*, o *Movimento em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente*, o *Fórum Nacional Permanente de Entidades Não-governamentais em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente* (Fórum DCA) e, finalmente, ao final da década, a aprovação do *Estatuto da Criança e do Adolescente* como a grande conquista desses movimentos.

¹N.T.: *Meninos de rua*; literalmente, “desvalidos”.

O movimento em defesa das crianças e adolescentes faz parte de um conjunto de movimentos sociais que tiveram importante papel no processo de transição democrática do país, chegou ao final da década com um significativo saldo de conquistas e realizações e com uma organização ampla e capilar em todo o país.

A história da criança e do adolescente no Brasil foi, então, redimensionada, com a mobilização da sociedade civil pela aprovação do *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Redimensionar essa história pode não significar mudá-la de imediato, uma vez que a mudança na forma como uma sociedade se relaciona com suas crianças e adolescentes não depende única e exclusivamente da promulgação de uma lei. Essa lei, entretanto, significou uma conquista da sociedade civil e determinou mudanças efetivas nas *regras do jogo* do tratamento dado por toda a sociedade às crianças e aos adolescentes brasileiros, assim como criou mecanismos para que essas mudanças fossem asseguradas. Sua incorporação por toda a sociedade certamente não se faz de maneira homogênea, mas o fato é que o tratamento dado pela sociedade à criança e ao adolescente no Brasil tem uma história e que, na década de oitenta, acontecimentos históricos fizeram com que a sociedade civil se mobilizasse por uma mudança efetiva nesse tratamento, o que implica em mudanças na própria forma como a sociedade vê essas crianças e adolescentes e se relaciona com eles.

Aprovado o *Estatuto da Criança e do Adolescente*, essa mesma sociedade civil ocupou-se em ampliar o desenvolvimento de ações junto às crianças e aos adolescentes que inaugurassem as tais mudanças. Estas ações, desenvolvidas principalmente por organizações não-governamentais, centraram-se, sobretudo, naqueles que sempre foram emblemas da exclusão social no país e a quem a legislação anterior imputava penas em

instituições altamente repressoras: os *menores de rua*, *pivetes*, *trombadinhas*, decantados *capitães da areia* e *pixotes*.

A relevância desse tipo de trabalho justifica-se, na prática do mesmo, pela tênue linha divisória que separa as crianças e adolescentes que perambulam pelas ruas das cidades das crianças e adolescentes que habitam comunidades e bairros pobres da periferia dos grandes centros urbanos. Existe, no trabalho direto junto a esses grupos, questões específicas de cada um deles, mas há também questões gerais, que dizem respeito à criação de condições para o enfrentamento do crescente processo de exclusão social a que crianças e adolescentes estão expostos e às implicações desta exposição no desenvolvimento bio-psíquico-social dos mesmos. Afinal, como bem delimitou um projeto desenvolvido por quatro organizações na cidade do Rio de Janeiro:

A caracterização de quem é o (a) menino (a) de rua é complexa e delicada. Quase sempre negro e mulato, maltrapilho e de aspecto sujo, “short” rasgado e desbotado, descalço ou calçando chinelos recobertos de lama e poeira. Seria esse o perfil básico e identificador do menino de rua? Mas não são essas as características das incontáveis crianças/adolescentes que encontramos quando entramos em uma favela, em um conjunto habitacional popular ou em um bairro periférico? Aliás, não seria esse o perfil de grande parte da população infanto-juvenil brasileira? (...)

Assim, quando falamos em “meninos(as) de rua”, devemos ter claro que estamos nos referindo a uma possível interseção entre essa população infanto-juvenil pauperizada e a rua. Portanto estamos falando sobre uma parcela dessa população pobre que construiu no seu cotidiano formas de inserção nesse espaço. E como se trata de pessoas, com suas peculiaridades e níveis diferenciados de carência, esse “estar na rua” possui vários significados e possibilidades. Somente poucos não possuem efetivamente referências de família, domicílio ou escola, sendo, como se costumou chamar no senso comum, “abandonada”. Porém, a distância, os custos financeiros do deslocamento, e conforme vimos nos dados do IBGE, a indiferenciação de condições de salubridade e saneamento, fazem com que essas crianças permaneçam cada vez mais tempo nas ruas, retornando esporadicamente para casa. (Marco de referência, Projeto “Se essa rua fosse minha”, IBASE-IDAC-ISER-FASE, 1994.)

Sabemos que quando falamos em crianças e adolescentes e no desenvolvimento de qualquer ação junto aos mesmos estamos falando no desenvolvimento de ações em diversas áreas, entre elas podemos ressaltar a educação e a assistência social. O propósito das inúmeras iniciativas que começaram a ocorrer parecia ser o de desenvolvimento de ações pequenas e exemplares, que influenciassem mudanças no sistema de atendimento então existente. O desenvolvimento de uma metodologia de trabalho que partisse da realidade do/a menino/a, que olhasse para ele/a como ele/a é e que garantisse seus direitos parecia ser o alvo dessas ações.

Implementando tais ações, entram em cena os combativos educadores sociais², que ganhavam as ruas, enfrentavam a polícia, cuidavam do/a menino/a, lhe informavam sobre seus direitos e cumpriam um papel político junto à população em geral, mostrando-lhe, pelas atividades desenvolvidas no próprio espaço da rua, que aqueles/as eram crianças e adolescentes e não um *bando*, uma *corja*, que se constituía em uma *ameaça à sociedade*, como assim designava o senso comum. Como afirmaram Silva e Milito (1995): *Na rua esses educadores não só educam meninos, mas, sobretudo, civilizam transeuntes.*

Na cidade do Rio de Janeiro, os educadores passaram a se tornar referência em determinados pontos que concentravam um grande número de crianças e de adolescentes. Eles foram, aos poucos, tornando-se referência de trabalho com esse grupo junto ao Juizado da Infância e Juventude, à Secretaria Municipal de Desenvolvimento

² Graciani nos esclarece que:

A denominação Educador Social de Rua se justifica ao entrarmos em contato com a gama de responsabilidades confiada a esses profissionais: a ação pedagógica no interior da vida das crianças e adolescentes que apresentam dificuldades quanto à inserção social; a ação comunitária, mediante a promoção de eventos e atividades de sensibilização e informação junto às famílias, às escolas e à sociedade sobre os direitos das crianças e a ação jurídico-institucional, pelo contato direto com outras instituições sociais organizadas,

Social, a setores da sociedade civil, fazendo a mediação entre meninos/meninas e as instituições que poderiam prestar-lhes algum tipo de atendimento. Sua mobilização política continuou, por meio de sua participação como representantes das organizações em que trabalhavam nos espaços de controle social então estabelecidos pelo *Estatuto da Criança e do Adolescente* (Art. 88) para a criação de uma política de atendimento à criança e ao adolescente, tais como os Conselhos Estadual e Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente.

Assim, a cidade do Rio de Janeiro já passou por mais de uma década de esforços no sentido de se criar uma política voltada para crianças e adolescentes. Entre este segmento da população, pode-se observar que as ações pioneiras se voltam para aquelas crianças e adolescentes considerados como emblema mais significativo da exclusão social, aqueles que vivem em *situação de rua*³. Da mobilização e articulação da sociedade civil em torno do *Estatuto da Criança e do Adolescente*, passou-se progressivamente à intervenção direta.

governamentais ou não, que darão suporte e retaguarda para futuras ações, após o processo de desrualização se consolidar. (Graciani, 1997).

³ A expressão, que usaremos de agora em diante neste trabalho, procura sinalizar, em contraponto à genérica denominação de “menino de rua”, que há diferentes formas de inserção de crianças e adolescentes no espaço da rua, como nos esclarece o marco de referência do projeto “Se essa rua fosse minha”, desenvolvido por quatro organizações não-governamentais:

Existem várias possibilidades, de forma e de tempo, de utilizar a rua. Ficando somente uma parte do dia, ou o dia todo, ou indo de três em três dias para casa, ou só no final de semana, ou não tendo casa. Vendendo chicletes, engraxando sapatos, se envolvendo em atividades ilícitas. Portanto, podemos falar tanto em crianças/adolescentes NAS ruas como em crianças/adolescentes DE rua.

Mesmo assim, tendo claro que esta característica comum, estar na rua, não apaga as diferenças e as necessidades específicas de cada um. Por mais que, numa abordagem teórica ou política, utilizemos adjetivos globalizantes, não podemos esquecer que estamos falando de indivíduos que possuem suas particularidades e se posicionam de formas variadas frente às possibilidades que a rua oferece. (Projeto “Se essa rua fosse minha”, FASE-IBASE-IDAC-ISER, 1994.).

O trabalho interventivo cresceu, apresentava novas demandas, foi questionado pela sociedade em geral e pela *mídia*, como o que ocorreu à época da *Chacina da Candelária*⁴, no Rio de Janeiro, em julho de 1993, quando o trabalho com o menino **na rua** foi altamente questionado, uma vez que *lugar de menino não é na rua, mas em casa e na escola*. Criaram-se casas-dia, casas de acolhida, abrigos, não apenas como resposta a esses questionamentos, mas também por reivindicação das próprias organizações que atuavam diretamente nas ruas, uma vez que viam a necessidade de criação de novos espaços para o aprofundamento do trabalho, como resposta às demandas dos próprios meninos e meninas, além do fato da criação de um sistema de atendimento no âmbito do município ser uma exigência do ECA (Art. 88).

A *Chacina* trouxe profundas transformações às ações interventivas. Além das fortes críticas veiculadas na *mídia*⁵, o problema das *crianças de rua* no Brasil teve repercussão internacional e muitas agências passaram a investir em trabalhos que fossem desenvolvidos *fora das ruas*, como as casas-dia e as casas de acolhida.

As inúmeras rupturas no atendimento à criança e ao adolescente na rua e as mudanças ocorridas na política de atendimento após a *Chacina* também podem evidenciar o fato de que, à época em que ela ocorreu, o caráter interventivo das ONGs talvez já sobrepujasse seu caráter de mobilização e de articulação na sociedade, uma vez que elas foram atacadas indistintamente e tiveram dificuldade em responder

⁴ Assassinato de oito meninos que dormiam em pleno centro empresarial da cidade do Rio de Janeiro, ao lado da Igreja da Candelária, em 23 de julho de 1993, período de franca atuação de projetos desenvolvidos por organizações não governamentais nas ruas da cidade, inclusive na área da Candelária.

⁵O jornal *O Globo* de 15 de agosto de 1993, menos de um mês após a Chacina da Candelária, traz duas páginas inteiras sobre as ongs que trabalham com crianças e adolescentes **na rua** e os polêmicos “educadores de rua”. O título da matéria é **Miséria do menor vira mercado de trabalho** e os sugestivos subtítulos são: *Os “educadores de rua” se multiplicam no Rio e pensam até em regulamentar a “profissão”*; *Candidatos vêm de todas as profissões*; *Uma radiografia das ongs que trabalham com menores de rua no Rio* (Em cuja matéria colocam o ano de fundação das ongs, o número de crianças e

articuladamente ao ataque. Algumas delas tiveram, inclusive, seu trabalho inviabilizado após a Chacina.

A transformação do perfil de atuação das ONGs, da mobilização e articulação dos anos 80 para a intervenção dos anos 90, primeiramente nas ruas e depois em casas, encontra então características específicas, locais, seguindo também o processo de descentralização dos serviços prestados pelo Estado. A mobilização dos anos 80, na área da criança e do adolescente, tinha dimensão nacional, como se evidenciou pelos movimentos anteriormente citados. Nos anos 90, os diversos atores que participaram daqueles movimentos estavam completamente envolvidos em ações locais, como a criação dos Conselhos Estaduais e Municipais da Criança e do Adolescente e dos Conselhos Tutelares. Esse envolvimento também criou, no interior dos próprios Conselhos, espaços de interlocução com o Estado e modificou as relações da sociedade civil com o mesmo.

As ONGs, pelas próprias exigências do trabalho interventivo junto a essa população, seja no que se refere à necessidade de obterem financiamentos, seja pela ausência de profissionais qualificados para o trabalho no âmbito do Estado, seja por apostarem em novos modelos para a criação de políticas públicas, vão, aos poucos, tornando-se parceiras do Estado na execução da política de atendimento à criança e ao adolescente e seu papel de mobilização e articulação da população por uma efetiva política de atendimento vai dando lugar a um papel interventivo cada vez maior na sociedade.

Não se trata aqui de afirmar que mobilização e articulação sejam incompatíveis com intervenção, o que ocorre é que passada a mobilização em torno do *Estatuto* e

adolescentes atendidos, a verba anual, o número de funcionários e o salário médio do “educador de rua”);

passada mais de uma década de desenvolvimento de trabalhos interventivos, o que se observa é que a mobilização em torno da própria intervenção ocorre de forma bastante diferenciada e tem tido dificuldades em garantir a articulação de políticas públicas que implementem a Doutrina de Proteção Integral à criança e ao adolescente. Afinal, como bem apontam Brant de Carvalho e Pereira, um dos grandes avanços do ECA está no estabelecimento da Doutrina de Proteção Integral, o que implica a criação de uma política que articule as diversas áreas:

A nova lei proposta, Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) - escrita por muitas mãos de trabalhadores sociais e juristas comprometidos - embasou-se no que se denomina Doutrina de Proteção Integral, inscrevendo em nível de lei, normas de defesa e desenvolvimento integral de todas as crianças e adolescentes brasileiras.

O ECA representa assim um salto qualitativo não apenas pelo modo de conceber a criança, mas pela proposta abrangente de ação que faz, pelo reordenamento político institucional proposto e, especialmente, porque envolve a sociedade civil na discussão, decisão e controle das políticas de atenção à criança e ao adolescente.

Em decorrência da lei (ECA), a educação, a saúde, a cultura, a assistência social e a proteção especial tornam-se temas e bandeiras de luta de segmentos mais amplos alterando o comportamento corporativo e fechado das políticas setoriais. (Brant de Carvalho e Pereira, 1993).

No trabalho direto, a prática do trabalho junto a essas crianças e adolescentes constitui-se em um constante desafio, coloca aos profissionais que nela estão envolvidos inúmeras questões que extrapolam o âmbito do trabalho cotidiano. Obviamente, não se trata de considerar essas crianças e jovens como *desvalidos, desprovidos de tudo* e desenvolver trabalhos do tipo compensatório, como era feito anteriormente. Essa talvez se constitua na principal condição para a mudança de paradigma do tipo de trabalho desenvolvido. Por outro lado, mudar efetivamente o paradigma significa olhar esse

grupo exatamente como ele é e aqui não se pode desconsiderar que se trata de crianças, adolescentes e jovens que geralmente vivem sérios problemas familiares, que foram excluídos do sistema formal de ensino, que usam drogas, que cometem atos infracionais, etc. Essas características colocam determinadas exigências ao trabalho interventivo, como a qualificação profissional para o desenvolvimento das ações, os recursos materiais para a execução do trabalho e a necessidade da reflexão constante sobre ele, se o que se espera é realmente criar um tipo de trabalho diferente do que era desenvolvido sob a vigência do antigo *Código de Menores*.

Tais exigências implicam, entre outras coisas, em financiamento. Além disso, o tempo para o desenvolvimento do trabalho possui características próprias ao trabalho em si, trata-se de um tempo diferenciado do tempo dos financiadores, os quais também foram se modificando ao longo dos anos. Se, no início do trabalho desenvolvido pelas ongs, os financiamentos vinham de agências internacionais que tinham uma certa afinidade política e ideológica com o tipo de trabalho que era aqui desenvolvido e, portanto, uma melhor compreensão da dinâmica do próprio trabalho, eles migram, nos anos 90, sobretudo para os países do Leste Europeu. As ONGs começam então a se mobilizar para a obtenção de outras fontes de financiamento, como empresas e o próprio Estado. Além das características diferenciadas destes financiadores, como a expectativa de resultados imediatos das ações desenvolvidas, que não são nada fáceis de se encontrar junto ao público-alvo das ações, as ONGs começam a disputar financiamentos locais, o que talvez tenha acabado por distanciá-las umas das outras.

O enfrentamento das dificuldades junto ao financiamento das ações interventivas é um exemplo significativo da necessidade de mobilização e de articulação das organizações que as desenvolvem. Apesar do senso comum julgar que *qualquer coisa é*

melhor do que a rua, ou seja, que dar casa e comida a essas crianças e adolescentes basta, a prática de trabalho demonstra que isso não é verdade; que, ao contrário, por suas próprias características, o trabalho exige muito mais do que isso. É exatamente pelas ausências vividas em todos os níveis, material, afetivo, etc., que esse grupo necessita, por exemplo, de profissionais qualificados para o enfrentamento das dificuldades cotidianas. Vale lembrar também que a rua possui, além de seus perigos e dificuldades, muitos atrativos e que querer desenvolver qualquer tipo de trabalho junto a essas crianças, adolescentes e jovens oferecendo apenas o essencial à sua sobrevivência, longe dos perigos da rua, não basta.

Quando eles/elas deixam suas casas e vão para as ruas, não é qualquer rua que as atrai, mas a rua dos negócios, dos turistas, do comércio, dos restaurantes, das lojas, enfim, eles(as) sabem exatamente o que significa *comer bem, se vestir bem, passear*, etc., de acordo com os padrões de consumo estabelecidos na sociedade. Apesar da sociedade de consumo os excluir, o *jeitinho brasileiro* ou faz com que algumas migalhas da boa comida caiam em seus pratos/*quentinhas* ou faz com que eventualmente, por vias diversas, eles(as) possam escamotear as regras socialmente estabelecidas e se dar ao luxo dos prazeres da sociedade de consumo. Por isso, manter esses meninos e meninas fora das ruas sem oferecer-lhes a possibilidade de se vestirem com dignidade, do lazer, do bom estudo, etc., soa como uma espécie de *conto do vigário*. Mesmo que as instituições afirmem fazer esse ou aquele tipo de trabalho, sabe-se que se ele é feito com poucos recursos e que tem limites sérios; um deles é certamente o da continuidade, uma vez que eles/as não se submetem a qualquer coisa em quaisquer condições.

Caberia então às organizações que efetivamente trabalham com essas crianças e adolescentes a sistematização de suas ações, a reflexão coletiva sobre elas e a articulação para fundamentar as necessidades, principalmente de financiamentos, que viabilizem o trabalho junto a seu público-alvo, ao invés de terem que isoladamente *engolir* os poucos recursos destinados às ações interventivas designados pela lógica dos financiamentos locais e do senso comum.

Aqui cabe um parêntese para uma importante observação de Marshall (1967) sobre os direitos das crianças. O autor lembra-nos que as crianças, por definição, não podem ser cidadãos, mas que se equivocam aqueles que afirmam que falar em direitos das crianças à educação e à proteção contra os excessos no trabalho não altera o *status* de cidadania, uma vez que:

A educação das crianças está diretamente relacionada com a cidadania, e, quando o Estado garante que todas as crianças serão educadas, este tem em mente, sem sombra de dúvida, as exigências e a natureza da cidadania. Está tentando estimular o desenvolvimento do cidadão em formação. O direito à educação é um direito social de cidadania genuíno porque o objetivo da educação durante a infância é moldar o adulto em perspectiva. Basicamente, deveria ser considerado não como o direito da criança freqüentar a escola, mas como direito do cidadão adulto ter sido educado. (Marshall, 1967, grifos meus).

Vale observar a pertinência da concepção da criança portadora do direito à educação como um direito social de cidadania genuíno relacionado ao direito do cidadão adulto ter sido educado. Ou seja, o direito à educação não é um direito social que começa e termina na criança; ele é, isto sim, um direito do cidadão adulto ter sido formado para o exercício da cidadania.

Quando falamos de mudanças na política de atendimento a criança e ao adolescente, temos então que contemplar tanto as *ações prospectivas*, ou seja, aquelas

que queremos e que entendemos como adequadas às crianças e adolescentes em nossa sociedade, de acordo com os preceitos e as conquistas da nova legislação, assim como as *ações retrospectivas*, quer dizer, aquelas voltadas, sobretudo para os jovens ou até mesmo para os adultos que não tiveram essas conquistas asseguradas, sem falar naquelas crianças que ainda hoje não as têm, no momento adequado de suas vidas.

Seguindo o pensamento de Marshall, em relação ao que aqui estou denominando de *ações retrospectivas*, podemos constatar que a sociedade tem uma enorme dívida a ser paga com aqueles que não tiveram seus direitos de cidadãos garantidos no momento adequado de suas vidas e que isto pode implicar em um custo muito maior dos serviços prestados, decorrente das conseqüências desses indivíduos não terem tido determinados direitos assegurados no devido momento de seu desenvolvimento bio-psico-social.

Pensar naqueles dois níveis de ação implica em pensar na complexidade das mesmas, principalmente daquele segundo grupo de ações cujas execuções, pelas demandas nelas implicadas, passam necessariamente pela mobilização e pela articulação daqueles que as desenvolvem. Muitas foram as casas-dia e casas de acolhida quebradas, apedrejadas por meninos e meninas que as freqüentavam, por exemplo. Educadores atônitos procuravam compreender o que se passava com essas crianças, adolescentes e jovens que, de uma hora para outra, podiam agredi-los. Tendo que obedecer a normas institucionais, restava-lhes, na maioria das vezes, *suspender* ou *expulsar* meninos e meninas, práticas que se tornaram freqüentes em muitos projetos e que expressavam contradições e conflitos inerentes ao exercício da nova profissão. Os motivos pelos quais os meninos e meninas manifestavam aquele comportamento em instituições de novo tipo permanecem, ainda nos dias de hoje, obscuros.

Por não terem condições de trabalhar tais problemas, o que se expressa pela falta de conhecimento produzido sobre esse tipo de trabalho e a conseqüente falta de formação profissional, de apoio técnico e de supervisão, esses educadores, que em princípio deveriam trabalhar com crianças e adolescentes considerados *excluídos*, podem acabar por excluí-los. Ocasionalmente, pode-se observar a circulação de meninos/as por diversos projetos, nos quais ingressam, se adaptam, muitas vezes começam a freqüentar a escola, são colocados em uma casa de acolhida, começam a trabalhar, ou seja, vão, em uma curva ascendente, cumprindo todas as etapas do projeto e *mudando radicalmente de vida*. Até o dia em que fazem uma *besteira* (ou até mesmo uma série delas) e são excluídos. Se tiverem fôlego, esses/as meninos/as recomeçam todo o processo em outra organização.

Portanto, a identificação das implicações existentes no desenvolvimento de ações interventivas na realidade social de crianças e adolescentes e a relação entre elas e a mobilização e a articulação política das instituições que as desenvolvem é, na hipótese deste estudo, uma exigência ao trabalho desenvolvido por organizações não governamentais.

As ONGs estão, em sua gênese, ligadas aos movimentos sociais e são datadas, nascem em um contexto específico, com características também específicas e vão, aos poucos, modificando seu perfil de atuação. Mesmo tendo surgido em nossa sociedade na década de 70, elas colocam-se como um *fato novo* na realidade social e política do país a partir das décadas de 80 e 90, quando crescem em quantidade, dividem-se em variadas frentes de atuação, adquirem visibilidade junto à população e parecem poder contribuir de formas extremamente diferenciadas para a busca de respostas a complexas questões sociais colocadas em nosso país.

A diferenciação dessas formas de atuação é tão vasta e complexa que pode contribuir, no contexto atual, tanto para avanços quanto para retrocessos na elaboração/execução de políticas públicas e isto depende, fundamentalmente, do posicionamento dessas organizações frente à realidade do trabalho cotidiano, à sociedade e ao Estado.

O que este estudo pretende é analisar um dos subconjuntos das ONGs criado, sobretudo no final da década de 80 e início da de 90, o das ONGs voltadas para a criança e o adolescente no município do Rio de Janeiro, analisando a mudança no perfil de atuação dessas organizações de uma década para a outra e suas implicações na elaboração de políticas públicas.

Um breve passeio pela bibliografia sobre o atendimento à criança e ao adolescente pode identificar que o tipo de atendimento existente, de certa forma, definiu o perfil das publicações na área, as quais tiveram, por sua vez, certa influência nas mudanças ocorridas no próprio atendimento. Alguns estudos críticos anteriores ao *Estatuto da Criança e do Adolescente* baseavam-se nas instituições que atendiam crianças e adolescentes sob o antigo *Código de Menores*, abordando principalmente a questão do *menor institucionalizado* (Guirado, 1980; Violante, 1983; Campos, 1984; Passeti, 1985; Rizzini, 1985; Queiroz, 1987; Schneider, 1987; Altoé, 1990). Essas publicações tiveram, sem dúvida, uma forte influência na mudança da legislação, pela crítica feita aos internatos. À época da promulgação do *Estatuto*, vários estudos compararam as duas leis. Alguns se dedicaram à análise do processo de criação dos Conselhos ou simplesmente ao relato da experiência de como se deu esse processo (Arantes, 1990; Costa, 1990; Costa et alii, 1990; Mendes, 1991; Sêda, 1991; Sêda, 1993; Fórum DCA, 1993; Mendez e Costa, 1994; Camurça, 1994, Souza Filho, 1996).

Com a atuação inicial das ONGs que trabalham com crianças e adolescentes, quer dizer, com sua ida para as ruas, estudos sobre o perfil do chamado *menino de rua* passam a ser desenvolvidos (Leite, 1991; Silva, 1995, Monteiro, 1995), além daqueles sobre o tipo de atendimento oferecido pelas ONGs em suas diversas modalidades, sobre propostas de educação alternativa, etc. (Costa, 1991; Leite, 1991; Rizzini, 1990; CEDES, 1993; Valladares, 1991; Aduan, 1993; Impelizeri, 1995; Monteiro, 1995; Graciani, 1997).

Observamos, entretanto, uma lacuna existente no conhecimento produzido sobre o assunto: a própria história das ONGs voltadas para a criança e para o adolescente e o seu papel na política de atendimento. Quando e como surgem, qual é a sua atuação inicial, como se constituem e se modificam ao longo de uma década, que fatos marcam essa história, enfim, muitas indagações evidenciam-nos que a história das próprias ONGs voltadas para este segmento da população ainda não foi contada e que ela possui características que podem nos levar a uma compreensão mais ampla do papel dessas organizações em nossa sociedade.

Essa história foi feita por pessoas que protagonizaram todo o processo de criação/consolidação dessas organizações e algumas delas ainda hoje ocupam lugares centrais e determinantes na elaboração/execução da política de atendimento à criança e ao adolescente no município do Rio de Janeiro. Esses cargos variam desde a direção das ONGs em si e a representação da sociedade civil nos Conselhos Estadual e Municipal da Criança e do Adolescente àqueles que, uma vez implantados os Conselhos Tutelares, migraram para essa posição, ou ainda àqueles que, por sua atuação nesses espaços, acabaram sendo convidados a trabalhar no interior do próprio Estado, ou ainda àqueles que optaram pelo retorno ou pela entrada nas universidades e continuam direta ou indiretamente ligados ao trabalho com crianças e adolescentes.

Não podemos negar que as ações desenvolvidas pelas ONGs, por sua originalidade inicial, pela própria concepção do atendimento à criança e ao adolescente que traziam em suas propostas e pelos direitos que se propunham a garantir, tiveram efetivamente um impacto na construção de políticas públicas voltadas para esse segmento da população. Um exemplo é o papel das ongs, no início da década de 90, na construção do sistema de atendimento à criança e ao adolescente na cidade do Rio de Janeiro. No entanto, como bem observa Zaluar (1992), essas organizações poderão vir a criar um *sistema informal de educação* para um segmento da população que ao invés de diminuir a exclusão social, acabe por reforçá-la, criando um *sistema paralelo de educação e de assistência para os excluídos*.

Parece então que este período de mais de uma década de trabalhos interventivos com crianças e adolescentes em situação de rua tem produzido tanto efetivas possibilidades de mudanças quanto a possibilidade de uma reorganização de modelos socialmente excludentes, merecendo, por isso, uma análise. Uma das hipóteses aqui levantada é a de que a efetiva transformação passa necessariamente pela mobilização e pela articulação política em torno da intervenção direta. Mobilizar-se e articular-se pela intervenção significa conhecê-la, expô-la em sua especificidade, explicitar suas potencialidades e travar uma discussão política pela superação de seus limites.

Nesse sentido, o estudo das mudanças ocorridas no atendimento à criança e ao adolescente e o papel das ONGs no mesmo suscita inúmeras questões, tais como: a relação entre estado e sociedade civil; entre educação e assistência; a mudança de papéis das próprias organizações de uma década para outra e as implicações dessa mudança no trabalho interventivo em si; a polêmica questão das parcerias; as relações entre o

público e o privado; os limites colocados pela lógica interventiva dos anos 90 ao desafio cotidiano de desenvolvimento das ações.

A história das ONGs será aqui contada por aqueles que as fizeram, profissionais que, em sua maioria, trabalhavam como educadores sociais na década de 80 e que, por sua militância no *Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua*⁶ e pela atuação que tiveram junto a crianças e adolescentes, passam a ocupar, na década de 90, cargos de direção ligados ao trabalho interventivo, seja no interior de organizações não governamentais, seja no próprio Estado. Ou seja, o que se procurou foi mapear quem foram os protagonistas de todo o movimento pela questão da criança e do adolescente na cidade do Rio de Janeiro na década de 80 que tiveram ou uma atuação direta junto a esse segmento da população ou um papel preponderante na elaboração de políticas públicas para o mesmo e entrevistá-los, independente de onde estejam hoje.

Além disso, as dificuldades encontradas no desenvolvimento do trabalho interventivo junto a crianças e adolescentes são decorrentes de um intenso trabalho em uma casa-dia, em um projeto desenvolvido por quatro ONGs. As experiências vividas são uma espécie de *pano de fundo* deste estudo. Elas redirecionaram minha vida profissional e me fizeram compreender melhor a necessária, mas talvez ainda frágil e desfocada, no sentido mesmo de *fora de foco, turva, obscura*, dimensão política do trabalho interventivo. Se o meu envolvimento com o tema me levou, inicialmente de forma ainda bastante intuitiva, à identificação do meu objeto de estudo, tanto ele quanto a própria intuição dele decorrente, a partir do conhecimento adquirido sobre a realidade

⁶ Movimento criado em 1985, que teve importante papel na conquista do *Estatuto da Criança e do Adolescente*, e ao qual nos deteremos melhor no capítulo dois. Neste estudo, quando não nos referirmos a ele explicitando seu nome por extenso, o trataremos ou pela sigla pela qual ficou conhecido - MNMMR - ou por Movimento.

estudada, como afirma Bourdieu⁷ (1999), tiveram que ser cientificamente controlados para que o objeto de estudo pudesse ser efetivamente construído.

A análise de documentos, como periódicos e publicações na área da criança e do adolescente antes, durante e após a promulgação do *Estatuto da Criança e do Adolescente* contribuiu também para mapear o papel das ONGs nas duas décadas estudadas. Sem dúvida, o trabalho mais exaustivo e de maior contribuição foram as entrevistas que subsidiaram a reconstrução de todo o movimento em defesa dos direitos das crianças e do adolescente na cidade do Rio de Janeiro e a construção das primeiras ações voltadas para a garantia dos mesmos. A intenção foi investigar como as questões relacionadas ao papel das ONGs na política de atendimento à criança e ao adolescente aqui mencionadas eram percebidas na prática dos entrevistados.

Contextualizar o cenário em que surgem as organizações não governamentais em nossa sociedade é tarefa inicial deste texto, uma vez que nos dá a dimensão das determinações que envolvem o surgimento deste tipo de organização na sociedade contemporânea. A partir de tal contextualização, podemos identificar o que está *em jogo* quando se polemiza o papel das ONGs na sociedade. Essa tarefa passa pelo mapeamento

⁷ O autor nos diz que:

Até mesmo a intuição pode receber uma função científica quando, controlada, sugere hipóteses e chega a contribuir para o controle epistemológico de outras operações. Sem dúvida, é legítimo condenar o intuicionismo quando, inspirando-se na convicção de que um sistema social exprime em cada uma de suas partes a ação de um único e mesmo princípio, julga poder reapreender em uma espécie de “intuição central” a lógica unitária e única de uma cultura e quando, como tem sido a tendência de um grande número de descrições culturalistas, evita dessa forma o estudo metódico dos diferentes subsistemas e a interrogação sobre suas inter-relações. No entanto, quando a apreensão intuitiva, isto é, uno intuito, da unidade imediatamente perceptível de uma situação, de um estilo de vida ou maneira de ser, leva a interrogar, em suas relações significantes, determinadas propriedades e relações que só vão aparecendo sucessivamente no trabalho de análise, ela constitui uma proteção contra a atomização do objeto que resulta, por exemplo, do recurso a indicadores incapazes de objetivar, sem as fragmentar, as manifestações de uma atitude ou ethos. Por conseguinte, a intuição não contribui somente para a invenção, mas também para o controle epistemológico na medida em que, controlada, chama a atenção da

do questionamento feito à modernidade e sobre o que Arato e Cohen (1992) chamam de recente *revival* do conceito de sociedade civil nesse contexto. Seria a sociedade civil uma resposta *pós-moderna* às questões sociais? Para os autores, não necessariamente uma resposta *pós-moderna*, mas uma possibilidade de resposta ainda não suficientemente estudada, criada por uma sociedade moderna radicalmente transformada, sem respostas prontas, desencantada diante da queda das utopias que por tanto tempo a alimentaram. A sociedade civil seria, para os autores, a possibilidade de transformação política e social.

Certamente, as escolhas não são aleatórias e os motivos que me levaram a selecionar o estudo de Arato e Cohen como um eixo para a compreensão da sociedade civil são de diferentes ordens. Em primeiro lugar, na revisão bibliográfica realizada, encontrei no texto de Arato e Cohen elementos pertinentes à análise da sociedade civil na realidade atual, uma vez que, como eles mesmos afirmam, o que pretendem é esboçar uma *teoria da sociedade civil contemporânea*. Quero pontuar, entretanto, que procuro, a partir desses autores, o diálogo com outros autores e com a própria realidade. Em determinados momentos, podemos observar um *otimismo excessivo* em Arato e Cohen com relação ao conceito de sociedade civil, como se nele estivesse o antídoto para todos os males no campo da teoria política e social nos dias de hoje.

Justifico a escolha de Arato e Cohen também pelo fato de serem referência para grande parte dos autores brasileiros estudados que tratam da questão das ONGs e que trabalham o conceito, não necessariamente assim denominado, de *terceiro setor*⁸. Partir

pesquisa sociológica para a ambição de restituir as inter-relações que definem as totalidades construídas. (Bourdieu, 1999).

⁸ Terceiro setor, terceiro reino, diferenciado da economia e do estado, com características próprias tem sido uma definição bastante comum de sociedade civil. Poderemos observar que Arato e Cohen, no

de Arato e Cohen me subsidiou, assim, para uma melhor compreensão do que está sendo produzido no Brasil a respeito do tema. Em um determinado momento de seu texto, Arato e Cohen afirmam a relevância do conceito de sociedade civil e que o importante, em cada um dos contextos por eles estudados, *é que versão de sociedade civil prevalece*.

No Brasil, sobretudo no início da década de 90, parece que a versão de sociedade civil que prevalece é a *versão ONG*. De ilustres desconhecidas da população na década de 80, elas passam, na década de 90, a ser sinônimo de sociedade civil. Assim, o estudo, no que concerne à compreensão dessas organizações, passa necessariamente pelo mapeamento do que está colocado no âmbito do debate sobre a sociedade civil de forma geral e depois passa à análise das ONGs como um *fato novo* na realidade social e política brasileira a partir da década de 80, mapeando o seu surgimento, desenvolvimento e as polêmicas em torno das mesmas, a partir da produção acadêmica existente sobre o assunto.

Nesse segundo momento, remeto-me a autores que têm se dedicado ao estudo dessas organizações, como Fernandes (1994), Landim (1993a; 1993b), Gohn (1997) e Vieira (1998), além daqueles que, em seus campos de atuação, têm trazido importantes contribuições para a ampliação do debate sobre essas organizações, principalmente no que se refere à esfera pública de nossa sociedade e à ética, como o fazem Sader (1996) e Sposati (s/d). Não poderia deixar de considerar, para efeito de análise do rumo tomado pelas ONGs em nossa sociedade, aqueles que partilham do conceito do terceiro setor enquanto uma *resposta pós-moderna* às questões sociais. Nessa perspectiva, mesmo se constituindo em um terceiro reino, diferenciado da economia e do estado, o terceiro setor deve seguir a lógica do mercado; filantropia é palavra *fora de moda* porque sua

esboço de sua teoria da sociedade civil, fundamentam essa idéia de terceiro reino, trabalhando os

origem grega revela seu caráter desinteressado ou sem um compromisso maior com resultados. A palavra de ordem do terceiro setor, por outro lado, é a eficiência, sua preocupação deve estar nos resultados, nos números. É também essa orientação que pode dar ao setor competitividade. As respostas às questões sociais passam a ser dadas por uma enorme rede de ações fragmentadas, locais, diversificadas. É essa sociedade civil que se organiza para intervir na realidade social que será capaz de responder, em suas inúmeras micro-ações, às demandas sociais (Ioschpe e Cardoso, 1997).

Depois, justifico a relevância do estudo de um sub-campo no campo das ONGs, delimitando o problema estudado em sua origem, a partir da contextualização do movimento em defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes como um dos movimentos sociais que marcam a década de 80 (Gohn, 1997). Explicito também a metodologia adotada, quando falo da minha inserção no sub-campo das ONGs que trabalham com crianças e adolescentes. Isto posto, reconstituo, no segundo capítulo, a história das ONGs na área da criança e do adolescente, da mobilização à intervenção, a partir das entrevistas realizadas e da análise de documentos, tentando estabelecer a relação entre as diversas ações e entre elas e a política de atendimento à criança e ao adolescente criada na cidade do Rio de Janeiro.

Finalmente, no terceiro capítulo, faço uma análise das questões relacionadas as ONGs que atuam na área da criança e do adolescente na cidade do Rio de Janeiro à luz das entrevistas realizadas. Tento também estabelecer a relação entre as implicações do trabalho interventivo e a necessidade de articulação política em torno do mesmo, fundamentando as implicações deste tipo de trabalho a partir do contraponto entre as experiências relatadas pelos entrevistados e os estudos que contextualizam práticas

educativas e assistenciais com crianças e adolescentes, como o de Winnicott (1994), autor que trabalha a relação entre privação e delinquência e a tendência anti-social, assim como recorro a estudos na área de sociologia da educação e da assistência social que subsidiam o estudo desse tipo de trabalho e também o perfil dos profissionais nele envolvido. Procuo, finalmente, retomar Sposati (s/d) e estabelecer o papel das ongs na relação entre o trabalho interventivo e a articulação política, explicitando o conjunto de proposições decorrentes deste estudo.

Espero que, nesses novos tempos de incertezas e de múltiplas possibilidades, este trabalho possa resgatar, pela investigação dos motivos que levaram a certa desarticulação das organizações estudadas em contraponto às implicações do trabalho interventivo em uma realidade social excludente, a certeza, mesmo que provisória, da construção coletiva de caminhos que transformem velhas práticas, tão conhecidas em nossa sociedade.

Capítulo I

A sociedade civil como esperança nesses “novos tempos”

Qualquer política emancipatória começa com o específico, mas deve, no mesmo gesto, deixá-lo para trás. Pois a liberdade em questão não é a liberdade para “ser irlandês” ou “ser mulher” - seja lá o que isso signifique - mas simplesmente a liberdade agora desfrutada por outros grupos para determinar a sua identidade da forma que eles quiserem. Ironicamente, pois, uma política da diferença ou da especificidade deve estar, antes de tudo, a serviço da causa da similaridade e da identidade universal - o direito de um grupo, vitimizado em sua particularidade, a ficar

em pé de igualdade com outros no que diz respeito à sua autodeterminação. Esse é o cerne da verdade do iluminismo burguês: o direito universal abstrato de todos os sujeitos humanos de ser livres, de partilhar uma essência ou identidade feita de autonomia. Num movimento dialético, entretanto, essa mesma verdade deve ser deixada para trás tão logo é conquistada, pois a única razão de desfrutar essa igualdade abstrata universal é descobrir e viver a nossa diferença particular. O telos de todo o processo não é, como o iluminismo acreditava, a verdade universal, o direito e a identidade, mas a particularidade concreta. Apenas ocorre que essa particularidade tem que passar por aquela igualdade abstrata e surgir em algum lugar no outro lado, em algum lugar bastante diferente daquele lugar em que ela está, agora, por acaso, localizada. (Eagleton, 1988)

1 - DESSES “NOVOS TEMPOS”:

Alguma coisa está fora da ordem, fora da nova ordem mundial.
(Caetano Veloso)

Vivemos em um mundo marcado por aceleradas transformações políticas, econômicas, sociais e culturais. Sua configuração abala velhas certezas e acena com novas possibilidades. Analistas de diferentes matizes, correntes e áreas investigam esses tempos que, para alguns, tem atendido pelo provisório codinome de *condição pós-moderna*, buscando caracterizá-lo. Nas Ciências Sociais, o debate questiona o conhecimento produzido na modernidade e tem sido explicitado na discussão epistemológica em torno da crise de paradigmas. Em um breve mapeamento da referida discussão, para efeito do presente estudo, sem pretensão alguma de aprofundá-la, uma

vez que ela é complexa e apresenta uma pluralidade de posições, podemos adiantar a constatação de que um aspecto positivo do debate em torno da crise de paradigmas talvez seja o fato dele estar promovendo uma ampla revisão do caminho percorrido pelas Ciências Sociais até aqui.

Para alguns, o pensamento pós-moderno caracteriza-se por aquela *amnésia histórica tão característica da cultura norte-americana, a Ditadura do Novo* (Stuart Hall, in Giroux, H., 1993); para outros, trata-se de um tempo em que *não há mais idéias que salvem ou idéias que fundamentem* e no qual há a possibilidade de *fazermos nossos próprios mapas* (Prado Coelho, 1991). Harvey sintetiza o debate ao afirmar que, a partir de 1972, assistimos a uma mudança abissal nas práticas culturais e político-econômicas que se caracteriza pela simultaneidade de três fenômenos: *a ascensão de formas culturais pós-modernas, a emergência de modos mais flexíveis de acumulação capitalista, e a um novo ciclo de compreensão do espaço-tempo na organização do capitalismo* (Harvey, 1992).

É nesse contexto que nasce e se acentua a atual crise de paradigmas e a partir dele as questões trazidas pelo questionamento da modernidade no âmbito das Ciências Sociais podem ser apreendidas tanto em uma perspectiva transformadora da realidade quanto em uma perspectiva conservadora da mesma, promovendo, inclusive, retrocessos, principalmente com relação a um dos temas mais caros a esse campo de estudos: o das desigualdades sociais.

A crise de paradigmas traz o questionamento da ciência e a exigência de uma nova cientificidade que dê conta de toda a complexidade e pluralidade do mundo atual. Há que se pontuar que os paradigmas que estão hoje em crise são aqueles construídos ao longo da modernidade. Conseqüentemente, o ataque aos paradigmas existentes se faz a

partir do ataque aos pressupostos epistemológicos que caracterizaram a análise e o pensamento modernos, tais como a crença na Razão e no Progresso, no poder emancipatório da Ciência, na concepção “realista” do pensamento e da linguagem, e na confiança nas metanarrativas (Silva, 1993).

Nesse terreno de luta, identificamos, de forma assumidamente simplificada, à primeira vista, duas posições. De um lado, a daqueles que defendem a modernidade; de outro, a daqueles que a atacam em nome da pós-modernidade. Mas há diferentes ênfases e nuances em ambos os lados. Como muitos autores pontuam, o próprio termo pós-modernidade é relacional, ou seja, a modernidade é condição *sine qua non* ao debate pós-moderno. Entre os defensores da modernidade, a posição mais relevante talvez seja a daqueles que defendem que ela não se exauriu que o que se exauriu foi a forma como o projeto da modernidade, concebido no Iluminismo, se plasmou em nossa sociedade. O Iluminismo colocou um projeto cultural para a sociedade e a pedra de toque desse projeto era a sua categoria fundante, a razão. O mundo deveria constituir-se de forma racional e a liberdade dos homens seria chancelada pelo conhecimento. A razão tinha então duas dimensões: a manipulatória, que deveria racionalizar o controle da natureza, ou seja, para explorar a natureza era preciso conhecê-la em sua estrutura para controlá-la, e isso só poderia ser feito pela ciência; e a dimensão emancipatória, pela qual as relações sociais deveriam se racionalizadas, no sentido de serem tornadas racionais, para que os homens pudessem viver com liberdade e autonomia. O que a modernidade acabou por ver foi a hipertrofia da dimensão manipulatória da razão em detrimento de sua dimensão emancipatória e, conseqüentemente, uma distribuição desigual dos produtos decorrentes da racionalidade moderna, como aqueles advindos do próprio progresso científico e tecnológico.

Estaríamos então diante de um projeto inacabado, que se desviou de seus propósitos iniciais, e a tarefa agora seria retomar o projeto da modernidade em sua dimensão emancipatória, como o propõe Habermas, por exemplo, caracterizado por alguns autores, de acordo com a sua posição, como neo-iluminista (Coelho, 1990).

Seguindo essa mesma linha de raciocínio, há que se apontar ainda que, entre os que defendem a modernidade, há aqueles que admitem a crise de paradigmas de forma diferenciada daqueles que defendem a pós-modernidade. Para eles, a controvérsia paradigmática nas Ciências Sociais envolve duas posturas de recusa, a recusa dos paradigmas positivistas e a recusa de quaisquer paradigmas que tenham uma vocação totalizadora (Netto, 1995). O que este grupo defende, na verdade, é a primeira postura, ou seja, a recusa dos paradigmas positivistas e a manutenção de paradigmas que tenham uma vocação totalizadora.

Para Rouanet, estamos vivendo uma crise de civilização e o que está em crise é o projeto moderno de civilização, elaborado pela Ilustração européia, que se concretiza nos séculos XIX e XX com o liberal-capitalismo e o socialismo. Esse projeto de civilização tem como pilares três conceitos principais: universalidade, individualidade e autonomia:

A universalidade significa que ele visa todos os seres humanos, independentemente de barreiras nacionais, étnicas ou culturais. A individualidade significa que esses seres humanos são considerados como pessoas concretas e não como integrantes de uma coletividade e que se atribui valor ético positivo à crescente individualização. A autonomia significa que esses seres humanos individualizados são aptos a pensarem por si mesmos, sem a tutela da religião ou da ideologia, a agirem no espaço público e a adquirirem pelo seu trabalho os bens e serviços necessários à sobrevivência material. (Rouanet, 1987).

A partir de uma série de exemplos no âmbito dos três conceitos, o que Rouanet argumenta é que esse projeto *está fazendo água por todos os lados*, tendo entrado em colapso. O universalismo dá lugar ao racismo, ao populismo fascistizante e ao nacionalismo irracional; a individualidade é devorada pelo conformismo e pela sociedade de consumo, em uma frase do autor: *Não se trata tanto de pensar os pensamentos que todos pensam, mas de comprar os videocassetes que todos compram, nos aviões charter lotados em que todos voam para Miami* (Rouanet, 1987). E, finalmente, a autonomia intelectual é explodida pelo reencantamento do mundo, a autonomia política por ditaduras ou por coreografias eleitorais que se realizam periodicamente e a autonomia econômica simplesmente não existe para a maior parte da população pobre que habita o planeta.

Entre os que se colocam a favor da pós-modernidade, temos aqueles que acreditam em um tempo completamente novo no qual o passado é simplesmente esquecido, ou seja, onde não se trata necessariamente de negar a modernidade, mas de esquecê-la, uma vez que o mundo efetivamente mudou de base, que inauguramos um novo tempo. Eagleton define essa postura como a exacerbação do animal amnésico de Nietzsche, como um tempo que não se dá nem ao trabalho de negar o período anterior, mas de simplesmente esquecê-lo, o que coloca-nos também diante de uma crise de valores:

Num mundo totalmente reificado, de onde derivar os critérios que possibilitariam os atos de afirmação ou denúncia? Com certeza, não da história, que o pós-modernismo precisa abolir a todo custo, ou espacializar em uma gama de estilos possíveis, se deve persuadir-nos a esquecer que um dia conhecemos ou fomos capazes de conhecer qualquer alternativa a ele. Esse esquecimento, tal como o saudável animal amnésico de Nietzsche e seus acólitos contemporâneos, é valor: o valor repousa não nessa ou naquela diferenciação no seio da experiência contemporânea, mas na própria capacidade de fecharmos nossos ouvidos ao canto da sereia da

história, confrontando o contemporâneo pelo que é, em toda a sua oca imediatez.(...) o valor é simplesmente aquilo que é, a abolição e a superação da história - e os discursos de valor, que não podem deixar de ser históricos, são, portanto, por definição, desprovidos de valor. (Eagleton, 1996).

É importante considerar as ponderações de Eagleton, uma vez que a questão do valor, por ele abordada, nos traz uma dimensão ética ao debate e a questões que aqui nos interessam. Temos ainda aqueles que partem da negação de certos aspectos da modernidade para defenderem uma postura de conciliação entre modernidade e pós-modernidade, como o faz Silva (1993), ao analisar o reatamento da crise de paradigmas no âmbito da Sociologia da Educação.

É em meio a esse clima de incertezas e vários posicionamentos em relação a esses novos tempos que, para Arato e Cohen (1992), deve-se observar o recente *revival* do conceito de sociedade civil. E os autores remetem-se a Weber, para quem a sociedade moderna é singularizada pelo “desencantamento” do mundo. Para o autor, a ciência nos habitua a ver a realidade exterior apenas como conjunto de forças cegas que podemos por à nossa disposição; nada resta dos mitos e das divindades com que o pensamento selvagem povoava o universo. Nesse mundo despojado desses encantamentos, e cego, as sociedades se desenvolvem no sentido de uma organização cada vez mais racional e burocrática. Para os autores, *a insistência desiludida de Max Weber de que nós, modernos, estamos vivendo em uma idade de desencantamento parece ser mais verdadeira agora do que antes*, neste momento posterior à queda das utopias (Arato e Cohen 1992).

Coelho (1990) define todas as modificações ocorridas nos níveis político, econômico, social e cultural que procuram explicar esse leque de acontecimentos que

respondem pelo nome de pós-modernidade de forma assumidamente simplificadora: *a pós-modernidade é apenas a queda do muro de Berlim*. Ou seja, o que acabou foi a utopia construída no período da modernidade, a possibilidade do *Outro*, construída no interior do *Mesmo*. Havia um modelo alternativo de sociedade e, segundo ele, o que se viu foi que a alternativa era pior do que o próprio sistema capitalista. O autor faz uma crítica ao chamado socialismo real e uma interessante análise da utopia para concluir que, com a queda da alternativa que existia, a possibilidade da utopia também foi destruída. O que estamos vivendo assemelha-se a um imenso vácuo, incompatível com a nossa própria humanidade. Ao final da leitura do texto do autor, ficamos com a sensação de que construir alternativas, criar a possibilidade de um mundo *outro*, é próprio do homem. Como ele mesmo indaga:

Pergunto: poderemos viver à altura de nós próprios, do que em nós próprios teve lugar, em história e literatura, escrita e beleza, sem a linha invisível que demarca o espaço do Outro no interior do Mesmo? (Coelho, 1990).

É nesse sentido que Arato e Cohen afirmam que nos campos da teoria política e social, o *revival* do discurso da sociedade civil proporciona alguma esperança, uma vez que este discurso revela que atores coletivos e teóricos solidários ainda estão orientados pelos ideais utópicos da modernidade - as idéias de direitos básicos, liberdade, igualdade, democracia, solidariedade, e justiça - mesmo que a retórica fundamentalista e revolucionária, na qual esses ideais uma vez foram articulados, esteja em declínio.

A sociedade civil, para eles, tem emergido como uma nova forma de utopia, a qual definem como *auto-limitadora*, uma utopia que inclui uma gama de formas complementares de democracia e um complexo conjunto de direitos civis, sociais e políticos que precisam ser compatíveis com a moderna diferenciação da sociedade.

Por uma série de razões empíricas e teóricas, os velhos paradigmas hegemônicos se desintegraram, assim como as garantias e certezas que com eles se foram. Na verdade, temos, de acordo com os autores, nas duas últimas décadas, um notável *revival* do pensamento político e social.

Arato e Cohen revelam-se extremamente impressionados com a importância da Europa Oriental e da América Latina, assim como com o avanço de democracias capitalistas, na luta pelos direitos e sua expansão, com o estabelecimento de associações e iniciativas de massa e a sempre renovada construção de instituições e de fóruns públicos de discussão. Para os autores, no *revival* do discurso da sociedade civil está a possibilidade da utopia nesses novos tempos, complexos, modificados, difíceis, mas que não caracterizam uma sociedade eminentemente nova e sim uma nova possibilidade de organização, de mobilização, de luta no interior da própria sociedade moderna.

1.1 - A SOCIEDADE CIVIL COMO ALTERNATIVA A ALGUNS IMPASSES TRAZIDOS POR ESSES “NOVOS TEMPOS”:

O conceito de sociedade civil perpassa os principais debates da teoria política contemporânea, como o que envolve a democracia, os direitos e o Estado. Como bem demonstram Arato e Cohen (1992), ele está presente no debate sobre os modelos de democracia (elitista x participativa), sobre o estado de bem-estar (seus críticos e defensores) e sobre os direitos (individuais e coletivos).

Segundo os autores, o conceito de sociedade civil tornou-se *moda* atualmente graças a lutas contra ditaduras comunistas e militares em muitas partes do mundo. No entanto, ele ainda tem um *status* ambíguo nas democracias liberais. Para alguns, parece indicar o que o Ocidente já atingiu, e essa concepção não tem nenhum potencial crítico para examinar as disfunções e injustiças do próprio Ocidente. Para outros, o conceito pertence a formas primitivas da filosofia política moderna que se tornaram irrelevantes para as sociedades complexas de hoje.

A tese dos autores é a de que o conceito de sociedade civil indica um terreno no Ocidente que se por um lado é agravado pela lógica de mecanismos administrativos e econômicos, por outro também é o *locus* primário para a expansão da democracia nos regimes liberais-democráticos realmente existentes. Ao avançar com esta tese, eles demonstram a modernidade e a relevância normativa/crítica do conceito de sociedade civil para todos os tipos de sociedades contemporâneas.

O ponto defendido pelos autores é de que apenas um conceito de sociedade civil que seja propriamente diferenciado da economia pode se tornar o centro de uma teoria social e política crítica em sociedades nas quais a economia de mercado já desenvolveu

sua própria lógica autônoma, ou está em processo de desenvolvimento. Caso contrário, após transições bem sucedidas da ditadura para a democracia, a versão indiferenciada do conceito embutida no *slogan* “sociedade vs. estado” perderia seu potencial crítico. Somente uma reconstrução envolvendo um modelo de três partes, distinguindo a sociedade civil de ambos, o Estado e a economia, tem uma chance de sublinhar o papel oposto deste conceito sob regimes autoritários e de renovar seu potencial crítico sob democracias liberais.

Para os autores, seria um desvio identificar a sociedade civil com toda a vida fora do estado administrativo e do processo econômico. É necessário e significativo distinguir a sociedade civil de ambos, a sociedade política de partidos e organizações políticas, incluindo a esfera pública do parlamento, e a sociedade econômica, composta de organizações de produção e distribuição (firmas, cooperativas, sociedades, etc.).

As sociedades política e econômica geralmente nascem da sociedade civil, partilham de algumas de suas formas de organização e de comunicação e são institucionalizadas por meio de direitos (direitos políticos e direito de propriedade especialmente) ligados ao tecido de direitos que fundamentam a sociedade civil moderna. Mas os atores da sociedade política e econômica estão diretamente envolvidos com o poder estatal e a produção econômica, que eles procuram controlar e administrar. Eles não conseguem subordinar critérios estratégicos e instrumentais a padrões de integração normativa e comunicações em aberto, característicos da sociedade civil.

O papel político da sociedade civil, por sua vez, não está diretamente relacionado ao controle ou à conquista do poder, mas à *geração de influência* por meio de associações democráticas e amplas discussões na esfera pública e cultural. Tal papel político é inevitavelmente difuso e ineficiente e o papel mediador da sociedade política

entre a sociedade civil e o Estado é indispensável, mas também o é o enraizamento da sociedade política na sociedade civil.

A princípio, considerações similares perpassam a relação entre a sociedade civil e a econômica, mesmo que historicamente, sob o capitalismo, a sociedade econômica tenha tido mais sucesso em se proteger da influência da sociedade civil do que a sociedade política. A legalização das organizações de comércio e as negociações coletivas testemunham a influência da sociedade civil sobre a sociedade econômica e permitem a esta desempenhar o papel mediador entre a sociedade civil e o sistema do mercado.

Cabe também observar que a diferenciação entre a sociedade civil, a política e a econômica parece sugerir que a categoria deva, de alguma forma, incluir e referir-se a todos os fenômenos da sociedade que não estão diretamente ligados ao estado e à economia, o que não é correto, de acordo com a abordagem dos autores. Eles concebem como sociedade civil apenas o que se refere ao que enfocam como *associação consciente, auto-organização, e comunicação organizada*.

A sociedade civil de fato representa apenas uma dimensão do mundo sociológico de normas, papéis, práticas, relações, competências e formas de dependência, ou *um ângulo particular de olhar para esse mundo sob o ponto de vista da construção da associação consciente e da vida associativa* (Arato e Cohen, 1992). Uma forma de explicar esta limitação no escopo do conceito é distingui-lo da vida sociocultural, a qual, como uma categoria mais ampla de *o social* inclui a sociedade civil. Assim, a sociedade civil refere-se a estruturas de socialização, associação e formas organizadas de comunicação da vida no mundo.

Finalmente, para os autores, seria um engano ver a sociedade civil em oposição à economia e ao Estado. As sociedades econômica e política referem-se a esferas mediadoras através das quais a sociedade civil pode ganhar influência sobre os processos político-administrativos e econômicos. Uma relação antagônica da sociedade civil com a economia ou o Estado nasce somente quando essas mediações falham ou quando as instituições das sociedades econômica e política servem para proteger a tomada de decisões da influência das organizações, iniciativas, e formas de discussão sociais.

Arato e Cohen afirmam que o que está em jogo nos debates que animam a teoria social e política tanto no Oriente quanto no Ocidente não é simplesmente a defesa da sociedade contra o Estado ou a economia, mas sim que versão da sociedade civil prevalece. Eles defendem o conceito de sociedade civil como a alternativa para a solução de alguns impasses colocados no âmbito da teoria política contemporânea, como o impasse entre os críticos e os defensores do estado de bem-estar. Particularmente com referência a este debate, podemos observar que determinados setores da sociedade civil têm freqüentemente se apresentado como uma *armadilha*, podendo abrir espaço para a implantação do projeto neoconservador, com o recuo do estado no exercício de suas funções de garantia dos direitos sociais, sobretudo quando enfoca apenas a questão da garantia dos direitos sociais por parte de organizações da sociedade civil e desatreia esse direito dos demais. Ora, a cidadania não é garantida apenas por um determinado tipo de direito, mas pelo conjunto dos direitos existentes em uma determinada sociedade.

Jelin (1994) lembra-nos que um ponto crucial no debate contemporâneo é o conteúdo da “igualdade perante a lei” e reconhece que a ampliação da variedade e tipos

de direitos constitui o eixo da história sócio-política dos dois últimos séculos. Por outro lado, ela aponta que a realidade do fim de século XX apresentava um mosaico aparentemente caótico: *depois dos períodos ditatoriais, em que direitos humanos básicos e direitos políticos ficam suspensos, a transição para a democracia restabelece direitos políticos, enquanto estão em crise direitos sociais e muito em questão os direitos civis*. Assim, a autora nos dá um conceito mais amplo e atual de cidadania:

*De uma perspectiva analítica mais ampla o conceito de cidadania refere-se a uma prática conflituosa vinculada ao poder, que reflete as lutas sobre quem poderá dizer o que, ao definir quais são os problemas comuns e como serão tratados. Tanto a cidadania como os direitos estão sempre em processo de construção e de mudança. Mais que uma lista de direitos específica, que é mutável e historicamente específica, essa perspectiva implica que **o direito básico é o direito de ter direitos**. Também implica conceber a ação cidadã em termos de suas qualidades de automanutenção e expansão: as ações próprias dos cidadãos são só aquelas que tendem a manter, e se possível incrementar, o exercício futuro da cidadania (Jelin, 1994, grifos meus)*

Como bem lembra Bobbio (1990), os direitos expressam valores resultantes do amadurecimento de novas exigências históricas e se constituem em uma arena de conflitos, decorrentes de novos carecimentos e interesses em constantes transformações. Com relação aos direitos sociais, nessa arena de conflitos, advogar pela responsabilização da sociedade civil em sua garantia, frente ao crescente quadro de desigualdades sociais produzidas pela sociedade moderna, pode, de certa forma, abrir espaço para uma *resposta pós-moderna* ao impasse diante das desigualdades sociais. Ou seja, as origens do problema são esquecidas e respostas imediatistas para o mesmo são geradas, as quais, por sua vez, não geram necessariamente o exercício da cidadania, uma vez que o que acabam por produzir é uma enorme gama de iniciativas extremamente

diferenciadas pretendendo garantir os direitos sociais, estabelecendo, se assim pudermos chamar, *cidadãos de diferentes categorias*, atreladas à qualidade dos serviços prestados.

Até aqui, no caso do Brasil, país constantemente utilizado por Arato e Cohen para exemplificar o contexto das transições democráticas em países que passaram pelo autoritarismo, apenas alguns tiveram seus direitos assegurados pelo Estado, o que os incluía na categoria de cidadãos. O Estado *falhou* em sua missão de garantir a universalidade desses direitos. Diante da falência do Estado, passe-se a responsabilidade à sociedade civil, plural, complexa, caracterizada por uma enorme diversidade, a qual poderá atender de formas também bastante diversificadas às demandas sociais da população, produzindo, conforme já foi aqui afirmado, *sistemas paralelos* de educação, de saúde, assistência social, etc. É diante deste impasse em relação à crise do estado de bem-estar que a sociedade civil tem sido crescentemente convocada a intervir na realidade social cada vez mais excludente.

Parece-nos que uma das principais características desses *novos tempos* está exatamente no fato da sociedade ter se complexificado a tal ponto que não é mais possível encontrar alternativas no âmbito da dualidade, como se a resposta estivesse *ou* no Estado *ou* na sociedade civil. Esboçar uma teoria da sociedade civil contemporânea é, sem dúvida, tarefa de extrema relevância desempenhada por Arato e Cohen, que nos permite uma melhor compreensão de determinados fatos hoje existentes na sociedade. Fazê-lo, entretanto, como um contraponto às tentativas de explicação que se referenciam no Estado e imputando à sociedade civil *as respostas* às questões colocadas por esses *novos tempos*, inclusive àquelas existentes no próprio Estado, pode jogar-nos novamente no maniqueísmo da dualidade, como se as respostas tivessem que necessariamente estar *ou* em um *ou* em outro lugar, o que nos imobiliza, exatamente por

não problematizar as complexas relações existentes entre ambos e por inviabilizar a criação de alternativas nos dois espaços.

Vasconcelos (1999) demonstra que tanto o Estado quanto a sociedade civil não podem, na sociedade capitalista contemporânea, ser vistos de forma homogênea, como blocos monolíticos. Ambos devem ser vistos como complexas arenas de luta. Nas palavras do autor:

O Estado não pode ser concebido como um bloco sem fissuras, senão como arena de lutas entre frações de classe, que eventualmente podem ocupar direta ou indiretamente espaços da burocracia e dos aparatos institucionais. O Estado não é mais visto como uma abstração que paira sobre as classes, mas como um aparato complexo transformado em objeto e luta de classes, cujas unidades instrucionais se constituem em campos de ação dos diversos grupos políticos e sociais em pauta.

A questão do fracionamento do Estado está intimamente vinculada à questão de sua “autonomia relativa”. Já percebemos que o Estado não pode simplesmente ser visto como instrumento direto ou imediato de uma classe (concepção instrumentalista ou maquiavélica), ao contrário, se desenvolve em um contexto de lutas tanto na sociedade civil quanto em seus próprios aparatos. Estes aparatos (Executivo nacional, regional ou local, Legislativo, Judiciário, Exército, Instituições de bem-estar, etc.) têm leis e regras diversificadas e são ocupados por burocracias com características e organização hierárquica também específicas. Assim, as políticas derivadas do Estado não podem responder diretamente apenas às demandas da acumulação, já que sempre exigem a formação de um “bloco histórico” que inclua em um projeto hegemônico o acordo e/ou a coerção entre todas essas forças e subsistemas institucionais fora e dentro do Estado. Essa mediação intrínseca da estrutura do Estado conforma sua “autonomia relativa” (Vasconcelos, 1999).

Partindo do pressuposto da complexidade tanto do Estado quanto da sociedade civil, o autor continua sua linha de raciocínio, dizendo-nos que no que se refere às políticas sociais, elas também estão mediadas por lutas inter e intra-aparatos do Estado e pelos interesses de diversos grupos da sociedade civil. Com relação a esta última, o autor nos diz que:

Na abordagem da dinâmica da sociedade civil, as concepções ortodoxas, linearmente classistas e reducionistas, devem ser substituídas por uma visão que amplie o espectro das determinações e segmentações dos diversos setores sociais (Vasconcelos, 1999).

Desta forma, não há como deixar de levar em consideração, na discussão da relação estabelecida entre a sociedade civil e o Estado, sobretudo no que tange às políticas sociais, o importante papel dos movimentos sociais. Para o autor, os conflitos sociais existentes naquela relação, não mais determinados somente pelas relações de produção, mas, principalmente, pelas relações políticas de dominação, pela natureza da sociedade civil e pelos modos específicos de interpretação ideológica constituem o campo da “luta popular-democrática” (Vasconcelos, 1999).

Ainda de acordo com o autor, as formas de organização da hegemonia econômica e social nas sociedades capitalistas, principalmente no que se refere às políticas sociais, são historicamente determinadas e a análise da história recente nos faz perceber marcos importantes que resultam no quadro complexo que hoje vivenciamos. Um deles é, certamente, o *keynesianismo*, que promoveu transformações nos países centrais tanto na estrutura do Estado quanto na sociedade civil que geraram uma “ruptura epistemológica” na abordagem do próprio Estado. Entre os efeitos do *keynesianismo*, Vasconcelos aponta:

- 1. A modificação nas fronteiras entre público e privado, dada as crescentes intervenções do Estado nas esferas de produção, distribuição, circulação e reprodução social, promovendo uma politização do social à medida que as lutas que se limitavam à esfera privada e mercantil passam a depender cada vez mais do Estado;*
- 2. A mudança significativa nos padrões de reprodução social pelo crescente processo de socialização e coletivização do consumo assumido pelo Estado nas diversas formas de salário indireto, independente da venda da força de trabalho;*

3. *O deslocamento de parte do conflito capital/trabalho para a lógica da cidadania e dos direitos sociais (Vasconcelos, 1999).*

A crise fiscal do estado das décadas de 70 e 80, defende o mesmo autor em uma de suas teses, é a crise do *keynesianismo* e de suas formas de intervenção estatal e *promove e/ou exacerba uma série de conflitos no campo das políticas sociais*. Em meio a esses conflitos, ele destaca os movimentos de empregados e funcionários do estado e o de usuários e beneficiários do estado, além de sinalizar a existência de alguns laços de solidariedade entre os dois tipos de movimentos, mesmo com os conflitos de interesses específicos em algumas áreas da política social:

Em termos analíticos, o desenvolvimento deste processo de alianças entre funcionários e usuários das políticas estatais representa o esboço de uma base mínima de unidade para a luta popular-democrática no campo da cidadania. (Vasconcelos, 1999).

Retomando, a partir de uma análise crítica, as idéias de Marshall sobre a cidadania, o autor nos diz que:

De certo modo, a matriz marshalliana constitui uma ideologia historicamente associada à socialdemocracia e ao keynesianismo. Isso significa que é o discurso da denominada terceira via entre o capitalismo liberal (que leva à injustiça do mercado e à situação de caos social) e o socialismo (ao qual se atribuem os males do planejamento centralizado, da burocratização e do coletivismo desindividualizante). É o discurso da denominada “economia mista” que evita os males do capitalismo selvagem do século passado e do stalinismo, discurso que coincide com o triunfo da socialdemocracia na Europa, conciliando o crescimento econômico com uma certa distribuição.

Do ponto de vista dos elementos internos que utiliza, o discurso marshalliano expressa e articula as diversas interpretações que constituíram ou constituem o centro de pelo menos três séculos de luta popular-democrática, que se encontram sintetizados com as categorias de direitos civis, políticos e sociais. Tais interpretações não têm um conteúdo preciso de classe e constituem uma arena de luta político-ideológica por excelência. Ao mesmo tempo, como já manifestamos, as limitações lógico-racionais não constituem obstáculos para a sua utilização eficaz.

A construção de um discurso popular contra-hegemônico significa a possibilidade de reapropriação ou rearticulação - dentro da terminologia de Laclau - de tais elementos interpretativos em seu conjunto, dentro do processo de luta. Esta rearticulação não se realiza aleatoriamente ou formalmente, mas obedece à lógica concreta dos interesses e do jogo de forças sociais, que constantemente constroem e reavaliam, de forma explícita ou não, seu conjunto de diretrizes táticas e estratégicas. (...)

(...) Na América Latina e no Brasil especificamente, os temas do direito a condições de vida dignas, que inclui o direito à saúde, à educação, à moradia, o direito de assistência ao idoso e à infância desvalida, entre outros, têm constituído a forma discursiva predominante no jogo de lutas Estado/população. Pelas razões já expostas, diremos que o discurso da cidadania articula uma tradição democrática secular. Por sua própria imprecisão formal e por não ter um conteúdo definido de classe, tem constituído um elemento interpelativo básico, capaz de amalgamar o discurso dos movimentos sociais no campo das políticas sociais. As reivindicações na área dos benefícios e dos serviços articulam seu conteúdo concreto ao tema do direito social, somando historicamente a seu significado a nova conquista que se exige do Estado. Ao mesmo tempo, o Estado e o conjunto de grupos e interesses internos a seus aparatos buscam se reapropriar deste discurso mostrando como seus programas respondem eficazmente ao direito social reivindicado (Vasconcelos, 1999).

Essa compreensão da complexidade da sociedade civil e de sua relação com o estado a partir do papel também desempenhado pelos movimentos sociais desloca então o eixo da discussão das políticas sociais do *discurso de classe* para o *discurso da cidadania*, o que nos permite compreender uma série de questões tratadas neste estudo.

Aqui, é impossível falarmos de sociedade civil sem minimamente nos referirmos à questão do estado de bem-estar, não necessariamente como uma alternativa a ele, mas em sua complexa relação com ele. A crise do estado de bem-estar está atrelada à mudança do modelo de produção existente na sociedade capitalista. O mundo pode não ter necessariamente mudado de base, como assim defendem os que advogam pela pós-modernidade, mas a mudança no modelo de produção é inegável e a ela estão ligadas muitas das transformações ocorridas na sociedade, com as quais estamos tendo que nos

confrontar, principalmente aquelas ligadas ao papel até então desempenhado pelo estado na sociedade.

De acordo com Murray (1988), o modelo de produção dominante no século XX, o Fordismo, marcado pelos sistemas de produção em massa, criou o “trabalhador em massa”, *fragmentando as tarefas dos trabalhadores em um conjunto de movimentos repetitivos, tratando seres humanos como partes intercambiáveis de uma grande máquina e erguendo uma rígida divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual* (Murray, 1988). O impacto desse modelo pôde ser sentido não apenas na economia, mas também em vários outros setores da vida em sociedade, como na política, com os partidos de massa, na cultura e no estado de bem-estar. Neste último, à idéia de um *produto padronizado* foi dada uma interpretação democrática, com os serviços universais que pretendiam atender necessidades básicas, deixando de levar em conta a variedade existente nos serviços públicos e as escolhas dos usuários. O planejamento centralizado e as estruturas hierárquicas reinavam tanto na fábrica quanto no estado de bem-estar.

Transformações políticas, econômicas, sociais e culturais, resultantes da crise do petróleo na década de 70, da conseqüente queda no consumo e, também, do acelerado desenvolvimento científico e tecnológico reorientaram o sistema produtivo e levaram à substituição do modelo Fordista pelo Pós-Fordismo, caracterizado basicamente pela flexibilidade e pela inovação. O que é levado em consideração agora não é mais a produção em massa padronizada, distribuída de acordo com o padrão de consumo das diferentes classes sociais. Os consumidores agora são divididos por sexo, faixa etária, renda, ocupação e etc. A pesquisa de mercado e o *design* ocupam lugar central no novo sistema e estão, por meio da informática, diretamente ligados à produção, que deve ser

suficientemente flexível para adequar-se aos dados constantemente levantados. Em seu maior emblema, o sistema Toyota, a mudança substancial não está tanto no tempo gasto para se produzir um carro, mas nos métodos de controle e organização do trabalho. *O trabalhador é designado a agir não apenas como máquina, mas também como computador* (Murray, 1988). A gestão centralizada não pode mais acessar todas as informações necessárias à produção que se quer inovadora e flexível, que responda efetivamente às oscilações das demandas. A qualidade não pode mais ser alcançada por trabalhadores manuais desqualificados. O que esse sistema acaba por fazer é criar um núcleo de trabalhadores multi-qualificados, cujas tarefas incluem não só a produção, mas a melhoria dos produtos e processos sob seu controle. Como consequência, muda também a forma de contrato destes trabalhadores, uma vez que eles não são mais facilmente intercambiáveis e que o que conta neste novo modelo é a experiência por eles acumulada.

O que o novo sistema então cria, com o avanço tecnológico e a necessidade de mão de obra qualificada, é, por um lado, um pequeno núcleo de trabalhadores extremamente qualificados, uma minoria, que possui segurança e garantias trabalhistas. Por outro lado, também gera uma grande maioria de trabalhadores periféricos, fragmentados e mal pagos. Para Murray, um dos maiores perigos do Pós-Fordismo é a forma pela qual a distância entre esse núcleo formado pela minoria e a periferia formada pela grande maioria tem aumentado. A principal tarefa agora seria a construção de *pontes* entre esses trabalhadores que diminuiriam a distância entre eles. Os sindicatos representativos desse pequeno núcleo de trabalhadores multi-qualificados deveriam, para o autor, usar seu poder para estender seus benefícios a todos os trabalhadores (Murray, 1988).

Ainda segundo o autor, nós precisamos aprender com o Pós-Fordismo as inovações organizacionais e aplicá-las nas estruturas públicas e políticas. No âmbito do Estado, isso significa redefinir seu papel como estrategista, inovador, co-ordenador e incentivador de produtores. Os serviços públicos, ao invés da padronização na universalidade, deveriam ser diferenciados, baseados nas demandas locais e no poder local, além de serem descentralizados. As políticas públicas deveriam se reestruturar para levar em conta as prioridades sociais, com reformas no trabalho e na educação, com democracia industrial, desenvolvimento sustentável, levando também em conta as preocupações dos usuários com a qualidade e variedade dos serviços. Novas leis deveriam ser implementadas, criando outros modelos de incentivo, novas formas de barganhas coletivas, enfim, o Estado deveria passar por uma reestruturação realmente estratégica e adequada a esses novos tempos, incorporando uma série de características colocadas pelo novo sistema de produção.

Sader (1994) também afirma que estamos efetivamente vivendo um esgotamento do modelo de estado de bem-estar, com o fim do longo ciclo expansivo do capitalismo. Além disso, diz ele, estamos vivendo uma profunda crise de representação tanto do Estado quanto dos partidos e organizações sociais. Nesse contexto, o Estado deixa de ser solução e passa a fazer parte do problema.

Livre das exigências do mercado e distante da burocracia do poder estatal, a solução no que tem sido caracterizado como *terceiro setor*, uma nova forma de organização da sociedade civil contemporânea, surge então como forte possibilidade e pode ser apropriada de diferentes formas. Identificamos uma definição do que seria o *terceiro setor* que nos parece bastante pertinente ao tipo de organização abordada neste estudo:

Embora a terminologia utilizada e os propósitos específicos a serem perseguidos variem de lugar para lugar, a realidade social subjacente é bem similar: uma virtual revolução associativa está em curso no mundo, a qual faz emergir um expressivo 'terceiro setor' global, que é composto de (a) organizações estruturadas; (b) localizadas fora do aparato formal do Estado; (c) que não são destinadas a distribuir lucros aferidos com suas atividades entre os seus diretores ou entre um conjunto de acionistas; (d) autogovernadas; (e) envolvendo indivíduos num significativo esforço voluntário. (Salamon, 1993, in Fernandes, 1994)

O *terceiro setor*, entretanto, é bastante heterogêneo e complexo e a concepção que se tem dele, como bem observa o autor, pode variar de lugar para lugar. Aceitá-lo ou rejeitá-lo, pela forma como tem sido proposto como solução para os problemas sociais nesses *novos tempos*, inclusive como resposta aos impasses existentes no âmbito do estado de bem-estar, parece implicar, como veremos adiante, sobretudo em uma posicionamento ético-político em relação à sociedade que queremos construir a partir das múltiplas possibilidades que nos são colocadas.

Para Menescal (1996), o *terceiro setor* surge para suprir determinadas necessidades da sociedade que não são supridas nem pelo Estado e nem pelo mercado e nele se incluem as organizações não-governamentais, nova forma de organização da sociedade civil que surge no Brasil, sobretudo na década de 70, se multiplica nas décadas de 80 e 90, consolidando-se nesta última. Elas são, segundo o autor, provedoras de bens coletivos, públicos e sociais. A relação que elas estabelecem com a sociedade é uma relação de solidariedade, uma vez que elas podem apoiar grupos e movimentos populares de uma forma que nem o Estado e nem o mercado são capazes. O mercado estabelece uma relação de troca com a sociedade e o Estado uma relação de hierarquia. Nessa relação solidária com a sociedade, as ongs não apenas *dão*, elas também *recebem* apoio (pessoal, material e simbólico) da sociedade; elas não se colocam nem sobre e

nem sob os grupos e movimentos populares, colocam-se a seu lado e perseguem interesses comuns. Por essas características, há aspectos comuns entre as ongs do Norte e do Sul do planeta; entre eles, podemos citar a solidariedade e a atuação política.

É, no entanto, como bem afirma Cardoso (1997), na década de 90, que este chamado *terceiro setor* assume, no Brasil, uma forma bem mais ampla e genérica. Segundo a autora, na década de 80, ele é marcado fundamentalmente pela atuação das organizações não-governamentais. Na década de 90, englobamos no mesmo as entidades filantrópicas, de defesa dos direitos, ambientais, esportivas, culturais, de trabalho voluntário, além da filantropia empresarial e passamos a contar com todos esses atores para a solução dos problemas sociais existentes no país. Para a autora, o Comunidade Solidária⁹ não foi um órgão executor do governo federal, mas um mobilizador, um articulador e catalisador de ações no âmbito do terceiro setor.

No contexto em que hoje vivemos, caracterizado por alguns, como vimos, como *pós-moderno*, às vezes temos a impressão de estarmos vivendo um grande *vale-tudo*, no qual *tudo é possível e válido*. É nele que as respostas às crescentes desigualdades sociais também se ampliam em um leque de possibilidades que podem tanto nos fazer avançar rumo a uma sociedade mais igualitária quanto nos fazer retroceder a partir da constatação de que estamos vivendo algo efetivamente tão novo que algumas das respostas encontradas até aqui não valem mais. Assim, até o trabalho das ongs, da forma como vinha sendo concebido em nossa sociedade até a década de 90, parece ser diluído como uma entre as muitas e múltiplas respostas à *exclusão social*¹⁰. A proposta da

⁹ Órgão do governo federal, composto, em 1995, por uma articulação entre políticos, ministros e representantes da sociedade civil. O conselho do Comunidade Solidária era presidido pela primeira dama.

¹⁰ O conceito de *exclusão social* utilizado neste trabalho é aquele proposto por Sarah Escorel, o qual, nas palavras da autora, é um conceito *essencialmente qualitativo cuja importância não advém do número que adescrive e sim das condições da existência humana que são delineadas*:

criação de uma grande rede de solidariedade, por exemplo, como solução para os problemas sociais no Brasil, da qual fazem parte indistintamente todos os atores anteriormente mencionados, compondo o que vem sendo chamado de *terceiro setor*, parece ser uma solução que aponta para o caminho no qual o Estado se desresponsabiliza da execução e do controle das ações e tudo passa a encontrar solução apenas na sociedade civil, em iniciativas desvinculadas de projetos globais:

Acredito que - para nós, no Brasil - ONG é um nome próprio que se deu a um tipo de organização surgida nos anos 70 e que desde então fez um caminho. É um tipo específico dentro da família mais ampla das organizações sem fins lucrativos. É mais politizado e tem uma forte componente de “advocacy”, como dizem os norte-americanos. O campo que nos interessa, no entanto, é muito mais amplo. Abarca fundações e institutos privados, que são os instrumentos de investimentos não lucrativos do setor empresarial. Inclui as instituições oriundas dos investimentos sociais da igreja, como as escolas e as Santas Casas. Incorpora a explosão associativa das últimas décadas, que se manifesta num sem número de organizações voluntárias. Recupera a imensa rede capilar de organizações de assistência social vinculadas aos valores da caridade. Inclui bibliotecas, museus, centros culturais e artísticos que sendo de origem privada pretendem realizar um serviço de interesse propriamente coletivo. Inclui também os novos centros de pesquisa, tanto no campo das humanidades quanto no das tecnologias. As Escolas de Samba do Rio de Janeiro são um bom exemplo. Quem quiser hoje começar um projeto em bairros pobres ou favelas do Rio de Janeiro encontrará ali instituições estruturadas e capazes de prestar serviços que vão muito além do Carnaval, o qual, aliás, presta

“A partir dos trabalhos de Hannah Arendt e de Robert Castel tenho trabalhado uma abordagem da exclusão social considerando-a como um processo que envolve trajetórias de vulnerabilidade, fragilidade ou precariedade e até ruptura dos vínculos em cinco dimensões da existência humana em sociedade (econômica, sócio-familiar, política, cultural, humana). Hannah Arendt analisa a condição humana na vita activa através de três atividades ordenadas axiologicamente. Parte daquela em que mais parecemos com os animais (o labor, o metabolismo, que responde a necessidades inexoráveis e irreprimíveis e cujo produto é a própria vida, a condição de animal laborans), passa pelo trabalho (a capacidade de fazer, fabricar e produzir que constrói o mundo em que vivemos, a condição de homo faber), até atingir a atividade que mais distingue os homens como humanos que é a ação (englobando o agir e o falar, constituindo o bios politikos, a condição de interação entre os homens e a construção de um mundo em comum, a esfera pública). Assim, considero a exclusão social como um processo no qual os indivíduos são reduzidos à condição de animal laborans, cuja única atividade é a sua preservação biológica, e na qual estão impossibilitados do exercício das potencialidades da condição humana. Esse processo tem “traduções” específicas segundo o âmbito da vida social em que ocorrem.” (Escorel, s/d).

por si só um enorme serviço à economia e à cultura do Rio de Janeiro. (...) Acho então muito difícil definir, a priori, qual organização tem o sentido amplo do social e qual atende meramente à necessidade voluntária de um grupo. O campo do não governamental, ou do não lucrativo, é nesse sentido muito mais amplo do que se costuma reconhecer. Proponho, neste sentido, uma denominação genérica, do tipo: “OSC - Organização da Sociedade Civil”. (Fernandes, 1996)

É a presidente do GIFE¹¹, Evelyn Berg Ioschpe (1997), que nos dá uma pista do que pode estar em jogo na concepção do *terceiro setor* enquanto “solução” quando o contrapõe à filantropia. Ao explicar os motivos que levaram à substituição do nome dos *Encontros Ibero-americanos de Filantropia* para *Encontro Ibero-americano do Terceiro Setor*, à época da realização do *III Encontro*, no Rio de Janeiro, em 1996, ela nos esclarece que o termo filantropia vem do grego e significa amor à humanidade, compreendendo uma ação altruísta e desprendida. Para o GIFE, entretanto, a ótica do mercado já não permite este desprendimento, exigindo a previsão de retorno do investimento realizado tanto em relação ao beneficiário quanto em relação ao investidor. O retorno, explica-nos, não é em moeda, mas em desenvolvimento.

No quadro de crescente exclusão social esta nos parece ser, no mínimo, uma afirmação complicada. Conforme foi sinalizado na introdução deste trabalho, o tempo dos financiadores, na maioria das vezes, é muito diferente do tempo necessário à execução do que chamei de *ações retrospectivas* de intervenção na realidade social, ou seja, de ações junto àquelas camadas da população que vêm vivendo, ao longo dos anos, uma situação de desvantagem, decorrente das desigualdades sociais. Nesse sentido, basta-nos fazer perguntas simples: Quem delimita os indicadores de resultados? Os investidores ou os beneficiários das ações? A serviço *de que* ou *de quem* se

¹¹ Grupo de Institutos, Fundações e Empresas.

desenvolvem tais ações? Que valores perpassam as mesmas? As respostas a tais perguntas não podem ser geradas apenas no âmbito da oferta de serviços sociais por parte das organizações da sociedade civil. Elas também estão diretamente ligadas, como veremos posteriormente, aos direitos políticos e civis. No caso do Brasil, por exemplo, trata-se da ampliação da sociedade civil, garantindo aos beneficiários de tais ações a participação política nos espaços de decisão, como os diversos conselhos locais. Trata-se, portanto, da criação de uma esfera pública na sociedade na qual exista efetivamente a participação da sociedade civil. E a *cara* da sociedade civil brasileira, quando ela realmente se ampliar, não será a *cara* da presidente do GIFE ou de demais organizações da sociedade civil que têm ocupado os espaços de elaboração de políticas públicas. Os perfis desses indivíduos são muito diferenciados, aproximando-se, muitas vezes, mais do perfil das elites do que da grande maioria da população brasileira. Suas participações nesses espaços variam de acordo com os interesses dos grupos que representam.

Assim, os variados tipos de respostas ao crescente quadro de exclusão social produzidas por organizações da sociedade civil podem estar atendendo a objetivos dispersos e diversos uns dos outros, além de poderem contribuir tanto para a desmobilização da sociedade e para um processo cada vez maior de individualização no interior da mesma quanto para a difícil criação de uma esfera coletiva e pública. Afinal, vivemos em um mundo que, por um lado, nos brinda com um progresso avassalador e, por outro, nos remete quotidianamente às desigualdades produzidas por esse mesmo progresso. Nesse cenário, a própria sociedade vai produzindo *absurdos cotidianos* com os quais parecemos simplesmente nos acostumar, como o processo de exclusão social hoje existente. É evidente que o fato de nos *acostumarmos* com esses absurdos cotidianos se constitui em um mecanismo de defesa criado por cada um de nós

individualmente, uma vez que o enfrentamento coletivo dos problemas em nossa sociedade é algo que se torna, a cada dia, mais difícil. Indivíduos passam a buscar, de acordo com suas posses, alternativas particulares, e se descomprometem, cada vez mais, do todo social. Como Freire Costa afirma:

Neste clima de desorientação e ansiedade, os indivíduos tendem a perder, em maior ou menor grau, o sentido de responsabilidade e pertinência sociais, por si só já precários nas sociedades burguesas, particularmente naquelas subdesenvolvidas como a nossa. (Costa, 1988).

A polêmica em torno da pós-modernidade teve que ser aqui levantada para que tenhamos a dimensão do contexto em que se insere a discussão sobre a sociedade civil nos dias de hoje. Quer dizer, de alguma forma, as novas respostas que a sociedade vai criando para os problemas que ela mesma gera, por meio da organização, das associações, etc., podem tanto estar vinculadas a um projeto de construção de uma sociedade mais justa, uma vez que, mesmo sendo ações específicas, locais, micro-ações, não percam a dimensão da sociedade em que estão inseridas e de que tipo de sociedade se pretende construir, quanto podem ser caracterizadas, mesmo em meio a tantos mapas e possibilidades, como respostas *pós-modernas* às desigualdades sociais inerentes à sociedade moderna desde a sua criação.

1.2 - ONGS: NOVOS ATORES NO ÂMBITO DA SOCIEDADE CIVIL BRASILEIRA:

Arato e Cohen trazem, sem dúvida, contribuições importantes às reflexões sobre a sociedade civil nas sociedades contemporâneas. É na complexidade desses novos tempos que, como vimos, a sociedade civil emerge como esperança, como uma via possível para a criação de uma esfera pública na sociedade e como *locus* privilegiado para a busca de alternativas e soluções para vários problemas de ordem política, social e econômica. Diferenciada da sociedade política e da sociedade econômica, um de seus papéis cruciais na sociedade é o de gerar influência sobre ambas e apesar de incluir também a esfera privada, como a família e as associações voluntárias, seu potencial de transformação social encontra-se em sua atuação na esfera pública, que também a constitui e para a qual é fundamental.

Determinante então para a criação de uma esfera pública na sociedade e composta por associações, movimentos sociais e formas de comunicação pública, a sociedade civil é criada pela autoconstituição e pela automobilização, é auto-limitadora, e pode existir de duas formas:

Sociedade civil como movimento: - uma sociedade civil constituinte, criadora da sociedade civil como instituição;

Sociedade civil como instituição: - versão constituída e institucionalizada da sociedade civil como movimento (Arato, A., 1995).

Uma das novidades no *revival* do conceito de sociedade civil é a compreensão da mesma como movimento. Os movimentos sociais são concebidos como uma

característica chave de uma sociedade civil moderna e como importante forma de participação dos cidadãos na vida pública, eles mantêm a cultura democrática viva.

Pode-se observar também que uma das características da sociedade civil é a pluralidade. Entre a gama de possibilidades abrangidas pelo conceito, surgem, a partir dos próprios movimentos sociais, no Brasil, as organizações não-governamentais, caracterizadas não mais como movimento, mas como instituição. Elas são uma entre as várias formas de atuação da sociedade civil e, a partir daqui, a elas nos deteremos.

A referência ao termo *ong* enquanto nome que se define pela negação é freqüente em publicações sobre o tema (Landim, 1993; Fernandes, 1996; Menescal, 1996; Vieira, 1998; Caccia Bava, 1997). O sentido da definição, entretanto, varia de autor para autor. Para Landim, a falta de intencionalidade inicial na constituição de organizações de um novo tipo em nossa sociedade, bem expressa na afirmação de um de seus entrevistados (*Fomos nos tornando ong sem saber.*) explica uma certa ausência de preocupação com a denominação, que passou a identificar, com o tempo, um tipo de organização. Sentido esse também atribuído por Caccia Bava. Para Fernandes, um termo restritivo, datado da década de 70, para organizações que tinham então características muito específicas. Para o mesmo autor, os novos tempos impõem a necessidade de uma definição mais ampla e genérica: organizações da sociedade civil. Para Menescal, um termo extremamente vago, uma vez que muitas outras organizações também podem ser caracterizadas como não governamentais, tais como sindicatos, partidos, associações de bairro, etc. Para Vieira, o propósito inicial em ser não governamental foi a necessidade de ser *de costas para o Estado*, sentido também atribuído por Caccia Bava no período de surgimento das ongs.

A simples exploração de tais referências poderia nos remeter a uma gama de questões em que o tipo de instituição denominado pela pequena sigla está diretamente implicado. A intenção, todavia, não é explorar as diferentes definições do *não-governamental*, mas tentar construir um caminho de análise que nos leve à compreensão da complexidade adquirida por essas organizações em nossa sociedade. O *não-governamental* como caracterização permite olhares diversos sobre essas organizações de novo tipo que surgem na sociedade brasileira na década de 70, período que é consenso entre os diversos autores, e que se consagram nas décadas de 80 e 90.

Começaremos por um passeio pela história dessas organizações, passando por sua origem na sociedade brasileira, seu desenvolvimento e consolidação. Nesta última fase, iremos identificar uma especialização no campo das ongs, com a sua divisão em vários subconjuntos que parecem atuar também de formas bastante diferenciadas em nossa sociedade. Talvez sejam eles que tragam para o universo das ongs o papel de uma intervenção cada vez maior na realidade social, uma vez que têm atuações específicas, localizadas. Como o objeto deste estudo é exatamente a análise do papel de um desses subconjuntos em nossa sociedade, esse mapeamento inicial torna-se necessário.

Landim (1993) faz um detalhado estudo sobre o surgimento e o desenvolvimento das ongs em nosso país, sobretudo na cidade do Rio de Janeiro. Como ela mesma afirma, procura traçar a história da produção de uma categoria de organização e de uma ocupação profissional *sui generis*. A autora identifica um grupo de instituições pioneiras que, curiosamente, mesmo sem terem se dado conta disso ou pretendido isso, possuem inicialmente certa identidade: prestam assessoria ao movimento popular, nascem dos Centros de Educação Popular, possuem dinâmicas locais e internacionais, relacionando-se com suas bases e com seus financiadores (ongs internacionais). Os Centros de

Educação Popular possuíam, à época, um caráter conjuntural, eram ferramentas que poderiam ser abandonadas ou superadas pela dinâmica dos próprios movimentos a que se ligavam. Daí a não-intencionalidade inicial dessas instituições, as quais, em sua grande maioria, eram ligadas à igreja e agregavam pessoas vindas de locais variados, como universidades, as próprias igrejas, partidos e organizações de esquerda.

Naquela época, a conjuntura era diferente. No Brasil, havia um inimigo comum, a ditadura militar e, com ela, o acirramento da luta pela conquista de direitos. No mundo, havia um modelo alternativo à sociedade capitalista. A desconfiança das agências de cooperação internacional quanto à utilização dos recursos destinados ao Brasil por parte do Estado ainda durante o regime militar fez com que recursos passassem a ser canalizados para instituições que prestavam assessoria ao movimento popular, o que propiciou um crescimento das ongs no Brasil entre as décadas de 60 e 80. Nesse período, como afirma ainda Landim (1993), há um crescimento de 68% em ajuda externa ao Terceiro Mundo. A decisão do Conselho Mundial de Igrejas, entre as décadas de 60 e 70, de intensificar seu apoio a movimentos contra as ditaduras na América Latina também contribuiu para o surgimento dessas organizações.

Apesar de nascerem de instituições ligadas à igreja, as quais, em sua maioria, tinham o caráter assistencial em suas ações, fica evidente, no estudo de Landim, que essas várias ações de assessoria ao movimento popular, que misturam profissionais de origens diversas em um determinado período da história de nosso país, convergem para um movimento de emancipação dessas ações¹², no qual era importante se diferenciar das

¹² Como afirma a autora:

A pergunta pelos “pioneiros” me lançou numa história composta por reuniões, encontros, articulações discretas, muitas a nível nacional, paróquias, dioceses e organismos eclesiais; bispos, padres, freiras e leigos católicos, além de alguns pastores e agentes do chamado

ações até então desenvolvidas por meio da secularização e da vocação para a política em oposição ao assistencial. Como marco dessa convergência de certa identidade nas ações desenvolvidas por esses vários atores, Landim encontra, na fala de seus entrevistados, a realização do oficialmente chamado de “Encontro Ad-Hoc” ou do que ficou conhecido como “Encontro de 72” ou como “Encontro de Educação Popular de 72”¹³.

O “Encontro” marca, na análise de Landim, a existência de um “nós” e dele nasce o NOVA¹⁴, que, nas palavras da autora, *já nasce ong*, diferentemente da FASE¹⁵, por exemplo, que se transforma, aos poucos, em ong, por substituição de antigas práticas por aquelas que viriam a marcar o perfil dessas novas organizações. O NOVA nasce não governamental e sem fins lucrativos, como as demais instituições, mas distingue-se por suas práticas e por sua natureza político-pedagógica. Está aqui, então, a marca da distinção, a vocação política, em oposição à assistencial, além da secularização. Para a autora, o nascimento do NOVA e do CEDI¹⁶ constituem um marco, elas são ongs modelares das atuais.

mundo ecumênico: processos que se reavivam na história de vida de gente que ocupa hoje posições de destaque nas “Ongs” no Rio de Janeiro. (Landim, 1993).

¹³Como afirma uma das entrevistadas de Landim (1993):

Então, a reunião de 72 consistiu no seguinte: Henryane de Chaponay foi a pessoa encarregada pelo CMI (Conselho Mundial de Igrejas) de reunir agentes que estivessem envolvidos em “projetos” nas bases da sociedade, pelo Brasil a fora, para discutir critérios para os financiamentos daquela entidade internacional. Não era de hoje que o CMI vinha financiando projetos, mas a história contada é de que necessitava de critérios de outra natureza: “Então, o que eles recebiam de pedidos, o que havia na época, era: projeto para fazer um poço, para fazer um hospital, para fazer uma escola. Isso, eu acredito, eram os projetos que eles recebiam. E começavam a se interrogar sobre se isso tinha sentido...” (E.) (Landim, 1993, pp.118-119).

¹⁴ NOVA, Pesquisa, Assessoria e Avaliação em Educação, ong criada na cidade do Rio de Janeiro, a partir do Encontro, tendo sido efetivamente fundada em 1973.

¹⁵ Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional, ong criada na cidade do Rio de Janeiro, em 1961.

¹⁶Centro Ecumênico de Documentação e Informação, ong criada na cidade do Rio de Janeiro, em 1974.

As ongs nascem então com uma marca bastante específica, a marca do político, o que as relacionará diretamente à cidadania e à possibilidade de uma mudança em nossa sociedade, na qual a população excluída não é vista mais como indigente, merecedora de benesses do Estado e da sociedade, mas como um conjunto de cidadãos portadores de direitos.

Em sua forma jurídico-institucional, uma ong é uma entidade civil, sem fins lucrativos. Está então, de acordo com o Código Civil Brasileiro, na categoria das sociedades civis, religiosas, pias, morais, científicas ou literárias, as associações de utilidade pública, as fundações, o que a coloca, também segundo Landim (1993), em um rol de instituições que possuem valores variados em sua constituição, tais como caridade, altruísmo e militância. A gênese dessas organizações, no entanto, lhes imprimi um caráter político e é esse caráter que lhes dará visibilidade, sobretudo na década de 80, quando desempenham um importante papel no processo da Constituinte, tendo como principal atuação a mobilização e a articulação política pela conquista de direitos.

No campo da criança e do adolescente, são elas que vão protagonizar todo um processo de mobilização pela aprovação do artigo 227 na nova Constituição Brasileira, que viria a ser regulamentado pelo *Estatuto da Criança e do Adolescente* (Lei 8069/90).

Todo o movimento a favor da criança e do adolescente, apesar de ter construído uma identidade própria, está diretamente relacionado a essas novas formas de organização social e política características da década de 80, como os movimentos de setores da sociedade civil organizada em torno do processo de democratização da sociedade brasileira.

É nesta arena de luta que as organizações não-governamentais, como novos atores na cena política brasileira, ganharão visibilidade. Seu papel inicial era então o de

assessoria aos movimentos sociais que demandavam a garantia de direitos para diversos atores sociais e ações por parte do Estado (Landim, 1993; Gohn, 1997).

No início dos anos 90, as ongs ganham notoriedade no Brasil e passam a ser reconhecidas pela população em geral após a realização da ECO-92, quando ganham um grande espaço na mídia e, é claro, geram polêmica¹⁷. O que são? Do que vivem? A partir desse evento, as ongs passam a ter também, segundo Landim, a marca da polissemia e o universo destas instituições cresce e se diversifica em vários subconjuntos (de ecologia, de mulheres, de índios, de negritude, de crianças e adolescentes).

Curiosamente, um dos sub-títulos do estudo de Landim (*Ong: não está no dicionário*; 1993) revela que, à época em que o mesmo foi realizado, ong era uma palavra que não estava no dicionário. Na última edição do Dicionário Aurélio, no final de 1999, encontramos ong no dicionário:

Organização não governamental. 1. *Qualquer organização que não integra o Estado e nem está diretamente ligada ao Governo, e cujas atividades, de natureza não-empresarial, estão voltadas para a esfera pública, esp. a prestação de serviços considerados relevantes para o desenvolvimento social [Sigla: ONG].* 2. *Designação genérica das entidades de caráter privado, sem fins lucrativos, e voltadas para questões tais como movimentos populares, ecologia, políticas de saúde, direitos humanos, população de rua, minorias, etc; seu propósito básico é o exercício da cidadania e da autonomia dos grupos que compõem a sociedade.*

A incorporação da sigla a um dicionário de grande circulação em nosso país denota também a visibilidade e a importância que essas organizações passam a ter, ao longo da década, na sociedade brasileira.

¹⁷ Segundo Landim(1993), as ongs começam a ganhar visibilidade no final dos anos 80 e *caem na boca do povo pós-Planeta Aterro*, ou seja, após a realização do Fórum Global, no Rio de Janeiro, em junho de 1992, quando aconteceu na cidade a UNCED (*United Nations Conference on Ecology and*

Quanto ao surgimento do subcampo de criança e adolescente no campo das ongs, vale registrar um trecho de uma das entrevistas realizadas neste estudo, o qual revela a percepção dessas organizações como um novo foco de poder existente na sociedade, além de relatar o processo pelo qual um grupo de pessoas que começou a desenvolver um projeto espontaneamente na rua cria uma ong, à medida que vai sentindo a necessidade de se instituir e que vai, aos poucos, efetivamente compreendendo o que significa este tipo de organização na sociedade.

As ongs foram um novo foco de poder, um tipo de organização diferente de partido político, diferente de sindicato, diferente de associação, as ongs traziam uma nova discussão, uma nova circunstância política, que era o poder civil, que não tinha mais o chavão do poder organizado. Quatro pessoas podiam se organizar, fazer uma ong e detonar fogo contra um determinado alvo que eles achassem interessante. Eu acho que esse poder, a sociedade teve um pouco de medo, e começou a cobrar, antes mesmo deles saberem o que era. Eu mesmo vim saber o que é uma ong há cinco anos atrás mais ou menos. Foi aí que eu vim saber para que serve, como se move, suas atribuições, suas competências, a quem deve satisfação, o que deve, o que é um organismo público operado privadamente, que todos os seus recursos passam a se constituir em recursos públicos, que seu patrimônio é um patrimônio público, até então ninguém sabia disso.

Então, a gente não sabia operar dentro desse novo poder, tanto que quando o Ex-Cola nasce, no final de 94, a gente já sabe basicamente o que a gente quer de uma ong. Aí, a gente já tinha definidos os projetos, tinha a situação jurídica definida. A gente viveu instituição, movimento, fórum, várias instâncias de organização. A gente sabia como funcionava cada coisinha daquela ali. A gente via as experiências de outras ongs, muitos vídeos, muitos trabalhos, havia um intercâmbio, entre 90 e 93, no país, que foi algo invejável. (Bezerra, Ex-Cola).

Mas é também no início da década de 90, após a queda do Muro de Berlim, que o cenário mundial se modifica. As agências de cooperação internacional voltam-se para os países do Leste Europeu e as ongs brasileiras passam a disputar financiamentos externos e internos. Os anos 90 marcam ainda um período de reformas político-

Development). O Fórum foi definido por alguns como uma “Conferência Paralela” da sociedade civil e

administrativas no país, o governo implementa a flexibilização da economia e a reforma do Estado. Há uma redefinição do tamanho do Estado, de sua inserção na área social. O Estado busca novos parceiros para a execução das ações nessa área. Privilegia, possivelmente por seu caráter inovador e polissêmico¹⁸, as ongs como parceiras.

A redefinição do papel do Estado e da sociedade civil em nossa sociedade passa, assim, a ser também questão dos anos 90 e nela estão diretamente implicadas as ongs. Ao que tudo indica, na década de 90, as ongs passam a ter um caráter interventivo muito maior na sociedade e este é o *pomo da discórdia*, uma vez que muitas delas são acusadas de estar ocupando o papel do Estado na execução de funções que seriam suas, contribuindo para um recuo do mesmo em relação às políticas públicas e para a conformação de um Estado Mínimo em nossa sociedade.

Segundo Gohn (1997), o que esta década assiste é a mudança paradigmática da ação social coletiva. Os atores que reivindicavam nos anos 80 serão aqueles que também se responsabilizarão, como executores, pela implantação e gestão do serviço reivindicado. As ações deixam então de se estruturar como movimentos sociais e passam a ser articuladas em grupos organizados, com certo grau de institucionalidade. Em suas palavras, eles devem: *ter como referência projetos, propostas de soluções, sugestões, planos e estratégias de solução das ações demandadas. O poder público se*

congregou cerca de 1200 entidades formalmente inscritas.

¹⁸ A polissemia aqui pode ser entendida no sentido que lhe é atribuído por Landim (1993), como diversificação e divisão de um campo em subcampos, e também no sentido que é atribuído por Sposati (s/d), no qual as ongs hoje poderiam ser consideradas um grande *saco de gatos*, uma vez que, sob a rótulo do não-governamental podem se abrigar diferentes tipos de instituições, com objetivos também bastante diferenciados uns dos outros. É nesse sentido que a autora desenvolve, em seu artigo, a necessidade de se tratar da ética das ongs em relação ao Estado e à Sociedade, assim como a necessidade de classificá-las de acordo com seus princípios, objetivos e tipo de atividades desenvolvidas. Nas palavras da segunda autora, o que distingue as ongs entre si são: *os objetivos a que se propõem tornando-as parceiras ou não de um projeto coletivo qualificador da vida e da democracia para a sociedade, principalmente para os setores populares* (Sposati, s/d).

transforma em agente repassador de recursos. A operação é intermediada pelas ongs (Gohn, 1997).

Se os movimentos sociais assessorados pelas ongs na década de 80 eram mandatários do Estado, na década de 90, em meio a uma nova conjuntura política e econômica, vemos a mobilização e a articulação em torno de demandas de diversos segmentos da população dando cada vez mais lugar à intervenção. Esta mudança no perfil de atuação das ongs enquanto sociedade civil pode estar, para alguns, relacionada ao esvaziamento dos movimentos sociais em contraponto à ampliação da atuação das ongs nos anos 90.

Ainda segundo Gohn (1997), a chamada *crise dos movimentos sociais* não deve ser generalizada, o que caracteriza os anos 90 são novas formas de atuação da sociedade civil, como foi acima explicitado. Em suas lutas, os próprios movimentos sociais logo criam associações que representem seus interesses, e estas se cristalizam em ongs. Com a mudança da relação da sociedade civil com o Estado, as ongs deixaram o seu papel de assessoria e passaram a ter centralidade, uma vez que a nova era irá exigir novas relações entre o Estado e a sociedade civil. De acordo com a autora, os movimentos sociais não estavam preparados para esta nova era. Ela encontra no período após 1982 a grande expansão das ongs no Brasil e afirma que ele coincide com uma fase da vida nacional em que dois elementos se destacam: 1) a reordenação das forças político-sociais em blocos partidários; 2) o discurso e a prática efetiva do governo central, em termos de políticas de desestatização (Gohn, 1997).

Se, de um lado, as ongs vêm a sua relação com o Estado modificada na década de 90; por outro lado, vários fatores corroboram para que muitas delas percam o seu caráter mobilizador e articulador da sociedade em torno de seus direitos, o que faz com

que se percam, de certa forma, de sua gênese. Certamente, a desmobilização não é patrimônio das ongs, mas, ao substituir simplesmente a mobilização pela intervenção, elas colocam-nos frente a algumas possibilidades, dentre elas podemos mencionar: 1) ao sofrer uma espécie de *perda de sua identidade original*, desviando-se daquela marca registrada que lhes deu origem, as ongs colocam em questão a efetiva possibilidade de mudança no campo da garantia dos direitos; 2) as mudanças ocorridas de uma década para a outra exigem um novo tipo de atuação, diferente daquele da mobilização em torno da conquista dos direitos e hoje as ongs adquirem efetivamente um novo perfil, mais adequado aos *novos tempos*.

Vale ressaltar, como ficou evidente em algumas entrevistas realizadas neste estudo, que o próprio envolvimento com o trabalho interventivo e a institucionalização de determinados movimentos sociais colocam para os profissionais envolvidos nessas atividades inúmeras demandas institucionais que acabam também por esvaziar o trabalho de mobilização e de participação política, fazendo com que se voltem para dentro de suas organizações, sendo absorvidos pela operacionalização do cotidiano de uma organização.

As possibilidades acima mencionadas são duas entre as muitas possibilidades de análise. Sabemos que, diante da complexidade de nossa sociedade e das questões nelas existentes, não podemos definir as ongs como *ou isto ou aquilo*, caindo novamente no maniqueísmo da dualidade. As relações existentes entre ongs e sociedade, entre elas e o Estado e entre as ongs entre si conformam diferentes perfis de organização. O que nos interessa no presente estudo é investigar em que medida essas duas linhas de atuação, mobilização e intervenção, determinam o papel dessas novas organizações em nossa sociedade.

Podemos observar que as ongs também se modificam a partir de determinações da Constituição de 88, tais como o processo de descentralização das ações por parte do Estado, que estreita as relações dessas organizações sobretudo com governos locais, e de sua participação nos espaços de controle social, que parecem também redefinir as relações entre os representantes destas organizações e os representantes governamentais.

A própria transformação ocorrida no âmbito do Estado frente às políticas sociais, com um recuo cada vez maior do mesmo nas ações interventivas, levando à terceirização dos serviços prestados à população, a dificuldade em obter financiamentos internacionais por parte das ongs, o estreitamento das relações entre representantes do poder público e representantes das ongs pela atuação de ambos nos conselhos municipais e estaduais, enfim, vários motivos levam muitas ongs a passarem de antagônicas ao Estado, frente a seu papel de mobilizadoras e articuladoras da população em torno de seus direitos e demandas, à parceiras do mesmo, agora como responsáveis pela implementação de muitas das ações então reivindicadas.

Adentramos os anos 90, então, com um crescimento no número de ongs, com o reconhecimento destas organizações por parte da população em geral e do próprio Estado, com uma diversificação das mesmas, com uma nova Constituição no país e com escassez de recursos para as políticas sociais.

O perfil inicial das ongs imprimia-lhes a marca da reivindicação, colocava-as como mandatárias do Estado e, do lugar que ocupavam na sociedade, em uma posição, de certa forma, antagônica ao mesmo. Nos anos 90, muitas ongs adquirem, em determinadas áreas, cada vez mais, um caráter interventivo e, por um conjunto de razões, transformam radicalmente seu perfil de atuação.

Por mais que as práticas educativas no âmbito da educação popular anteriormente fossem interventivas, sua dimensão política era evidente e culminava com a própria mobilização e articulação dos grupos aos quais se dirigiam em torno de seus direitos e necessidades. Certamente, nos anos 90, essa dimensão política continua presente, mas assume, com o crescente número de organizações não-governamentais e com a rápida transformação do papel dessas organizações na sociedade, contornos que merecem ser objeto de estudo, uma vez que podem levar tanto a avanços quanto a retrocessos nas respostas às questões que foram objeto de ampla mobilização e articulação da sociedade nos anos 80.

Pode-se ver, por exemplo, no município do Rio de Janeiro, que as ongs tiveram um papel fundamental nos avanços em termos de criação de uma política pública de atendimento à criança e ao adolescente. Por outro lado, os retrocessos podem advir da fragilidade da mudança conjuntural da década de 80 para a de 90, quando podemos reconhecer, apesar de toda a apologia aos novos modelos de gestão de equipamentos sociais, velhos mecanismos de cooptação, por parte do Estado, existentes na sociedade brasileira. Nesse contexto, da polêmica em torno do desenvolvimento de ações interventivas por parte das ongs emerge o embate público x privado, este também nosso velho conhecido. O posicionamento frente a esse embate passa certamente pela questão política da mobilização pela qualidade da intervenção e não apenas pela realização de ações interventivas que, uma vez despolitizadas, podem ser *niveladas por baixo* como sempre o foram as ações no âmbito da assistência e da educação em nossa sociedade, campos diretamente ligados às questões relacionadas à criança e ao adolescente.

O grande desafio hoje é, como afirma Emir Sader (1996), a discussão do que é público, a constituição de uma esfera pública na sociedade, a necessidade de criação de:

...uma teoria centrada na esfera pública, para romper com a armadilha liberal que pretende nos enfeixar nas alternativas estatal/privado, em que a primeira encarnaria todos os males possíveis e a segunda, sua redenção. Uma dicotomia que não deixa lugar para a esfera pública, para aquela que busca articular iniciativas da cidadania com as do Estado para dar-lhes uma alma social. (Sader, 1996).

De acordo com o próprio estudo de Landim (1993), ao encararmos as ongs como um novo campo na sociedade brasileira, levando em consideração o conceito de campo como um espaço heterogêneo, no qual atuam várias forças¹⁹, podemos compreender que as ongs não conformam um campo homogêneo, que no interior mesmo do campo encontra-se uma diversidade enorme de organizações, com perfis variados de atuação. No embate público x privado, essas organizações podem pender, de acordo com a sua forma de atuação, tanto para um lado quanto para outro. Aqui, podemos nos valer da caracterização feita por Sposati (s/d) que, ao tentar agrupar essas organizações de acordo com as relações que estabelecem em nossa sociedade, contribui para uma melhor compreensão das mesmas.

Para a autora, a sociedade civil não pode ser vista só como economia e mercado, embora aí tenha presença fundamental, mas deve ser vista também pelo ângulo da defesa de interesses comuns, que constitui uma esfera que ultrapassa o privado e alça o âmbito do público e da política. Assim, várias formas emergem da sociedade civil como um campo que escapa às relações de mercado, pois não teria fins lucrativos e não

19 A autora trabalha com o conceito de campo de Bourdieu:

Penso, em primeiro lugar, na noção de “campo”, entendido ao mesmo tempo como campo de forças e campo de lutas que visam transformar esse campo de forças. As análises às quais submeti campos tão diferentes como o campo artístico ou o campo religioso, o campo científico ou o campo dos partidos políticos, o campo das classes sociais ou o campo do poder, inspiravam-se na intenção de estabelecer as leis gerais dos universos sociais funcionando como campos. E também, claro, as condições econômicas e sociais que devem ser preenchidas para que um universo social possa funcionar como campo, por oposição, de um lado, aos simples agregados amorfos de elementos (indivíduos,

operaria, por decorrência, ações mercantis, como também escaparia à burocracia das regras estatais. Ela identifica um novo campo para além do estatal-privado - resultante da organização da sociedade sob a regência de uma ética do público - que aparece de múltiplas formas desde as relações de trabalho às relações com a natureza e o meio ambiente até novas áreas de conquista de direitos e sua negociação na sociedade e no Estado.

O cunho não mercantil traz para este terceiro setor o ideário e a organização fundada no altruísmo, na filantropia, na ajuda mútua, na solidariedade e suas formas instituintes e instituídas. Inclui, por excelência, o campo onde transita o Serviço Social e traz à tona a discussão sobre as ongs, que podem significar desde uma ampla designação até a especificação de uma dada forma de associação. (Sposati, s/d)

Sposati faz então uma diferenciação entre *ong strictu-sensu* e *ong latu-sensu*, dizendo que o que as distingue são os objetivos a que se propõem tornando-as parceiras ou não de um projeto coletivo qualificador da vida e da democracia para a sociedade, principalmente para os setores populares:

Ongs latu sensu - forma organizada da sociedade civil - campo marcado pela heterogeneidade que se movimenta entre associações de empregados e de empregadores, ideologias de esquerda ou de direita, representantes da igreja conservadora e da libertadora, entre católicos, protestantes, espíritas, israelitas, entre ricos e pobres. Suas relações com o Estado são diferenciadas. Umas são expressões tácitas da sociedade civil ou de um segmento dela e outras são quase que expressamente braços do Estado, sem proposta própria, atuando como agentes difusos de ações sociais num contexto de uma aparente sociedade providência em contraponto ao Estado providência.

Ong strictu sensu - é uma forma de organização institucionalizada que se caracteriza por ser parceira de um projeto democrático para a sociedade e que, nesta perspectiva, transita do campo privado para o campo público, compondo de múltiplas formas a esfera pública não-estatal. Não é substituta do Estado e sim fortalecedora da sociedade civil. Não é uma creche, um ambulatório ou um sindicato; suas ações são variadas e têm a

instituições, etc.) simplesmente coexistentes e, de outro, aos aparelhos (ou instituições totais), mecanicamente submetidos a uma intenção central. (Bourdieu, 1994).

durabilidade do projeto que desenvolve, o que supõe vinculá-la necessariamente a uma meta, a um resultado. É gerida sob a égide da informática; a linguagem transnacional lhe impõe velocidade e modernização de gestão, o que a distingue das instituições de benemerência. (Sposati, s/d).

A marca do público na definição de uma *ong strictu-sensu* leva à manutenção de seu caráter político, mesmo que desenvolva ações interventivas, uma vez que ela não é apenas uma ação interventiva, como uma creche, um posto de saúde, etc. Além disso, as relações que estabelece, como a relação transnacional, garantem-lhe uma certa autonomia frente ao Estado e a efetiva possibilidade de ser parceira em um projeto público, que tenha como objetivo final o fortalecimento da sociedade civil.

Vemos também, na caracterização feita pela autora, que há *ongs e ongs*, que, por outro lado, elas podem estar a serviço do privado, serem fortalecedoras do projeto do Estado, atuando como braços do mesmo.

Essas diferentes possibilidades sinalizam para o fato de que as ongs talvez sejam hoje uma entre as muitas possibilidades de criação de uma esfera pública em nossa sociedade. Rechaçá-las completamente, sob a acusação de estarem ocupando o papel do Estado ou servindo aos seus interesses, entendidos como os interesses exclusivos das classes dominantes, ou ver nas mesmas mais uma salvação para os problemas sociais de nosso país são posições equivocadas pelo radicalismo de ambas as partes. Entendê-las sobretudo a partir das formas com que vêm atuando, dos problemas que vêm enfrentando, das opções que vêm fazendo frente à realidade política e social do país nos parece ser o caminho mais profícuo para a compreensão do real potencial dessas organizações para a garantia e não mais apenas para a conquista dos direitos, objeto

último deste estudo, o que implica na atuação política pela qualidade das intervenções na área social e em um posicionamento ético diante da sociedade.

Capítulo II

Ações que convergem em Movimento / Movimento que diverge em ações

*(...) de qualquer maneira, o narrador é um homem que sabe dar conselhos. Mas se **dar conselhos** parece hoje algo de antiquado, é porque as experiências estão deixando de ser comunicáveis. Em consequência, não podemos dar conselhos nem a nós mesmos nem aos outros. Aconselhar é menos responder a uma pergunta que fazer uma sugestão sobre a continuação de uma história que está sendo narrada. Para obter essa sugestão, é necessário saber narrar a história (sem contar que um homem só é receptivo a um conselho na medida em que verbaliza a sua situação). O conselho tecido na substância viva da existência tem um nome: sabedoria. A arte de narrar está definindo porque a sabedoria - o lado épico da verdade - está em extinção. Porém esse processo vem de longe. Nada seria mais tolo que ver nele um **sintoma de decadência** ou uma característica **moderna**. Na realidade, esse processo, que expulsa gradualmente a narrativa da esfera do discurso vivo e ao mesmo tempo dá uma nova beleza ao que está desaparecendo, tem se desenvolvido concomitantemente com toda uma evolução secular das forças produtivas. (Benjamin, 1992)*

2 - ONGS, CRIANÇAS E ADOLESCENTES:

A década de 80 foi marcada por uma intensa mobilização da sociedade pela democratização do país e pela crença em que a restauração dos direitos políticos viabilizasse a conquista/ampliação dos direitos sociais. O movimento da sociedade civil pelo fim da ditadura e pela aprovação de uma Constituição que garantisse uma sociedade mais justa e democrática garantiu novas possibilidades rumo à universalização dos direitos. Toda essa mobilização pareceu revigorar o papel do Poder Legislativo enquanto espaço de representação dos interesses coletivos e de participação popular²⁰, esboçando o papel de intermediação da sociedade política entre a sociedade civil e o Estado, proposto por Arato e Cohen (1992), como um caminho efetivo de democratização da sociedade. Setores da sociedade civil se organizaram e negociaram suas propostas, discutindo-as e elaborando projetos de lei junto a esse Poder, como

20 Carvalho (1995) aponta que seqüência clássica de desenvolvimento dos direitos de cidadania estabelecida por Marshall se deu, no Brasil, de forma inversa. Primeiro, vieram os direitos sociais, em um período de supressão dos direitos políticos, quando um ditador alcançou popularidade. Depois, vieram os direitos políticos, também de forma *sui generis*, quando os organismos de representação política se transformaram em ornamento de legitimação de um regime autoritário. Por último, até nossos dias, muitos direitos civis, começando pelo vínculo jurídico do cidadão com o Estado, por sua documentação, passando pela segurança, que garante o direito básico à vida, estão fora do alcance de grande parte da população. Como afirma autor, aqui a pirâmide dos direitos de colocou de forma inversa. Na seqüência clássica de surgimento dos direitos havia uma lógica que reforçava a convicção democrática. Carvalho sinaliza que seria absurdo supor o mesmo caminho para a cidadania em todos os países, mas há que se considerar o fato de que a alteração no percurso altera o produto final, que afeta o tipo de cidadão e, por conseguinte, o tipo de democracia que se gera. Entre as conseqüências decorrentes da inversão na pirâmide dos direitos em nosso país, Carvalho aponta a supervalorização do Poder Executivo. Quando os direitos sociais são concedidos e não conquistados em períodos ditatoriais, quando o Poder Legislativo ou não existe ou é reduzido à peça decorativa do sistema, a maior parte da população tende a ter uma imagem supervalorizada do Poder Executivo, na qual o governo se apresenta como a parte mais importante, quiçá única, do poder, e da qual se deve aproximar. Nessa perspectiva, a ação política se orienta para negociações diretas com o governo sem passar por esferas de representação. Como diz o autor:

Essa cultura orientada mais para o Estado que para a representação é o que no Brasil se chama estadania, antítese da cidadania. Vinculado à preferência pelo Poder Executivo se encontra o desejo de encontrar um messias, um salvador da pátria. Pelo menos três dos cinco presidentes eleitos por votação popular desde 1945, Vargas, Quadros e Collor, se encaixavam nessa categoria. É sintomático que nenhum deles tenha terminado seu mandato, em boa parte porque não se adaptaram às regras do governo representativo, sobretudo ao papel que corresponde ao Congresso (Carvalho, 1995).

aconteceu com toda a negociação pela aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente e com grande parte do processo de elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional²¹.

Se a década de 80 foi marcada por toda essa mobilização, pela modificação da legislação até então vigente que garantisse a possibilidade de construção de uma sociedade política e socialmente democrática, a década de 90 será marcada, para muitos daqueles atores que então se mobilizaram, pela preocupação com a implementação das tais mudanças preconizadas na nova legislação.

A década de 90, no entanto, não nos traz apenas estes esforços, ela também é a década da globalização da economia, das exigências impostas por uma nova ordem mundial na qual *alguma coisa parece estar fora da ordem*. A década da globalização também é a década de processos crescentes e alarmantes de exclusão social. O Brasil que sai da década de 80 com tantos avanços no campo político é aquele que inicia a década de 90 com um dos piores desempenhos entre os países pobres do então chamado *Terceiro Mundo* no que se refere à pobreza e distribuição de renda.

De forma geral, pode-se observar que na década de 90 a mobilização e a articulação da sociedade por suas demandas parece se esvaziar. Por outro lado, é na década de 90 que a sociedade civil é convocada a intervir nos problemas sociais do país. O combate ao crescente quadro de exclusão social ganha novos contornos que passam pelo apelo para que a sociedade civil se organize sim, mas não para reivindicar. Desta vez, trata-se de intervir, por meio das formas mais diferenciadas: se solidarizar, doar, se voluntariar, enfim, trata-se de *cada um fazer a sua parte*. Além do pagamento de

21 Vários autores, no final da década de 80 e início da de 90, dedicaram-se ao estudo deste processo de participação da sociedade civil nas conquistas no campo da legislação. Com relação ao ECA,

impostos, a população é chamada a colaborar de diferentes formas para amenizar o quadro de crise instaurado em nossa sociedade. Assim, empresários reúnem-se para combater o analfabetismo, redes de lojas, como lanchonetes e grandes magazines, ajudam crianças doentes, o cidadão comum é chamado a doar alimentos e a contribuir para instituições em suas contas de luz, de água e de gás, etc. O *marketing social* adquire valor de mercado e imprime novas exigências ao próprio trabalho social.

Vista sob esse ângulo, a década de 90 é, definitivamente, a década da intervenção na área social. Mais precisamente, das intervenções, uma vez que elas são inúmeras, diversas, executadas também pelos mais diversos atores. Para alguns, são exatamente essas características - o múltiplo, o fragmentário, o diverso - que acabarão por constituir um novo modelo de intervenção na realidade social e esse amálgama de micro-ações acabará por formar uma gigantesca rede de solidariedade. Para outros, são essas mesmas características que impedem o desenho de políticas públicas que garantam a equidade e a universalidade dos direitos.

Além disso, a adjetivação dessas intervenções também deve ser analisada. Não se trata de qualquer intervenção, mas de *intervenções no crescente quadro de exclusão social*, estamos falando de ações nos campos da educação, da assistência, da saúde, etc., para pessoas que vivem uma situação histórica de desvantagem, resultante das crescentes desigualdades sociais. É possível, frente ao quadro de desigualdade, intervir sem se mobilizar e se articular pela própria intervenção? Que tipo de avaliação existe das ações interventivas nesses campos? Como se avalia a qualidade do trabalho desenvolvido, a capacitação dos profissionais para o desenvolvimento desses trabalhos,

podemos citar: Arantes, 1990; Sêda, 1991; Mendes e Costa, 1994. Com relação a LDB, podemos citar Gohn, 1992 e Brzezinski, 1997.

as condições de trabalho desses profissionais e o fato dessas ações atingirem ou não os objetivos a que se propõem?

Especificamente com relação à educação, vale ressaltar que com o processo de democratização da década de 80 transforma-se também a concepção que a sociedade tem da educação. Aqui, não se trata apenas de educação formal, mas de uma concepção ampliada de educação, como aponta Gohn (1992), relativa a *todos os processos que envolvem a aprendizagem de novas informações referentes a novos hábitos, valores, atitudes e comportamentos*. Este conjunto, depois de sistematizado, codificado e assimilado pelos indivíduos e grupos sociais, constitui elementos fundamentais para a geração de novas mentalidades e novas práticas sociais, fundamentais para a formação de novos indivíduos enquanto cidadãos²².

Entre as demandas por educação na sociedade, podemos observar a educação para a cidadania, que se tornou, nos últimos tempos, palavra de ordem; ela está no discurso de políticos tanto de direita quanto de esquerda, no texto da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em trabalhos, publicações, na *mídia*, enfim, ela é uma daquelas verdades das quais ninguém ousa discordar.

²² Gohn (1992) sistematiza as demandas da sociedade civil brasileira na década de oitenta nas seguintes áreas, temas e problemáticas e demonstra que se amplia o conceito de educação, deixando este de restringir-se à educação formal:

I - *Demandas educacionais na sociedade*: Educação ambiental, Educação sobre o patrimônio histórico e cultural, Educação para a cidadania, Educação sanitária e de saúde pública, Educação popular, Educação de menores e adolescentes, Educação de minorias étnicas: índios, Educação contra discriminações: sexo, idade, cor, nacionalidade, Educação para deficientes, Educação para o trânsito e a convivência em locais públicos, Educação contra o uso de drogas, Educação sexual, Educação contra o uso da violência e pela segurança pública, Educação para a geração de novas tecnologias.

II. - *Demandas por educação escolar*: Educação infantil: creches e pré-escolas, Ensino de primeiro e segundo graus, as demandas da universidade, as demandas por novas leis educacionais do ensino: Ensino noturno.

Mas o que significa efetivamente ser cidadão em um país com os indicadores sociais como os nossos? Segundo estimativas da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), em 1990, 53,5% das crianças e adolescentes brasileiros viviam em famílias cuja renda mensal *per capita* não ultrapassava meio salário mínimo. Sete milhões e meio de crianças e adolescentes entre 10 e 17 anos iniciaram a década trabalhando, representando 11,6% da população ativa do país.

Que condições essas crianças e adolescentes realmente terão de exercer sua cidadania em uma sociedade cada vez mais complexa, com tamanhas desigualdades sociais e contrastes alarmantes? Entre as ações desenvolvidas no campo da educação, quais poderiam acenar com possibilidades de mudanças neste quadro? Que desafios colocam-se no cotidiano dessas ações? Como vêm sendo enfrentados?

Nesse âmbito, parece que muito da mobilização da sociedade civil pela modificação das regras do jogo no tratamento dado a crianças e adolescentes em nosso país na década de oitenta reverteu-se, na década de noventa, em ações interventivas junto a crianças e adolescentes que representam uma *situação-limite* em nossa sociedade, os *meninos e meninas de rua*. Sabemos que a presença de crianças nas ruas não é fato novo em nossa sociedade, mas o final da década de 80 e o início da de 90 traz também, em decorrência da crise econômica e social, um número cada vez maior de crianças e adolescentes para as ruas dos grandes centros urbanos, assim como cresce, no mesmo período, o número de assassinatos de crianças e adolescentes pobres. É esse quadro que leva diferentes atores da sociedade civil a se mobilizarem pela questão da criança e do adolescente na sociedade brasileira e a desenvolverem trabalhos interventivos junto aos mesmos.

Talvez, exatamente por se voltarem para uma *situação-limite*, essas ações interventivas foram priorizadas no início da década de 90. A educação colocava-se nestas ações como grande desafio. Na análise da história dessas ações interventivas, encontraremos questões que, mesmo de formas diferenciadas, são inerentes aos desafios colocados à educação de forma mais ampla na sociedade brasileira. Ou seja, a *situação-limite* representada pelas crianças, adolescentes e jovens em situação de rua pode ser emblemática de inúmeras outras questões colocadas para a grande maioria das crianças e jovens brasileiros, uma vez que não podemos ignorar que os indicadores sociais anteriormente mencionados devem, de alguma forma, comprometer o desenvolvimento de grande maioria de crianças e adolescentes. Na melhor das hipóteses, esses indicadores desmentem, de imediato, o pressuposto da igualdade frente aos direitos. Além disso, quando a não-garantia desses direitos acontece em uma fase da vida em que os indivíduos se encontram em desenvolvimento e formação, as conseqüências dessa desigualdade podem se arrastar pelo resto de suas vidas.

O atendimento à criança e ao adolescente passou por transformações na cidade do Rio de Janeiro, assim como em outras cidades do país, desde o início da década de 90. Tais transformações decorrem de conquistas políticas da década de 80, que resultaram em alguns avanços, como a descentralização do atendimento. Este resultado propiciou inovações aqui e ali, buscas de modelos alternativos de atendimento espalhados pelos locais mais diversos.

No desenho das políticas públicas para a criança e o adolescente, entram em cena, no trabalho direto junto a este segmento da população, um dos principais segmentos daquela sociedade civil que tanto se mobilizou na década de 80, as organizações não-governamentais.

Entre as ongs, aquelas voltadas para a problemática da criança e do adolescente são talvez as que mais se multiplicaram na década de 90 e as que tiveram grande projeção nacional e internacional (Gohn, 1997). A observação do caminho percorrido por essas organizações de uma década para a outra pode responder algumas questões suscitadas na polêmica em torno do papel das organizações não-governamentais em nossa sociedade. O estudo desta trajetória, ou seja, de um papel político, de mobilização e de articulação da sociedade em torno de suas necessidades, para um papel mais interventivo, de produzir as efetivas respostas às tais necessidades, pode nos trazer interessantes reflexões e apontar caminhos que nos levem a avanços possíveis no campo da educação e da assistência para crianças e adolescentes, diretamente, e, indiretamente, no campo das políticas públicas, de forma mais geral.

O desafio colocado a essas ongs foi trabalhar com as crianças, adolescentes e jovens a partir do que eles eram e não do que a sociedade gostaria que eles fossem. O desenvolvimento desse tipo de trabalho, entretanto, pressupunha a criação de condições para efetivamente lidar com todas as questões relacionadas à população atendida, como a criação de espaços para o desenvolvimento das atividades, como recursos materiais e humanos, passando pela qualificação e capacitação profissional, uma vez que se tratava de criar novas formas de enfrentamento de uma questão para a qual as velhas práticas, além de ultrapassadas, colocavam-se como humanamente inaceitáveis. Tratava-se, portanto, de criar condições para que um trabalho diferenciado do até então desenvolvido com esse grupo, nos campos da educação e da assistência, se efetivasse.

Apesar do fato novo do trabalho interventivo das ongs no início da década, não se pode perder de vista o fato de a educação e a assistência da maioria terem sido historicamente negligenciadas no Brasil. Por mais que essas novas iniciativas pretendam

se diferenciar das anteriores e, por essa diferenciação, transformá-las, as condições estruturais para tais transformações devem ser viabilizadas por meio de amplas reivindicações da sociedade civil. Caso essas transformações não ocorram, corre-se o risco de ficar na intenção da diferenciação e, no trabalho cotidiano, incorrer em práticas e modelos antigos, resguardando-se, evidentemente, o respeito aos direitos humanos, os quais eram constantemente violados no período de vigência do antigo *Código de Menores*.

Se o ponto de partida da diferenciação da ação interventiva estava em olhar para essas crianças, adolescentes e jovens como efetivamente eram, a década de trabalhos interventivos desenvolvidos por ongs acumula, sem dúvida, um conhecimento sobre as crianças, adolescentes e jovens que viviam aquela situação-limite em nossa sociedade. Crianças que eram anteriormente identificadas como um *bando*, uma *corja*, passaram a ser indivíduos pertencentes a grupos e organizações e, dentro dessas organizações, passaram a ter nome, rosto e história. A identidade da rua foi substituída pela identidade do mundo dos projetos: *Sou do “Se essa rua”*; *Sou da “São Martinho”*; *Sou da “Casa do Galo”*; etc. Esse sentimento de pertencimento e de identidade com os projetos trouxe aos educadores e às instituições que trabalhavam com essas crianças e adolescentes não apenas o retorno positivo com relação ao próprio desenvolvimento dos trabalhos, como parte do que Graciani(1997) identifica como processo de *desrualização* do/a menino/a, mas também a responsabilidade pelo enfrentamento da dura realidade cotidiana de ter que lidar com crianças e adolescentes que estão bastante distantes do modelo para eles previsto em nossa sociedade.

Dizer que essas crianças, adolescentes e jovens passaram a ter nome, rosto e história não é um recurso de retórica, é uma afirmação do que passou concretamente a

existir após o início dessas ações interventivas junto a esse grupo. Os apelidos das ruas, apesar de não serem completamente substituídos, passaram a conviver com os nomes próprios das crianças, as histórias de vida passaram a ser conhecidas, quem era o pai, a mãe, de onde vinha, por que e há quanto tempo estava na rua, se visitava a família ou não, que atividades tinham nas ruas, etc. Verdadeiras peregrinações feitas por educadores e assistentes sociais para localizar uma certidão de nascimento eram, muitas vezes, para além de uma exigência institucional, uma exigência do/a próprio/a menino/a. Uma vez freqüentando um projeto, ele/a, diante da possibilidade de *mudar de vida*, tinha que ter seus documentos para poder se matricular na escola, arrumar trabalho e, sobretudo, saber a sua idade, informação que muitos não tinham e que muito lhes interessava. Comemorar o aniversário, por exemplo, passou a ser sinal de pertencimento, atividade simples, regularmente desenvolvida nos projetos, que contribuía para o resgate da identidade e da auto-estima.

O conhecimento dessas histórias de vida não foi forjado pelos educadores e demais profissionais dos projetos, eles não se punham a inquirir meninos e meninas sobre suas histórias. Esse conhecimento resultou de uma relação de confiança estabelecida e as histórias eram muitas vezes contadas a partir de um curativo feito em um machucado, de um desenho feito pelo menino, no intervalo de uma partida de futebol, ou durante uma roda de leitura, bate-papo ou capoeira. Apesar de serem vistos em suas especificidades, os trabalhos desenvolvidos com essas crianças e adolescentes partiam de direitos concebidos como universais para essas faixas etárias, como o direito de brincar, de estudar, de ter uma alimentação adequada, saúde, e adultos responsáveis por perto para a garantia desses direitos. Além do fato dessas histórias surgirem a partir

das atividades desenvolvidas nos projetos, elas às vezes surgiam pela simples aparição desse *adulto responsável* na vida dessas crianças.

Como bem demonstra Winnicott (1995), um adulto significativo que cuida, que se importa, pode remeter a criança ou o adolescente, por sua presença e atitudes, a outros adultos significativos ausentes na vida dos mesmos, como o pai ou a mãe, e desencadear uma série de reações não previsíveis *a priori*.

O fato é que o conhecimento dessas crianças e adolescentes como efetivamente são foi, sem dúvida, um avanço, mas não basta apenas conhecer. Se a perspectiva era transformar, resta-nos indagar o que se conseguiu efetivamente transformar a partir do conhecimento adquirido sobre essas crianças e jovens na prática do trabalho interventivo desenvolvido senão sob um novo paradigma, sob novos parâmetros e princípios.

Como mencionei na introdução deste trabalho, o desenvolvimento de ações interventivas com indivíduos que não tiveram suas necessidades atendidas no momento adequado de seu desenvolvimento bio-psico-social pode trazer demandas completamente diferenciadas daqueles indivíduos que têm essas necessidades atendidas no momento adequado de seu desenvolvimento. Nesse sentido, as desigualdades sociais podem levar crianças, adolescentes e jovens a situações de desvantagem frente às oportunidades a eles oferecidas pela sociedade, conforme o demonstram os estudos na área da sociologia da educação, por exemplo.

Diferentemente do que diz o senso comum, que *qualquer coisa é melhor do que a rua*, que se o indivíduo está na rua, na tal *situação-limite*, tirá-lo da rua e lhe dar casa e comida basta, o trabalho desenvolvido pelas ongs com crianças e adolescentes em situação de rua tem demonstrado que não é bem assim, que esse trabalho possui

demandas específicas, decorrentes das próprias desigualdades sociais vividas por esse grupo.

Resta-nos saber como efetivamente vêm sendo desenvolvidos esses trabalhos, em que medida as necessidades deles decorrentes são objeto de reflexão, sistematização e luta por parte das organizações que os desenvolvem, as quais, a partir do que foi até aqui exposto, tiveram a sua origem em um movimento de mobilização e de articulação da sociedade pela conquista dos direitos das crianças e adolescentes. Assim, cabe-nos indagar:

- Em que medida, uma vez envolvidas na criação das condições para a garantia dos direitos, essas organizações têm efetivamente conseguido garanti-los?
- Como foram criadas essas ações interventivas por parte das organizações não governamentais? Como se desenvolveram e como estão hoje?
- Quais as implicações existentes no desenvolvimento de tais ações?
- O fato é que as ongs que atuam com crianças e adolescentes passam progressivamente de mandatárias do Estado a co-responsáveis pela resposta às demandas. O que nos leva, conseqüentemente, também a perguntar:
 - O que as moveu nesta direção?
 - Será que, como sugerem alguns, elas foram cooptadas pelo Estado?
 - Ou será que, como acreditam outros, elas estão construindo algo novo e trabalhando, a partir de todos os dados da realidade atual, com o que hoje poderíamos chamar de uma *via possível*?
 - Que tipo de relação essas ongs estabelecem com o Estado no desenvolvimento de suas ações?

- Como fica a dicotomia público/privado quando o assunto é criança e adolescente?
- Como fica a sua autonomia frente ao trabalho desenvolvido?
- Em que medida elas mantêm, no trabalho interventivo, aquelas características que lhe deram origem: a mobilização, a articulação e o compromisso com a construção de um novo paradigma?

Essas são algumas questões que serão aqui abordadas a partir do relato dos indivíduos que contribuíram para a construção dessas organizações e da política de atendimento à criança e ao adolescente hoje existente na cidade do Rio de Janeiro.

Na mobilização dos anos oitenta encontramos então a grande contribuição para uma mudança na sociedade brasileira com relação às crianças e adolescentes. Na intervenção dos anos noventa, identificamos a possibilidade de avanços no atendimento a este segmento da população e a sua contra-face, a possibilidade de um retrocesso, se as ações interventivas não passarem por um necessário exercício de reflexão. Diante deste quadro, o objetivo do presente estudo é recontar a história desta passagem a partir daqueles que a fizeram, ou seja, daqueles trabalhadores de ongs que tiveram uma atuação grande no momento de mobilização e articulação da sociedade pelo *Estatuto da Criança e do Adolescente* e que concomitantemente ou posteriormente passaram a dar prioridade ao trabalho interventivo.

Espera-se que a possibilidade de contar essa história *por dentro*, ou seja, de reconstruí-la a partir daqueles que a fizeram, a partir da análise das duas categorias nos campos da educação e da assistência a crianças e adolescentes (mobilização e intervenção), possa trazer uma efetiva contribuição ao trabalho desenvolvido junto a esse segmento da população. Acreditamos ainda, como já foi dito anteriormente, que

este estudo possa, a partir das ongs que trabalham com crianças e adolescentes, contribuir para o entendimento do papel destas organizações na atual conjuntura, quando elas se colocam como pontas de lança de parcerias com o Estado na implantação de programas sociais.

Vale lembrar que para a própria viabilidade deste estudo, ele se restringe à cidade do Rio de Janeiro, que teve, na década de oitenta, importante papel no quadro de mobilização nacional, assim como presenciou chacinas, assassinatos e ameaças que empurraram não só a sociedade civil, mas também o próprio Estado, na busca de alternativas para as crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. Essas buscas acabaram por produzir ações articuladas e parcerias que propiciaram a criação de um sistema de atendimento à criança e ao adolescente na cidade. No Rio, também se encontram sediadas muitas das ongs que integraram a *Frente Nacional de Defesa dos Direitos da Criança*, conseqüentemente, esta também é uma cidade onde se pode ter um acesso a muitos dos educadores sociais que protagonizaram e protagonizam a história que aqui se pretende contar.

Tanto na mobilização dos anos 80 quanto na intervenção dos anos 90, as questões da educação e da assistência ficam patentes quando nos referimos à criança e ao adolescente. Procuraremos investigar como as ações nesses campos se articulam no desenho da política de atendimento à criança e ao adolescente na cidade do Rio de Janeiro por meio da representação que os profissionais entrevistados têm do trabalho desenvolvido em suas organizações.

O estudo das categorias mobilização e intervenção perpassa todo o trabalho, uma vez que se pode detectar que elas marcam a atuação das ongs em momentos específicos da própria história do atendimento à criança e ao adolescente. A pesquisa de campo,

sempre pautada nessas duas categorias, procura reconstituir a história que se iniciou com a mobilização de vários atores em torno da aprovação do *Estatuto da Criança e do Adolescente*, na década de 80, e culminou, nos anos 90, com o compromisso desses atores em um trabalho interventivo. A intenção é reconstituir essa história e refletir sobre ela junto com aqueles educadores, assistentes sociais, psicólogos, professores, etc., que estiveram presentes em ambos os momentos deste processo.

Trata-se, portanto, da análise de experiências concretas que podem trazer uma grande contribuição não só às questões relacionadas à educação e à assistência de crianças, adolescentes e jovens, mas também ao entendimento de como na prática desses profissionais se materializam questões como a parceria entre Estado e sociedade civil no combate aos processos de exclusão social, a qualificação profissional, a *maioridade* ou *menoridade* de um determinado tipo de instituição em relação a outras, etc. Enfim, espero que a partir da compreensão de como se construiu a política de atendimento à criança e ao adolescente na cidade do Rio de Janeiro, este trabalho possa efetivamente contribuir para a produção de conhecimento sobre a mesma nos vários aspectos que a constituem, mormente àqueles relacionados à qualidade do trabalho interventivo e ao compromisso do mesmo com a população atendida.

A identificação dos profissionais se deu pelo cruzamento de dados existentes em vários tipos de publicação: documentos, revistas, livros, etc., nos quais figuram os principais atores não-governamentais que se mobilizaram na década de 80 pelo *Estatuto da Criança e do Adolescente* e que, na década de 90, se envolveram mais intensamente no trabalho interventivo na cidade do Rio de Janeiro. Entre essas publicações, podemos destacar um estudo realizado sobre a criação do Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente (Camurça, 1994), dois estudos publicados no início da década

de 90 (Rizzini, 1990; Valladares, 1991) sobre as instituições que prestam atendimento à criança e ao adolescente no Rio de Janeiro e um estudo posterior sobre ongs e *crianças de rua* (Impelizeri, 1995), além da primeira revista do Fórum D.C.A. (1993).

Evidentemente, a trajetória desses profissionais será contada por eles mesmos. Identificá-los, no entanto, levou-me a um breve mapeamento das organizações não-governamentais que atuaram como protagonistas em ambos os períodos estudados. Essas ongs, em sua organização interna, tiveram em seus quadros representantes das mesmas em todo o movimento de mobilização e articulação da década de 80. Muitos desses profissionais, talvez pelo próprio protagonismo que tiveram nesta década, encontram-se à frente dos trabalhos interventivos na década de 90, procurando assegurar, na prática do atendimento à criança e ao adolescente, os direitos conquistados.

Assim, a análise documental permitiu-me identificar aquelas organizações que tiveram protagonismo na década de 80, desde o processo da Constituinte, com a campanha *Criança Prioridade Nacional*, a criação do *Fórum Nacional Permanente de Entidades Não-Governamentais de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente* (Fórum DCA), a articulação para elaboração do *Estatuto da Criança e do Adolescente*, a criação do *Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente* (CONANDA), a criação dos Conselhos Estaduais e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Vale ressaltar que mesmo tendo como objeto de estudo o papel das ongs na política de atendimento à criança e ao adolescente de uma década para outra, o que aqui nos importa é analisar esse papel a partir do trabalho das pessoas que neles estiveram envolvidas. Portanto, o referencial não é apenas o das ongs, mas também o das pessoas.

O que quero dizer é que, sempre que possível, procurei identificar as pessoas que representavam tais ongs na década de 80 e entrevistá-las, mesmo que não estejam mais trabalhando nas referidas instituições. Em algumas instituições, por questões relativas à própria organização interna do trabalho, entrevistei o responsável atual pelas questões ligadas à criança e ao adolescente, que, pela própria natureza do trabalho que desenvolve, conhece a história e detém a memória da instituição quanto a essas questões.

Dez foram as organizações e seus respectivos profissionais identificados. Das dez, consegui entrevistar oito profissionais. Vale dizer ainda que como a década de 90 traz uma nova realidade para as próprias ongs, como as dificuldades em obter financiamento e algumas outras decorrentes da própria mudança de perfil destas organizações, o fechamento ou a paralisação das atividades de algumas ongs/projetos com crianças e adolescentes ao longo do período é um dado da realidade observada que levou alguns profissionais a migrarem de uma organização para a outra.

A adequação do perfil dos profissionais ao objeto deste estudo procurou contemplar as duas décadas estudadas e as respectivas categorias referentes a cada uma delas. Assim, a maioria dos profissionais entrevistados tem uma inserção em ambas. Um deles, entretanto, pelos motivos acima citados, não teve grande participação no processo de mobilização, apesar de na década de 80 já estar envolvido no trabalho interventivo. Por esse envolvimento, é convocado a participar de uma equipe para a elaboração de um projeto interventivo implantado em 1992, quando entra em contato com outros profissionais que participaram intensamente do movimento da década de 80, com os quais passa a se relacionar e a discutir o trabalho com o chamado *menino de rua*.

Um segundo entrevistado se insere no movimento a partir do início da década de 90, mas a organização que representa e na qual atua até hoje tem importante papel no processo de mobilização (apesar dela mesma ter se voltado para a questão da criança e do adolescente apenas em 1989), além dele nos trazer importantes reflexões sobre o papel das ongs na área hoje, talvez facilitadas pelo cargo que ocupa na ong, que não está diretamente ligado ao trabalho interventivo, mas à área de defesa dos direitos.

Devo dizer também que por ter feito a opção de contar a história deste tipo de organização a partir de seus protagonistas, optei, sempre que possível, mediante autorização dos mesmos, pela manutenção de suas identidades no relato dos dados levantados na pesquisa. Muito mais do que resguardar a identidade desses profissionais para evitar qualquer tipo de polêmica ou constrangimento, revelar suas identidades é uma opção que busca também o reconhecimento de suas trajetórias pelos leitores deste trabalho. Evidentemente, em depoimentos que possam de alguma forma comprometê-los no exercício de suas atividades, as identidades foram preservadas.

Dos oito profissionais entrevistados, 02 são assistentes sociais, 02 são pedagogos, 02 são advogados, 01 é professora e 01 é educador social. Os movimentos e organizações ligados à igreja são a porta de entrada de quatro deles neste tipo de trabalho. Como ilustram os depoimentos abaixo, temos vínculos com as pastorais e com o movimento de educação popular. Roberto, por exemplo, inicia seu trabalho na década de 70, com a Pastoral Penal:

Bom, quando estava fazendo o serviço militar, eu fui trabalhar como voluntário nas prisões. Tinha um padre amigo meu que era capelão de um presídio e aí eu comecei a visitar e achei que era um trabalho interessante, que me cativou muito. Então, eu comecei com a experiência de uma ação em uma área difícil que é a segregação da liberdade das pessoas. Foi uma escola, foram 10 anos. Eu comecei em torno de 72/73, eu era bem jovenzinho ainda e era a época também que tinha os presos políticos e eu

tive muita experiência, contato, com os presos políticos, até descobrir um pouco da realidade política que o Brasil estava vivendo na época. Mas o meu trabalho era mais com os presos comuns.

Nesse trabalho, eu participei da criação da Pastoral Penal e, com isso, eu acompanhei as equipes, passando a visitar todas as prisões do Rio de Janeiro e também Ilha Grande. Nesse período, uma coisa foi me chamando muito a atenção - 70% dos presos tinham passado por instituições de menores infratores - o antigo SAM, FUNABEM e outras - com isso eu fui despertando para um trabalho com o menino. Nesse período, eu estava fazendo a faculdade de Direito. Terminei o meu curso. Resolvi fazer Direito em função até do trabalho da Pastoral Penal que me levava às varas criminais, eu via os processos de presos, visitava as famílias dos presos, visitava os presos, ia a favelas, passei a me envolver muito com isso, até que eu tive a oportunidade de ser convidado para ir a uma escola de jovens infratores, na Ilha do Governador, e aí eu fui à Escola João Luís Alves e depois eu fui convidado pra trabalhar como professor.

Então, em 78, eu fui trabalhar no Instituto Padre Severino e na Escola João Luís Alves. Naquela época para mim foi uma experiência sensacional porque eu tinha vindo da experiência de lidar com os presos e aí eu pude ver porque os jovens saiam da FUNABEM e iam parar no sistema penitenciário. Lá, eu comecei a organizar um trabalho de apoio, com as famílias, um trabalho com grupos de jovens, aí trazia casais dos movimentos, eles faziam encontros, palestras, formação, foi um período bem interessante. Aí eu conheci uma irmã salesiana que trabalhava em um presídio e ela tinha muita vontade de me conhecer porque ela também queria trabalhar com esses jovens. Eu fui visitá-la e ela foi me ajudar no Padre Severino. Passado um tempo, a gente viu que o trabalho tinha que ser antes ... (Roberto José dos Santos, Coordenador da Fundação São Martinho).

A irmã a que Roberto se refere é a irmã Adma, fundadora, junto com ele, da Fundação São Martinho, com quem também participará da articulação do movimento no Rio.

Carlos Bezerra, coordenador do que, na década de 80, era o Projeto Ex-Cola, que se tornou ong na década de 90, inicia o trabalho com os meninos a partir de sua experiência com educação popular, com uma passagem também pela São Martinho:

Eu cheguei no Rio em dezembro de 1988, vindo de João Pessoa, onde eu já trabalhava com educação popular informal. Por causa de um convite feito por um amigo, chamado Antônio Leal, autor do livro Fala Maria Favela.

Ele era um educador em voga na época, bastante divulgado aqui, ele tinha tido um processo de alfabetização, um modelo de alfabetização bastante anárquico, dentro de uma escola pública na Rocinha.

Eu vim para o Rio e fiquei morando uns três meses na casa dele e fui indicado para fazer um estágio na São Martinho, um estágio não remunerado. Aceitei o convite porque, em primeiro lugar, eu precisava me enturmar um pouco com alguém de educação, com algum grupo. O Antônio Leal, apesar de eu ter um contato muito estreito com ele, era consultor e viajava muito para fora do Rio de Janeiro, para outros lugares, e os contatos dele eram muitos espalhados.

Já José Ricardo, do Bento Rubião, ingressa no trabalho apenas na década de 90, mas também conserva, em sua trajetória, um vínculo com a igreja:

Bom, a minha formação é jurídica, eu sou advogado, mas na verdade, desde adolescente, eu tenho um engajamento em determinados movimentos sociais, especialmente pela Igreja. A minha porta de entrada foi a Igreja Católica. Dentro da Igreja, a pastoral, com o movimento de juventude, que eu participei desde os 13 anos. Quando eu fiz vestibular, eu já fiz especialmente para Direito não tanto por conta do aspecto legal, mas, sobretudo por conta do problema da justiça, era isso que me interessava. Claro que quando comecei a faculdade não foi isso que encontrei, encontrei uma faculdade de leis, ensinando códigos. Então eu comecei a buscar determinados estágios que poderiam me oferecer uma aplicação mais social do direito, então estagiei por sindicatos e outras instituições. Uma delas foi aqui, a Fundação Bento Rubião (José Ricardo Ferreira Cunha, Coordenador do Programa de Defesa e Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente da Fundação Bento Rubião).

É interessante observar que os profissionais que assumem cargos de direção nas ongs que trabalham com crianças e adolescentes, mesmo em momentos diferenciados da trajetória dessas organizações, possuem uma certa afinidade com a trajetória inicial dessas organizações em nossa sociedade, conforme o estudo de Landim (1993). Um outro fato é que, nos anos 90, também se pode observar um perfil mais parecido com o de José Ricardo assumindo a coordenação de projetos em ongs, pessoas que ingressaram nessas organizações como estagiários, buscando, naquele momento de suas vidas, um cunho mais social para a sua formação profissional.

Entre os demais entrevistados, encontramos trajetórias semelhantes: um educador que começa o seu trabalho na Baixada Fluminense, vinculado à Pastoral do Menor; uma professora que trabalhava na área social desde a década de 60; uma professora com experiência em uma escola alternativa que ingressa no sistema municipal de ensino, na década de 80, onde vai trabalhar em uma escola para crianças e adolescentes em situação de rua; uma assistente social que faz estágios, no início da década de 80, em trabalho vinculado a FUNABEM e que depois trabalha em comunidades, indo, em 85, para um projeto de uma ong com *meninos de rua*; e, por fim, um caso particular, o de um egresso da FUNABEM, que se torna um dirigente de uma ong.

A identificação e o contato com esses profissionais, devo confessar, não foi tarefa difícil, uma vez que este estudo é fruto de uma experiência profissional de três anos no sub-campo das ongs que trabalham com crianças e adolescentes. O meu conhecimento tácito²³ das questões aqui abordadas e dos profissionais entrevistados certamente contribuiu para que as entrevistas abertas fluíssem plenamente. Para que a análise dos dados pudesse contemplar os pontos que o estudo pretende abordar, julguei, entretanto, necessário estabelecer um roteiro que norteasse as entrevistas. A partir das

²³ Alves (1991), ao falar sobre a formulação das questões de estudo em uma pesquisa qualitativa, nos fala da importância desse conhecimento tácito do pesquisador sobre o campo de investigação:

As questões indicam os principais aspectos de interesse do pesquisador no contexto estudado. Elas podem ser mais gerais ou mais específicas e podem ou não ser precedidas da escolha de um referencial teórico, embora alguns autores, como Yin (1985), considerem que este ajude a formular questões mais relevantes. Outros recursos que auxiliam essa formulação são estudos anteriores sobre o tema, depoimentos de especialistas e, evidentemente, o conhecimento do contexto. [...]

[...] Nesse processo de focalização, Guba e Lincoln (1989, p.176) enfatizam a importância do “conhecimento tácito” - aquilo que o pesquisador “sabe” embora não consiga expressar sob forma proposicional - para orientá-lo sobre o que observar, sobretudo nas etapas iniciais de estudo. Posição semelhante é defendida por Marshall e Rossman (1989) que destacam o valor da intuição. (Alves, 1991)

entrevistas e de análises documentais procurei reconstituir a história do atendimento à criança e ao adolescente na cidade do Rio de Janeiro.

2.1 - DO CONHECIMENTO TÁCITO DO SUBCAMPO DAS ONGS QUE TRABALHAM COM CRIANÇAS E ADOLESCENTES:

A identificação do presente objeto de estudo deu-se a partir da prática de trabalho em um projeto de quatro grandes ongs, o que me permitiu vivenciar muitas das questões aqui abordadas. Certamente, se essa inserção facilita, por um lado, o conhecimento da realidade estudada; por outro lado, requer certo distanciamento para a abordagem de determinadas questões. Não posso, entretanto, dispensar o conhecimento adquirido nas experiências vividas. Parte do distanciamento necessário aconteceu durante o próprio período de realização do doutorado, quando me afastei do trabalho interventivo no tipo de ong que será aqui abordado e pude compreender melhor a realidade vivida à luz dos conhecimentos adquiridos no estudo das disciplinas do curso.

Foi pelo que chamei em minha dissertação de mestrado de *feliz coincidência* que soube, em 1991, em uma entrevista de Herbert de Souza (Betinho), do início das atividades do projeto *Se essa rua fosse minha* nas ruas. Em 1992, ano em que o projeto passou efetivamente a trabalhar com crianças e adolescentes nas ruas da cidade, passei a integrar a equipe de educadores do projeto. A felicidade da coincidência também decorria da proposta lúdica do projeto, uma vez que eu me propunha a desenvolver, com as crianças e adolescentes, um trabalho de leitura, compreendida como atividade lúdica. Foi então em um clima de certa euforia que eu iniciei o trabalho com crianças e adolescentes, quando já cursava o mestrado e elegi esse grupo para a realização de minha pesquisa de campo.

Além disso, acho que esse clima de certa euforia era próprio de toda a equipe, não apenas por estarmos iniciando um novo trabalho, mas também pelo próprio fato de estarmos trabalhando em uma ong, ou melhor, em um projeto de quatro grandes ongs, o que era novidade para a maioria da equipe e tinha, àquele momento, um significado especial.

Pela minha própria idade e história de vida, não faço parte daquele grupo de profissionais que fundou e consolidou essas organizações a partir de um processo de militância política na década de 70. Já ingresso em organizações consolidadas que buscavam profissionais com uma formação específica. Por outro lado, tanto para mim quanto para vários companheiros de trabalho que ingressaram no projeto, o espaço da ong era visto também como um espaço de militância e esse era um dos motivos pelos quais buscávamos esse tipo de instituição. Talvez, para essa geração de profissionais da década de 90, educada no período da ditadura militar, cerceada pela mesma não só em sua formação, mas também em sua participação política na sociedade, as ongs fossem carregadas desse sentido de militância, atribuído às mesmas, sobretudo pela trajetória de seus fundadores.

Ong era então um fato novo em minha vida, assim como o foi o momento em que entrei para a mesma, 1992, ano da ECO-92, marco de uma mudança das próprias ongs na sociedade brasileira, período pós-Constituição de 88, início da década de 90, período em que as ongs adquirem não só um caráter interventivo cada vez maior na sociedade, como também ganham visibilidade. O *Se essa rua* era, como disse, um projeto de quatro grandes ongs (IBASE²⁴, IDAC²⁵, ISER²⁶ e FASE), que iniciava suas

²⁴ Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas, ong fundada na cidade do Rio de Janeiro, em 1980, que tinha em sua direção, à época do início do projeto, Herbert de Souza (Betinho), sociólogo, que assumiu a coordenação do *Se essa rua* enquanto representante da mesma.

atividades com um certo respaldo da *mídia*, com o apoio de artistas e de jogadores de futebol e que se propunha diferente. A diferença passava pela proposta lúdica de trabalho na rua, o que implicava em alguns pressupostos teórico-metodológicos, e pelo fato de seus profissionais, na grande maioria, terem uma formação específica em suas áreas, distinguindo-se dos chamados *educadores sociais* da época.

Os anos de 1992 e 93 (até a Chacina da Candelária) foram anos em que essa credibilidade foi reafirmada por uma segurança no trabalho desenvolvido. As quatro ongs mantinham uma relação com o *Se essa rua* e respaldavam-no nos momentos em que era preciso. Além disso, o projeto havia sido uma idéia do Aquiles, integrante do conjunto MPB-4, que apresentara a idéia ao Betinho, que convocou as demais ongs para a execução do mesmo. Nesse período, o Aquiles compôs a coordenação do projeto, o que facilitava o nosso acesso à *mídia* e aos demais coordenadores quando fosse necessário.

Por parte das demais ongs que atuavam diretamente na rua, éramos conhecidos como a *Disneylândia dos Projetos*, uma vez que trabalhávamos com circo, capoeira, desenho animado, literatura, esportes, além dos três educadores fixos em cada um dos plantões²⁷, um em Copacabana e outro no Leblon. Acho que o fato do projeto estar vinculado àquelas quatro ongs também contribuía para essa visão, uma vez que essa vinculação implicava em uma certa estrutura para o desenvolvimento do trabalho.

Logo que começamos as atividades na rua, Betinho foi procurado por um grupo que possuía uma casa em Laranjeiras, na qual, nos anos setenta, havia desenvolvido um

²⁵ Instituto de Ação Cultural, ong fundada na cidade do Rio de Janeiro, em 1980, que tinha em sua direção, à época do início do projeto, Miguel Darcy de Oliveira, diplomata, que assumiu a coordenação do *Se essa rua* enquanto representante da mesma.

trabalho alternativo com crianças e adolescentes, que já eram adultos e seguiram seus rumos na vida ou foram morar com alguns dos integrantes do grupo. A casa estava caindo aos pedaços, mas eles desejavam repassá-la para um grupo que desenvolvesse um trabalho também alternativo com crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. Foi assim que, logo no início de nossas atividades na rua, conseguimos o espaço de uma casa que, inicialmente, não comportava os meninos/meninas que atendíamos na rua por sua precariedade. Com o tempo, conseguimos financiamentos para reformas e aquela casa transformou-se na casa-dia do projeto. Mais tarde, em uma parceria com a prefeitura, conseguimos inaugurar uma casa de acolhida, onde vinte a vinte e cinco meninos passariam a morar.

A prática profissional que me levou ao doutorado foi a coordenação da casa-dia, no ano de 1994. As quatro ongs estavam, nesse momento, em um processo de emancipar o *Se essa rua*, propondo que o mesmo se transformasse em ong. As decisões em relação ao projeto seriam então tomadas por um colegiado composto pela secretária executiva, por mim, coordenadora da casa-dia, e pela coordenadora dos trabalhos na rua. Aquiles, por ter se mudado para São Paulo, já estava se distanciando da coordenação do projeto.

No âmbito do município do Rio de Janeiro, o projeto era àquela época uma referência pelo trabalho desenvolvido na rua, por sua proposta lúdica de intervenção junto às crianças e adolescentes. Esse reconhecimento fez com que a secretária executiva do projeto fosse convidada a compor a assessoria especial da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, cujo principal objetivo à época era a elaboração

²⁶ Instituto de Estudos da Religião, ong fundada na cidade do Rio de Janeiro, em 1970, que tinha em sua direção, à época do início do projeto, Rubem César Fernandes, antropólogo, que assumiu a coordenação do *Se essa rua* enquanto representante da mesma.

do plano *Vem pra casa, criança!*²⁸, que viria responder à exigência do *Estatuto da Criança e Adolescente* de se criar no município um sistema de atendimento a essa camada da população. Uma das primeiras iniciativas desse plano foi a criação de abrigos para crianças e adolescentes em situação de rua, locais onde eles/as pudessem se alimentar, tomar banho, e dormir à noite. A idéia era que esses abrigos fossem integrados às atividades desenvolvidas pelas ongs durante o dia. Os educadores da ong onde eu trabalhava deram uma espécie de *formação em serviço* aos educadores da prefeitura na abordagem dessas crianças e adolescentes nas ruas e nas atividades dos abrigos.

Em 94, diante desse contexto, assumo então a coordenação da casa-dia e passo a integrar a coordenação colegiada do *Se essa rua*. Com a ida da secretária executiva para a SMDS, a então coordenadora dos trabalhos de rua passa a reforçar a secretaria executiva, uma vez que o trabalho de rua havia passado por uma retração após a Chacina da Candelária.

O entusiasmo inicial diante de um novo desafio profissional foi, com o tempo, transformando-se em frustração, impotência, incompetência, enfim, uma série de sentimentos que me fizeram perceber que o trabalho com aqueles meninos e meninas no espaço de uma casa possuía uma série de problemas que não se resolviam no interior da própria organização. Cada dia na coordenação da casa era dia de me deparar com inúmeros impasses, para os quais eu não tinha respostas. Em meio a esse sentimento de derrota, eu estava terminando a minha dissertação de mestrado sobre o trabalho que

27 Nome dado ao nosso espaço de trabalho na rua.

28 Plano elaborado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, no ano de 1994, que cria, na cidade do Rio de Janeiro, um sistema de atendimento à criança e ao adolescente composto por diversos programas sociais, por equipamentos como creches, abrigos, casas-dia, casas de acolhidas e baseado, para as crianças e adolescentes em situação de rua, na metodologia de trabalho então

desenvolvera dois anos antes com essas mesmas crianças e adolescentes na rua. Parecia então se fechar um ciclo no desenvolvimento do trabalho com este público-alvo, ciclo que terminara em função de fatores internos e externos ao projeto. O trabalho na rua estava distante da realidade vivida no interior de uma casa.

O trabalho interventivo no espaço de uma casa suscitava demandas que a ong não estava em condições de responder e que se relacionavam diretamente com questões da política de atendimento à criança e ao adolescente no município. Que trabalho era esse? Como lidar, de forma diferenciada com essas crianças e adolescentes? Qual seria a proposta de trabalho? De que tipo de profissionais necessitávamos? Como lidar com crianças e adolescentes que, em suas histórias de vida, haviam passado por uma série de privações e que, naquele momento, encontravam na delinquência, com pequenos atos infracionais e com o uso e o abuso de drogas, um caminho? As dificuldades quotidianas traziam impasses para a equipe, faziam com que não soubéssemos lidar com aqueles casos que um dos educadores que eu entrevistei viria a chamar de *crônicos* ou *casudos*, ou seja, com aqueles meninos/as que não se enquadravam em instituição alguma e que continuavam perambulando pelas ruas da cidade.

A incapacidade de lidar com esses casos era constantemente evidenciada pelas ameaças de *quebra-quebra* na casa, as quais, algumas vezes, foram às vias de fato. Não podíamos trabalhar, sobretudo com alguns adolescentes, no espaço da casa e tínhamos tido nosso trabalho na rua inviabilizado após a Chacina da Candelária. Não tardou para que os *quebra-quebras* começassem a acontecer também nos abrigos da prefeitura, assim como eram constantes as notícias que chegavam até nós de semelhantes acontecimentos em outras ongs. Tais notícias chegavam freqüentemente pelos

desenvolvida pelas ongs: abordagem na rua, casas-dia, casas de acolhida. Além disso, esses equipamentos

próprios/as meninos/as e nós, dirigentes das organizações, continuávamos em nossas práticas solitárias, sem conseguir discutir um tipo de intervenção que efetivamente garantisse aqueles direitos conquistados pelo *Estatuto da Criança e do Adolescente* no ano de 1990, resultado de todo um processo de mobilização, de articulação, de diálogo estabelecido durante a década de 80.

Acredito que as experiências vividas, quando relatadas, se transformam em histórias e podem ser rico objeto de reflexão, pois permitem a elaboração tanto por parte de quem as conta quanto por parte de quem as ouve, são coletivamente elaboradas. Não só no universo de trabalho com crianças e adolescentes, mas em vários outros talvez o que tenhamos é pouca disponibilidade para contar nossas histórias. Vivemos em um mundo extremamente competitivo e nele é muito mais próprio anunciarmos nossas vitórias. Nossas derrotas, ou melhor, nossas experiências mais contundentes, aquelas com as quais mais podemos aprender porque nos questionam parecem mais difíceis de ser contadas.

Foi com esse sentimento de derrota que dei início ao meu doutorado, derrota diante de um trabalho exaustivo, derrota que eu então procurava compreender. Hoje, após o distanciamento daquela prática e da necessária reflexão sobre os problemas nela existentes, consigo enxergar que esse sentimento não era só meu, mas provavelmente de grande parte da equipe com a qual eu trabalhava e também dos meninos e meninas que conosco conviviam diariamente. Talvez esse ainda seja o sentimento de muitos educadores sociais que estejam na chamada *linha de frente*, ou seja, daqueles/as que esperançosamente desenvolvem atividades com crianças e adolescentes pobres que trazem para o cotidiano de trabalho todos os comprometimentos impostos por uma

realidade social extremamente excludente. As implicações dessa realidade no trabalho desenvolvido não podem ser esquecidas, elas devem ser constantemente lembradas, discutidas, trocadas, refletidas, para que possamos efetivamente lidar com elas. Caso contrário, corremos o risco de transformar nossos avanços em retrocessos e repetirmos antigos modelos de atendimento a este segmento da população.

No início de 1995, eu completara um ano na coordenação de uma casa-dia. Na atuação direta junto aos meninos e meninas, surgiam as dificuldades de convivência no espaço de uma casa: as histórias de abandono e violência que traziam com eles/elas eram como que diariamente revividas a partir do tratamento e do cuidado recebidos no espaço da casa. Uma simples *bronca* logo de manhã, do tipo *Vai tomar banho, menino!*, às vezes podia significar que alguém, que não era a mãe, em um espaço, que não era o da casa materna, se importava com ele/ela. Isso bastava para que toda uma história de abandono fosse revivida e para que o próprio espaço da casa e os educadores se transformassem imediatamente em objeto da agressão de um/a menino/a. Assim, vidros eram constantemente quebrados, materiais eram danificados, mágoas, raivas e ressentimentos exteriorizados no que ou em quem estivesse no caminho de um desses/as meninos/as mexidos e remexidos pela convivência naquele espaço.

Esse comportamento criou uma série de impasses entre a equipe: punir ou não punir? Como? A resposta não estava escrita em lugar algum. A equipe, despreparada para enfrentar tais situações, dividia-se entre o suspender/expulsar e o não suspender/não expulsar. Como suspender e expulsar os *meninos/meninas de rua*? Por outro lado, o próprio grupo de meninos e meninas, quando assistia ao *surto* de um de seus colegas, exigia da coordenadora e dos educadores do projeto a devida punição àquele/a infrator/a. Aliás, quase todos, em sua maioria, eram juridicamente considerados

infratores, uma vez que tinham mandato de busca e apreensão do Juizado da Infância e Juventude por não terem cumprido devidamente as medidas sócio-educativas determinadas em audiência à época em que foram presos, estando em situação irregular.

A minha inexperiência na gestão de um espaço como a casa-dia contribuiu muito para o quadro de crise que se instaurou no final do ano de 1994. Além disso, a falta de condições mínimas para o desenvolvimento de um trabalho desta natureza agudizava o quadro de crise. No nível da coordenação da casa-dia, o enfrentamento da miséria das condições de vida daquelas crianças e adolescentes, com uma precária infra-estrutura para o trabalho, em um projeto de quatro grandes ongs, em contraponto aos constantes visitantes estrangeiros, às entrevistas em inglês, aos sofisticados sistemas de prestação de contas e aos relatórios geravam, no mínimo, um exercício esquizofrênico de minhas atividades.

No nível dos demais profissionais envolvidos no projeto, especialmente o dos educadores, colocavam-se questões como capacitação profissional para o exercício das atividades e salários. As discrepâncias entre membros da equipe eram grandes e o embate entre teoria e prática constantemente reavivado em momentos de crise. Os educadores que tinham uma formação profissional específica, alguns inclusive com cursos de mestrado em suas áreas, lançavam questionamentos teórico-metodológicos ao trabalho; eles eram, entretanto, os que tinham menos contato com os meninos e meninas, em termos de carga horária quotidiana. Os demais educadores, aqueles que então se autodenominavam educadores de *linha de frente*, eram os que tinham um maior contato com os meninos e meninas, que detinham o controle da relação com os mesmos, e que não tinham nenhuma capacitação formal para o exercício de suas atividades, seu aprendizado havia se dado na prática interventiva junto a esse grupo, a identidade entre

educadores e meninos(as), em suas trajetórias de vida, por exemplo, era muitas vezes evidente.

A questão em relação ao tratamento dado aos meninos e meninas naqueles casos extremos se polarizou e o que terminou por ocorrer foi uma ruptura entre os membros da coordenação do projeto.

A educação e a formação profissional dos jovens era um outro impasse que se colocava constantemente no desenvolvimento do trabalho. Por mais que houvesse oficinas na casa, essas iniciativas demonstravam efetivamente poucos resultados. A exigência de que eles(as) frequentassem a escola, sem o devido acompanhamento, decorrente da falta de profissionais para fazê-lo, mostrava-se constantemente inócua.

Mesmo quando as crianças e, sobretudo, os adolescentes frequentavam a escola, sabíamos que por mais que desejássemos o seu sucesso, suas chances de efetivamente se formarem e terem uma profissão eram extremamente limitadas. Esse desejo por parte dos profissionais de ver o sucesso de um menino ou de uma menina decorria, é claro, de todo o processo de trabalho. Conhecer um menino na rua, todo sujo, roubando, cheirando cola, prostituindo-se, abordá-lo, seduzi-lo para o trabalho, conquistá-lo por meio de *atividades de menino*, como jogar bola, ler, escrever, desenhar, cantar, jogar, conquistar a sua confiança, no projeto e nele mesmo para tentar mais uma vez, vê-lo ir para a escola, sair da rua, reatar relações com sua família, ... Certamente, ao educador que acompanha todo esse processo resta desejar que esse menino tenha sucesso e com ele trabalhar para isso. Não são poucas às vezes, no entanto, que após tudo isso se experimenta o gosto amargo do retrocesso.

Em um outro momento de minha trajetória profissional, tive a oportunidade de trabalhar com adolescentes de comunidades, aqueles mesmos que eu encontrara na rua,

com uma única diferença: por algum motivo, eles não tinham tido a coragem de sair de casa. A realidade que muitos deles viviam nas comunidades era, sem sombra de dúvida, mais violenta do que a realidade da rua, talvez exatamente por isso aqueles que estavam na rua tivessem saído das comunidades onde viviam. Havia, nos meninos na rua, um *quê* não sei se de irreverência ou se de dignidade, ou de ambas, que fazia com que buscassem as ruas. Quando refaziam o caminho, entretanto, e retornavam para suas comunidades na condição de *pobres estudantes trabalhadores*, acabavam por desistir. Assim o foi com Jonas, que retornou para a sua família, passou a estudar e trabalhar. Andava todo “arrumadinho”, de óculos e livros embaixo do braço. Um dia, entrou em minha sala, lançou livros e cadernos sobre minha mesa e me disse: “Estou lhe devolvendo, devolvendo ao projeto os livros que me foram dados, não quero mais, cansei!”.

Jonas me explicou então os motivos pelos quais havia se cansado. Disse-me que tinha que acordar todos os dias às 4h30min, pois morava muito longe e tinha que pegar um ônibus cheio para estar no trabalho em Copacabana às 7:00h, onde trabalhava meio período e, por isso, ganhava meio salário mínimo. Despencava-se de Copacabana para Laranjeiras para almoçar na casa-dia, depois voltava correndo ao Leblon, onde estudava no turno da tarde. Fim de tarde, regressava para a casa, em um ônibus lotado para Magalhães Bastos, aonde chegava já noite. Após o relato, me perguntou: Para quê? Para quê estou fazendo tudo isso? Para ganhar meio salário mínimo? Para que serve meio salário mínimo? Quer saber a verdade? Havia dias em que eu ganhava isso em um só dia na rua!

O que dizer para um jovem diante de uma situação dessas? Como lidar com essa realidade? Com as suas desvantagens? Com a sua realidade? Jonas era extremamente

crítico, ele havia vivido nas ruas da Zona Sul da cidade, tinha a exata dimensão do que significava viver bem e se recusava a pagar um preço tão alto para se enquadrar no *modelo* para ele previsto em nossa sociedade.

Jonas teve muitas idas e vindas, se revoltou várias vezes, continuou frequentando o projeto, acabou saindo da casa de sua família e criando condições para viver por conta própria em condições mais dignas. Recentemente, encontrei-o nos corredores da Prefeitura. Completou o Ensino Médio, trabalha em uma ong e mora com outros rapazes em uma república. Tem uma boa relação com seus familiares, ou seja, mantém as relações com sua família, visita-os regularmente e tem uma boa relação afetiva com eles, tendo optado por construir sua própria vida. Mas até que Jonas chegasse a esse ponto, houve, como disse, muitas idas e vindas em seu processo, muitos momentos de indignação, nos quais não se podia simplesmente aplicar uma regra ou uma medida esperada por um financiador, como a reintegração familiar a qualquer preço.

Nesse sentido, o projeto *Se essa rua fosse minha* subverteu algumas regras. Normalmente espera-se que as casas de acolhida, uma vez identificada a família de um/a adolescente, trabalhem na perspectiva da reintegração familiar concebida como o retorno à família. Essa concepção passa pela compreensão de que a família seria o melhor lugar para esse/a adolescente e, por isso, é vista como um dos indicadores de sucesso dos trabalhos desenvolvidos pelas ongs. A pergunta *quantos meninos/meninas vocês já reintegraram à família* é constantemente feita por financiadores e pela própria *mídia*, por exemplo. A concepção reducionista e imediatista do que seria essa reinserção aponta, entretanto, algumas vezes, na direção do fracasso de tentativas forjadas que não levam em consideração o processo do/a menino/a de reconstrução de sua própria trajetória de vida. A preocupação em efetivar a reintegração rápida, tanto como um

indicador de sucesso quanto para “abrir mais uma vaga” na casa de acolhida ou no abrigo é bastante comum.

Poderíamos dizer que no caso do Jonas não houve reintegração familiar? Houve, mas de uma outra forma, uma reintegração que lhe permitiu reatar os laços com sua família e, ao mesmo tempo, fazer suas escolhas na vida, seguindo com autonomia. Esta foi certamente uma forma mais processual e mais onerosa para o projeto em termos de financiamento, uma vez que exigiu mais de sua equipe no trabalho com todos os altos e baixos, idas e vindas de Jonas, além dele, apesar de ter uma família e de ter uma boa relação com a mesma, ter tido seu espaço preservado na casa de acolhida, que não se reduziu a recolhê-lo da rua e encaminhá-lo, mas ousou acolhê-lo em seu processo de reconstrução de sua trajetória de vida.

Além disso, o próprio Jonas tratou, pelas relações estabelecidas no tempo em que esteve no projeto, de articular as ações entre ongs. Ele freqüentava o *Se essa rua* e viabilizou muitas de suas necessidades, como educação e trabalho, pela relação estabelecida com uma outra ong, a *Central de Oportunidades*, onde hoje trabalha.

O caso do Jonas aponta a necessidade, como afirma Faleiros²⁹, de trabalho com as trajetórias de vida e de elaboração de estratégias de ação a partir das mesmas. Essas

²⁹ *O discurso das ciências sociais contemporâneas passou a valorizar o sujeito como personagem que entra em cena com seus desejos, seu mundo simbólico, sua individualidade, desconsiderando às vezes o próprio contexto em que o sujeito se constitui, sua trajetória social em articulação com sua trajetória individual ou familiar. A construção dos sujeitos se faz no imbricamento de relações complexas e num processo histórico demarcado por rupturas e continuidades. As trajetórias não são caminhos prefixos ad aeternum pelas estruturas, nem processos de escolhas livres. Elas consistem no trânsito das possibilidades para as viabilidades, numa combinação de virtù e fortuna na expressão de Maquiavel, dos fados e feitos, das condições dadas com as ações e iniciativas individuais e dos grupos a que pertence.*

As trajetórias não são processos mágicos, mas uma construção e uma desconstrução de poderes numa dinâmica relacional em que se entrecruzam de forma interdependente os ciclos longos da história e os ciclos curtos das vidas dos indivíduos. Esta trajetória não é, pois linear, mas um processo de mudanças de relações. Esse processo de mudanças de

trajetórias, no entanto, não são apenas individuais, elas estão inseridas em um contexto marcado pelas desigualdades sociais e trabalhar com elas implica também na problematização desse contexto.

As várias ações interventivas que começaram a se desenvolver com crianças e adolescentes em situação de rua a partir da década de 80 e que se intensificaram na década de 90 começaram a entrar em contato com diferentes biovias, a descobrir trajetórias de vida marcadas por processos de exclusão social e a propor um trabalho

relações implica rupturas que se manifestam em desavenças, revoltas, deslocamentos e continuidades que se manifestam como acomodações, integrações, tradições, repetições.

As rupturas e continuidades se vinculam a processos globais, independentes da vontade dos sujeitos isolados, mas que se articulam em forças dominantes e dominadas em relação.

Os dominantes podem construir suas trajetórias de forma mais autônoma, pois detêm a hegemonia, a direção de um processo histórico de mais longo prazo, enquanto que os dominados se vêem atomizados, fragmentados e fragilizados pelas pressões de todos os tipos em suas decisões.

A trajetória dos dominados tem a marca da exclusão social, enquanto processo de marginalização dos bens culturais, econômicos, políticos, de lazer, que constituem patrimônios de certos grupos, embora haja um processo de integração em patrimônios familiares, afetivos, de amizade, de certos bens que configuram o patrimônio dos dominados inseridos numa relação de desigualdade. [...]

[...] As trajetórias são processos de desestruturação como de estruturação de referências e patrimônios, pela articulação ou desarticulação de relações sociais num tempo e num espaço determinados onde se produzem mudanças nas formas de reprodução como de identificação social. Esta perda ou aquisição de patrimônios está vinculada tanto a processos contextuais como as biovias (termo que proponho para designar os caminhos da vida) da família, de redes de pertença, de vizinhança. Num momento determinado um indivíduo pode ser casado, lavrador, pequeno proprietário, e numa mudança das relações na propriedade da terra, migra, transformando-se em separado, ambulante, urbanizado, favelado. A migração e a nova situação colocam em jogo (enjeu) novas relações que envolvem um processo de construção de novas referências e identificações e perda de outras que diminuem ou aumentam a capacidade de poder intervir no cotidiano e construir a sua autonomia, ou seja, de conseguir diminuir poder.

As trajetórias das crianças de rua, por exemplo, mostram um processo desestruturador de referências e identificações a tal ponto de não se lembrarem do seu nome completo, do nome dos pais, de sua idade, do tempo há que estão na rua, do espaço em que viviam, embora até possam a vir adquirir um apelido, morar num mocó “personalizado” com alguns objetos, criar uma “família de rua” o que não substitui as referências fundamentais perdidas, vividas como feridas abertas.

As biovias podem, pois, representar fracassos ou sucessos para os diferentes atores, e mais profundamente, traduzem um jogo de poderes, uma correlação de forças. (Faleiros, 1994).

de conhecimento e de resgate de indivíduos a partir dessas trajetórias. A problematização deste trabalho, que se concretiza na sociedade em decorrência de um movimento social, que claramente levava em consideração a trajetória social dos indivíduos, torna-se, então, necessária a esses novos tempos, caracterizados por perspectivas individualizantes, nos quais as ações coletivas parecem ser, cada vez mais, de difícil execução.

Na verdade, o que aqui se pretende é problematizar este tipo de ação interventiva a partir daqueles que a desenvolvem ou desenvolveram e que trabalharam coletivamente para que ela fosse uma realidade em nossa sociedade. A identificação de como surgem essas ações, como se concretizam, assim como das questões que delas emergem, em um diálogo com aqueles que as construíram, é o desafio principal deste estudo.

2.2 - DÉCADA DE 80: AÇÕES QUE CONSTITUEM UM MOVIMENTO

Os meninos de rua desde sempre foram as pessoas públicas do país: a vida era publicada, não tinha vida privada, o sujeito come, dorme, trepa na rua, rouba na rua, todas as relações externas deles e internas eram basicamente públicas.
(Carlos Bezerra, Ex-Cola)

Na década de 80, diferentes atores se unem e articulam em um movimento nacional pela conquista dos direitos das crianças e dos adolescentes. Esse movimento, como já foi observado, não é isolado, ele faz parte de um conjunto de movimentos que marcam a década e que empurram o processo de democratização do país. Por outro lado, apesar de compartilhar de diversos aspectos existentes nos demais movimentos, ele tem também sua história e características específicas, assim como dele decorrem conseqüências particulares à política de atendimento à criança e ao adolescente. Compreender inicialmente esse movimento em sua origem e estudar posteriormente sua especificidade na cidade do Rio de Janeiro a partir daqueles que o protagonizaram, analisando também as ações dele decorrentes, para que possamos compreender melhor o que está em jogo hoje no desenvolvimento de ações interventivas junto a esse segmento da população é a tarefa a que nos propomos no momento.

Já participam do movimento da década de 80 algumas organizações não governamentais que trabalhavam com crianças e adolescentes e que desenvolviam o que foi considerado ao longo do próprio movimento como *alternativa de atendimento ao menino de rua*. Essas poucas ações convergiram posteriormente para a proposição de um novo paradigma de atendimento à criança e ao adolescente no país. Um exemplo desse tipo de organização existente à época, fundada em um período anterior ao

movimento, é a Pastoral do Menor da Arquidiocese de São Paulo, criada em 1979, a qual se vincularam educadores sociais de rua e cujas ações nortearam a implantação de novos trabalhos com crianças e adolescentes pelo país. Um dos fundadores da Fundação São Martinho, primeira instituição a desenvolver trabalhos com meninos e meninas nas ruas da cidade do Rio de Janeiro, em 1984, declara a influência recebida da Pastoral de São Paulo:

Tivemos a oportunidade de conhecer a Pastoral do Menor em São Paulo e o trabalho que havia de abordagem com o menino de rua na Praça da Sé. Eu estagiei lá. Quando eu voltei, fui convidado para fazer uma palestra para os alunos da Escola Naval sobre o menor abandonado, aí levei dois ex-alunos meus da FUNABEM para darem testemunho e meia dúzia deles ficaram entusiasmados em fazer alguma coisa. Eles saíam as sextas-feiras e, nos finais de semana, nós nos encontrávamos e fazíamos abordagem. Começamos aqui no Centro da Cidade, na Praça Tiradentes e Central do Brasil, e dessa forma começou a São Martinho, em 84.

Com a experiência que eu tive no presídio, na FUNABEM e com o estágio que eu fiz na Pastoral do Menor em São Paulo, enfim, lá eles já estavam muito envolvidos no movimento de alternativas de atendimento aos meninos de rua. Então, essa era a metodologia deles lá, essa metodologia que partia da realidade do menino, da abordagem, da descoberta, de construir com os meninos um caminho, isso tudo começou lá e a gente fez aqui na Praça Tiradentes, na Central do Brasil, com esse grupo de alunos da Escola Naval que ficou um ano conosco. Depois eles já estavam no fim de curso e seguiram a carreira deles, hoje já são oficiais dentro da Marinha e com alguns deles ainda temos contato. (Roberto José dos Santos, Fundação São Martinho)

É, entretanto, somente a partir de meados da década, no decorrer do próprio movimento, que essas organizações surgem em maior número. Segundo dados de 1995 da Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais, no conjunto de suas filiadas, apenas 21% das ongs têm na década de 70 seu período de fundação; 60% delas foram fundadas a partir de 1985; e 15,4% a partir dos anos 90. Outro dado interessante é que 63,7% das ongs afirmam ter como público-alvo prioritário de suas ações as crianças e os adolescentes (ABONG, 1995).

Entre os fatores que contribuíram para que diversas iniciativas da sociedade civil em todo o país começassem a se voltar para as crianças e adolescentes em situação de rua está o visível aumento no número de crianças e adolescentes nas ruas das cidades, principalmente nos grandes centros urbanos, a partir do final da década de 70 e início da de 80. Esse fato é consequência do quadro de pobreza absoluta vivido por um grande contingente de famílias brasileiras durante a vigência do modelo econômico imposto ao país no período da ditadura militar³⁰.

De acordo com a revista “Retrato do Brasil”, cujo tema foi *Os meninos e meninas de rua do Brasil*, em 1980, 18% das famílias brasileiras, ou seja, 4,4 milhões de famílias do total de 25 milhões, viviam em estado de pobreza absoluta, com uma renda *per capita* mensal que não chegava a ¼ do salário mínimo; 27% dessas famílias tinha seus chefes desempregados por motivos de doença ou de acidente de trabalho; de cada dez famílias que viviam nessas condições, quatro contavam apenas com o trabalho de crianças e adolescentes para o seu sustento (“Retrato do Brasil”, 1985). Uma das entrevistadas nos conta como viveu essa realidade com os meninos e meninas nas ruas nos anos de 87/88:

Eu diria que se acirraram mais as dificuldades, a pobreza. A gente olhava, ia na casa dos meninos, a gente freqüentava muito a casa deles, apesar da gente nunca ter tido um trabalho mais voltado para a família. Muitos convidavam a gente para passar o aniversário e eram lugares onde o vizinho não tinha o que comer também, era muito degradante a situação.

Então, eu acho que nessa época a gente vai sentir isso mais profundamente, a gente já vinha desde 84 sentindo a miséria, a falta de perspectiva, mas

³⁰ Conforme artigo publicado em 1985 na revista “Retrato do Brasil”:

O processo de formação dessa massa de desprotegidos, é claro, decorre do rumo mais geral do desenvolvimento brasileiro, especialmente sob o Regime Militar. Uma das principais razões para que mulheres e crianças ingressassem na População Economicamente Ativa, da maneira intensa como isso se deu na década de 70, foi o arrocho salarial, componente essencial do modelo econômico brasileiro. (“Retrato do Brasil”, 1985)

nesse período agrava. E eu acho que o que faz parecer para a gente que está tudo bem é que a gente tinha uma forte mobilização social, tinha o objetivo de alcançar a reforma constitucional, tinha muitos movimentos brigando. Você tinha a área da criança, era um movimento só. Apesar de ser mais recente, era o que também se movimentava muito, mas no fundo, a questão básica, a condição sócio-econômica, era muito degradante. Ter 20 famílias morando no centro da cidade, morando mesmo, com barraquinha, comendo, dormindo é muito degradante, o número de trabalhadores que morava na rua era muito grande. Então eu acho que tinha uma espécie de “caos social” também porque a gente tinha um governo diferente, um governo que “primava pelo social” mas que concretamente te dava muito pouco. (Lúcia Xavier - Trabalhava no IBRADES à época e atualmente trabalha na ong Criola)

Certamente, o fenômeno *menino de rua* não é novo em nossa sociedade, mas a grave situação econômica do país no período da ditadura militar levou um grande contingente de crianças e adolescentes para as ruas da cidade e desencadeou uma série de iniciativas espontâneas, comunitárias, locais, voltadas para esse segmento da população. Essas iniciativas eram desenvolvidas por atores que possuíam, em suas trajetórias, mesmo que em momentos diferenciados, algumas afinidades com as origens das ongs, como o vínculo com a Igreja e com a educação popular. Entre as várias trajetórias estudadas e já mencionadas, vale à pena observar a de Ivanir dos Santos, um dos fundadores da *Associação de Ex-Alunos da FUNABEM*, ela mesma talvez fruto da convergência de uma série de fatores que apontavam para o fim do regime militar no país.

Eu fui aluno da FUNABEM. Saí recuperado. Eu fundei a Associação de Ex-Alunos da FUNABEM (ASSEAF) com os meus ex-companheiros. Ela foi fundada em 79, muito antes do Movimento no Rio de Janeiro, ou de qualquer outro movimento que falasse dessa questão, e isso é importante. A Associação dos Ex-Alunos questionava justamente o chamado atendimento que era dado aos alunos e depois quando eles voltavam para a sociedade, voltavam praticamente em condições marcadas, estigmatizados. Então, na verdade, a instituição não propiciava a famosa integração social.

A Associação, já nessa época, começou a falar um pouco dos maltratos que sofriam os garotos no internato. E um dado interessante é que essa

associação fez um contato com um movimento que existia em São Paulo chamado Movimento em Defesa do Menor, da Lia Junqueira, isso em 1981, que era o primeiro movimento em São Paulo que também denunciava as condições de vida da FEBEM de São Paulo. Então, na verdade, são os primeiros movimentos de que se tem notícia, pelo menos no país, que começaram a levantar as condições de vida nos internatos.

Com o tempo, nós fomos percebendo que não adiantava só lutar pelas condições de vida do internato. Tinha um problema muito maior que eram as condições de vida das crianças e dos adolescentes nas comunidades. Nós tínhamos levantado alguns dados na época e percebemos que 97% dos garotos da FUNABEM não eram abandonados, existia sempre um responsável, quando não tinha os dois, e a sua grande maioria era filho de empregada doméstica. No fundo, elas precisavam trabalhar, não tinham onde deixar os filhos, que acabavam vivendo lá. E, segundo, o próprio discurso da criminalidade dos infratores, a grande maioria não era infratora, os infratores eram uma minoria. Depois, nós começamos a ter uma compreensão que tinha dois tipos de infância na sociedade brasileira: você tinha o menor, que era uma figura jurídica, tutelada pelo Código de Menores, e tinha a criança, que era protegida e bem cuidada pela sociedade. O menor geralmente era negro, mestiço, favelado, andava descalço, sem camisa, com o nariz escorrendo - esse era considerado uma ameaça social; e tinha a criança, que era o tipo loirinha, de olhos azuis, tomava leite Ninho, usava fraldas Johnson e brincava com brinquedo Estrela - era só você ligar a televisão que era essa a imagem que estava lá. Você tinha duas infâncias e essa Associação foi a primeira no país a levantar que na verdade o que se chamava de menor era uma infância, um segmento que não era respeitado como criança e adolescente pela sociedade brasileira e que era maioria. (Ivanir dos Santos, CEAP)

O primeiro ponto a ser observado, a partir do relato de Ivanir, é que esse movimento se inicia no Rio de Janeiro com uma ação de egressos da FUNABEM; o segundo, também mencionado na revista “Retrato do Brasil” (1985), de que apenas 3% dos internos na FUNABEM eram infratores e de que aqueles que, em sua maioria, eram considerados *abandonados* efetivamente não o eram. Havia, sim, uma espécie de *institucionalização do abandono*, com o afastamento das crianças das famílias que o Estado julgava não poderem educar seus filhos. E o terceiro ponto é o da dicotomia

entre *menor* e *criança* existente na sociedade brasileira, que apenas na década de 80 passa a ser objeto de uma discussão política na sociedade³¹.

Uma questão interessante é o momento em que a ASSEAF é criada, final da década de 70, período em que a própria ditadura militar já havia dado ares de exaustão e criava formas de conduzir e controlar o processo de abertura do país. O fim do “milagre brasileiro”, em meados da década, agravava as contradições políticas e sociais do país e trazia as primeiras manifestações de descontentamento generalizado. Alguns meses após a posse de Geisel, em novembro de 1974, o governo e os próprios partidos foram surpreendidos com a maciça vitória do MDB nas eleições parlamentares nos estados. O partido ganhou em 16 estados, principalmente nos das regiões Sul e Sudeste e na maioria dos grandes centros urbanos.

Naqueles anos, multiplicaram-se movimentos populares que nasciam e se desenvolviam a partir dos bairros da periferia das grandes cidades: o Movimento do Custo de Vida, os movimentos contra a remoção forçada dos favelados, pela regulamentação dos movimentos clandestinos, pela obtenção de bens e serviços como a instalação de redes de esgoto, água, luz, creches, pelo direito à educação e à saúde. Esses movimentos refletiam não só os efeitos do crescimento caótico das cidades, mas também a falência de um modelo que sufocava a participação e o debate político e deteriorava as condições de vida e de trabalho da população. Eles também expressavam profundas transformações nos valores da população, no seu comportamento, nas formas

31 Em 1979, é celebrado o *Ano Internacional da Criança*, em comemoração aos 20 anos da *Declaração Universal dos Direitos da Criança*, aprovada pela Assembleia das Nações Unidas em 1959, cuja doutrina era a proteção integral, antagônica à doutrina de “situação irregular” então existente no país. Como bem lembra Graciani: *O mote utilizado como questionamento ao código de 1979 (Código de Menores) foi “o ano é da criança, o código é do menor”, insinuando que, para os legisladores, menor não é criança, uma vez que nem era mencionado o termo “direitos” no código, além de não incorporar este espírito. A reboque do Ano Internacional da Criança, os meios de comunicação social e,*

criativas de se organizarem, de agirem coletivamente e de forma independente. O mundo do bairro deixava de ser apenas o lugar onde as pessoas moravam para ser o lugar onde elas viviam, se encontravam, conversavam, desenvolviam relações de união e solidariedade e onde acumulavam experiências de vivência comunitária e resistência coletiva.

A classe operária que ocupou o centro dos acontecimentos nacionais a partir de 1978 apresentava características novas, sinal de profundas mudanças ocorridas nos anos da ditadura. Uma delas foi o seu crescimento: o operariado industrial havia praticamente duplicado em dez anos, passando de 5,5 milhões em 1970 para 11 milhões em 1980, representando 80% do conjunto do proletariado brasileiro, estimado em 14 milhões. Quase 70% dos operários concentravam-se nos grandes centros industriais da região Sudeste, a maioria trabalhando nas grandes empresas dos setores mais recentes e modernos da indústria. Foram exatamente os operários da chamada “indústria de ponta”, como os metalúrgicos de São Bernardo do Campo, que encabeçaram os movimentos grevistas a partir de 1978.

Esses são alguns dos fatos que fizeram com que o governo Geisel iniciasse um projeto de “distensão” e preparasse o projeto de “abertura política”. Nos discursos oficiais, as palavras “abertura” ou “distensão” vinham sempre acompanhadas dos adjetivos “lenta”, “gradual” e “segura”, reveladoras de uma acomodação feita *de cima para baixo*, controlada pelo poder, dentro da ordem, para manter a ordem dominante.

Em suma, o processo chamado de “abertura lenta, gradual e segura”, ao qual, na década de oitenta, a sociedade civil, agora mais complexamente organizada, opunha-se, repetindo o refrão “ampla, geral, e irrestrita” em diversas manifestações, abarcou um

conseqüentemente, a opinião pública em geral, começaram a perceber, registrar e debater o notável

período que se iniciou no governo Geisel (1974-79) e continuou no de Figueiredo (1979-85). De fato, como bem disseram Arato e Cohen (1992), no processo de democratização dos países da América Latina, uma estratégia de abertura política realmente *de baixo* não ocorreu em país algum, mas as ditaduras nunca conseguiram resolver a crise de legitimidade existente em seu próprio interior. No Brasil, mesmo com o importante papel desempenhado pela sociedade civil no processo de abertura, ele acabou sendo conduzido pelo regime militar.

Contextualizar o momento em que é criada a ASSEAF e em que surgem diversas ações voltadas para as crianças e adolescentes em situação de rua é importante para observarmos que, nesse contexto, a própria instituição que se incumbia de executar a *Política Nacional de Bem-Estar do Menor*, a FUNABEM, começa a questionar, também de seu interior, a partir das pressões externas, o seu sistema de atendimento, e a buscar pelo país aquelas iniciativas comunitárias que estavam sendo desenvolvidas com as crianças e os adolescentes nas ruas das cidades. Especificamente com relação à ASSEAF, a sua criação foi, certamente, oportuna, mas talvez ela também decorra do contexto existente no período em que foi criada e seu surgimento provavelmente seria impossível em um momento anterior a esse processo de abertura.

É, na verdade, como foi verificado em várias publicações e em entrevistas realizadas, uma iniciativa da FUNABEM, do Ministério da Previdência e Assistência Social e do UNICEF que acaba por unir essas muitas ações desenvolvidas com crianças e adolescentes pelo país e a partir daí é criado o *Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua* (MNMMR):

Em maio de 1981, Peter Taçon, então assessor do UNICEF em Nova York para programas com crianças abandonadas e sem família, veio ao Brasil

crescimento da população infanto-juvenil nas ruas do país no início dos anos 80. (Graciani, 1997).

para conhecer nossos programas nessa área. A visita foi realizada em diversos estados e acompanhada por William Mayers, do UNICEF, e dois técnicos do MPAS, Miltes Medeiros Cruz (SAS) e Sônia Maria Silva (FUNABEM). Durante sua realização, a partir de discussões e do conhecimento de cada um, foi decidido levar às referidas instituições a proposta de uma ação conjunta em relação a meninos de rua. [...]

[...] Após a concordância das instituições de que os estudos do assunto prosseguissem, foram definidos alguns pontos preliminares, dentre os quais dois foram fundamentais:

- a futura ação conjunta não deveria incluir o atendimento direto às crianças ou o repasse de recursos financeiros para esse atendimento;*
- a futura ação conjunta seria mais útil se dirigida a ajudar os programas que já atendiam meninos de rua; a multiplicar e aperfeiçoar esse atendimento.*

A medida a seguir foi a realização, ainda em 1981, de dois Seminários (Setembro e Dezembro) com representantes de programas que, à época, foram identificados como de atendimento a meninos de rua, para conhecer sua prática de trabalho e debater as possíveis linhas do futuro projeto. (...)

(...)Em janeiro de 1982, esta proposta, denominada Alternativas de Atendimento a Meninos de Rua, foi aprovada pelos dirigentes das três instituições e logo a seguir iniciada sua execução, o que foi possível por já existir um convênio de cooperação técnica entre o UNICEF e o MPAS, que previa ações na área de crianças em situação de abandono, tornando-se esse Projeto a primeira operacionalização nessa área. (“Era uma vez... - Relatório do Projeto Alternativas de Atendimento a Meninos de Rua”, 1982/1988).

Foi então a partir das atividades desenvolvidas por este Projeto que os diversos atores que trabalhavam com crianças e adolescentes país afora puderam se encontrar e articular na criação, em 1985, do MNMMR. Graciani, vinculada à *Pastoral do Menor* de São Paulo, dá o seu depoimento do que significou, naquele momento, a criação deste Projeto:

Essa movimentação nacional foi acompanhada de um dos programas mais interessantes até hoje criado, referente às crianças e adolescentes de rua, o denominado “Projeto Alternativas de Crianças de Rua”, subsidiado pelo UNICEF/SAS/FUNABEM, que tinha o objetivo de articular e organizar pequenos eventos de troca de experiências com quem estava fazendo alguns

trabalhos educativos, nessa área, em nível nacional, o que favoreceu sobremaneira o fortalecimento do papel, da postura e da ação do Educador Social de Rua em todas as suas dimensões, ou seja, escolarização, trabalho, geração de renda, alfabetização e, principalmente, o então nascente trabalho na rua. (Graciani, 1997)

O Projeto *Alternativas de Atendimento a Meninos de Rua* foi desenvolvido, em sua fase inicial, de 1982 a 1984, sendo prorrogado por dois períodos: 1985 a 1986 e 1987 a 1990. De acordo com o relatório do Projeto, nesse período, foram realizados 349 eventos, com a participação de 12.772 pessoas; 30 documentos foram publicados; 11 audiovisuais entre vídeos, filmes e baterias de slides foram produzidos; e 400 programas com *meninos de rua* foram identificados a partir dos 22 conhecidos em 1981, sem que se tenha realizado levantamento específico.

Além dos dados quantitativos, o relatório ressalta que os resultados mais significativos do Projeto foram aqueles alcançados na área do próprio atendimento às *crianças de rua*, na mudança de mentalidade e na mudança de atitude dos órgãos públicos e das comunidades em relação ao assunto. Em meio a uma grande listagem que mapeia os resultados nessas áreas, encontramos: *constituição de um movimento comunitário pró-meninos de rua: Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, que se propõe a coordenar os grupos já existentes, mobilizar outros, manter em foco a questão do menino de rua e, provavelmente, substituir o atual Projeto - um Projeto institucional - por uma ação comunitária* (“Era uma vez... - Relatório do Projeto Alternativas de Atendimento a Meninos de Rua”, 1982/1988).

Mais adiante, em um anexo no mesmo relatório, cujo conteúdo é uma avaliação parcial, feita pela coordenação do Projeto, em 1986, observa-se um posicionamento crítico da Coordenação Nacional do MNMMR frente a essa colocação, uma vez que

diferencia o Movimento como tendo duas dimensões, a técnica e a política, e o Projeto como tendo apenas a dimensão técnica.

Partindo das duas categorias de análise deste trabalho, mobilização e intervenção, é importante observar, por enquanto, que elas não são absolutamente antagônicas, que talvez diferentemente do que ocorreu com as ongs caracterizadas por Landim (1993) como *pioneiras*, aquelas que nasceram dos movimentos sociais, do trabalho de assessoria aos movimentos populares nos Centros de Educação Popular, o movimento nacional pela defesa dos direitos das crianças e adolescentes tem uma peculiaridade: ele nasce de ações interventivas, alternativas àquelas da FUNABEM, desenvolvidas com crianças e adolescentes nas ruas das cidades. São essas ações, ainda não necessariamente desenvolvidas por ongs, algumas delas inclusive desenvolvidas espontaneamente por pessoas físicas e não por instituições, que convergem, a partir do encontro desses vários atores no Projeto *Alternativas de Atendimento a Meninos de Rua*, no *Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua*, como atesta uma publicação do próprio *Movimento*:

A origem do Movimento tem uma relação estreita com a atuação do Projeto Meninos de Rua (Unicef, SAS, FUNABEM), que ao longo destes últimos anos, a partir de experiências e programas com meninos de rua existentes no Brasil, facilitou o seu intercâmbio e o aprofundamento de suas práticas através de seminários de sensibilização, estágios, treinamentos, estudos, publicações, etc. (MNMMR, 1985).

Aqui, pode-se observar que a mobilização tem a sua origem em ações interventivas. Mas talvez seja exatamente o fato do *Movimento* ter sido atrelado, desde o seu início, a um projeto desenvolvido a partir de setores do próprio Estado que tenha lhe dado, no contexto de algumas cidades, uma característica muito mais de parceiro de

determinadas ações do que de desencadeador das mesmas. Esta é a visão de um dos entrevistados:

O Movimento acabava mais dificultando do que ajudando em relação às ações porque tinha uma prática mais institucionalizada, mais voltada para uma ação em parceria com o Estado, menos em relação a essa coisa mais política, você não puxava nada. Enquanto o Movimento no Brasil inteiro puxava alguma coisa, aqui era só membro de alguma coisa, parceiro de algum lugar. Só vai fazer isso na ECO 92, assim mesmo com muita dificuldade, que vai puxar o acampamento, mas assim mesmo quem banca o acampamento é o IBRADES, o IBISS e mais uma outra casa de acolhida que vai junto para esse acampamento, mas o Movimento é o ponto organizador da coisa, mais em função das coisas que vinham acontecendo fora do Rio, tanto é que vieram grupos de meninos e meninas de rua de outros lugares para esse encontro, mas quem banca, monta, sustenta são as outras instituições. (Entrevista A)

Criado o *Movimento*, ele se organiza nos três níveis, com comissões nacionais, estaduais e municipais e promove diversas atividades, desempenhando importante papel até aprovação do *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Posteriormente, o *Movimento* parece ter se esvaziado, transformando-se, pelo seu processo de institucionalização e pelo envolvimento de suas lideranças no processo de criação dos conselhos, em mais uma ong, entre as muitas existentes. Especificamente no Rio de Janeiro, o *Movimento* parece se fragilizar exatamente pela via que lhe deu visibilidade e o tornou aparentemente forte: a denúncia dos casos de violência praticada contra crianças e adolescentes.

2.3 - A articulação do Movimento na cidade do Rio de Janeiro:

Na cidade do Rio de Janeiro, de acordo com uma das entrevistadas, foi o Projeto *Alternativas de Atendimento ao Menino de Rua* que permitiu a organização do Movimento:

Em 84, houve o primeiro seminário no Rio de Janeiro sobre meninos de rua e eu não pude ir porque eu estava amarrada ao trabalho do CEBES. Em 85, eu fui contatada pela representante na Unicef nesse grupo, que era do Projeto Alternativas Comunitárias ao Atendimento de Meninos de Rua, pedindo a nossa ajuda para podermos articular o Movimento no Rio porque estava “encruado”, no âmbito local o movimento não andava.

Então, eu fui aprender o que era menino de rua, fui ler, fui buscar compreender e me aprofundar e comecei a mobilizar essa articulação que o CEBES já tinha e, por incrível que pareça, como eu morava sozinha, o cenário era a minha própria casa. Eu morava em um apartamento muito grande, tinha uma mesa de três metros e essa mesa ficou sendo o espaço de reunião do Movimento.

Em 1986, houve a primeira reunião regional sudeste do Movimento, quer dizer, o Rio de Janeiro ainda estava no rascunho, mas já havia nomes, a gente já havia contatado com Petrópolis, a gente já tinha contato com Duque de Caxias e, aqui no Rio, com a Pastoral, enfim a gente tinha um grupo bastante grande que participava dessas reuniões. Então, uma vez por semana, a gente se reunia e discutia e praticamente quem financiou tudo isso durante esse período foi o CEBES.

Desse encontro, saiu a coordenadora do estado do Rio de Janeiro e eu fui indicada para essa função. Por que o Rio de Janeiro não começou como os outros estados, ou seja, a comissão local para depois se ampliar e chegar, com as outras comissões municipais, à comissão estadual? Porque o Rio de Janeiro levou muito tempo na elaboração da sua própria comissão municipal e nesse período nós já estávamos articulados com o grupo de Petrópolis, com Duque de Caxias e me parece que com Niterói, não tenho absoluta certeza. Mas o fato é que então a coordenadora que estava articulando esse encontro considerou que a saída do Rio de Janeiro era passar para uma condição estadual, embora tivesse necessidade de incentivar as condições locais. (Maria Tereza Moura, CEBES - Conselho de Entidades de Bem Estar Social do Estado do Rio de Janeiro).

Uma vez iniciada a organização do *Movimento* na cidade e no estado do Rio de Janeiro, uma característica que deu ao Rio, tanto na cidade quanto no estado, um papel preponderante no âmbito nacional foi a questão da violência, que interferiu, durante muito tempo, no desenvolvimento de quaisquer atividades nas ruas:

Hoje, analisando aquilo que aconteceu, nós entendemos que o Rio de Janeiro teve, no panorama do Movimento, um papel muito peculiar, que foi a denúncia do extermínio. Nós pegamos isso como uma bandeira. Nós tivemos realmente esse papel, que foi muito forte, em que nós passamos a ter toda a possibilidade de acesso à mídia na medida em que começamos a fazer denúncias bastante fortes e quando elas não foram suficientemente fortes, nós pedimos uma entrevista com a mídia internacional.

Eu estava em uma entrevista e depois, no meio da entrevista, chegou o Volmer, com um grupo de pessoas de Duque de Caxias. Foi quando eu denunciei a situação das kombis e essa entrevista foi assim a gota d'água: um menino de nove anos tinha sido morto, tinham pregado em seu pescoço um cartaz e tinham escrito nesse cartaz assim: "Você é lixo e você suja as ruas. A polícia devia livrar a rua desse lixo". Tudo escrito com um português extremamente caótico. Enrolaram esse menino num tapete e ele foi despejado de um Fusca na rua Barão da Torre. Então, nessa hora, eu entendi que as práticas da Baixada estavam adentrando a Zona Sul e alguém tinha que denunciar isso.

Acontece que essa minha entrevista mobilizou a pressão sobre a mídia nacional; e foi aí que começaram a tomar consistência as coisas que nós falávamos. Então, nessa hora, eu entendo que o papel do Movimento no Rio de Janeiro foi fundamental para o desenvolvimento e a credibilidade do Movimento como um todo. (Maria Teresa, CEBES)

Quando a entrevistada faz essa menção às *práticas da Baixada que adentravam a Zona Sul carioca*, ela faz a associação a um outro perfil de profissional que também passou a se inserir no movimento:

(...) porque havia uma característica que hoje, analisando criticamente, interferia: eu não era pobre e nem negra, então a minha denúncia partia de uma pessoa que não era uma espectadora de todos esses fatos, era uma pessoa interessada e que estava investindo em seu trabalho, buscando soluções para os problemas identificados... (Maria Teresa, CEBES)

Um entrevistado nos revela a importância que a referida entrevistada teve no *Movimento* e, em seu depoimento, podemos observar a relevância da soma de perfis diferenciados no mesmo:

Fazia parte desse grupo (o dos educadores mais envolvidos com o Movimento) a Lúcia (IBRADES); pelo CEAP, a Márcia; o Maurício, também do IBRADES; o Eduardo Tornaghi; o Rodrigo, do Fé e Alegria; a Maria Tereza Moura, do CEBES, que embora não estivesse na rua, dava um apoio substancial na questão dos contatos, já que ela conseguia falar mais facilmente com as autoridades do que nós; a Mara Cabral (Centro Brasileiro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente), a Zulmira (São Martinho) e o Volmer Nascimento (Pastoral do Menor de Duque de Caxias e Funcionário da FUNABEM), que começou a virar o pivô da questão... (Carlos Bezerra, Ex-Cola).

Vale esclarecer, desde já, o motivo pelo qual Volmer do Nascimento se torna o *pivô da questão*, uma vez que quase todos os entrevistados se remetem a ele, ao papel por ele desempenhado no *Movimento* e às polêmicas surgidas em torno dele.

Volmer começou a fazer denúncias contundentes sobre o extermínio de crianças e adolescentes, como ilustra Dimenstein (1990), mapeando, também a sua trajetória:

É uma casa simples de dois andares, pintada de amarelo já envelhecido. Há grades por todos os lados e um pátio logo na entrada. Nenhuma árvore ou planta. Nem móveis nem eletrodomésticos. Apenas uma mesinha e uma cadeira de fórmica. Os visitantes sentam-se no chão, num quarto menos abafado. A geladeira está quebrada e não foi consertada por falta de dinheiro. Apesar do calor, que freqüentemente passa dos 40 graus, não existe ali um ventilador. O ambiente é limpo, embora impossível evitar infiltração de pó. É, porém, uma construção imponente para quem, do alto da casa, olha a vizinhança, um quilométrico amontoado de barracos e roupas sujas, mulheres grávidas carregando bacias com roupa, meninos maltrapilhos brincando com pedaços de pau, ferro, improvisando brinquedos em poças de água parada.

Naquela construção funciona a Pastoral do Menor da Diocese de Duque de Caxias, Baixada Fluminense, periferia do Rio de Janeiro, uma das regiões mais violentas do país, habitada por 3,5 milhões de pessoas. Está encravada na Favela do Lixão, onde quadrilhas de marginais se alternam no controle do tráfico de drogas e seus habitantes vivem de pequenos furtos, biscates e empregos de baixa remuneração. Mas a casa é respeitada pelos vizinhos como se fosse uma espécie de templo. Durante o dia, os meninos

com seus surrados calções brincam em seus estreitos corredores. Mas muitos deles servem de matéria-prima para uma sombria estatística. Quando perdem a vida, eles têm seus nomes inscritos em letras vermelhas numa placa rústica de dois metros, fundo branco, instalada estrategicamente no salão de entrada. É a lista de menores assassinados apenas em Duque de Caxias por grupos de extermínio.

Zelosamente preenchida, a lista começa, agora, a ficar incompleta.

- Parei de contar. Cansei. Isso me desgastava. Acabei descobrindo que a cada denúncia de assassinato de criança a reação era ainda mais violenta. Mais crianças morriam. Parece represália - diz Volmer do Nascimento, 38 anos, funcionário da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), ex-dirigente da Pastoral, atualmente um dos coordenadores do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua. (Dimenstein, 1990).

Volmer começa a participar do *Movimento* na cidade do Rio de Janeiro por conta do trabalho que vinha desenvolvendo em Caxias e imprime ao mesmo o caráter de denúncia que trazia do município vizinho. Essa característica lhe deu posteriormente uma liderança no interior do *Movimento* e a coordenação local do mesmo, juntamente com Carlos Bezerra (Ex-Cola) e Tiana Sento Sé (Então coordenadora do projeto Meninos do Rio, desenvolvido pela Cruzada do Menor, e atual integrante da equipe de coordenação do IBISS).

Em 1992, Volmer, que já vinha, desde Caxias, recebendo ameaças de morte, é seqüestrado e foge do cativeiro. Como o *Movimento* já tinha esta forte marca da denúncia, cunhada principalmente por ele, a quem o próprio *Movimento* deu uma certa autonomia para assim fazê-lo, ele acusa juizes da Baixada Fluminense de responsabilidade pelo seqüestro. Os juizes movem uma ação contra ele e ele é condenado.

O caso do Volmer ilustra o fato de que a forma por meio da qual muitas organizações se constituíram também determinou, em um dado momento e em meio a vários outros fatores, uma certa desarticulação do movimento. O fato simples das ongs

terem se constituído e estruturado pela atuação de pessoas carismáticas revela, de certa forma, a dificuldade no enfrentamento coletivo de determinadas questões e impasses. Ou seja, poderíamos dizer que há, na formação das ongs, uma certa alquimia entre o trabalho por elas efetivamente desenvolvido e o carisma de suas lideranças, representado seja por aqueles que efetivamente desenvolvem tais trabalhos seja por aqueles que, como uma espécie de *porta-vozes* da organização e/ou de determinadas causas, os defendem e divulgam para a sociedade.

O tipo carismático (Weber, 1991) em um cargo de direção tem sido fundamental àquelas ongs que adquiriram visibilidade em ambas as décadas. Quando a questão da criança e do adolescente apareceu de forma mais contundente na sociedade e foi incluída em um amplo rol de reivindicações, adquiriu projeção nacional. O papel das ongs e de seus respectivos representantes também se evidenciou. Em momentos de impasse, como os relatados em vários pontos neste estudo, a personalização de determinadas instituições ou das próprias causas por elas defendidas ficou evidente, desencadeando disputas nas quais muito mais do que as instituições e/ou as causas eram as pessoas que apareciam e ganhavam projeção.

A visibilidade, entretanto, não traz apenas o prestígio, ela também publiciza essas pessoas/instituições, transformando-as em *vidraça*, termo várias vezes utilizado no próprio âmbito das ongs. Talvez a tipologia de Weber (1991) dos diferentes tipos de dominação existentes na sociedade possa então nos servir de recurso para a melhor compreensão dos momentos de crise atravessados pelas ongs, como o foi o caso do Volmer. A predominância do tipo carismático em algumas organizações pode ter contribuído para o fato de que nos momentos em que se tornaram *vidraças*, as ongs, por terem personalizado demais as questões que se colocavam em um determinado

contexto, deixaram de lado a articulação entre elas e a dimensão coletiva do próprio movimento no qual estavam inseridas.

Feito o parêntese sobre a inserção de Volmer do Nascimento no MNMMR, para que esse contexto inicial do Movimento e seus desdobramentos fiquem claros no decorrer deste capítulo, voltamos ao momento anterior a ele e identificamos que a organização até então existente na cidade do Rio de Janeiro que se encarregava das denúncias praticadas contra crianças e adolescentes era a ASSEAF:

Em 82, nós tivemos uma realidade que foi o desaparecimento de um grupo de ex-alunos da FUNABEM, na Baixada, que fazia o que eles chamavam de “descuido”, roubavam alimentos no supermercado e vendiam barato nas suas comunidades. Foi quando nós nos deparamos com a questão do grupo de extermínio, no primeiro governo Brizola, isso! Fizemos toda uma peregrinação para que a Justiça e a Polícia dessem cabo do paradeiro desses meninos e não deram.

Em 84, nós fizemos uma passeata chamada Passeato, a primeira manifestação pública que houve aqui, era passeata e ato público, por isso se chamava Passeato, que já denunciava as condições de vida das crianças de rua. Eu lembro que nessa manifestação, os jornais têm matéria sobre isso, nós tivemos mais repórteres na manifestação do que pessoas na rua, inclusive tínhamos três pessoas para segurar duas faixas, o do meio segurava duas. Mas, apesar disso, teve uma repercussão, considerando que foi o primeiro ato público. (Ivanir dos Santos, CEAP)

Da mesma forma, no que se refere ao desenvolvimento de trabalhos com crianças e adolescentes em situação de rua, temos, em 1984, a São Martinho. De acordo com as entrevistas realizadas e com a sistematização das ações voltadas para crianças e adolescentes em situação de rua feita por Valladares (1991), de 1985 até 1990, 31 novas frentes de atuação são abertas na cidade. Os motivos que levam ao desenvolvimento de tais iniciativas já foram anteriormente mencionados, como o aumento da pobreza e, conseqüentemente, do número de crianças e adolescentes nas ruas. Apesar de ainda incipiente no Rio, o *Movimento* começa a ganhar fôlego a partir de 1986 e a aglutinar

esses novos atores que vão surgindo a partir deste momento. A questão da violência na cidade do Rio de Janeiro fica evidente em praticamente todas as entrevistas e passa a ser a característica principal do *Movimento* na cidade. Mas é, também de acordo com as entrevistas, sobretudo a partir de 1988, que o quadro de violência mais se agrava na cidade.

Vemos, nessa situação, uma seqüência de fatos que tornam o contexto de desenvolvimento das primeiras iniciativas bastante complexo. A situação de crise econômica leva um número maior de crianças e adolescentes às ruas; contra eles, aumenta a violência; a favor deles, a sociedade civil, mesmo que ainda incipientemente organizada, parte para o desenvolvimento de trabalhos nas ruas e é exatamente o quadro de violência que leva a uma maior organização da sociedade civil na cidade pela conquista e garantia dos direitos das crianças e adolescentes. De acordo com vários entrevistados, o que os uniu, principalmente entre o final da década de 80 e o início da de 90, foi a violência praticada contra os chamados *meninos de rua*. Mas vale dizer que o *Movimento* não era o único espaço de articulação dos vários atores e instituições:

O Movimento já estava com a “bandeira do extermínio” que, na verdade, quem lança a bandeira do combate ao extermínio é o CEAP, mas quem fica com a bandeira é o Movimento porque é o Volmer que vai recheiar as denúncias e etc. até 92, até o seqüestro do Volmer e a condenação dele. Era o Movimento que aglutinava as instituições, no sentido da coisa política, mas não era o melhor ator.

Na verdade, existia, antes do Movimento, um grupo chamado Comissão em Defesa do Direito da Criança e do Adolescente, uma comissão grande, composta de várias instituições: FAMERJ, CEAP, IBRADES, CRUZADA DO MENOR, o próprio Movimento. Essa Comissão congregava as instituições e foi dessa Comissão que saíram as ações junto às constituições, a constituição estadual, a constituição federal, em parte, porque algumas instituições já faziam parte do Fórum DCA, e a lei orgânica municipal, é esse grupo que vai dar sustentação aos interesses da criança e do adolescente, é esse grupo que monta o primeiro tribunal de combate ao extermínio na UFRJ, é esse grupo que monta a primeira vigília

em defesa do direito da criança quando o Libórni solta aquela portaria para recolher todo mundo.

Quer dizer, o Movimento era um membro desse grupo, aliás, um membro pesado do grupo porque tinha a “história”. Porque o primeiro que nasce é o Programa de Alternativas, e é do Programa que nasce o Movimento. O Movimento, ele só vai mesmo aparecer fora do Rio porque no Rio de Janeiro ele era sempre composto por alguém, porque era um membro pesado, que sempre dava para trás nas coisas, sempre tinha aquela coisa mais orgânica, de comissões locais, estadual, não sei o quê, e aí sempre que precisava de apoio, eles tinham que perguntar lá em cima para ver se podiam participar.

Para os educadores não, era o lugar que congregava a maioria dos educadores. Na época da Maria Tereza, então, havia muitos cursos, muitas coisas movimentadas pelo Movimento Nacional, mas na ação política ele era só um parceiro. (Entrevista B).

Pode-se observar, nesse trecho da entrevista, que o fato de o *Movimento* ter surgido de uma iniciativa de órgãos do Estado lhe imprime também esse perfil de co-autor, de co-participante dos fatos e retira-lhe a marca de desencadeador de ações. Essa talvez pudesse ter sido uma característica transformada ao longo do tempo, mas provavelmente os participantes do *Movimento* não tinham à época a exata consciência das implicações que a origem do mesmo pudesse ter em seu desenvolvimento e na organização das ações.

A violência é identificada pela maioria dos entrevistados como o principal motivo da articulação entre os vários atores em um movimento. Ela efetivamente perpassa todo o trabalho desenvolvido com crianças e adolescentes na cidade. Nas entrevistas, ela surgia como uma questão recorrente tanto no próprio *Movimento* quanto no desenvolvimento das ações interventivas no espaço da rua, sendo praticada também contra os educadores sociais. Diante da recorrência do tema e de suas implicações, para efeito deste estudo, seria muito difícil isolá-lo como um ponto deste trabalho. Optei então por tratar da questão ao longo do texto tal qual ela aparecia nas entrevistas. Essa

opção nos dá uma melhor compreensão da complexidade da questão. Assim, mapeada a origem do *Movimento* na cidade do Rio de Janeiro, passaremos agora ao mapeamento das primeiras ações interventivas, nas quais veremos também a presença marcante da violência praticada contra crianças, adolescentes e educadores.

2.4 - As primeiras ações desenvolvidas no espaço da rua:

De início, cabe pontuar o importante papel desempenhado pelas ongs na construção do próprio modelo de atendimento existente no *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Vale lembrar ainda que elas foram fundamentais, como poderá ser observado, na construção do sistema de atendimento à criança e ao adolescente na cidade do Rio de Janeiro. Seu trabalho, entretanto, se deu sempre em condições bastante adversas e teve que ser muitas vezes interrompido ou revisto frente a tais condições. Hoje, após quase duas décadas de desenvolvimento de ações alternativas junto a crianças e adolescentes em situação de rua, condições mais uma vez adversas parecem estar bloqueando a possibilidade de uma mudança efetiva de paradigma no tratamento dado pela sociedade a este segmento da população. Esses pontos ficam bastante evidentes em uma das entrevistas realizadas. Adiantaremos então algumas questões que serão abordadas com um trecho desta entrevista, que nos dá um sinal destes *novos tempos* no trabalho desenvolvido pelas ongs:

Me parece o seguinte: primeiro, o Estatuto foi elaborado a partir de algumas experiências alternativas de certas ongs, essa prática se transformou no marco teórico que é o Estatuto e esse marco teórico retornou sobre essas práticas e nesse sentido não houve uma grande alteração no que era desenvolvido pelas ongs e que continuou a ser desenvolvido depois do Estatuto. Quer dizer, um trabalho que em geral buscava ser feito a partir de pequenos grupos, um trabalho personalizado, um trabalho que valorizava a identidade e reconhecia na criança e no adolescente um sujeito, um sujeito de direito, um trabalho que privilegiava o local de estada daqueles adolescentes, a rua, a comunidade, um trabalho que tinha sempre como referência os direitos fundamentais para se garantir direitos. Quer dizer, a intervenção direta foi marcada por essas interferências que já existiam antes.

As instituições ou os projetos que se formaram depois do Estatuto acho que foram influenciadas de alguma maneira por esse marco teórico e pelas lideranças que foram formadas por essa mentalidade, lideranças que

surgiram, que foram preparadas nesse período de discussão, que acabaram de certa maneira influenciando, demarcando esses projetos novos que surgiram. Isso tudo eu acho que deu, que garantiu, um caráter positivo, no sentido de bom, a esse trabalho. Agora, ainda acho que esses trabalhos representam percentualmente muito pouco diante de toda a política.

Eu acho que as ongs têm um papel fundamental, pois ocupam um papel de liderança “teórica, intelectual, política”, eu acho que essas ongs têm o papel de formular e oferecer marcos que possam legitimar um trabalho diferente porque um trabalho diferente é como eu falei, ele já vinha, ele emergiu de uma prática que vinha acontecendo e até muitas instituições, muitas entidades, muitos projetos sem muita ambição política – projetos ligados a igrejas, a associações, sindicatos - acabavam tendo um perfil diferenciado também e eram projetos bons, de referência, de ponta, só não eram teorizados, não existia para eles projetos e formulações, então eu acho que essas ongs podem não só experimentar o trabalho alternativo ao trabalho inicial – alternativo não ao Estatuto, dentro do Estatuto, mas alternativo à história, à trajetória assistencialista desse século – e não só eles experimentam e executam isso em pequena escala, como modelo, mas, sobretudo teorizam, formulam, dão as referências que são ao mesmo tempo filosóficas, jurídicas, pedagógicas para sustentar e legitimar esses trabalhos. Eu acho que essas entidades preparam uma liderança em função disso.

Agora, hoje, eu acho que a gente está num momento muito confuso, hoje está tudo diferente, está difícil traçar marcos, as ongs estão passando por dificuldades financeiras terríveis, os projetos estão fechando, os profissionais, os formuladores, os teóricos estão saindo das ongs, elas já não ocupam tanto espaço de ponta nos Conselhos, outras instituições, aquelas da trajetória assistencialista, estão ocupando o espaço que está sendo deixada pelas ongs e as ongs estão começando a entrar a reboque do Estado porque não têm alternativa de sobrevivência financeira.

Então eu acho que hoje está tudo confuso, mas até algum tempo atrás, até uns dois anos atrás, esse papel era muito claro, papel de liderança intelectual, de formulador, de quem apóia, de quem desenvolve certas experiências. Até dois anos atrás a gente vivia aquele momento onde era possível que a Prefeitura do Rio de Janeiro procurasse o Bento Rubião porque reconhecia que o Bento tinha uma experiência legal, no sentido de que é boa, é importante na área de atendimento “x”. Até dois anos atrás isso acontecia - o governo procurava o projeto Axé na Bahia, procurava o Gajop, no Recife, procurava o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua. Hoje, ele não procura mais. São as instituições que, para manter os seus projetos, procuram, só que o governo não está interessado em financiar o que as entidades fazem, está interessado em que as entidades executem o que ele quer. Então, acho que hoje o quadro é bem confuso. (José Ricardo, Bento Rubião)

Este trecho da entrevista de José Ricardo mapeia, como foi dito, o importante papel das ongs em relação ao ECA. Entrando nas primeiras ações interventivas desenvolvidas por ongs no espaço da rua na cidade do Rio de Janeiro, identificamos que a *São Martinho* inicia o trabalho com o(a) menino(a) na rua e logo sente a necessidade de realização do trabalho em um outro espaço³². Como pioneira, essa organização foi a referência inicial de trabalho para muitos educadores sociais que depois ou partem para outras ongs ou começam um processo de fundação de novas organizações:

Várias pessoas vieram a trabalhar com a gente, aprenderam a nossa metodologia, nossa experiência e descobriram também seu modo, a liderança pessoal também de abrir outros espaços. Na verdade, a São Martinho serviu também, não intencionalmente com esse objetivo, mas serviu como uma escola para muitos profissionais que desenvolveram essa experiência. A gente nunca teve a ilusão de que a São Martinho tinha que responder a todas as demandas e a todas as necessidades. Já perdemos bons profissionais que foram convidados para outras instituições, até com salários melhores, mas também porque tinham sido da São Martinho e isso era também um respaldo bom, eu acho que isso aí também é importante, ajuda a pessoa. (Roberto dos Santos, Fundação São Martinho)

Lúcia Xavier, assistente social, começa a desenvolver, pelo IBRADES, junto com outro educador, um projeto com crianças e adolescentes nas ruas em 1986 e conta-nos como iniciou suas atividades:

32 De acordo com o que nos conta Roberto:

A São Martinho começou na rua, ficamos durante seis meses e depois os meninos começaram a pedir um local para se reunir, fomos procurar a Catedral, nos instalamos ali e as coisas foram se organizando. Assim, começou a primeira cooperativa de meninos trabalhadores de rua, dos engraxates. Aí eles pediram para organizar o café da manhã, depois o almoço e assim foi aumentando e chegou um momento que nós já estávamos com 80 meninos freqüentando a Catedral e aí a gente viu que ali não era o lugar para ficar e fomos buscar um local e descobrimos esse terreno aqui, desse centro sócio-educativo aqui da Lapa. Estava abandonado e fomos descobrir de quem era. Era da Prefeitura. Na época, o prefeito era o Saturnino Braga e ele foi visitar os meninos na Catedral e nós pedimos que ele conseguisse esse terreno para a gente poder fazer uma campanha para construir este centro sócio-educativo, uma casa aberta, onde o menino de rua pudesse vir, passar o dia e nós pudéssemos fazer um trabalho que pudesse tirar o menino da rua. E assim foi. Hoje, essa casa já tem nove anos. (Roberto dos Santos, Fundação São Martinho).

Escolhemos um grupo aqui no Centro e passamos quase um mês observando o grupo - o que o grupo fazia, onde é que eles iam. A gente chegava de manhã cedo, via acordar, via almoçar, via onde eles iam tomar banho, via o que eles faziam, enfim, a gente passava o dia andando atrás deles. Depois disso, a gente achou melhor intervir logo, fazer alguma coisa, essa tarefa me coube. No Largo da Carioca tinha um grupo de crianças pequenas, entre cinco ou seis crianças, e a gente resolveu conversar com elas, ver se elas queriam que a gente fizesse algum tipo de trabalho, algumas brincadeiras e elas foram muito reticentes. Eu percebi que isso não ia dar certo - a gente vai ficar aqui se oferecendo e elas não vão querer - até que uma das meninas falou assim: “A gente vai tentar, se a gente não gostar, a gente larga pra lá”. E aí a gente começou, trazíamos lápis de cor, papel, bola, tudo na fase de recreação porque, inclusive, havia uma discussão séria sobre o que a gente devia fazer, se levava para algum lugar, se não, mas sem conhecer o grupo, não tinha como, então a gente começou assim e começamos a juntar um grupo.

Era um grupo de 10, 15 crianças pequenas, até nove anos, e no terceiro, quarto mês de trabalho, os adolescentes vierem, aí era um grupo de mais ou menos 25/ 35 crianças. Muitos deles faziam parte da São Martinho - só essas pequenas que não, ficavam com a gente direto. Três vezes na semana à tarde a gente estava na rua. Nesse primeiro período a gente passava todos os dias a tarde na rua, de duas às seis da tarde, dependia do que a gente tinha para resolver. (Lúcia Xavier, IBRADES)

Havia também, desde o início, na atuação do IBRADES, uma preocupação em acompanhar o *Movimento*, o que evidencia a preocupação com a dimensão política do trabalho interventivo junto ao grupo, assim como a necessidade de reflexão sobre o mesmo:

A gente também resolveu acompanhar um pouco o Movimento Nacional de Meninos de Rua. A gente não se filiou, mas acompanhava os treinamentos, reuniões, encontros. Também tinha muita leitura porque cada questão que aparecia na rua desencadeava uma série de discussões, de leituras. (Lúcia Xavier, IBRADES)

A dificuldade de encontrar profissionais para o desenvolvimento das atividades com as crianças e adolescentes nas ruas está sempre presente na entrevista de Lúcia. No trecho abaixo, podemos observar também a preocupação com a dimensão pedagógica do trabalho interventivo:

A gente custou muito a achar a terceira pessoa, primeiro que o salário era muito baixo, depois quem a gente chamaria para fazer um trabalho desses? Às vezes a gente conversava com uma pessoa, ela gostava da idéia, mas depois recuava. Até que achamos uma professora primária, chamada Eliane, que morava em Friburgo. Quando Eliane veio, melhorou muito porque ela tinha toda uma pedagogia voltada para criança. Então, além de todos os trabalhos, Eliane também trouxe grupos, como por exemplo, grupos de teatro de bonecos, um cara que fazia um circo de fantasia, aí a gente foi aumentando as atividades recreativas, mas a gente só fazia isso, atividades recreativas, passeios, e ficamos assim até 87/88, quando aumentou mais ainda a violência contra a criança e o adolescente. (Lúcia Xavier, IBRADES)

Nessa época, ainda de acordo com Lúcia, quem trabalhava na rua era a *São Martinho*, a *Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social*, com um trabalho realizado por uma de suas técnicas, Amparo, que criou um departamento para *meninos de rua* e espalhou o trabalho pelas coordenadorias regionais (CRs), as quais passaram a ter assistentes sociais trabalhando com os/as meninos/as. Naquele momento, havia também a *Escola Municipal Tia Ciata*, com Lígia Costa Leite à frente de um grupo que também sinalizava uma educação alternativa para *meninos de rua*. Tiana, que posteriormente passou à coordenação do projeto *Meninos do Rio*, iniciou sua trajetória com crianças e adolescentes em situação de rua na *Escola Tia Ciata*, vindo de uma experiência de trabalho como professora durante muitos anos em uma escola alternativa. É ela que nos fala da *Tia Ciata*:

Eu fiz Formação em Magistério, era professora de primeira à quarta série, trabalhei durante um bom tempo numa escola mais alternativa, na Senador Corrêa, que tinha uma proposta pedagógica mais avançada e nunca quis trabalhar no município porque eu fui formada para trabalhar em escola bonitinha, arrumadinha. Por insistência de algumas pessoas, principalmente da minha irmã, fiz um concurso para o município e passei. Eu ia trabalhar lá na Zona Oeste, só que eu morava em Botafogo, na Zona Sul, trabalhava na Senador Corrêa, eu gostava muito de trabalhar lá porque foi lá que eu aprendi a ser professora de fato, alfabetizar – eu trabalhava com a alfabetização – isso em 83 /84 por aí. Eu já trabalhava na escola há uns seis anos mais ou menos, mas eu tinha passado no concurso, embora eu

não quisesse ir para longe porque isso inviabilizaria estar na Senador Corrêa.

Minha mãe dava uma carona para os filhos de uma professora, amiga da minha irmã, que é professora do município também, que disse que havia uma escola que estava acontecendo no Sambódromo, uma escola que estava começando. Na verdade, era para ser uma escola de educação juvenil, mas por questões políticas o grupo que pensava essa escola terminou se desligando desse projeto maior que era o Programa de Educação Juvenil, o PEJ, que existe até hoje funcionando em alguns CIEPS, e foi tocando uma escola que seria então uma escola especial, para meninos de rua.

Eu fui conhecer a escola, cheguei lá e fiquei extremamente assustada com a cara dos meninos e disse: “Gente, como é que eu vou trabalhar com esses meninos?” Nessa época, era a Lígia Costa Leite, a Mônica Rabelo. Eu ainda não tinha assinado o meu contrato com a Prefeitura e eu já tinha começado a ir duas vezes por semana. A escola ainda estava começando a receber alunos - eles ainda não estavam indo porque ninguém sabia direito que história era aquela daquela escola – uma escola perdida numas salinhas lá no meio do Sambódromo. Eu comecei a participar das reuniões de equipe e a Lígia foi me conhecendo – fiquei mais ou menos um mês nessas reuniões – foi quando a Lígia começou a me seduzir para assumir a coordenação de alfabetização da escola, trabalhar a questão da língua portuguesa na escola, já que alfabetização era a minha especialidade, era o que eu tinha investido aqueles anos todos. No início fiquei na dúvida, mas acabei topando porque em princípio eu iria para a sala de aula, que era o que eu sabia fazer, achei um desafio interessante e topei.

Passei a participar desse grupo gestor da escola que depois vem a ser Escola Tia Ciata. Com o tempo, a gente foi regularizando a escola, conseguimos conquistar o espaço da Praça Onze, fizemos o levantamento da história daquela área e vimos que ali havia sido a casa da Tia Ciata, que era o berço do samba, e assim fomos conquistando estrutura para a escola. Então, eu passei a participar desse grupo que estava pensando a escola e estava reescrevendo o projeto que não era mais o Programa de Educação Juvenil, que estava sendo implantado nos CIEPs, e foi assim que eu entrei. Eu acho que quando a gente entra, a gente é picado pelo mosquitinho, fica meio contaminado pela história, se seduz e aí “vira cachaça”.

Comecei a investir tudo nesse trabalho, terminei largando a Senador Corrêa. Eu estava tão contaminada pelo que eu estava a fim de fazer, tão contagiada, que eu larguei, abri mão de tudo, pedi demissão e fui ficar só na Tia Ciata. Às vezes ficava lá o dia inteiro. Fomos escrever projeto para o BNDES para conseguir recursos para equipar a escola, fomos, fazer lobby para conseguir o terreno da escola e por aí foi a minha entrada nessa história, no trabalho com meninos de rua.

Nessa época, a escola se caracterizou como uma escola que atendia meninos de rua, inclusive as ongs mandavam meninos para lá, então a gente fazia uma parceria interessante com essas ongs, procurava fazer um acompanhamento e uma articulação com elas. (Tiana Sento Sé, IBISS).

Pelo relato de Tiana, pontuamos o surgimento da *Escola Tia Ciata*, uma escola que foi uma referência para o trabalho desenvolvido com crianças e adolescentes em situação de rua na época e que, apesar de pertencer ao município, possui em sua história e na forma como é criada, características muito próximas ao perfil das ongs. Ela é fundada por um grupo de educadores liderados por uma pessoa carismática, vinculada a intelectuais e políticos que encamparam o projeto de criação da escola. Tendo como parâmetro as escolas que compõem o sistema municipal de ensino, podemos dizer que a *Tia Ciata* se parecia muito mais com uma ong do que com uma escola municipal em todos os seus aspectos, desde a infra-estrutura, ao material pedagógico, ao trabalho que lá era desenvolvido.

A proposta de educação alternativa para crianças e adolescentes em situação de rua justificou por um bom período o número mais reduzido de crianças e adolescentes matriculados em comparação às demais escolas do sistema. Com as mudanças no governo municipal, a proposta, entretanto, não se sustentou. Lembro-me de uma visita à escola, em 1992, quando a responsável pela escola na Secretaria de Educação disse-me que não tinha como justificar a escola no sistema municipal especialmente pelo número de crianças e adolescentes matriculados. Além disso, havia polêmicas quanto ao fato de se ter uma “escola para meninos de rua”. No próprio desenvolvimento do trabalho com os/as meninos/as, eles/as diziam que não queriam estudar em uma “escola de meninos de rua”, que queriam ir para uma “escola normal”.

A história da *Tia Ciata* ilustra o fato de que muitas vezes há todo um investimento na realização de um projeto e que, por questões políticas, esse projeto é sumariamente abortado sem ter sido devidamente amadurecido. Antes de ser uma “escola para meninos de rua”, a *Tia Ciata* era uma escola digna, com condições efetivas de trabalho e com uma proposta pedagógica. A “escola normal” não tem efetivamente conseguido “dar conta” desses meninos e meninas. É claro que, em princípio, se a proposta é de integração social, esses/as meninos/as deveriam ir para uma escola regular. Lígia Costa Leite saiu do *Tia Ciata* e foi tentar implementar seu projeto no *Flor do Amanhã*, que também teve, por um período, muitos recursos do *Banco Interamericano de Desenvolvimento* e depois fechou. Situação similar, na área da saúde, aconteceu com o hospital que funcionava no antigo prédio da FUNABEM. Na verdade, era um dos únicos hospitais da cidade que atendia as crianças e adolescentes em situação de rua. Se conseguir uma internação para um/a menino/a em qualquer outro hospital era às vezes impossível, lá era possível. Quando o equipamento foi repassado para o Governo do Estado, entretanto, uma das primeiras providências tomadas pela nova direção do que passou a ser *Centro de Educação Integrada (CEI)* foi a desativação do hospital, sem que a qualidade dos serviços do Sistema Único de Saúde e o próprio acesso do/a menino/a aos mesmos fossem discutidos.

Voltando ao mapeamento do ano de 1987, havia também a *Casa de Acolhida São José*, na Tijuca. Lúcia lembra da importância da *Diocese de Caxias* e do *CEAP* (Centro de Articulação das Populações Marginalizadas) como grupos fortes. O *CEAP* não tinha trabalho na rua, mas tinha toda uma discussão sobre a defesa dos direitos das crianças, sobre o trabalho desenvolvido com elas, elaborava relatórios, e era um grupo que vinha da *Associação dos Ex-alunos da FUNABEM* e que também tinha uma força

política nesse campo. Até 1987, eram basicamente essas as atividades desenvolvidas na cidade voltadas para a criança e o adolescente em situação de rua.

No que se refere ao *CEAP* especificamente e à importância de seu papel político àquele momento, é o próprio Ivanir dos Santos, também um de seus fundadores, que nos fala de sua criação:

E a partir de 87 nós começamos a elaborar, já também ligados à questão racial - como a maioria desses jovens era negra - um novo espaço de luta que congregasse ainda a questão da criança, da luta contra o racismo, da mulher, com o apoio de setores intelectuais, que foi o CEAP.

Mas no período que a gente levou, de 87 a 88, para formular o CEAP, eu recebi um mandato internacional, a partir de uma denúncia feita pela Pastoral do Menor de Duque de Caxias e da Comissão do Menor de Volta Redonda, chamado Assassinato de Grupo contra Criança e Adolescente. Então eu fui relator de um relatório internacional, para a Fortil International, com sede em Genebra, desses casos. E desses casos eu ampliei - eu não só quis ver a história de Caxias, mas quis ter o dado oficial. Na época, tive uma conversa com Hélio Sabóia e houve uma briga entre ele e o Volmer e eu pedi a ele então que me desse um relatório do Instituto Médico Legal de todos os assassinatos contra a criança e o adolescente nesse período e a minha surpresa foi que o número foi muito maior do que se pensava. Na época os números envolviam Nova Iguaçu e Rio de Janeiro.

Então, assim surgiu o primeiro documento oficial que tratou do assassinato de criança/adolescente no Brasil, sobre o qual o CEAP, já nascendo nesse período, fez uma publicação chamada “Extermínio contra criança e adolescente no Brasil”. O primeiro documento que tratou disso formalmente e que virou uma grande denúncia internacional.

Mas já nesse período, em 1987, o CEAP junto com o Movimento dos Meninos de Rua e junto com a Pastoral do Menor passou a compor um Fórum, chamado Fórum DCA, com o apoio do UNICEF, onde começaram a se estruturar as idéias em torno do Estatuto. Então, nós fomos uma das primeiras entidades a participar desse esforço da construção da nova legislação, que tinha a ver com a crítica que nós já fazíamos anteriormente, já que a lei que tínhamos era uma lei muito mais de controle do que uma lei de direito.

O CEAP tornou pública essa história dos assassinatos, tanto que o documento dos Meninos de Rua do IBASE só vem depois disso e, desse documento, o CEAP fez uma publicação em inglês, que foi distribuída para

o mundo todo e é onde chamava a atenção das ongs do mundo para que pudessem inclusive colocar recursos nessa área - porque as grandes ongs, na época, não tinham essa questão da criança e adolescente chamado como menor como prioridade na sua atuação. Então, a partir daí, da sensibilização das ongs internacionais e dos fóruns internacionais, o Brasil passou a ser citado em vários fóruns internacionais, a ser denunciando pela violação contra os direitos da criança, pelos assassinatos, pelos extermínios e foi aí que algumas ongs passaram então a criar programas. Eu acho que muitas até de forma bastante oportunista, sem terem uma compreensão do que iam enfrentar. Isso, inclusive, é uma crítica minha ao “Se essa rua fosse minha”. Na época, eu tinha uma crítica dura ao “Se essa rua fosse minha”. Não que eu não concordasse que vários atores entrassem nessa cena porque é uma cena tão dramática que vários atores têm que entrar, mas uma coisa é quando você entra com convicção, com clareza de como é que você vai intervir, tanto que depois que saiu “da moda”, várias ongs saíram desse ramo.

O CEAP sempre teve uma postura de não fazer atendimento, sempre teve uma postura política de não só denunciar as questões das mazelas. O CEAP foi a primeira organização que inclusive fez um seminário sobre o trabalho infantil no Brasil e, na época, fez uma publicação junto com a CUT. Por conta disso, fomos inclusive para a Alemanha, a fim de defender que o Brasil entrasse no programa de erradicação do trabalho infantil, eu fui a Genebra e, na ocasião, o Brasil não estava incluído e foi incluído por conta disso. O CEAP também fez uma publicação chamada “Miss Brasil 2000”, que discutia a situação das meninas. O CEAP também produzia um relatório de assassinatos todos os anos. O CEAP tinha uma preocupação de colocar na chamada “Luta por Direitos Humanos” a violação contra crianças e contra negros, que até então o movimento de direitos humanos não tinha isso como uma questão prioritária. Bom, quanto à contribuição que nós demos, basicamente, foi nesse processo e a razão de eu estar envolvido com isso é porque eu tinha passado por isso na pele. (Ivanir dos Santos, CEAP)

O CEAP é então uma das novas ongs, que surge em 1987, com a preocupação da dimensão política do trabalho e com a determinação de não desenvolver trabalho interventivo. Nesse trecho da entrevista de Ivanir dos Santos, quando ele faz referência às grandes ongs e ao projeto “Se essa rua fosse minha” fica evidente a questão do que aqui chamamos de uma certa *menoridade* do sub-campo das ongs que trabalham com

crianças e adolescentes com relação ao que chamam de grandes ongs, aquelas que se enquadram mais no que Landim (1993) denominou de *pioneiras*.

Entre os aspectos que compõem a característica de *menoridade* dessas organizações, podemos considerar os fatos concretos delas terem surgido efetivamente depois, apenas no final da década de 80, e de serem realmente *menores* em termos de recursos, mas talvez eles não sejam os principais. Há também aspectos simbólicos na discussão sobre a legitimidade dessas organizações, que também foram discutidos por Landim (1993), em um determinado momento de seu trabalho, como *Quem vira Ong?*, ou seja, parecia haver um certo perfil, concebido a partir da trajetória das *pioneiras*, de quem eram as lideranças dessas organizações, ou de qual seria o capital social³³ necessário para ser liderança nessas organizações. A partir do momento em que as lideranças das ongs que trabalham com a questão da criança e do adolescente diferem daquelas primeiras organizações, elas ou são efetivamente ou se sentem questionadas em sua legitimidade, percebendo-se como ongs *menores*, e isso fica evidente nas

33 O capital social é assim definido:

O capital social é o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos), mas também são unidos por ligações permanentes e úteis. Essas ligações são irredutíveis às relações objetivas de proximidade no espaço físico (geográfico) ou no espaço econômico e social porque são fundadas em trocas inseparavelmente materiais e simbólicas cuja instauração e perpetuação supõem o reconhecimento dessa proximidade. O volume do capital social que um agente individual possui depende então da extensão da rede de relações que ele pode efetivamente mobilizar e do volume do capital (econômico, cultural ou simbólico) que é posse exclusiva de cada um daqueles a quem está ligado. Isso significa que, embora seja relativamente irredutível ao capital econômico e cultural possuído por um agente determinado ou mesmo pelo conjunto de agentes a quem está ligado (como bem se vê no caso do novo rico), o capital social não é jamais completamente independente deles pelo fato de que as trocas que instituem o inter-reconhecimento de um mínimo de homogeneidade “objetiva” e de que ele exerce um efeito multiplicador sobre o capital possuído com exclusividade (Bourdieu, 1999).

colocações de um entrevistado, quando polemiza com Betinho (Herbert de Souza), representante do *IBASE*, à época do seqüestro do Volmer:

Mas, por exemplo, você vê que nível de situação era: o Betinho, uma pessoa de esquerda, que vinha da esquerda, sentar numa reunião para discutir essa situação do Volmer, e o Betinho dizia: “Eu não conheço o Volmer de lugar nenhum, ele não tem história, ele não veio da igreja, não veio daqui, não veio disso, não veio daquilo outro”. Aquela era a maior divisão sobre o ponto de vista, naquele dia eu fiquei irritadíssima, e só tinha figurão, o Jorge Svedra, o Betinho, só figurão, e eu disse: “Gente, mas não é isso que está em jogo, aqui não é a origem da pessoa que está contando!” Qual era a questão que estava colocada ali? É que havia uma diferença: nessa área, quem tinha peso, quem tinha idoneidade, verdade, razão, era quem tinha um passado de esquerda, agora quem não tinha esse passado, veio das classes populares, era trabalhador, não tinha. E, ao contrário, Volmer tinha, ele era do Partidão, veio do Partidão, veio da Pastoral, mas nada disso contou, o que contava naquela hora era quem ia se salvar, quem não ia querer ser misturado, quem ia querer ficar distante. Então, o que estava em jogo naquela época já não eram mais os objetivos, era simplesmente quem permaneceria em pé no cenário, quer dizer, no pega pra capá, porque a crise também era uma crise das instituições, de recursos financeiros, já não tinha mais fontes que gostariam de financiar essa área, já havia controvérsias na discussão, se eram 40 milhões de meninos de rua, ou se eram 5, 7, 3, também já havia controvérsia de quem trabalhava mesmo, quem não trabalhava, quem falava pouco, quem representava... (Entrevista C).

Quando se refere aos “figurões”, o entrevistado parece atribuir às organizações a mesma diferenciação feita por Ivanir dos Santos entre o *CEAP* e as grandes ongs. Isso talvez evidencie o fato de que para além de haver uma diferenciação das ongs que trabalham especificamente com crianças e adolescentes, haver uma diferenciação mesma do trabalho desenvolvido com crianças e adolescentes, caracterizado, historicamente, como um *trabalho menor*. Ou seja, mesmo que tenham um caráter inovador e alternativo, essas organizações que atuam com crianças e adolescentes acabam por viver as dificuldades historicamente vividas pelo trabalho desenvolvido na

área de educação de forma geral, como a desvalorização da profissão de educador, a falta de recursos, os baixos salários, etc.

Vale dizer ainda que a crítica feita por Ivanir ao projeto “*Se essa rua fosse minha*” se refere ao fato do projeto, que também era de ação interventiva na rua, ser realizado por quatro grandes ongs: IBASE, IDAC, ISER e FASE. Essas organizações convidaram alguns profissionais que já atuavam com crianças e adolescentes para a elaboração do projeto e depois o desenvolveram independentemente das demais organizações. Na verdade, principalmente em sua fase inicial, em 1992, o “*Se essa rua fosse minha*” tinha muito pouca interlocução com as demais organizações e isso foi compreendido por elas como uma não valorização da experiência até então acumulada. Nesse ponto, não posso deixar de mencionar o meu conhecimento tácito dessas questões. Em parte, essa compreensão era verdadeira, essa foi uma crítica interna feita posteriormente no próprio *Se essa rua*.

Por outro lado, a equipe inicial do “*Se essa rua...*” era composta por profissionais que não tinham nenhuma história de militância no *Movimento* e as controvérsias existentes no interior do mesmo que chegavam a essa equipe fizeram com que ela mesma não priorizasse a interlocução com os demais profissionais que atuavam na rua, uma vez que eram eles os protagonistas do *Movimento*.

Esses fatos, somados ao fato do “*Se essa rua...*” ser um projeto de quatro grandes ongs, que teve o início de suas atividades em maio de 92, próximo, portanto, à realização da ECO-92, que teve apoio de artistas, de jogadores de futebol e, conseqüentemente, da *mídia*, deu ao projeto visibilidade e um certo *tom* de antipatia, que só foi superado posteriormente, com o próprio trabalho dos educadores nas ruas, uma vez que os encontros, a partir dos trabalhos desenvolvidos no espaço da rua e

provocados às vezes pelos próprios meninos e meninas, eram inevitáveis, assim como o foram as trocas em espaços como fóruns, seminários, reuniões e conselhos. Bezerra nos fala de como era visto o “*Se essa rua...*” pelas demais instituições, referindo-se ao período de trabalho na rua à época da Chacina da Candelária:

O que aconteceu naquela época ali é que todas as metodologias ainda eram bastante frágeis, algumas por ingenuidade tremenda, outras por megalomania, por querer passar por cima do processo metodológico, pedagógico, como conhecer as crianças, conhecer suas potencialidades, sua origem, sua história pessoal, para dar cabo de algumas questões que fossem mais leves e separar os casos cascudos para resolver no braço, no suor.

As atividades eram quase todas eventos que pudessem ser percebidos pela população, que alguma coisa estava sendo feita por esses meninos e que não era pela mão do governo.[...]

[...] Eu participei da discussão, da elaboração do projeto. Na primeira fase, de discussão do que se pretendia que fosse o projeto, a discussão básica do que se pretendia, um mega-projeto, era que ele não podia ignorar de forma alguma as atividades e os pontos de trabalho que já existiam, suas práticas definidas. Não podia começar do zero e para se começar do zero teria que ter muita competência para dizer: Olha, não é nada disso que essa galera está fazendo aí. Foi o primeiro projeto que entrou com potencial técnico, de recursos e pessoal, quer dizer, não tinha nenhuma desculpa. (Carlos Bezerra, Ex-Cola)

Além disso, cabe mencionar que aquele sentimento de *menoridade*, mesmo em um projeto de quatro grandes ongs, também era vivido entre os educadores do “*Se essa rua...*”, os quais muitas vezes sentiram um certo abandono das quatro ongs, como se o projeto fosse realmente um *projeto menor*. Esse sentimento, de certa forma, é vivido até os dias de hoje, mesmo com um “*Se essa rua...*” já tornado ong que tem representantes daquelas quatro organizações no quadro de sua diretoria e que já está revendo a participação desses representantes na mesma, como afirma Antônio César Marques, o

único daquele grupo de elaboração que trabalhou efetivamente no projeto e que é hoje o coordenador geral da ong “*Se essa rua fosse minha*”:

Então isso é um pouco o que a gente vem estruturando e aí não envolve só a mim, envolve todo mundo que está no Se Essa Rua... hoje, a primeira instituição que a gente fez foi essa. Olhe para o Se Essa Rua... hoje! O que significa o Se Essa Rua..., não só a partir da gente, mas daquilo que começou como um grande ‘boom’, com quatro grandes ongs, com quatro figuras que já eram uma instituição e que hoje nem estão mais? Estamos num processo em que essa diretoria tem que sair e temos que colocar uma nova. Não interessa muito a eles, não interessa muito a gente. A resposta não é tão interessante...

*Fica um peso muito grande e eu não quero ter esse peso todo. Eu quero ter uma outra coisa que pode ter uma outra dimensão, que pode até ser maior do que essa, mas que comece onde eu coloque a mão. Se eu tiver que dirigir uma instituição que tenha que responder pelo Rubem César Fernandes, pelo Betinho, pelo Miguel Darcy, eu não dou conta. Se eu tiver que responder por uma instituição que está ligada a esses meninos, ligada a esse grupo que está aqui, que tem possibilidade de interferir numa ação, numa outra política, eu começo um outro caminho e fico confortável. Eu acho que é mudar um pouco o direcionamento, então não me interessa uma diretoria que eu tenha que responder para eles, eles não me dão respostas, não me informam, então eu não tenho que ficar com eles como um grande fantasma, e nem tenho que me sentir um menor abandonado na relação com eles, é possível? Não é possível, então a gente faz um outro tipo de mudança porque aí a gente pode ter uma outra parceria. Eu vou lá como qualquer outra ong pequena pedir ajuda ao Rubem, ver o que eles têm para passar para a gente, fazer uma outra relação... (Antônio César Marques, *Se essa rua fosse minha*).*

É interessante observar esse sentimento de *menoridade* vivido também por César, educador, coordenador do então projeto dessas quatro grandes organizações e hoje coordenador geral da ong que tem “figurões” em sua diretoria. Mesmo com essas vinculações, o sentimento continua sendo o mesmo. Minha suposição é a de que ele ultrapassa o âmbito institucional das ongs, apesar de encontrar nele alguns de seus aspectos, e diz respeito mais diretamente à área da educação e ao significado do trabalho com crianças e adolescentes em um país onde esse trabalho é historicamente

desvalorizado e desqualificado. Construir então um novo paradigma de atenção à criança e ao adolescente passa necessariamente por desempenhar também um papel na mudança dessa visão historicamente construída, o que implica em uma interlocução permanente com a sociedade, sobretudo com aqueles que nela compõem o campo da educação.

Além disso, a tal *menoridade* no campo das próprias ongs pode ser atribuída também à questão já levantada do carisma de seus dirigentes. Algumas organizações têm, de fato, em seus quadros, pessoas que ganharam projeção nacional, os chamados “figurões”, o que acaba dando a essas organizações uma visibilidade muito maior na sociedade.

Voltando ao perfil das primeiras ações desenvolvidas no espaço da rua, temos a experiência de Carlos Bezerra, com as primeiras atividades do que viria a se transformar no projeto *Ex-Cola*. Bezerra é uma daqueles educadores que passa por um estágio na *São Martinho* e, ao sair de lá, começa a desenvolver atividades com crianças e adolescentes por sua própria iniciativa:

A São Martinho tinha um modelo de atendimento na rua, os meninos vinham e tinha jogos, lanche, mas ficava pouco tempo na rua. Aí, eu resolvi começar a visitar a rua à noite (por volta de 11 horas da noite), pois era o horário que eles começavam a se reunir para dormir e, nesse horário, dava para conversar mais sobre determinadas questões, dava para refletir, embora fosse um processo muito anárquico ainda. A Zulmira (educadora da São Martinho) e outros educadores passaram a vir uma vez por semana às ruas, enquanto eu vinha diariamente, de segunda à sexta, sempre à noite, buscando uma relação mais próxima com os meninos e por conta própria, quer dizer, sem nenhum vínculo com nenhuma instituição.

Foi nesse período que escrevi a proposta do Ex-Cola, para a Ashoka, em 89, e, ainda nesse ano, a proposta foi aprovada na seleção de dezembro. Em janeiro de 90, chegou uma bolsa e o trabalho estava um pouco mais estruturado, embora a relação com os meninos ainda fosse uma relação de combate à questão da violência, que era uma questão crescente na rua e, já nesse instante, começava a levar lanche, aquelas questões todas...

O trabalho básico de educação que eu me propunha a fazer era uma ponte entre as crianças e as instituições que tinham um serviço a oferecer; as crianças e a polícia, que era uma relação muito conflituosa; as crianças e a população, que era uma outra relação bastante intranquã.

Esse eixo de fazer uma ponte e ser intermediário entre as crianças e esses grupos citados passou a funcionar quando a gente interferia na relação com a polícia e quando eu digo a gente eu quero dizer algumas pessoas, alguns amigos que esporadicamente começaram a visitar as ruas, amigos da época da Fundação São Martinho, como a Vânia, a Silvinha, que eram estagiárias lá. Essa ponte intermediária que se fazia era um pouco no sentido de preservar os meninos; preservar, em primeiro lugar, a questão da preservação física, do corpo mesmo, preservar a sua vida privada. (...)

(...) Para traçar o projeto de educação que eu tinha na cabeça, eu comecei a fazer um grupo chamado Roda de Rua, que era a chamada de algumas pessoas para falar sobre escola, saúde, propriedade, cidadania, história. Então, ao mesmo tempo em que eu estava tentando trazer um pouco de conhecimento para dentro do grupo, eu estava fazendo a ponte de relacionamento dos meninos com outras pessoas de fora; nesse caso, o Betinho, Chico Alencar, professoras da PUC, ou seja, pessoas que vinham para as ruas dar palestras, conversar com os meninos, mostrando, assim, que outras pessoas tinham interesse por eles e não apenas aqueles educadores, aquelas pessoas muito parecidas com eles, porque era assim que eles encaravam, não tinha como ser diferente, sem se misturar tanto, naquele momento... (Carlos Bezerra, Ex-Cola)

Alguns aspectos importantes no relato de Bezerra devem ser observados. O primeiro é o de que a proposta de ser um elo, uma ponte entre os meninos e meninas e as instituições foi uma proposta que norteou praticamente todas as ações desenvolvidas na rua. Pela própria história de atendimento à criança e ao adolescente, tratava-se, no momento em que essas ações eram implantadas, de efetivamente garantir o acesso desse segmento da população a várias instituições, que era inviabilizado pelo próprio modelo de atendimento existente. Posteriormente à promulgação do ECA, tratava-se, com essa proposta, de mudar toda uma cultura institucional existente até então, tanto de dentro, por parte de seus técnicos, quanto de fora, por parte dos próprios meninos e meninas. A idéia que eles tinham de instituição era a da FUNABEM, que recolhia e prendia, assim

como a idéia que tinham do então Juizado de Menores, que se transformou em Juizado da Infância e Juventude, não era diferente, assim como não era a da polícia. Não se tratava apenas de nomes de instituições que estavam mudando, mas da legislação e da própria política de atendimento, mas o que estava sedimentado tanto nas crianças quanto nas instituições era o velho modelo. Nesse sentido, o trabalho dos educadores sociais de rua foi fundamental, como eles mesmos atestam nas resistências iniciais ao novo modelo:

Eu tenho quase que certeza de que o aumento da violência contra as crianças não se deveu exatamente à aprovação do Estatuto, mas é que a temática do Estatuto se tornou mais pública e os educadores deixaram de falar em caridade pública com os policiais e, pela primeira vez, estavam falando que havia uma lei que protegia os meninos. Nós chegamos a ver várias ordens de serviço de policias, vindas dos quartéis, mostradas pelos próprios policiais, nas quais constava repressão e recolhimento de menores suspeitos. Então, através das ordens de serviço, os policiais ignoravam o Estatuto, mas ignoravam porque outros setores mais capacitados, mais altos do que eles, também ignoravam, ou seja, nessa época ninguém ainda havia enviado nenhum fax para os quartéis pedindo para observar determinadas questões como as novas leis que estavam sendo discutidas e iam mexer bastante com o procedimento dos policiais. [...]

[...] Nesse momento aí a gente viveu um momento de habeas-corpus, fizemos isso com o apoio da OAB e outros advogados buscando restabelecer o direito de ir e vir e isso era muito confundido no Estado. O Estado denunciava que essas pessoas queriam que os meninos ficassem nas ruas porque queriam fazer uma indústria de menor, para viver às custas dessa questão e tudo mais e a população comprava bastante esse discurso. É lógico que nesse período também se tem um aumento muito grande de organizações porque não eram só as organizações que trabalhavam com meninos eram outras organizações também que queriam estar presentes, como por exemplo, o Rotary Club. (Carlos Bezerra, Ex-Cola)

Um outro aspecto relatado por Bezerra quanto às atividades na rua que merece ênfase é o de que havia uma proposta pedagógica embrionária que, no caso dele, começava a se desenhar com as *Rodas de Rua*. Como pode ser observado nas entrevistas e como já está documentado em várias publicações (Aduan, 1993; Leite, 1991;

Monteiro, 1995; Graciani, 1997), começava-se a se desenhar, em várias organizações e projetos na cidade do Rio de Janeiro, o que Graciani (1997) chama de *pedagogia social de rua*. Eu diria que na cidade do Rio de Janeiro, no entanto, o desenvolvimento dessas várias experiências, pelo menos no que se refere ao seu desenvolvimento no espaço da rua, foi abortado pelo crescente quadro de violência.

Um último ponto a ser observado no relato de Bezerra é que, quando ele menciona as *Rodas de Rua*, ele coloca a necessidade de trazer para o espaço da rua pessoas que pudessem se diferenciar dos meninos, o que não era muito fácil para os educadores na época. De fato, conforme veremos posteriormente, quando o próprio Bezerra relata uma tentativa frustrada de preservação dos meninos, as ações, por serem primeiras, pioneiras e, além disso, por possuírem aquela característica da *menoridade*, talvez, ainda nesse momento, de *menoridade da menoridade*, uma vez que eram desenvolvidas com aqueles que eram a máxima representação da *infância menor* em nossa sociedade, eram bastante precárias.

Na tentativa do que Graciani (1997) denomina de processo de *desrualização* do menino, muitos educadores, naquele momento, se *rualizaram*, pelos poucos recursos que tinham, pela ausência de conhecimento produzido sobre o assunto, pelo caráter inovador do trabalho e, sobretudo, pela pressão sofrida diante do quadro de violência. O processo de *rualização* do educador parecia ser de uma espécie de decisão: ou ele *abandonava completamente o barco* e sucumbia à própria situação ou, uma vez estabelecida à relação com os meninos e meninas, ele ficava com eles, sem ter hora para sair, enfrentando delegacias, hospitais, Instituto Médico Legal, etc. Eram evidentemente os desdobramentos das atividades desenvolvidas no espaço da rua que impunham uma espécie de *caos* à vida desses educadores que, com poucos recursos para enfrentar essa

situação, acabavam por se *rualizar*, não conseguindo, como afirma Bezerra, se diferenciar dos meninos e meninas.

De acordo com os entrevistados, nos anos de 87/88 aumenta muito a violência contra as crianças e adolescentes nas ruas. Lúcia Xavier atribuí à violência a pressão de vários grupos para que as crianças e adolescentes deixassem as ruas da cidade. Segundo ela, a polícia tinha sempre uma ação contundente, que não se restringia à agressão física, havia também as perseguições para que as crianças não permanecessem sempre nos mesmos lugares na rua. A *Fundação Leão XIII* recolhia as crianças das ruas e os lugares que forneciam comida pararam de fazê-lo. O efeito de tais ações, para Lúcia, parecia ser o contrário de sua suposta intencionalidade: ao invés de deixarem as ruas, elas vinham cada vez em maior número.

Às vezes, a gente chegava nas ruas e davam seis horas e davam oito horas, nove horas e a gente ainda estava na rua porque elas ficavam com medo de que as pessoas as carregassem, as levassem à força, então a gente passava um bom tempo fazendo a ponte, o apoio para que não acontecesse nenhum problema mais sério. Às vezes quando a gente não estava na rua eles iam e depois voltavam. De 87/88 para cá foi uma época muito difícil e a gente foi vendo que esse lado não tinha só aquela coisa da pobreza, tinha um forte preconceito, uma forte violência, que estava começando a se estruturar naquele período. Muita agressão, para ver se eles saíam da rua, para ver se eles tomavam outro rumo e, pelo contrário, só aumentavam, a gente chegou a ter grupos de 40. (Lúcia Xavier, IBRADES)

Quando perguntada se a violência era maior contra os adolescentes, Lúcia responde:

Tanto fazia com adolescentes ou com crianças, mas também tinha muitas famílias na rua nessa época. A maioria dos garotos que a gente trabalhava tinha as famílias também na rua, era um grupo de 29 famílias e essas famílias também são obrigadas a sair dali. Elas haviam montado umas barraquinhas ali no Largo da Carioca e elas são obrigadas a sair dali e isso desestrutura muito. Só umas cinco ou seis é que permaneceram ali, mas a maioria, pelo menos aquelas que tinham algum lugar para ir, se mandaram. (Lúcia Xavier, IBRADES)

Ainda de acordo com Lúcia, o período de 88 até 93 é bastante violento e a *Chacina da Candelária* é um marco da diferença entre a violência que existe hoje, que não é pouca, e a violência que existia antes, que era muito grande:

Quando o Volmer começa a denunciar mais, em 87 /88/ 89, a violência aumenta bastante, mas aí o extermínio já era uma coisa tão endêmica, era uma doença - você achava que aqui estava controlado, aí você dava a volta e ali já tinha uma situação ruim. Em cidades, em lugares que você achava que não ia acontecer porque tinha um nível de relação diferenciada, você já tinha esse tipo de conduta. Para o Grande Rio, São Gonçalo, Nova Iguaçu, Duque de Caxias, o Rio de maneira geral, essas regiões eram um “Deus nos acuda”. Então, aumentou muito; a polícia, por sua vez, metia o pau, não tinha o menor respeito. (Lúcia Xavier, IBRADES)

Quanto aos grupos de extermínio, ela nos fala de como eram identificados e dos requintes de crueldade existentes em suas ações:

Naquela época o grupo de extermínio tinha uma característica muito marcante – cortava a mão, pênis, tinha todo um ritual que era para dizer que tinha sido o grupo de extermínio e hoje em dia você não consegue nem diferenciar, se for um grupo de extermínio mesmo, você só diz pela quantidade, mas não pelo requinte porque antes eles queriam dar essa marca, não era uma coisa qualquer. (Lúcia Xavier, IBRADES)

Esse quadro de violência generalizada contra meninos e meninas faz surgir novas linhas de trabalho:

Nessa época o que a gente passa a fazer é encontrar apoio para essa ação contra a violência, é aí que a gente começa a encontrar gente que vai discutir essa coisa. Uma das primeiras pessoas que a gente encontrou foi uma pessoa que, por acaso, vinha de um movimento católico de favela e que é a primeira pessoa que vai discutir com a gente a ação de defesa da criança e adolescente, que é a Eliana Athaíde, que agora mora no Maranhão. A Eliana vai juntar gente, não só gente que já trabalhava na FUNABEM, mas também outras pessoas da área jurídica para discutir isso, para começar a ver se havia necessidade ou não de uma intervenção jurídica nessa área, e aí ela funda o programa da criança lá no Bento Rubião, para os advogados, pessoas que vão começar a dar esse apoio à gente, na delegacia e tal. E daí vão surgindo os outros centros, depois o da

São Martinho, o do IBISS, que vão dando esse apoio, vão nos acompanhando. (Lúcia Xavier, IBRADES)

E, de acordo com alguns educadores, esse quadro se agrava ainda mais no ano de 90, mesmo ano em que é promulgado o *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Bezerra nos diz que, naquele ano, a violência havia estourado em todas as ruas da cidade, desde o Centro até a Zona Sul, e que os educadores não sabiam mais o que fazer, que as autoridades estavam com má vontade e que já havia uma contra-relação entre os educadores e a polícia. As denúncias já não eram mais encampadas, o próprio comando tinha medo dos maus policiais, receio de que eles pudessem fazer alguma coisa contra os educadores. Quando estourou a violência mais massificada contra crianças e jovens, conta ele, houve várias tentativas de preservação dos meninos; uma delas foi uma vigília realizada na Cinelândia, decorrente de um recolhimento de meninos(as) das ruas:

Não houve jeito, como o Estatuto não estava ainda legitimado, o Libórni Siqueira baixou uma portaria de recolhimento dos meninos, como forma de proteção, mas eles não estavam protegidos dentro dos equipamentos do Estado. (Carlos Bezerra, Ex-Cola).

Entre as tentativas de preservação dos meninos, Bezerra narra uma experiência frustrada, evidenciando a própria insipiência do Movimento e a precariedade das primeiras ações interventivas:

Em 1990, eu então coloquei 16 meninos dentro de uma Kombi e saí para o proventório Santa Clara, que na época funcionava perto do Paraíba do Sul, atualmente em Vargem Grande. Fiz isso para tirá-los da rua, enquanto passava o arrastão que recolhia os meninos. Nessa ida ao proventório, o Cícero nos avisou que a instituição estava lotada e que ele não poderia ficar com mais 16 meninos. Eu lembro que pedi para ficar pelo menos um dia, já que nós havíamos viajado três horas de Kombi, mas ele achou que era muita responsabilidade e não deixou. Tivemos que voltar no mesmo dia. No caminho de volta, furou o pneu da Kombi e já era de madrugada. Por sorte, um caminhão parou para nos ajudar, consertamos o pneu e o caminhoneiro ainda trouxe alguns meninos no caminhão, enquanto outros continuaram a viagem na Kombi.

Ao chegar a Cinelândia, os meninos não queriam mais falar com a gente, pois o plano havia dado errado e eles ficaram desmotivados, a violência estava muito grande. Não consegui! Não consegui! Nessa mesma noite, estava acontecendo a vigília na Cinelândia, organizada por uma campanha nacional pelo Estatuto, liderada pelo Bené e pelo Deodato Rivera. A Kombi havia quebrado, estávamos desanimados e com fome, pois o dinheiro havia sido rateado entre combustível e pacotes de biscoitos que foram comidos durante a viagem. Nessa noite, Eduardo Tornaghi, que estava na vigília, levou os meninos para dormirem na Escola Tia Ciata. No outro dia, todos voltaram para a rua. (Carlos Bezerra, Ex-Cola).

Lúcia Xavier vê na mudança de governo o motivo do agravante quadro de violência e conta como era a atuação da polícia à época:

Depois, a gente tem a presença de Moreira Franco, que era extremamente violento. Quer dizer, ao mesmo tempo, no trabalho de rua, a gente pegou dois governos: o Brizola e ele. No governo Brizola, você tinha um desmando praticamente porque ele tinha uma política de não agressividade à população pobre e ao mesmo tempo você tinha desmando porque a polícia era outra, reagia de outra maneira, tinha aqueles “coronéis cerqueiras” da vida, apesar de que o primeiro Cerqueira³⁴, o negro, tinha uma grande preocupação com essa área, ajudava muito, acompanhava tudo, depois mais tarde veio a fazer parte do Conselho e tudo mais. Mas quando Moreira Franco chega, aí as coisas pioram muito porque aí a polícia está toda “atacada”. Antes havia os desmandos, você via que era desmando. Tinha a ação da polícia, quando você ia verificar a ordem, aquela ordem não existia, não tinha mesmo aquela ordem. Mas depois, na época do Moreira, você tem ordem expressa, os caras mostravam a ordem na prancheta, tinha ordem expressa, “Não pode ficar; nem que seja à base da porrada, tem que sair”, entendeu? No outro, você sentia que era desmando, era uma polícia mais corrompida, que queria mesmo ganhar dinheiro, eles levavam “short”, sandália do menino, mas depois quando entra o Moreira Franco você vê que era uma ação política, tinha mesmo o sentido de repressão, e aí não importava o método desde que desse resultado. (Lúcia Xavier, IBRADES)

A violência passa a interferir diretamente no desenvolvimento das ações junto aos meninos e meninas nas ruas:

³⁴ Coronel da Polícia Militar que, como afirma mais de um entrevistado, teve importante papel na corporação à época da promulgação do ECA e que foi assassinado na cidade do Rio de Janeiro em 1999. O inquérito sobre a sua morte violenta em uma tarde ensolarada e movimentada, em pleno Centro da cidade, ainda não foi concluído.

Nosso trabalho de educação em si começou a ficar estremecido. Nós não tínhamos mais nada para falar para os meninos. Os meninos queriam ouvir que aquelas coisas não iam mais acontecer. Eles viam muita indignação na gente, mas a gente não tinha nenhuma forma concreta, criativa, de fazer nada pelo grupo.

Nessa época, então, o que é a proposta educativa? Eu tinha uma proposta educativa chamada plano estratégico, era um projeto que serviria para determinadas atitudes se determinadas coisas acontecessem. Caso acontecesse isso, faríamos isso; se acontecesse aquilo, faríamos assim; e por aí em diante. Então, nós estávamos sempre trabalhando em cima de supostas questões que pudessem acontecer e que vinham acontecendo com muita frequência. (Carlos Bezerra, Ex-Cola).

A violência começou a ser praticada também contra os educadores que desenvolviam atividades na rua. Lúcia conta que levou uma surra da polícia em 1988 e também afirma que o quadro de violência desgastava muito os educadores no desenvolvimento das atividades com as crianças nas ruas:

Primeiro que a gente não estava acostumada a lidar, mesmo sendo educadores que vinham de camadas pobres, você não estava acostumada a lidar com aquilo, com uma polícia muito agressiva, uma ação quase que de perseguição, então isso causava muito medo. Parte das dificuldades que a gente tinha no trabalho era que toda vez que a gente conseguia uma educadora para trabalhar com a gente, ela já não tinha mais pique para ficar na rua. Às vezes você estava na rua trabalhando e vinha o policial e revistava todo mundo, te revistava, revistava a criança. Todo dia uma delegacia, todo dia se enfrentava um conflito, até porque o nível de ação dos meninos em relação à violência contra a população também aumentou. Então, quer dizer, era uma guerra, era a polícia e a população contra os adolescentes e os adolescentes contra a população. (Lúcia Xavier, IBRADES)

O quadro de violência também faz aumentar a mobilização entre os educadores e outros setores da sociedade civil:

Já no início de 90, nós conseguimos fazer um grupo de estudo contra a violência, que envolvia todos os educadores de rua, um pouco do pessoal do Tortura Nunca Mais, alguns psiquiatras de universidades, contamos com médicos e até pessoas solidárias, que tinham propriedades e ofereceram para que levássemos alguns meninos para lá.

A partir desse momento, a preocupação básica dos educadores era, em primeiro lugar, se defender das múltiplas tentativas de agressão, todas já registradas, e continuar defendendo os meninos, caso a gente conseguisse se defender.

Participamos de todos os fóruns criados sobre a violência contra crianças e adolescentes, que foram aproximadamente uns dez, em 90. O Movimento tinha um fórum, a Maria Tereza Moura tinha um outro fórum separado, o pessoal do IBRADES, a Lúcia, tinha um outro fórum. Tinha fóruns variados, que depois foram unificados até criar o Fórum Popular, que dá origem ao fórum que dá sustentação ao Conselho Estadual, que elege os membros do Conselho Estadual. Já aí começamos a discutir que tipo de projeto nós poderíamos ter, já legitimando a questão do novo Estatuto a ser posto em prática. (Bezerra, Ex-Cola).

E o movimento organizado pressiona a polícia por respostas à situação:

Nós fomos eleitos em um colegiado para o MNMMR, que era formado por mim, pela Tiana, pela Zulmira e pelo Volmer Nascimento, nós éramos a coordenação local. Nós começamos a mexer com determinados pontos com a polícia e começamos a identificar e a bater de frente com determinados policiais e a denunciar esses policiais.

Até que fomos chamados para uma discussão no comando da polícia, no QG da Evaristo da Veiga, o coronel da época era o Cerqueira, que era o Comandante da Polícia Militar e, em um certo momento, por sua ingenuidade, fez entrar um grupo de 30 policiais para a gente identificar, frente a frente, quem é que tinha agredido os meninos e quem era que estava perseguindo a gente. Isso criou um mal estar muito grande. Eu cheguei a falar que o policial em questão estava na sala, no meio dos 30 policiais, mas que eu não ia dizer, não podia falar. A partir desse dia, nós passamos uns dois meses longe da rua porque sabíamos que se colocássemos os pés na rua, seríamos agredidos.

Dois meses depois, quando voltamos para a Cinelândia, fomos agredidos por policiais que pertenciam ao grupo daqueles policiais que foram colocados a nossa frente no QG. Essa agressão foi até documentada por uma TV Francesa, que estava aqui e que pegou em flagrante o espancamento, mas a TV Globo não quis colocar no ar, mesmo a agressão sendo gravada com equipamento profissional. Todos estávamos com muito medo, apesar de, nessa época, ainda não termos sido ameaçados. (Carlos Bezerra, Ex-Cola).

Para Bezerra, as coisas ficam efetivamente mais difíceis quando a violência começa a ser direcionada aos educadores e chega quase que a inviabilizar o trabalho na rua:

Quando começaram a surgir os primeiros casos de violência contra os educadores, a situação começou a ficar mais braba porque a gente começou a evitar ir para rua e os meninos começaram a procurar a gente. Ou seja, onde a gente estava, os meninos chegavam e contavam: pegaram fulano, pegaram ciclano; até que, no final de 90, apareceu uma lista de jovens que iam ser assassinados na Carioca, pregada no poste. Ficou todo mundo indignado, com medo, e, no dia seguinte, amanheceu um menino morto, o Adriano, no Largo da Carioca, e ele era o cabeça da lista. Então a gente começou a perceber que não era brincadeira. Por outro lado, nós tínhamos uma relação com os meninos, que tinham muitos inimigos, e eles temiam contar para gente quem eram os inimigos deles por temerem perder o contato conosco.

O ano de 90 acabou com essa confusão generalizada, o Estatuto que não saía do papel, de forma nenhuma, os educadores com medo de ir para rua, as organizações, acho que, já nessa época, mais do que hoje, tinha mais organizações que trabalhavam com meninos na rua, ninguém queria colocar o pé na rua. (Bezerra, Ex-Cola).

Em novembro de 1992, o mestre de capoeira do Projeto Ex-Cola desaparece por sete dias e é encontrado morto em Anchieta, zona norte da cidade. Segundo Bezerra, na ocorrência constava que ele havia tentado roubar um carro, mas ele não sabia dirigir e o carro não estava com o vidro estilhaçado, mas ele estava com o pescoço quebrado.

O próprio Bezerra, em dezembro, recebe uma carta de ameaça postada da Central do Brasil. A carta dizia que não havia nada pessoal contra ele e nem contra o pessoal que tentava ajudar os *menores*, mas que a sociedade não tinha esse tempo todo para recuperar esses infratores. E este educador também passa a ser alvo de ameaças³⁵.

35 Ele mesmo nos conta os dois episódios:

Eu próprio sofri um atentado no início de 93. Saiu uma matéria no jornal, cadê? Está aqui (Bezerra lê a matéria):

O ano de 1992 também é o ano da *Conferência Mundial do Meio Ambiente*, sediada aqui no Rio. O *Movimento* organiza um acampamento dos *meninos e meninas de rua*, inclusive de outros estados, próximo ao *Museu de Arte Moderna*, onde ocorria o *Fórum Global*. Segundo Bezerra, o acampamento foi isolado pelo Exército e os meninos foram impedidos de circular no livremente no Fórum, mesmo que acompanhados pelos educadores. Uma das organizadoras do evento, Kate Lyra, se propôs a entrar com os meninos no Hotel Glória, mas ela própria foi barrada. O governo estava com medo de que os meninos fizessem as denúncias de viva voz para as televisões internacionais que estavam aqui. Assim mesmo, as organizações marcaram um encontro com duas redes de TV em um terreno baldio na Lapa para fazer denúncias. As denúncias saíram, mas a repercussão só veio após a ECO-92, por força da imprensa internacional.

“A morte do educador de crianças Jorge Antônio do Nascimento (que é o capoeirista do Ex-Cola) e o atentado contra o pedagogo Carlos Bezerra provocaram a suspensão dos trabalhos de quatro instituições especializadas.

A repercussão das ameaças chegou a tal ponto que, na França, surgiu uma instituição - Erê-Brasil - fundada por professores e alunos da Universidade Paris VIII para estudar formas de proteção aos educadores de rua do Rio. O fundador da entidade, SoliLevi, está no Rio, visitando instituições de meninos de rua.”

Bom, essa matéria aqui é porque eu sofri um atentado em Santa Tereza, onde eu morava. No caminho para casa, eu andando na calçada, um carro subiu na calçada, me perseguindo, e eu comecei a correr e o carro começou a acelerar em cima da calçada até que ele me jogou para uma árvore e uma mulher, de uma janela, deu um grito, perguntando se o motorista estava maluco, bêbado, ameaçando chamar a polícia. (...) Em 1993, eu passo a mandar muito pouco em mim porque todo mundo tinha medo que eu me tornasse um Volmer do Nascimento por eu ser um sujeito mais desorganizado, pouco agarrado às regras das organizações, instituições e tudo o mais. As pessoas tinham medo de eu me expor, então eu vivi um momento onde eu fui praticamente proibido de dar entrevista como forma de segurança, não queriam que eu me expusesse e foi criado um grupo de pessoas que se aproximaram para assessorar, que era o mesmo grupo que tentava assessorar o Volmer e que não estava tendo sucesso.

Para o coordenador do Ex-Cola, a ECO-92 foi marcada por alguns movimentos de figuração, como o encontro dos meninos com Dalai Lama e, mesmo com todo o quadro de violência, o governo saiu ileso do evento:

O governo, na época da ECO 92, escapou sem nenhuma pedrada, ou seja, os pontos que foram discutidos nos variados fóruns foram pontos superficiais demais, exceto a tentativa da nossa passeata de protesto, que era pintar os meninos de verde lá na Rio Branco e trazê-los para o acampamento que nós tínhamos. E conseguimos ter a atenção da imprensa internacional, pois já havia uma certa relação entre o Volmer Nascimento, um dos principais líderes do Movimento na época, e a Associação dos Correspondentes Internacionais e isso facilitava muito a nossa função; por outro lado, havia jornalistas significativos da mídia do momento que estávamos vivendo, tipo Gilberto Dimenstein, tipo Fernando Molina, que foi outro que tomou essa questão como ponto de denúncia, de tentar descobrir qual era a verdadeira dimensão, a questão dos assassinatos de crianças, desse movimento de educadores que crescia muito e isso acabou ressoando lá na França, onde houve a tentativa de organização de uma associação de educadores de rua chamada ERÊ.

A primeira reunião no Brasil foi na Câmara Municipal e houve também a participação de muitas organizações e muitos educadores, que estavam interessados, e aí, nesse momento, eles quase passam por cima das suas organizações para tentar uma organização paralela que oferecesse condições de segurança para o trabalho que faziam na rua. Então o IBISS, através do Sempre-Viva, puxou essa discussão da criação do ÊRE e o nome de SoliLevi, que é um sujeito que se interessa em fazer um filme documentário sobre a questão das crianças. Ele já havia feito um outro anteriormente, ele se interessa em fazer uma ponte entre o Brasil e a França, só que depois nós descobrimos que ele não tinha tanta substância de representatividade quanto ele vendia localmente. (Bezerra, Ex-Cola).

De fato, como demonstra o estudo realizado por Landim (1993), talvez o grande ganho para as ongs à época da ECO-92 tenha sido o fato delas ganharem visibilidade, de *caírem na boca do povo*. Na sociedade brasileira, essas organizações passam a existir após o evento global realizado na cidade do Rio de Janeiro. O que se evidencia também no relato de Bezerra é que a causa em si também ganha uma certa visibilidade, apesar de não ter avanços concretos no âmbito do Estado. Landim também ressalta que a divisão

das ongs em sub-campos (mulher, criança e adolescente, ambientalistas, etc.) se concretiza a partir desse momento. Se pudéssemos, entretanto, medir o impacto da Conferência sobre as ongs e sobre as diversas causas defendidas por elas, talvez chegássemos à conclusão, a partir do próprio estudo da autora e das entrevistas aqui realizadas, de que o ganho, naquele momento, foi das ongs enquanto instituições e não das causas por elas defendidas. No caso específico do sub-campo da criança e do adolescente, diante do quadro de violência, a visibilidade adquirida naquele período também trouxe para o mesmo conseqüências negativas.

Voltando à questão da *menoridade*, crianças e adolescentes têm sido historicamente tratados como *terra de ninguém*, ou seja, como bem demonstra Ariés (1981), a descoberta da infância é recente em nossa sociedade, o que, conseqüentemente, leva a uma compreensão tardia da necessidade de um trabalho profissional, como o da educação, voltado para essa faixa etária. No Brasil, país aonde a infância pobre era, até muito recentemente, tratada como *menor*, parece haver um nível de tolerância altíssimo com relação àqueles que se habilitam a desenvolver trabalhos com crianças. Conseguir legitimidade nessa área não é muito difícil, como se bastasse ter um *jeitinho* ou o desejo de trabalhar. É assim que vemos artistas de televisão, jogadores de futebol, etc., enveredando para a área de fácil reconhecimento e prestígio, sem maiores exigências. A própria profissão de professor, caracterizada como *feminina*, foi, durante muito tempo, considerada uma profissão *menor*, uma das únicas admitidas para as mulheres, que *ganhavam para os alfinetes*. Além do fato de ainda hoje grande parte do trabalho desenvolvido com crianças e adolescentes pobres no país, seguindo a tradição da década de 50, ser vinculado à figura das primeiras damas, independentemente de sua qualificação para estarem ou não à frente deste tipo de ação.

Todos esses fatores fazem com que as diversas iniciativas voltadas para crianças e adolescentes sejam extremamente fluidas e flexíveis e essa tradição, somada à visibilidade adquirida pelas ongs em 1992, também trouxe novos atores para o subcampo das ongs que trabalham com crianças e adolescentes, novos atores que, como afirma um de nossos entrevistados, eram muito mais *notáveis* do que aqueles que vinham de uma trajetória de luta contra a violência e pelas mudanças no sistema de atendimento à criança e ao adolescente. A entrada desses atores no sub-campo também dá maior visibilidade ao mesmo, não perdendo de vista que essa visibilidade é adquirida em um contexto ainda bastante violento. Exatamente um ano após a realização da ECO-92, o trabalho com crianças e adolescentes nas ruas da cidade do Rio de Janeiro sofre um novo golpe: a *Chacina da Candelária*. Nesse momento, são muito menos os educadores que vinham há quase uma década desenvolvendo trabalho nas ruas da cidade que surgem, para a sociedade, como porta-vozes dessa *infância de rua* e muito mais esses novos atores:

A Chacina da Candelária é um evento que vem tão isolado no meio dessa questão do assassinato dos meninos de rua que se fôssemos pegar pela Chacina e começar a criar um raciocínio do porquê do assassinato desses meninos de rua nós não íamos chegar a lugar algum porque o grupo que praticou essa ação da Candelária é um grupo bastante autônomo dentro da polícia, não era um grupo que se organizou para esse fim, é um grupo que se juntou em uma determinada semana e tomou uma decisão, a de eliminar esses meninos. Foi uma decisão muito rápida. É lógico que tem a ver com a impunidade, tem a ver com a mídia local estar incomodando tanto com a história desses meninos, com as organizações que trabalham todas.

Era a época do Joãozinho Trinta, que prega ser o novo messias da questão da criança, Ivone Bezerra de Mello, enfim, pessoas que inflamaram muitos segmentos do poder. Uma coisa sou eu ou a própria mídia falar isoladamente, dar uma ou duas entrevistas, participar de um debate, outra coisa era um sujeito como o Joãozinho Trinta, a Ivone Bezerra de Mello, eles arrastavam com eles uma certa notabilidade, não era nem credibilidade, afinal, eles são notáveis. (Entrevista D).

A *Chacina da Candelária*, percebida de diferentes formas pelos vários entrevistados, é um corte na possibilidade de construção efetiva de uma metodologia de trabalho mais consequente com as crianças e adolescentes em situação de rua. Em 1993, o ECA já estava aprovado e fazia uma certa eco na sociedade; em 1992, as ONGs ganharam visibilidade na sociedade, quer dizer, no momento em que esses vários atores que vinham desenvolvendo ações com crianças e adolescentes nas ruas nas condições mais adversas começam a poder respirar rumo à construção de uma metodologia de trabalho, as experiências desenvolvidas no espaço da rua são abortadas. A Chacina não é o motivo, mas é um entre os vários motivos existentes no período que leva à desarticulação das organizações que vinham se articulando no *Movimento* e a partir dela o perfil do trabalho desenvolvido se transforma substancialmente:

Eu acho que foi um marco social, um marco histórico, mas nada mais do que isso na época. Isso causou muita repercussão nacional e internacional, na época as ONGs se aproximaram rapidamente e até hoje todo ano nós nos reunimos para, de alguma maneira, marcar esse tempo.

O Estado, de alguma maneira, se mobilizou porque logo depois da Chacina da Candelária - aqui no Rio de Janeiro - os vereadores desengavetaram o projeto de lei de criação dos Conselhos Tutelares, entrou em pauta no dia seguinte. Foi criada comissão para fazer reordenamento de todo aparato de segurança pública, os políticos se pronunciaram. Mas, efetivamente, nada mais do que isso.

Eu acho que não dá para dizer o seguinte: “Olha, dessa tragédia, pelo menos, essa lição, essa mobilização ficou”. Eu acho que dessa tragédia nada de bom restou, o pouco de lição que teve já foi esquecido, o pouco de mobilização que teve já se perdeu, então eu acho que a Chacina da Candelária não causou nada. (José Ricardo, Bento Rubião).

Após a Chacina, o trabalho com crianças e adolescentes em situação de rua mudou, com a saída de praticamente todas as organizações das ruas, pouquíssimas são aquelas que no período imediatamente posterior e que ainda nos dias de hoje desenvolvem algum tipo de atividade nas ruas. É Bezerra quem novamente nos fala,

colocando o impacto imediato da Chacina no trabalho realizado na rua e as conseqüências de mais um corte na possibilidade de desenvolvimento de um trabalho efetivo com os meninos e meninas para os educadores:

Quando aconteceu a Chacina da Candelária, eu passei quatro meses longe da rua porque eu já estava bastante incomodado com algumas questões, mesmo metodológicas, até mesmo com a questão do que fazer. Eu falava em quase todos os debates que a gente ia que a gente precisava deixar de ser a viúva dos meninos e começar a fazer alguma coisa pelos meninos, que a gente estava o tempo inteiro chorando nos caixões dos meninos. Eu fui chamado para identificar muitos corpos no IML, só essa questão por si só já me deixou bastante enfraquecido. O fato de você ver indo embora todos aqueles sujeitos por quem você achou que poderia fazer alguma coisa assustava bastante. A cada dois dias, eu ia ver um desses meninos assassinados. Mas quando eu falo que essas práticas eram bastante frágeis, eu estou falando também da minha parte porque você já começava a viver o conflito de que é preciso fazer alguma coisa, alguma coisa tem que dar certo, ou seja, não era só a angústia de ter que fazer alguma coisa, mas de ter que fazer alguma coisa que funcionasse, onde as pessoas não achassem enrolação da sua parte, a gente já estava incomodado.

Essa questão acabou angustiando muito e a gente passou um momento, um período fora da rua, indo pontualmente à rua, apesar de não ter abandonado a rua por completo, face às cobranças que a mídia trouxe, por conta da Candelária, a mídia colocou as ongs num canto da parede.

Ainda nessa época, eu era muito anarquista e, por isso, ninguém publicava nenhuma entrevista minha. Uma vez, um repórter me perguntou: “Como é que é a Indústria do Menor?” E aí eu respondi: “Eu não sei não porque eu sou camelô, eu não chego a ser indústria não, os meus são muito pouquinhos”. (Bezerra, Ex-Cola).

Muitos trabalhadores sociais parecem também ter ficado impactados com a reação da sociedade à Chacina:

Quando a população começou a concordar com os assassinatos, que foi o que ocorreu em 93. Até o final de 93, nós tínhamos um discurso quase que unânime dos civis de que, mesmo que não fosse um extermínio, alguma coisa de sério tinha que acontecer com esses meninos, alguma punição, as pessoas buscavam uma punição a todo custo. (Bezerra, Ex-Cola).

Bezerra nos fala ainda que no momento da Chacina, quando outros atores já haviam se apropriado da questão da criança e do adolescente, além das ongs não terem conseguido se juntar para efetivamente responder aos ataques da *mídia*, os protagonistas do *Movimento*, que vinham em uma trajetória de luta, não tiveram espaço:

Não souberam se juntar e aquele determinado grupo, que era um grupo mais de resistência, não teve espaço. A mídia se uniu em torno do Joãozinho Trinta, da Ivone, do Libórni Siqueira, muito pouco em torno do Ivanir dos Santos, do Volmer, já sem credibilidade em função do seqüestro que ele teria sofrido. Então eles apanharam determinadas pessoas para responder questões que na verdade não haviam vivido processo nenhum e começaram também a falar desenfreadamente sobre determinadas coisas e isso acabou frustrando alguns educadores.

O tempo médio de militância na rua era de quatro horas; quando passa para as atividades pós-Candelária, esse tempo passa a ser de duas horas. Então você vê que a presença na rua diminui sensivelmente, a presença no espaço da rua diminui bastante. Acabou quebrando o Movimento no meio por várias questões. (Bezerra, Ex-Cola).

O bombardeio da *mídia*, a própria fragilidade do trabalho desenvolvido na rua, vulnerável, sobretudo ao quadro de violência, as repercussões do seqüestro do Volmer, as dificuldades, como veremos a seguir, em obter financiamentos, enfim, uma série de fatores corrobora para o enfraquecimento do *Movimento* e para o distanciamento de atores que até então o apoiavam:

Quando eu me iniciei no Movimento, quando eu comecei a participar do Movimento, eu participava de reunião com pessoas sérias e pessoas de peso, como Dom Mauro Morelli. Após a Chacina, não havia mais muitas pessoas representativas, até o próprio Betinho, que é a pessoa que tinha uma conta de credibilidade muito alta, podia dar cheque para todo mundo, nesse período, ele começa a desconfiar de algumas outras organizações e deixa isso transparecer em algumas entrevistas. A desconfiança que a população pudesse vir já formulando quanto ao trabalho de algumas organizações, quanto à questão de que estavam ali para ganhar dinheiro... O Movimento vinha se segurando para tentar manter os meninos vivos. Algumas organizações baixam com dinheiro aqui e transformam isso em vários outros projetos e ao invés disso ser um impulso ao trabalho, isso acaba atrapalhando muito o trabalho. E várias organizações entraram nesse processo aí porque dava lucro. Tinha muitas pessoas que não tinham

o verdadeiro interesse nessa questão, só estavam no meio porque toda hora apareciam na televisão, em todos os jornais, queriam estar presentes, se mostrar.

Por outro lado, vários projetos pararam, deixaram de funcionar porque essas organizações queriam respostas mais imediatas, soluções mais imediatas, mesmo aquelas organizações que trabalham com pesquisas e sabem que as respostas são demoradas, em longo prazo, porque um trabalho como esse se constrói muito lentamente por se tratar de uma população transitória, por se tratar de crianças, de pessoas que estavam expostas e que de vez em quando tinham que fugir daquele contexto, enfim, nada disso foi levado em consideração porque sofriam pressões da mídia, da opinião pública e depois achavam que essas pressões tinham que ser respondidas com a ação concreta dos seus educadores, quando os educadores estavam iniciando processos importantes, descobrindo... (Entrevista E).

O trabalho interventivo junto às crianças e adolescentes em situação de rua passa então por um redirecionamento após a Chacina da Candelária, sendo desenvolvido principalmente fora da rua. O processo de construção de uma metodologia de trabalho junto a esse segmento da população teve que ser acelerado por pressões externas:

É, eu acho que houve uma cobrança maior para que se apressasse os processos de formulação. Tinha projeto que só tinha rua, só tinha abordagem, mas não é que ele fosse manco, que ele não tivesse uma outra alternativa metodológica, é que o projeto era de constituir uma abordagem e depois, com o mesmo grupo, uma triagem, depois uma casa, ou as reinserções familiares, ou a construção de algumas outras famílias. A cobrança eu acho que veio assim: “Você tem que ter um trabalho na rua e ao mesmo tempo tem que ter uma casa de acolhida”.(Entrevista F).

Quando perguntado se vê alguma relação entre a saída das organizações das ruas e a Chacina, José Ricardo menciona também a redução no número de meninos e meninas das ruas e responde:

Para mim, a Chacina foi parte desse processo, não atribuiria a ela uma relação de causalidade, mas ela foi parte, pela sua crueldade, uma parte mais visível. Mas, fora disso, o IBGE, naquela publicação Indicadores Sociais para Crianças e Adolescentes, por dois ou três anos seguidos, apontou que o índice maior de maus tratos cometidos contra a criança e o

adolescente não era em casa, era na rua. Então, a gente já tinha, no campo da rua, uma hostilidade muito grande a criança/adolescente, que fatalmente estava levando a esse processo de saída, de retirada dessas crianças e adolescentes da rua seja pela via do extermínio, seja pela via das políticas oficiais.

Isso se consagra, dentro do “Vem pra Casa”, no município do Rio de Janeiro. É interessante porque acabou consagrando esse processo de saída da rua com o discurso democrático. Eu não sei até que ponto o quadro mudou, se realmente mudou e aí para não ser leviano precisaria de uma pesquisa empírica mais concreta, se realmente o quadro mudou, se aquilo foi uma fase, se esses adolescentes tiveram facilitados os reatamentos com os níveis comunitários, ou então se o tráfego também não ajudou a tirar esses meninos da rua, dando uma perspectiva de vida muito melhor do que o furto e o roubo. Quer dizer, várias coisas aconteceram que promoveram essa saída dos meninos das ruas, agora que as ongs não tiveram fôlego para resistir, não tiveram. (José Ricardo, Bento Rubião).

Retomando algumas questões levantadas pelo entrevistado, vale mencionar a forma como foi criado o plano *Vem pra casa, criança!*, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social. Uma das atribuições impostas ao município pela nova legislação voltada para a criança e o adolescente era a criação de um sistema de atendimento aos mesmos, que previa a criação de abrigos e casas de acolhida para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. As instituições que vinham efetivamente desenvolvendo um trabalho com as crianças e adolescentes em situação de rua e tentando desenvolver uma metodologia de trabalho de acordo com o que estava estabelecido na nova legislação eram as organizações não governamentais. Resguardando suas especificidades e diferenças, elas acabaram por desenhar, a partir de todo o processo de mobilização, que ia desde as ações diretas nas ruas a manifestações políticas, a congressos, seminários, grupos de estudos, etc. uma metodologia de trabalho que compreendia o trabalho na rua, as casas-dia e os abrigos e casas de acolhida.

Como também foi afirmado várias vezes no decorrer deste estudo, essas organizações ganham visibilidade na sociedade e têm em seus cargos de direção pessoas

com um certo carisma que também acabam adquirindo uma certa projeção na sociedade. Em 1993, o prefeito da cidade do Rio de Janeiro, César Maia, convida a dirigente da ong, Roda-Viva, Wanda Engel Aduan, para a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social. O Roda-Viva era uma ong que tinha tido uma importância em todo o processo de mobilização e articulação da sociedade pela aprovação do ECA. Wanda Engel representava o Roda-Viva em espaços importantes de mobilização, como o Fórum DCA (Fórum Nacional Permanente de Entidades Não-Governamentais de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente), o CONANDA (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente), além do Roda-Viva participar também das mobilizações da sociedade civil nos níveis estadual e municipal.

O Roda-Viva desenvolveu também um projeto financiado pela União Européia que se chamava Inter-Ação, o qual tinha como objetivo articular as várias ações voltadas para a criança e o adolescente desenvolvidas por organizações governamentais e não-governamentais nas diversas áreas da cidade. No desenvolvimento deste projeto, o Roda-Viva promoveu uma série de encontros, seminários e reuniões locais, por meio das quais se pretendia articular redes de serviços. A partir de sua trajetória profissional, a então Secretária doutorou-se em educação com uma tese intitulada *Da Violência ao Diálogo: A Socialização de Crianças Num Contexto de Pobreza Urbana*. A soma de todos esses fatores dava à Secretária credibilidade e respaldo para o desafio então colocado à sua secretaria de construção de um sistema de atendimento à criança e ao adolescente no município.

Diante desse quadro, podemos observar que o fator desencadeador da construção do sistema de atendimento à criança e ao adolescente na cidade do Rio de Janeiro não foi apenas a Chacina da Candelária. Em termos da legislação vigente, a exigência já

estava posta há três anos a todos os municípios do país. Na cidade do Rio de Janeiro, entretanto, o que existia até então, em termos de atendimento de acordo com os novos preceitos da legislação, era o que vinha sendo construído no âmbito das ongs, uma vez que algumas delas já tinham, para além do trabalho na rua, as casas-dias, abrigos e casas de acolhida. O que a Chacina fez foi impulsionar o processo de construção desse sistema na cidade, como se evidenciou na última entrevista.

Wanda Engel leva para a sua assessoria uma outra dirigente do Roda-Viva, um dirigente de uma outra ong, *Fundação Fé e Alegria*, que também tinha protagonizado o *Movimento* e que tinha uma experiência acumulada como educador social, e, por último, a então coordenadora do projeto *Se essa rua fosse minha*, que, como foi dito, era um projeto de quatro grandes ongs.

É então uma equipe de *ongueiros* do sub-campo da criança e do adolescente que irá, junto com os técnicos da secretaria e com colaboradores de várias outras ongs, montar o plano *Vem Pra Casa, Criança!*. A experiência de trabalho e o conhecimento acumulado que subsidiam a elaboração do plano são certamente aqueles desenvolvidos no âmbito das ongs. As ações propostas por uma secretaria composta com este perfil possuem também uma legitimidade muito maior junto à sociedade civil, sobretudo as ongs. As origens são comuns, companheiros de luta se encontram agora em espaços diferentes, mas já se cruzaram em algum momento de suas trajetórias, desenvolveram trabalhos similares, *falam a mesma língua*, e cria-se então um contexto propício ao estabelecimento de parcerias na criação do sistema de atendimento à criança e ao adolescente. Como lembra um de nossos entrevistados, *não tinha como ficar de fora*:

A nossa primeira proposta cai sob pressão porque a Prefeitura, através do César Maia, abre uma espécie de concurso de modalidade de moradia. Nós ainda estávamos estudando nossa proposta de moradia, mas nós sabíamos

que não queríamos uma casa de acolhida, ou seja, aquele centro que a massa sai para estudar, a massa volta, a massa varre, isso não! As famílias que os meninos viviam na rua eram famílias espontâneas, na casa de acolhida não, eles iam ter que dividir o beliche com o outro e tudo o mais, então a gente não queria. Até que a gente escuta a proposta da questão da república, com muito medo. Mas tudo isso aí, essa coragem de implantar uma casa naquele momento que a gente também não queria veio por conta de uma questão muito simples: a gente discutir a autonomia que os meninos viviam na rua. Os meninos não pedem nada a ninguém para viver, ou seja, não têm um pai olhando, um educador, arrumam comida, arrumam onde dormir, se se acham inseguros, arrumam uma forma de se proteger, mas tudo isso aí detonava um comportamento bastante autônomo. Por que esses meninos não podem ficar dentro de uma casa, mesmo que seja como forma de proteção, eles próprios escolhendo: “eu quero ficar com esses dois, com mais esses três”. Os próprios meninos ditando com quem queriam morar. Enfim, todo mundo foi pressionado a apressar o seu processo.

Mas nós não estávamos pressionados como os outros para fazer, porém quando a gente viu todas as outras organizações na Prefeitura apresentando proposta de moradia, a gente teve medo de ficar a reboque de todo mundo. “Vamos fazer também, vamos apressar isso aí, não dá para a gente ficar esperando e achando qual é a hora adequada para criar uma proposta de moradia para os meninos³⁶”. (Bezerra, Ex-Cola).

A partir da criação do plano, a SMDS estabelece parcerias com muitas ongs, mas como também lembra um de nossos entrevistados, ao falar da desarticulação entre as ongs na década de 90, no contexto internacional, a conjuntura também já havia mudado, o que redireciona os financiamentos e acaba fazendo com que os parceiros governamentais e não-governamentais falem de lugares diferentes, na medida em que um para existir, passa a depender financeiramente do outro.

³⁶ O projeto das repúblicas, desenvolvido pelo Ex-Cola, é, até hoje um modelo alternativo de moradia para adolescentes, realizado em parceria com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, no âmbito do Vem prá Casa! Esse modelo conseguiu contemplar também a questão crucial da maioridade que acometia todos os trabalhos desenvolvidos com adolescentes. Baseado no princípio da autonomia, se trata efetivamente de uma república, na qual os adolescentes escolhem seus companheiros de moradia e para a qual contribuem gradativamente, desde a manutenção do próprio espaço, com a distribuição das tarefas quotidianas, até chegarem a ponto de arcar com as despesas da casa, com sua inserção em atividades remuneradas. No processo de consolidação da autonomia, contam com a supervisão de um educador, para a intermediação das questões relativas ao próprio grupo de moradores da república e daquelas relativas, principalmente, à vizinhança, ou seja, ao fato de um condomínio, por exemplo, aceitar

O outro problema, esse mais concreto, foi a mudança na ordem da cooperação internacional, a mudança na agenda de financiamento da cooperação internacional. Primeiro porque o volume de recursos da cooperação internacional começou a diminuir; segundo, além de diminuir, começou a ser destinado para outras localidades, como por exemplo, o Leste Europeu. Em 89, com a queda do Muro de Berlim e o desmantelamento do sistema comunista do Leste Europeu, abriu esse lugar para uma série de necessidades que antes eram veladas. Então, a cooperação também passou a se dirigir para isso aí, muitos saíram daqui da América Latina, especialmente do Brasil, porque identificaram, a partir de 94, um governo que supostamente seria social democrata. Bom, isso eles nos falaram explicitamente: “Vocês tem um presidente social democrata, um partido social democrata, portanto, investe no social”. Por mais que nós disséssemos que isso era uma grande falácia porque de social democrata só havia o nome do partido, isso não colou, não produziu efeitos concretos. Então, eles diminuíram o volume de financiamentos no Brasil, alguns se retiraram do sul e do sudeste, migraram mais para o norte e nordeste.

E os poucos que ficaram, com o volume de recursos menor, sempre exigem para qualquer financiamento uma participação também do estado, isso passou a ser quase que um critério de financiamento. Antes eles pediam contrapartida e contrapartida era uma coisa muito genérica – se nós tínhamos dois financiamentos, um era contrapartida do outro – mas agora não. Agora, além da contrapartida, eles querem também que o Estado seja parceiro desse projeto. Eles financiam 70%, mas 30% tem que ser dos recursos nacionais. Isso tudo acabou dificultando a sustentação das instituições. [...] Um motivo decorrente desse acabou sendo o clima de hostilidade que foi criado entre muitas instituições, que se antigamente eram parceiras e cúmplices do ponto de vista político, agora passaram a ser concorrentes no mercado de financiamento.

Passou a ter pouca diferença entre o trabalho dos dirigentes das instituições e o trabalho de um empresário ou micro empresário que pega o seu serviço e leva para o mercado disputando recursos. Então, muitas das instituições começaram a se enxergar dessa maneira, até porque é realmente isso - a gente não tem recurso da cooperação, tem que buscar mais no plano interno. No plano interno, cada vez mais o estado promove, vai consolidando, vai ampliando, a tradição dos chamados concursos de projetos, então você está sempre disputando com o seu companheiro ali da outra ong e isso acaba indubitavelmente criando um certo clima de hostilidade, mesmo que velado, ou pelo menos dificultando essas relações quanto às parcerias. (José Ricardo, Bento Rubião).

A dependência financeira coloca também as ongs locais a exigência de desenvolvimento da política governamental e a participação das mesmas na execução dessa política legítima as ações do governo. Por mais que queiram preservar a sua autonomia no desenvolvimento das ações e na mobilização política pelas questões relativas à criança e ao adolescente, o fato de receberem financiamento do governo pode acabar por comprometer essas organizações, principalmente quando o Estado representa a fonte de recursos majoritária das mesmas.

A título de ilustração desse comprometimento no campo da mobilização política, lembro-me de uma reunião no ano de 1995, na Câmara de Vereadores, na qual a Secretária de Desenvolvimento Social, Wanda Engel, e o então Juiz da Segunda Vara da Infância e Juventude, Siro Darlan, se reuniram com representantes da sociedade civil para discutir o polêmico decreto do prefeito César Maia que determinava o recolhimento de crianças das ruas após uma determinada hora da noite. A Secretária, representando o prefeito, defendia o decreto e o Juiz, na tentativa de preservar o ECA, repudiava-o, uma vez que ele reeditava uma medida existente no antigo *Código de Menores*.

Na ocasião, todas as ongs presentes se manifestaram contra o decreto. A diferença, no entanto, na forma de manifestação mudava substancialmente em decorrência da relação estabelecida entre elas e a SMDS. Ao se pronunciarem, quase todas as organizações faziam uma introdução em seus discursos ressaltando a relevância do trabalho desenvolvido pela Secretaria e depois se posicionavam contra o decreto, uma vez que ele representava um retrocesso diante das conquistas do *Movimento* que elas mesmas haviam protagonizado.

O CEAP, talvez uma das únicas ongs presentes que não recebia recurso da Secretaria, representado por Ivanir dos Santos, ilustrou muito bem essa relação de

dependência quando iniciou o seu discurso dizendo que como ele não era filho adotivo, ia se manifestar diretamente, explicitando o seu repúdio ao tal decreto sem maiores introduções porque ele era radicalmente contra todos os anos de luta do *Movimento* pelos direitos da criança e do adolescente. Um de nossos entrevistados comenta esse decreto do então prefeito da cidade:

O discurso por trás do “Vem Pra Casa, Criança!” era um discurso aplicador do Estatuto, que chegou a estar na justificativa de um decreto vindo do governo César Maia, que era um decreto que proibia crianças nas ruas desacompanhadas depois das 22 horas. Eu me lembro que foi um debate muito grande discutindo aquele decreto e o que me chamou a atenção foi a justificativa porque foi a primeira vez que eu vi um programa tão reacionário quanto aquele com uma justificativa totalmente enquadrada dentro do Estatuto. (Entrevista G).

Esse episódio ilustra que as relações de dependência estabelecidas pelo repasse de recursos contribuíram para um enfraquecimento da mobilização/discussão política em torno das ações voltadas para a criança e o adolescente, o que pode implicar diretamente na qualidade das mesmas ou até mesmo em retrocessos, como o que se constituía o tal decreto com relação ao ECA. Os espaços de discussão/determinação da política de atendimento à criança e ao adolescente estabelecidos a partir do próprio ECA, os conselhos, espaços de controle social, parecem também ter se enfraquecido em função das novas relações estabelecidas entre sociedade civil e estado no interior dos mesmos. Segundo Gohn (1997), é a convivência nesses espaços que muda o perfil das ONGs na década de 90, uma vez que elas passam, enquanto representantes da sociedade civil nos mesmos, a ser co-responsáveis não só pela determinação das políticas, mas também pela execução das ações. Ainda segundo a autora, é a convivência nesses espaços que aproxima atores governamentais dos não-governamentais, fazendo com que muitos destes últimos sejam convidados a ocupar cargos nos governos.

Um outro entrevistado nos fala do cotidiano das parcerias estabelecidas a partir do *Vem pra casa, criança!* Ele comenta o tipo de trabalho que está sendo oferecido a este segmento da população fora das ruas, ou seja, nos espaços das casas, sobretudo os dos abrigos e das casas de acolhida implantadas por essas parcerias a partir da criação do referido plano. A idéia de uma *política de recolhimento* fica subjacente às colocações feitas sobre o trabalho desenvolvido nesses espaços. Além disso, ele também faz referência à construção de metodologias alternativas ao modelo proposto pelo Estado e que, mesmo não sendo por ele apoiadas, acabam sendo por ele capitalizadas no decorrer do processo.

Eu acho que está na hora de começar a ver inclusive as práticas que mais avançaram e saber porque avançaram, que tipo de perfil têm esses projetos que avançaram, o que descobriram, que feeling têm dessa história... Tem dois movimentos. Um, que eu acho que inclui a grande maioria, que é de um completo retrocesso em função dos tentáculos do Estado. Ele tem ainda o papel de defender interesses da classe dominante. Tudo isso, de esconder a população, empurra a maioria.

Tem também o movimento de alguns grupos que apareceram como alternativa e uma alternativa que hoje também começa a ganhar luz, que é a própria alternativa de arte-educação. Você vê que os grupos que ainda têm algum tipo de alternativa são grupos que têm como eixo a arte-educação, seja o próprio Ex-Cola, pela questão do Ôba, seja o Se Essa Rua, pela questão do circo, seja o próprio Afro-Reggae. Enfim, são grupos que dão um outro tipo de alternativa, de colocar a cabeça fora d'água e apontar um outro caminho que já havia sido apontado antes e que hoje ganha uma pouco de luz porque também me parece que há uma outra discussão mais transversal que antes era meio que deixada de lado, que é essa possibilidade da arte como instrumento pedagógico.

Que esse mesmo instrumento interessa ao próprio Estado e aí não do ponto de vista de alguma coisa que tenha que ser retida e reprimida, mas de alguma coisa que vá lá fora para ele colocar de novo os tentáculos e aparecer no bojo disso com a visibilidade que essas coisas possam ter. Parece meio ambíguo porque ao mesmo tempo em que ele tapa o que pode, ele leva o que para ele é selecionado para um outro espaço. Então, obviamente que interessa para ele entrar no bojo da Casa da Vila, principalmente porque os meninos estão indo para a Noruega. Se o nome dele não aparece, ele fica mal porque isso interessa para ele, essa

dimensão. Então, por isso é que é fundamental essa coisa da arte-educação, de uma fala diferente sobre isso, e alguns grupos que são resultados desse trabalho todo porque a gente está falando hoje de um grupo de meninos e meninas que também vieram dessa rede toda, desse filtro todo, e que hoje estão lá, até para se ter uma amostra diferente sobre o trabalho.

Agora o maior equívoco vai ser se esses grupos entregarem de novo esse produto para o Estado, se não souberem se fortalecer para até cobrar do Estado uma outra postura com relação as ongs e o Estado lançar mão sobre isso. Então, você vai ver não só no Ex-Cola, como no Se Essa Rua, como no próprio Afro-Reggae que essas ações dos próprios grupos têm um tipo de apoio da Prefeitura não é a toa, não é porque é bom. Agora, necessariamente, a Prefeitura não contribuiu para a formação desses grupos, com certeza, nem para o Afro-Reggae, que é mais novo. Então a Prefeitura não apoiou o Ex-Cola para ele ter um grupo mais de ponta do Ôba, a Prefeitura não contribuiu para ter um grupo mais de ponta hoje no circo do Se essa rua. Então, ela não pode colocar a mão nisso de qualquer jeito. A gente tem um escape porque quando a gente fala do grupo do circo a gente fala desse espaço de formação que ela não apóia. Ela pode ir lá reclamar da Casa da Vila³⁷, mas a Casa da Vila não forma, o que forma é a Casa de Laranjeiras, mas eles cobram o tempo inteiro. Retiraram o apoio nutricional³⁸ desse espaço de formação porque é um espaço que não se propõe a abrigar meninos e meninas, é apenas um espaço de formação, e isso é contra a política do recolhimento.

Você tem que estar monitorando o tempo todo. Qual foi a grande briga do Se essa rua...? A Casa da Vila dava o apoio no acolhimento de 27. Tudo que era recolhimento tinha que mandar para a Casa da Vila. Não dava! Se for reproduzir isso, é melhor a Casa da Vila parar, o Se essa rua... jogar toda a força na Casa de Laranjeiras e criar uma outra coisa porque ele não pode reproduzir isso o tempo inteiro, em um momento eu sei que vai reproduzir, mas tem que conseguir em algum momento segurar um discurso que se proponha a outro tipo de ação. O que a gente tinha do ponto de vista de conquista do Estatuto? Que se tivesse uma casa que tivesse a possibilidade de um atendimento melhor, que tinha a ver com um número não tão elevado de meninos, mas uma coisa mais humana. A relação de recolhimento vai propor que isso entupa e se faça um internato, alguma coisa assim. Então

³⁷ O entrevistado refere-se à organização *Se essa rua fosse minha*, que possuía três tipos de intervenção junto a esse segmento da população: o trabalho de abordagem na rua, que ficou suspenso por um longo período após a Chacina da Candelária e foi retomado recentemente; a *Casa de Laranjeiras*, uma casa-dia que se caracteriza como espaço de formação; e a *Casa da Vila*, uma casa de acolhida, esta sim, implantada em 1994, em parceria com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social. Recentemente, o *Se essa rua* desfez esta relação de parceria com a Prefeitura.

³⁸ Em 1999, após cinco anos de convênio com o *Se essa rua fosse minha*, a SMDS retirou o apoio nutricional da Casa de Laranjeiras por se tratar de uma casa-dia, ou seja, uma casa que não pretende ser uma alternativa ao recolhimento dos meninos e meninas das ruas e sim um espaço de formação, no qual crianças e adolescentes passam o dia envolvidos em diversas atividades e no fim da tarde ou voltam para as ruas ou vão para suas casas ou outras casas de acolhida ou abrigos.

não interessa reproduzir isso. Isso sem contar que o Secretário da SMDS esteve na Casa da Vila no outro dia recebendo uma pessoa de fora e falava o tempo todo do trabalho da Casa da Vila como CEMASI da Prefeitura. Não falava nunca do Se Essa Rua. Se você sai e fala da casa do Se Essa Rua em Vila Isabel e sai no jornal e não fala da Prefeitura, eles ligam na hora. (Entrevista H).

A entrevista evidencia a criação de um modelo de atendimento que atende principalmente aos pressupostos de uma política de recolhimento de crianças e adolescentes das ruas, sem a construção de uma metodologia de trabalho efetivamente nova junto aos mesmos.

As poucas organizações que realmente desenvolveram uma metodologia alternativa de trabalho junto a este segmento da população fizeram isso por meio da arte-educação e por conta própria, sem terem tido uma efetiva parceria com a Prefeitura nesse processo de construção. Como são metodologias que apresentam um diferencial em relação às demais e que, por sua própria natureza, possuem certa visibilidade, elas são indevidamente apropriadas pela Prefeitura, uma vez que ela possui, com as organizações que as desenvolvem, parcerias outras, fundamentalmente nos projetos de moradia. O entrevistado também faz importante observação de que é o conhecimento acumulado na construção das metodologias alternativas que pode dar as ongs poder de pressão na relação de parceria estabelecida com a Prefeitura. Caso essas organizações não se unam para negociar conjuntamente suas propostas de trabalho, elas podem, pela relação de dependência econômica, ver suas propostas de trabalho alteradas por pressões que advogam pela retirada imediata de crianças e adolescentes da rua a qualquer preço.

O *Estatuto* foi considerado à época de sua promulgação uma lei bastante avançada pela própria concepção de criança e de adolescente nele existente, pelos

direitos nele garantidos, pelo atendimento nele determinado e, sobretudo, pelo contraponto feito ao antigo *Código de Menores*, que se baseava na concepção anteriormente citada neste capítulo da existência de duas infâncias na sociedade brasileira, a *infância* e a *infância pobre*. A esta última cabia ao Estado amontoar em internatos e interditar a existência quando julgasse necessário. A política do recolhimento, da *limpeza das ruas* e das vistas da cidade faz jus ao que sempre se pregou e praticou na sociedade brasileira com relação à infância pobre. São séculos de história e de uma cultura carregada de preconceitos e de segregação que, como também já foi afirmado, não mudam com a simples promulgação de uma lei.

O *Estatuto* significou a efetiva possibilidade de mudança no tratamento dado à infância brasileira, mas para que essa mudança realmente acontecesse, condições precisavam ser criadas. Muito já foi feito em termos de mudança no sistema de atendimento existente, ele agora se constitui de casas-dia, abrigos e casas de acolhida que atendem crianças e adolescentes em condições muito mais dignas do que as dos antigos internatos, começando pelo número de atendimentos, ou seja, não se trata mais dos antigos *depósitos de crianças*. Mas avançar em termos do atendimento existente significava também avançar na qualidade deste atendimento, sendo ele adequado ao seu público-alvo e criando uma metodologia de trabalho a ele também adequada. Ao que tudo indica, o movimento avançou na conquista da nova legislação mas recuou na construção/discussão desta metodologia de trabalho e na preservação do próprio *Estatuto*, hoje talvez vulnerável a modificações frente a pressões da própria sociedade.

Em artigo publicado no Jornal “O Globo”, o desembargador e ex-juiz de menores Alyrio Cavallieri prega a revisão do *Estatuto*, baseando-se principalmente em seus artigos que não permitem a retirada de crianças das ruas à exceção daquelas que

estejam em flagrante delito³⁹. Ele cita ainda o papel de quatro ongs que se posicionaram contra o recolhimento de crianças das ruas. Ao falar de um *Estatuto* eivado de equívocos, com a retórica de que uma criança não pode decidir o que é melhor para ela e responsabilizando as autoridades e o cidadão comum, o desembargador, assim como o senso comum de maneira geral, parece ter se esquecido apenas de perguntar-se sobre as razões dessas crianças estarem nas ruas, sobre sua origem e sobre as conseqüências da rua para a vida dessas crianças. Ao invés dos equívocos do *Estatuto*, o desembargador poderia perguntar-se se em seus quinze anos de existência ele foi efetivamente cumprido. Mais uma vez, parece que houve um avanço na conquista de uma lei que antes de ser completamente implementada, uma vez que o que nela está previsto não foi garantido a todas as crianças e adolescentes brasileiros, é revista, atestando a absoluta incompetência da própria sociedade e do Estado em seu cumprimento.

39 Diz o Juiz:

O Estatuto da Criança e do Adolescente não permite que um menino seja retirado da rua contra sua vontade. E só pode ser detido se estiver praticando um crime ou uma contravenção, isto é, em flagrante delito. Fora deste caso, quem o retirar da rua, autoridade ou simples cidadão, estará cometendo um crime descrito no artigo 230 do mesmo Estatuto, sujeitando-se a uma pena de prisão de seis meses a dois anos. (...) O Estatuto está eivado de equívocos e este é um deles, pois ao dispor, nos artigos 15 e 16, que crianças e adolescentes têm direito à liberdade de ir, vir e estar nos logradouros públicos inibiu a ação não só das autoridades como de qualquer cidadão. Ninguém é favorável a uma desarrazoada retirada de menores dos logradouros públicos. Mas é irracional uma lei que reconheça a uma criança o direito de escolha entre a rua e qualquer outra solução. (...) Ora, a intenção é boa. Mas o Estatuto da Criança e do Adolescente é um entrave. Dez anos depois de sua vigência, está na hora de reconhecer suas inadequações e aperfeiçoá-lo. (Jornal "O Globo", 23/02/00)

2.5 - Rupturas no Movimento:

As ongs tiveram um grande protagonismo na conquista da nova legislação, mas o que foi conquistado foi uma lei; quando se tratou de sua implementação, que contemplava a efetiva garantia dos direitos, as rupturas no *Movimento*, as dificuldades em obter financiamentos, a mudança na relação com o Estado estabelecida na própria lei, a Chacina da Candelária, enfim, vários fatores fizeram com que a mobilização política dessas organizações se esvaziasse. Uma das entrevistas revela este cenário hoje no espaço do *Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente* e o papel do *Movimento* neste cenário:

Eu acho que hoje o Movimento aqui no Rio se diz existir, mas eu desconheço. Encontro umas pessoas, de vez em quando, que dizem que são do Movimento, mas como uma organização atuante, que vai se contrapor aos recolhimentos que a Prefeitura tem feito, que vai discutir a política de atendimento que é dada aos meninos nos CEMASIs, a história do posicionamento do Dr. Guaraci⁴⁰, eu ouvi coisas dele na última reunião do Conselho Estadual que é de cair o queixo – defendendo a internação, contra a liberdade assistida, sem liberdade – quer dizer, essa atuação, ocupar esses espaços, não tem. (Entrevista I).

O *Movimento*, sem dúvida, aglutinou, por um determinado período, as organizações que desenvolviam ações diretamente nas ruas com meninos e meninas e aquelas que, mesmo não atuando diretamente nas ruas, foram criadas para lutarem por seus direitos, como os centros de defesa dos direitos. Havia também aquelas organizações, caracterizadas por Valladares (1991), como de articulação e coordenação que “*guardachuvavam*” projetos desenvolvidos primeiramente nas ruas e posteriormente em casas, como o *IBISS* e a *Cruzada do Menor*. Desde o início,

⁴⁰ Juiz da Segunda Vara da Infância e Juventude, que trata das questões relativas às crianças e adolescentes infratores.

entretanto, o *Movimento*, na cidade do Rio de Janeiro, como pôde ser observado até aqui, é espaço de conflitos que podem ser atribuídos à sua própria origem, derivada de uma iniciativa de instituições do Estado, a disputas internas de poder, ao personalismo de seus dirigentes e ao próprio quadro de violência tomado como bandeira pelo mesmo. Essas questões, no entanto, como vemos nas palavras de Bezerra, não retiram do *Movimento* o seu grande papel de articulador político na cidade, no estado e no país, durante um determinado período de sua história:

Nosso grupo recolheu mais de mil assinaturas na época. O Estatuto foi uma das emendas que bateu um milhão de assinaturas porque houve muita mobilização no país inteiro, vários grupos que se ligavam, que se conectavam. Tinha um modelo de preenchimento dos abaixo-assinados...

Nós fizemos do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua no Rio de Janeiro, acredito que, o principal foco de encontro e de organização política frente às questões básicas que estávamos vivendo, a implantação do Conselho Estadual, os primeiros estudos do Conselho Tutelar, enfim, todas as questões que a gente entendia enquanto tarefas políticas mais do ponto de vista da constituição do movimento de defesa dos direitos das crianças.

Eu lembro que havia algumas orientações do Fórum DCA, de Brasília, para os grupos locais, inclusive bastante produtivas, e a gente trabalhava em cima da agenda do Fórum DCA e, é lógico, em cima das questões locais, que envolviam os conflitos, que já eram um prato para discussão e já tomavam bastante tempo. (Bezerra, Ex-Cola)

Tiana reafirma o papel do *Movimento*, lembrando de alguns episódios que o marcaram:

A gente fez o segundo encontro nacional de meninos que teve uma conotação simbólica, eu acho que foi um dos movimentos políticos mais emocionantes, foi muito legal, muito bonito. Foram mil meninos do Brasil inteiro, alguns meninos de outros países, ali em frente à Assembléia, foi um movimento muito interessante naquela época, toda essa história do encontro nacional. São marcos que ajudaram e contribuíram para o Estatuto, sem contar que em cada local, em cada estado, as pessoas estavam reunidas discutindo cada item, discutindo a redação, mandando sugestão para Brasília, então foi uma participação popular, foi uma lei construída de

*uma forma bastante participativa, com a sociedade civil bem marcada*⁴¹.
(Tiana Sento Sé, IBISS)

Fica evidente, por outro lado, que o próprio *Movimento* era palco de conflitos e que a cidade do Rio de Janeiro, por ser uma espécie de *caixa de ressonância* do país, teve papel preponderante no *Movimento Nacional* por ter assumido veementemente a questão das denúncias. Mas talvez tenha faltado ao próprio *Movimento* uma direção em seu papel de denúncia. Como essa direção não estava suficientemente clara para os vários atores envolvidos, temos, em alguns momentos, diante das entrevistas, a impressão de que muito mais do que darem a direção do mesmo, os atores que estavam à sua frente tomavam iniciativas isoladas, personalizando as ações, o que acabou por fragilizar o *Movimento* e todas as organizações e pessoas que dele faziam parte.

A bandeira da violência e do extermínio parece ter sido forte demais para um *Movimento* que não conseguiu se sustentar diante de questões tão complexas. Em um trecho de uma das entrevistas, fica claro que, no momento em que vieram as repercussões das denúncias, elas pareciam não pertencer ao próprio *Movimento*, mas sim às pessoas que as faziam.

Além disso, o fato de o *Movimento* no Rio ter se caracterizado basicamente pelas denúncias faz com que ele tenha cumprido um papel, mas também o fragiliza, na medida em que ele não agregou à discussão da violência, ou se o fez, o fez de forma muito tênue, a discussão do próprio *Estatuto da Criança e do Adolescente*.

41 O II Encontro, realizado em setembro de 1989, foi intensamente divulgado nos meios de comunicação do país. Apresentamos aqui, a título de ilustração, um pequeno trecho de um artigo de Fernando Gabeira no jornal “O Dia”, falando sobre o evento:

Considero o II Encontro como um dos momentos mais interessantes da democracia brasileira. Todos os grupos começam a se organizar e a revelar aspectos de nossa vida que passam despercebidos. Para os leitores comuns, o processo de extermínio dos meninos de rua ainda é desconhecido. Da mesma maneira é desconhecida sua capacidade de organização e tomada de consciência. (Gabeira, O Dia, 27/09/89).

Eu acho que o maior mérito do Movimento foi esse das denúncias da violência no Rio, que não foi do Movimento, hoje eu posso dizer isso de cadeira, porque eles depois deixaram o Volmer. Eu sei que o Volmer era uma pessoa difícil, difícil de lidar até hoje, mas o que o Volmer trazia era extremamente concreto, não tinha como – se nós, instituições, e principalmente o Movimento, tivéssemos segurado mesmo essa questão como uma questão chave, básica, o Volmer teria sido só mais uma pessoa, como eu fui, como muitos foram, ele não superaria a ação institucional.

Todo o tempo todo mundo achava que aquilo era demais, mas foram deixando ele muito solto para fazer aquilo que era demais, então quando puxaram, já era tarde, já era tarde porque ele virou a vidraça e não o Movimento. Foi ele que virou vidraça e com ele podia ter se perdido toda a luta que todo mundo já vinha construindo há muito tempo. Porque, na verdade, quando ele puxa a luta do extermínio, ele puxa só nisso, só nesse sentido, ele não agrega a isso a questão do Estatuto, que também era uma discussão que já vinha sendo construída, travada paralelamente a essa, nunca se misturaram, tal qual água e vinho, nunca se misturaram.

O tempo inteiro quando se falava de extermínio não se estava falando de Estatuto e, ao mesmo tempo, você estava lá discutindo com os grupos, pensando, levando emendas para o Estatuto. Até porque quando o Volmer vai dar as primeiras denúncias, já tinha denúncia, já havia uma ação naquele tribunal em favor da infância, da ONU, já tinha acontecido uma série de coisas, mas o grosso mesmo o Movimento não pega. Eu acho que, talvez no Brasil, o mérito do Movimento tenha sido impulsionar essa discussão de meninos e meninas de rua, apesar de ter sempre essa pecha de que estava “defendendo o seu” porque cuidar de menino de rua significava mais ou menos deixar os meninos na rua. Mas, no Rio, o Movimento tem o mesmo mérito, talvez até menos do que muitas instituições porque foi mais parceiro do que propriamente impulsionador de alguma coisa e também não acho que ganhou tanta pedrada, não. Acho que na hora que as pedradas vieram para estilhaçar as vidraças, todo mundo entrou no meio, não teve ninguém que tenha sobrado. Eu acho que, na verdade, hoje pensando um pouco melhor sobre isso, todos nós ganhamos a mesma quantidade de porrada, desde o IBASE, que era uma instituição também chave, já havia feito denúncia de extermínio, já havia todo um contexto de instituição nacional, até o IBISS, por exemplo, que era novo no cenário, todo mundo ganhou as pedradas e eu acho que até hoje muitos dos trabalhos terminaram ou diminuíram por causa da repercussão desse processo. Houve medo de se apropriar dessa denúncia e dizer “ela é nossa, pronto e acabou, quem quiser ultrapassar o limite dela, está fora, está excluído”, mas eu acho que não ter assumido a denúncia como nossa ajudou isso, ajudou a crescer a imagem do Volmer, ajudou a crescer, de certa maneira, a imagem do Movimento, mas também, na hora da porrada, todo mundo apanhou igual porque alguém queria escapar, ninguém queria

ficar na frente, e eu acho que é nessa hora que a gente apanha junto.
(Entrevista J).

No início dos anos 90, mais precisamente, a partir de 1992, com o seqüestro de Volmer do Nascimento, o *Movimento* se transforma. Na história contada pelos entrevistados, o caso do Volmer, no entanto, é um entre os muitos fatores existentes que não só transforma radicalmente o perfil do *Movimento*, mas também o das próprias organizações. Parece que o que o caso do Volmer faz é trazer à *baila*, entre as próprias organizações, essas outras questões que, mais do que relacionadas ao perfil do próprio *Movimento* à época, estavam ligadas aos limites da atuação política dessas organizações, eles mesmos relacionados à dinâmica desses novos tempos:

Não, na hora da porrada, não houve essa articulação, essa união. Primeiro, que as instituições, elas vão mudando, a FAMERJ, que era extremamente atuante, já para 90/91 tinha mudado de cara, e uma cara difícil de lidar. O Movimento mesmo teve várias caras, várias posições, tanto que o tamanho do Movimento hoje no Rio representa o resultado desse processo. O próprio IBISS cresceu muito nesse tempo. As disputas por recursos também cresceram.

Eu mesma tive uma experiência, que eu acho drástica, de conversar com um cara na Holanda e ele dizer: “Bom, essa denúncia que você está dizendo aqui é mentira porque fulano e beltrano da instituição tal e tal disseram que é mentira”. E aí você chega e pergunta: “Fulano, como é que você disse que essa denúncia era uma mentira?” “Não, não eu não disse!” “Disse, fulano disse que você disse que era mentira.” “Ah, porque fulano de tal ganha mais dinheiro do que não sei quem!” Então, esse período também vai revelar isso, aquilo que vinha nos unindo, que era o objetivo central, a questão do Estatuto, já havia sido alcançado. Depois, as instituições tinham muita necessidade de se manterem firmes, em pé, e essas coisas vão realmente dar uma diferença muito grande. Para uma instituição da posição da instituição que questionou a denúncia feita pelo IBISS, na Holanda, sem questionar internamente essa denúncia é porque o que está em jogo é dinheiro, não é mais a causa. Era a denúncia de um educador que morreu drasticamente assassinado em Campo Grande e toda a discussão foi atribuída ao grupo de extermínio e é lógico que quem defendia o extermínio dizia que o garoto era usuário de drogas, traficante. Ele até podia ser, mas o que estava em jogo era como ele morreu e ele morreu muito mal – o mestre de capoeira - mataram ele, atropelaram, uma série de requintes de tortura e crueldade que não têm sentido. Se é uma questão entre polícia e bandido, dá um tiro; grupos de extermínio têm uma outra característica,

uma outra forma. Então, questionar isso na Holanda, se aquilo era um crime do extermínio ou se aquilo era um crime do traficante, para mim não tinha sentido, a não ser por causa do dinheiro, quem tinha mais legitimidade para receber recurso ou não na defesa dos direitos da criança e não ter aberto discussão aqui, porque aqui que era espaço para isso, ainda é pior, porque significa que a gente vai se dividir em campos e aí eu acho que ficou mesmo dividido em campos políticos de ação: quem queria mesmo uma ação mais drástica, quem queria uma ação mais morna, quem queria pensar mais numa prática junto ao Estado, quem não queria, isso aí vai ficando mais marcante. (Entrevista L).

As questões dos financiamentos, da parceria com o Estado e da forma de atuação das organizações não estavam, no início da década de 90, suficientemente articuladas entre as diversas organizações e talvez, por fatores externos, não tenham sido amadurecidas pelas mesmas. José Ricardo nos dá uma explicação muito mais ampla da mudança de perfil das instituições, das dificuldades encontradas pelas mesmas e das conseqüentes rupturas da década de 80 para a de 90:

Bom, o clima da década de 80 era outro, era um clima de participação, de mobilização, de organização de movimentos sociais, ainda estávamos na euforia do final da década de 70 – quer dizer, em 78, greve dos operários do ABC, reabertura da UNE, criação da FAMERJ, em 79 a Anistia, logo depois, em 84, Diretas Já, em 86/88, Constituinte – o clima da década de 80, do ponto de vista político, é muito fértil. Se, do ponto de vista econômico, chama-se “década perdida”, do ponto de vista político, foi ótimo para o Brasil. E nesse clima de euforia política é que os espaços de participação foram pensados e criados, previstos legalmente. Quando nós pensamos em conselhos participativos, em fóruns populares e coisas do gênero. Veja bem, tudo isso na década de 80. Agora, isso tudo só deveria se efetivar na década de 90, ou seja, quando todo ordenamento jurídico já estava devidamente adaptado com a nova Constituição, a nova legislação complementar e etc. Só que, na década de 90, o clima mudou, as razões sociológicas, políticas e antropológicas não me caberia contar aqui, mas eu posso constatar que o clima político mudou, talvez, até por razões das dificuldades econômicas da década de 80 que tenham sido mais sentidas na década de 90. Aquela necessidade premente de busca não só de melhores salários mas agora de emprego mesmo e o povo sendo empurrado cada vez mais para subempregos, o nível de empobrecimento maior, tudo isso acabou esvaziando aquele tipo de participação política, de mobilização popular, os movimentos sociais foram desmobilizados, o movimento sindical começou a perder as quedas de braço e, enfim, conseguir mobilizar

o povo para ocupar todos esses espaços que nós criamos na década de 80, se tornou impossível.

Nós criamos um monte de espaços e agora simplesmente não tinha quem ocupasse em termos de lideranças pessoais e de organizações representativas da sociedade. É claro que eles não ficaram exatamente vazios, outras organizações, algumas até de direita que na década de 80 eram contra passaram a ocupar. Curiosamente, em vários municípios aqui do estado do Rio de Janeiro, os órgãos não governamentais dos conselhos de direito são Clubes de Serviço, Rotary, Lions, Maçonaria, enfim, que nunca se envolveram nesse tipo de coisa, começaram a ocupar, pois os espaços estavam lá vazios. Então, esse é um problema que eu acho que é sério em relação a esse aspecto. (José Ricardo, Bento Rubião)

Fica evidente, nos dois últimos depoimentos, que o *Movimento*, apesar de ter se organizado de forma autônoma e de ter uma identidade própria, estava ligado a um movimento maior da sociedade brasileira na década de 80 de ampla mobilização política e que, na década de 90, com a mudança de perfil de organizações que tinham papel preponderante no cenário político o *Movimento* também se enfraquece e as ongs parecem não *dar conta*, por questões também de sobrevivência, de se manterem fiéis àquele seu perfil original e de ocuparem articuladamente aqueles espaços de controle social pelos quais lutaram durante toda a década de 80.

Uma das entrevistas aponta que não havia uma associação entre a denúncia de violência e a luta pelo *Estatuto*. Mesmo que essas discussões tenham caminhado paralelamente, não se pode retirar do *Movimento* o importante papel que ele teve na conquista do ECA. Bezerra fala-nos do impacto do Estatuto sobre os educadores, do significado do Movimento à época e, inclusive, associa a questão da violência policial à nova legislação:

Então, porque os educadores começaram a inflar um pouco mais os discursos, falando em nome de leis, direitos sociais, falando do artigo 227 da Constituição, tudo isso foi, de uma certa forma, insultando os policiais.

Alguns policiais pegavam mais leve; outros, de forma mais pesada, mas a forma como os educadores passaram a se comportar diante da nova discussão e aí você também pode presumir que havia pessoas envolvidas em um movimento social em torno da legalização do Estatuto, que é um movimento hoje quase como vivem o Movimento dos Sem Terra, que era um envolvimento de militância, aonde as pessoas iam até altas horas na casa de alheios para levantar propostas, não era um movimento tão somente de protesto era um movimento que queria denunciar determinada situação e ao, mesmo tempo, estava querendo registrar um novo tempo, um novo momento em que a sociedade se dispôs a tratar de forma diferenciada suas crianças e jovens, ou pelo menos levantar a questão da discussão das pessoas em desenvolvimento. (Bezerra, Ex-Cola)

O papel dos educadores nas ruas à época da promulgação do Estatuto fica claro na entrevista de Bezerra. Mesmo em condições extremamente adversas, nas quais a cultura predominante em relação a essa *infância menor* era a cultura da violência e do extermínio, eles partiram para o conflito no espaço da rua, esclarecendo meninos e meninas, a população em geral e a própria polícia sobre a nova legislação. Para isso, contaram também com o apoio de diversos setores da sociedade civil:

Houve também uma grande solidariedade que fez sindicalistas virem para a rua, assessores de políticos virem para rua, a gente trouxe uma série de outras pessoas para o espaço público da rua para o encontro com os meninos, para tentar um pouco fortalecer o nosso papel institucional, o nosso posto da rua. Até então, ninguém valia nada por estar envolvido daquela forma com aquele segmento. (Bezerra, Ex-Cola)

Vale lembrar ainda que, como representante do *Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua* no Rio de Janeiro, Volmer do Nascimento desempenhou um papel na discussão do ECA e no processo de implantação da primeira gestão do *Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente* existente no país, o do Rio de Janeiro, criado em 1989, período anterior ao próprio ECA, e efetivamente implantado em 1991, sendo eleito conselheiro não-governamental e exercendo esta atividade até o período em que o processo movido contra ele o impede do exercício de

tal atividade⁴². Fica claro na pesquisa realizada por Camurça (1994) que mesmo diante da atuação de Volmer no Conselho, este consegue fazer muito pouco em relação à questão da violência, do extermínio e das ameaças de morte aos próprios conselheiros.

Um dos pontos do relatório da pesquisa realizada por Camurça (1994) é o da eficácia do Conselho na normatização e fiscalização do Estado e da sociedade, tendo como subitem a *Capacidade do CEDCA em fazer frente à violência e ao extermínio de crianças*, no qual encontramos o seguinte relato:

Apesar deste assunto ter perpassado as reuniões do CEDCA, ainda porque alguns Conselheiros Não-Governamentais se encontravam no centro destas denúncias e apurações (especialmente os representantes do MNMMR e do CEAP), não houve uma discussão sistemática desta matéria no Conselho, com posterior deliberação. (...)

⁴² Ao relatar as dificuldades existentes no relacionamento entre Estado e Sociedade Civil no âmbito da primeira gestão do Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente, Camurça (1994) nos fala de uma comissão de conselheiros não-governamentais que se uniu para manter as atividades do Conselho em funcionamento, a despeito da ausência de conselheiros governamentais, no ano de 1992. Em seu relato, pode-se observar a presença de Volmer e sua participação como representante do Movimento em questões que vão além da denúncia do extermínio:

O grupo que assumiu “na prática” a formulação da “política não-governamental” para o CEDCA era composto por: Solange Magalhães (Roda Viva), Rodrigo Souza Filho (Fé e Alegria) e Sandra Paschoal (ABRAPIA), Rosana Heringer (IBASE) e Volmer Nascimento (MNMMR), que se incumbiram da formulação e execução de diretrizes. Articulou-se com este grupo o Conselheiro Suplente do CEAP, Ivanir dos Santos, “fechando” com o grupo nas questões concretas em plenário. No caso de Ivanir, devido à avaliação do CEAP de que o CEDCA não era uma de suas prioridades de atuação, sua participação nele foi pontual. Com o afastamento de Sandra Paschoal, passa a aparecer com frequência no campo da formulação não-governamental (particularmente nos debates e estudos acerca do DEGASE) o nome de Eliana Athayde do Centro Bento Rubião.

Este “grupo prático” comandava as iniciativas de atuação não governamental no CEDCA, no que era acompanhado por todos os Conselheiros Não-Governamentais em todas as questões levantadas por ele, de interesse da Sociedade Civil, que também passavam pelo referendo e orientação do “Fórum Permanente de Entidades de Defesa da Criança e do Adolescente”, para quem os Conselheiros levavam os informes. Também o Vice-Presidente do CEDCA, o Conselheiro Não-Governamental Lauro Monteiro, era cientificado das posições saídas deste “núcleo”, e se comprometia com elas em plenário. Além do voto coeso da bancada não-governamental no plenário, outras vozes não-governamentais vieram a incorporar-se ao “comando” improvisado dos representantes da Sociedade Civil no Conselho: Maria Thereza Moura (CEBES), Célia Torres (Cons. Sup. Fé e Alegria) e mais recentemente (fins de 92) os novos conselheiros Carlos Bezerra (IBISS) e Carlos Nicodemus (Bento Rubião). (Camurça, 1994).

(...) Porém o assunto voltou à baila nas sessões seguintes (final de 92/início de 93) no que dizia respeito a ameaças a Conselheiros mais envolvidos no assunto. Lembrar que no início do CEDCA todos os Conselheiros foram ameaçados com a exigência de que determinados Conselheiros Não-Governamentais mais diretamente envolvidos com a questão das denúncias de extermínio de menores (Volmer do Nascimento e Ivanir dos Santos) se retirassem do CEDCA, conforme depoimento dos entrevistados:

‘Nesta época, todos os Conselheiros foram ameaçados pelos grupos de extermínio!’ ‘Todos nós fomos ameaçados por cartas anônimas!’ (Camurça, 1994)

O que Bezerra nos afirma é que houve uma grande mobilização pelo *Estatuto* sim, mas na hora de implementar as ações e as instâncias de participação da sociedade civil que estavam previstas no mesmo, a mobilização se desloca do *Movimento* para outros espaços. Provavelmente, pelos problemas anteriormente mencionados, o *Movimento*, já desgastado, não se manteve como espaço de mobilização política, ele passa a ser mais um representante da sociedade civil organizada, entre os demais existentes:

Em 92, eu acredito que eu ainda sou um dos coordenadores do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, apesar de estar envolvido com o IBISS, ou seja, isso não incompatibilizava, até mesmo porque havia essa coordenação do Movimento que era tomada por pessoas indicadas por organizações. As pessoas que participavam de outros projetos normais da cidade que atendiam crianças e jovens freqüentavam as reuniões do Movimento porque isso pretendia ser um movimento e não uma ong, como depois acabou se transformando.

Mas eu estou falando da questão da coordenação do Movimento de Meninos e Meninas de Rua porque esse foi um fórum que veio a ser substituído por um outro fórum que foi o fórum para o Conselho Estadual. A partir do momento que as organizações enxergaram que o Movimento estava concretizando alguns passos pelos quais a gente havia lutado antes, como o Conselho Estadual, no governo Brizola; então é o começo do Conselho Estadual, que se inicia em forma de fórum.

Nesse molde, saí eu, a Tiana, enfim, saíram as pessoas que estavam basicamente à frente do Movimento para construir uma nova frente de luta, que era o Conselho Estadual. E para participar do Conselho Estadual, foi formado um fórum popular permanente de defesa dos direitos da criança e

do adolescente, *que tinha sido criado não só para substanciar o Conselho da parte sociedade civil, mas para ampliar o leque de participação, pois sabíamos que dez conselheiros era muito pouco para trabalhar e, inclusive, pela ansiedade que rolava entre as pessoas em torno da participação nesse conselho, achando que se eu entrar lá, esse negócio eu resolvo! Nada disso! O governo implantou o Conselho e implantou assim, de mãos atadas. Acredito que não houvesse nenhum ordenamento político que fizesse o Estado pensar de forma diferenciada, mas eu acho também que houve a questão do Estado não estar, de fato, preparado para implantar um Conselho, de ter medo das cobranças imediatas do grupo civil. Então, ele quis se precaver diante de uma situação como essa, impondo a presidência do Conselho para o Estado, abrindo mão da vice-presidência. A função do vice aí era substituir tão simplesmente o titular, caso houvesse algum tipo de impedimento ou afastamento legal.* (Bezerra, Ex-Cola)

Quanto à criação do Conselho Estadual e do Fórum, Camurça (1994) relata as dificuldades encontradas em todo o seu processo de implantação e demonstra que ele funcionou inicialmente graças ao compromisso dos representantes da sociedade civil no mesmo. As organizações da sociedade civil muitas vezes cobraram, no Fórum, de seus representantes no Conselho uma atitude mais drástica frente às omissões do Estado e dos representantes governamentais. O fato de ser um espaço novo de interação entre sociedade civil e Estado, no qual nada estava dado *a priori* e teria que ser cuidadosamente construído também fica evidente no estudo de Camurça (1994), justificando uma certa postura de *conciliação* por parte dos representantes da sociedade civil em prol da consolidação do próprio espaço do Conselho, inicialmente ainda bastante frágil.

No depoimento abaixo, podemos observar que as pressões e as expectativas em relação ao novo Conselho eram muitas, pois se tratava de um espaço inaugural, para o qual muitas organizações haviam se mobilizado intensamente. Por outro lado, o próprio Conselho era um espaço de poder e de pressão da sociedade civil e colocava novos desafios ao próprio Estado:

Então, eu acho que a gente estava se aproximando de um tempo de muita mobilidade política em que nós tínhamos que dar respostas porque os grupos se auto-cobravam muito, os educadores se cobravam demais, as coordenações dos projetos se cobravam, a discussão política e a prática política estavam acima de qualquer outra discussão, inclusive a discussão metodológica de todos os projetos, sem distinção, desde o Fé e Alegria ao nosso projeto, que estava começando. Ou seja, a ordem do dia era sempre discutir a questão da violência, do Estatuto, como é que era lidar com essas novas questões, que tipo de prática os educadores poderiam trazer para uma discussão como essa, mas que, ao mesmo tempo, não fosse prática retaliativa, por exemplo: “Eu sofri isso, então eu gostaria que colocasse esse item no Conselho...”, e sim questões da experiência diária que pudessem substanciar um possível apontamento das primeiras políticas públicas traçadas pelo Conselho, ou seja, “O que é que o Conselho não pode deixar passar em branco?”

Então, talvez tenha sido também essa discussão que fez com que o Governo também bloqueasse determinadas questões. Foi por isso que o Governo na época destacou dois homens públicos da mais alta competência dentro do Governo que foram o Siqueira Castro e o Laranja, um da Casa Civil e o outro da Assessoria Política do Governador para encostar no Conselho, para que não deixassem acontecer nada de errado.(...)

(...)O Estatuto era fruto de um trabalho de tentativa de organização nacional em torno de uma questão, das crianças e adolescentes, tomando como ponto crucial a questão dos meninos de rua, que chamava a atenção em todos os estados por variadas questões, ou pela violência que sofriam, ou pelos estragos que acabavam causando à imagem pública de alguns políticos. Esse eixo central precisava de resposta e o Governo sabia que se batesse algum nome um pouco mais radical ou um pouco mais comprometido com o Movimento ia fazer muito barulho internacional.

Em 92, quando os fóruns foram intensificados, foi implantado o Conselho Estadual dos Direitos da Criança, o Secretário de Segurança, Hélio Sabóia, ofereceu uma casa ao Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua em troca da paralisação de denúncias internacionais na época. Só que o Movimento não tinha casa para se reunir e aquilo foi tomado como uma afronta e levado ao governador, e chegou em Brasília. Tinha muitas frentes se mobilizando com relação a esse momento. (Entrevista M).

Camurça (1994) nos fala ainda que os conflitos existentes não estavam apenas no embate governamental/não-governamental, mas que se davam também entre os vários representantes das próprias ongs:

A que então atribuir esta dificuldade de comunicação no próprio meio não governamental? Segundo uma conselheira não-governamental, no meio ong não existe uma tradição de trabalho integrado: 'Normalmente cada um cuida de si; uma posição bastante individualista.' Isso para mim tem a ver com a competição das ongs, enquanto entidades privadas, por recursos e prestígio. Isso se refletiu no CEDCA e no Fórum Permanente. Os próprios Conselheiros Não-Governamentais, embora sem desavenças entre si, tinham dificuldade de se articular, por força do hábito, para tomar posições conjuntas. (...) O que pôde ser feito no CEDCA foi uma articulação "informal" e provisória em torno dos Conselheiros que estavam próximos nos trabalhos com as Comissões e, com esta "meia-sola", ir tocando do jeito que dava o trabalho no CEDCA. (Camurça, 1994).

Vemos então que um dos fatores que também contribuiu para a desarticulação do *Movimento* foi a criação de novos espaços de discussão e de atuação da sociedade civil, como os Fóruns e os Conselhos, frutos do próprio *Movimento*, além de todos os demais fatores anteriormente mencionados. Vale observar ainda, como nos colocaram alguns de nossos entrevistados, que mesmo com a criação desses novos espaços, o caráter de mobilização das ongs, tão presente na década de 80, muda substancialmente na década de 90. Dar conta de ocupar os espaços conquistados com o ECA, garantindo uma presença qualificada nos mesmos, por exemplo, constitui-se, hoje, em um grande desafio. É Bezerra quem novamente nos fala dessa desarticulação entre as ongs, do esvaziamento, por parte delas, daqueles espaços pelos quais sempre lutaram. Mas ele nos faz essas colocações sob um outro ponto de vista, sob aquele ponto sinalizado por Gohn (1997) de *mudança de lugar* dessas organizações em relação ao Estado, ou seja, de demandatárias do estado, elas passam a ser responsáveis pela execução das ações, por proposições, por respostas às suas antigas reivindicações:

Olha, eu não sei qual seria o motivo central dessa desarticulação que se registra hoje. Se pegar o Fórum Municipal, na eleição, semana passada, tinha 12 entidades, quatro tinham que compor a mesa. Se você pega o Conselho Estadual, a primeira eleição teve a participação de 60 ongs. A última eleição do Conselho, tinha gente brigando para complementar, pedindo: Entra aqui para fechar a chapa. Então, essa desarticulação, eu

acho que ela está por variadas questões; dentre elas, a questão mesmo da resposta que você passa a ter que dar formalmente. Numa luta, um movimento de denúncia, um movimento de estudo, de pesquisa demanda uma competência política, realizar coisas também. Porque você criticou tanto o poder público, a forma, o jeito, a administração, o método, porque você criticou tanto, você já não fazia isso com tanta tranqüilidade, porque você ia responder uma pressão concreta, que é a pressão de quem malhou o tempo inteiro e depois você não tinha construído na sua prática o método, seu plano de trabalho.

Se você for pegar, quantas ongs têm um plano de trabalho, assim: a perspectiva de atender tantas crianças esse ano, a forma, quais são as principais transformações que o nosso grupo pretende desenvolver esse ano, deixar marcado nesse ano, quais são os pontos que a gente vai iniciar? Então, você passa também a se cobrar bastante. (Bezerra, Ex-Cola)

Certamente, a *mudança de lugar* implica em uma *mudança de papel*. O que talvez ainda não esteja completamente incorporado pelas ongs é que neste novo papel, como bem observa Bezerra, ao dizer que realizar coisas também exige uma competência política, é o caráter político das ações interventivas, o qual, como veremos, tem se manifestado muito pouco na década de 90.

2.6 - Década de 90: a(s) casa(s) como espaço de trabalho e os desafios das ações interventivas

Lugar de criança não é na rua. A afirmação tem sido constantemente repetida em vários lugares de nossa sociedade e enfatizada em momentos específicos, como ocorreu logo após a *Chacina da Candelária* e como está ocorrendo agora, com a campanha *Toda a criança na escola*, do governo federal.

Dela ninguém ousa discordar. Os desafios por ela colocados, no entanto, assim como a observação das ações efetivamente implantadas para que ela possa vir a fazer sentido na sociedade em que vivemos parecem ser, ainda hoje, relevantes objetos de reflexão. Afinal, o que faz com que, mesmo diante do aparente *consenso* em torno da questão, crianças e adolescentes estejam *fora do lugar* a eles destinado em nossa sociedade?

Ao observarmos grandes centros urbanos, como a cidade do Rio de Janeiro, vemos que um dos *pontos pacíficos* subjacentes àquela afirmação, a proteção da família, realiza-se de formas extremamente diferenciadas, principalmente quando a observação considera famílias de diferentes classes sociais. As camadas média e alta da população cercam-se de cuidados que garantam a segurança de suas crianças e adolescentes nestes grandes centros, tais como transportes e espaços de lazer seguros. A garantia de boa escolaridade, que inclua o aprendizado de outros idiomas e da informática desde a mais tenra idade e o acesso a bens culturais, demonstram a preocupação com a preparação para um mercado de trabalho em constante transformação. A inegável constatação de que *criança não trabalha* demonstra também uma nova compreensão do significado da

infância em nossa sociedade, como etapa do desenvolvimento humano que possui características próprias.

Por outro lado, vemos, nesses mesmos centros urbanos, inúmeras crianças e jovens permanentemente nas ruas, seja vagando pelas mesmas, seja exercendo atividades de trabalho informal para contribuir com a renda familiar. A proteção e a segurança não fazem parte da vida dessas crianças e jovens da mesma forma que o fazem da daqueles anteriormente mencionados; eles convivem com constantes tiroteios, brigas de gangues, agressões de policiais, de seguranças, e têm, no Rio de Janeiro, por exemplo, inclusive o seu direito de ir e vir muitas vezes ameaçado.

Crianças e jovens que têm que se deslocar de suas casas, normalmente localizadas nas favelas da cidade, para a escola ou para o trabalho, têm sua segurança ameaçada no interior mesmo dos transportes coletivos de que se utilizam, uma vez que estes têm que passar por diversas favelas, cada uma sob um *comando* do narcotráfico, podendo ter seu ônibus invadido em qualquer uma das paradas, estando sujeitos a tiroteios e tendo suas vidas constantemente ameaçadas, como acontece em bairros da Zona Oeste da cidade.

Cabe lembrar que o contexto violento das brigas de gangues, por exemplo, não é patrimônio da população pobre. Ao contrário, como podemos observar nas manchetes dos jornais de grande circulação, ele prolifera no âmbito das classes média e alta. A reflexão sobre os motivos que levam esses jovens à prática da violência nos conduz à constatação de que as discrepâncias e os contrastes existentes em nossa sociedade levam essas classes sociais à criação de estratégias de convivência no espaço urbano que acabam por também gerar, elas mesmas, a violência da qual procuram se resguardar. Supor uma sociedade democrática sem ter franqueado a todos os indivíduos dessa

mesma sociedade o simples direito de ir e vir parece ser, no mínimo, uma grande contradição.

Mesmo sendo *óbvio* demais, vale ressaltar ainda que é apenas quando os problemas começam a afetar as camadas mais altas da população que a sociedade começa efetivamente a se movimentar rumo à busca de solução para os mesmos. Isso ficou evidente com o aumento do índice de mortes violentas entre jovens da classe média e com a ampla divulgação do desenvolvimento de um trabalho junto a esse grupo pelos jornais de grande circulação. Jovens pobres, entretanto, têm morrido violentamente em número muito maior nos últimos anos sem que qualquer medida similar tenha sido tomada⁴³.

A escola, hoje constituída como direito de todos, funciona, muitas vezes, como um dos principais mecanismos de exclusão social. O trabalho, diante da miséria da realidade cotidiana, é, para um grande número de crianças e jovens, uma realidade precocemente introduzida em suas vidas e vista como inevitável no meio em que vivem.

As chamadas *teorias da reprodução* foram fartamente utilizadas na década de 70 para explicar o fracasso escolar. Posteriormente, foram alvo de críticas, principalmente pela imobilidade atribuída à escola. A década de 80 é marcada pela visível expansão do sistema escolar, com o aumento do número de matrículas e a frequência efetiva à escola. Entretanto, o alto patamar de exclusão dos alunos permanece. Não conseguimos ter uma política educacional que propicie o aumento das taxas de retenção de alunos no ensino

⁴³ Segundo dados da Dra. Márcia Julião, da Divisão de Proteção à Criança e ao Adolescente, em 1997, das 9 492 mortes violentas no estado do Rio de Janeiro, 552 foram praticadas contra crianças e adolescentes; entre essas, das 3 572 mortes de projéteis por arma de fogo, 218 foram praticadas contra crianças e adolescentes. Pesquisa realizada pelo projeto *Se essa rua fosse minha*, em 1993, demonstra que o número de homicídios dolosos praticados contra crianças e adolescentes aumenta de 306 casos, em 1991, 424, em 1992, para 348 casos, de janeiro a julho de 1993, demonstrando uma visível tendência de aumento do índice de mortes.

básico. Dados de 1988 e 1989 demonstram que de 1.000 alunos matriculados na escola, apenas 45 conseguiriam completar o primeiro grau (8a. série) em oito anos e que 175 conseguiriam se formar repetindo pelo menos um ano. Esses mesmos dados demonstram que a retenção escolar está diretamente relacionada à renda familiar (IBGE, 1992).

A situação de miséria em que vive um enorme contingente de famílias relativiza a questão do trabalho infantil. Em muitos casos, ele surge como estratégia de sobrevivência e, posteriormente, coloca-se como um valor e como mecanismo de socialização das próprias crianças e adolescentes no interior das comunidades onde vivem (Dauster, 1989). Assim, a proteção da família, a escola e a questão do trabalho assumem diferentes significados para diferentes segmentos da população, os quais não podem deixar de ser levados em consideração na implementação de quaisquer ações voltadas para crianças e adolescentes em nossa sociedade.

Esses são apenas alguns entre os muitos fatores que evidenciam que as crianças e os jovens constituem um segmento da população brasileira que também sofre diretamente as conseqüências das desigualdades sociais. Nesse sentido, ser criança ou jovem em uma sociedade como a nossa pode adquirir diferentes significados, assim como o adquirem os inúmeros trabalhos desenvolvidos com essas faixas etárias. Esses jovens possuem características e comportamentos específicos, como bem observa Bourdieu:

... a idade é um dado biológico socialmente manipulado e manipulável; (...) falar dos jovens como se fossem uma unidade social, um grupo constituído, dotado de interesses comuns, e relacionar esses interesses a uma idade definida biologicamente já constitui uma manipulação evidente. (Bourdieu, 1983)

É exatamente por isso que se tomarmos a afirmação de que *lugar de criança não é na rua* com seriedade, temos que olhar para essas crianças exatamente como elas são. O *Estatuto da Criança e do Adolescente* foi, sem sombra de dúvida, um avanço, mas para que ele se torne uma realidade efetiva não podemos partir da criança e do jovem *ideais*, temos que olhar para as diferentes realidades que produzimos e trabalhar a partir das mesmas. Criar condições para que isso aconteça é um desafio maior do que a conquista do próprio ECA porque implica na efetiva possibilidade de mudança das condições de vida dessas crianças e jovens, o que requer uma mobilização ainda maior da sociedade do que aquela que vimos à época da luta pelo ECA.

Como bem observa Graciani (1997), o que o Brasil viu até a aprovação do ECA foi uma legislação menorista baseada na doutrina de situação irregular que manifesta a negação formal e substancial da criança e do adolescente. Segundo a autora:

Uma reflexão mais séria sobre o tema da legislação da infanto-adolescência em nível brasileiro pode ser traduzida no balanço entre relações das condições materiais e as condições jurídicas da infância: uma minoria com necessidades básicas amplamente satisfeitas (crianças e adolescentes), e outra, que é a maioria, com necessidades básicas total ou parcialmente insatisfeitas (denominados menores), como já pudemos discutir. (Graciani, 1997)

Como foi dito anteriormente, as crianças e jovens em situação de rua representam a expressão máxima do abandono em nossa sociedade. Olha-los como realmente são passa também por compreender as estratégias de sobrevivência criadas por eles em seu processo de socialização em uma sociedade contraditória e *invertida* em seus valores (DaMatta, 1990). Acusar essas crianças e jovens e/ou suas famílias por ocuparem os espaços públicos da cidade para atividades privadas, ou seja, por fazerem das ruas suas *casas*, imprimindo a *política de limpeza* dos espaços públicos, em uma apropriação

reacionária do que está estabelecido no próprio ECA, travestida de um discurso aparentemente democrático, que reafirma a intenção de responsabilização da sociedade e do Estado por suas crianças e jovens, sem compreender as inversões existentes em nossa sociedade e a relação estabelecida entre esse grupo e as mesmas, assim como suas conseqüências para a vida do mesmo, indica-nos que as formas de atendimento podem ter efetivamente mudado, o que não significa que as possibilidades de pertencimento à sociedade tenham sido realmente criadas.

Principalmente quando contrapomos as ruas da Zona Sul com as ruas das favelas da Baixada Fluminense e da Zona Oeste, podemos compreender ainda melhor não só o fascínio, mas também a esperança que atraem crianças e adolescentes para os bairros da Zona Sul do Rio de Janeiro. A Zona Sul tem a orla marítima, com seus bares, restaurantes, hotéis, cinemas, lojas bonitas, onde se encontra tudo o que se quer, mas não se pode *ter*, especialmente as famosas *roupas de marca*, nos dias de hoje desejadas por todos os adolescentes. Aqui também estão os *gringos*, os *playboys* e as *madames*, pessoas que representam no que *têm* todo esse fascínio exercido pela Zona Sul.

Em seus bairros de origem, essas crianças e adolescentes encaram a *dura realidade da vida*: a miséria, a falta do *asfalto*⁴⁴, da água, da luz, do saneamento básico, o alcoolismo, o tráfico de drogas, os *matadores*, as invasões da polícia, a falta de espaços de lazer, etc.

Diante dessa *dura realidade da vida*, por mais enganosa que seja a rua, ela pode ser buscada como uma alternativa de vida. Esses meninos e meninas, que viram as costas para essa realidade, com todas as perdas que isso possa acarretar, saem em busca

⁴⁴O *asfalto* é considerado o espaço que não pertence ao morro ou à favela. Nesses locais, é comum ouvir expressões como *Ir para o asfalto*, *estar no asfalto*, evidenciando a referência ao *asfalto* ou aos bairros asfaltados como lugares *melhores* e em oposição ao morro e à favela.

da vida. Em muitos casos, a rua parece ser uma *opção*, uma *escolha* decorrente da consciência da ordem que rege a nossa sociedade, a *ordem do ter*, uma vez que a *ordem do ser* não é socialmente valorizada e que por serem pobres e, em grande maioria, negros eles nada são.

Um de nossos entrevistados nos fala da cultura da rua presente na sociedade brasileira e de como ela interfere na vida de meninos e meninas que a buscam como espaço de sobrevivência:

E eu acho que tem que haver fundamentalmente um novo procedimento de educação da população e das instituições de uma forma como um todo porque a cultura da rua, de sobreviver na rua, de ganhar a vida na rua, ela é uma cultura que se instala na vida do povo brasileiro com muita pressa, com muita determinação. As pessoas que hoje supostamente têm uma família normal e vivem na rua - por qual motivo essas pessoas teriam que morar na rua? - Pessoas como catadores de papel, como camelôs, trabalhadores informais de uma forma geral ...

É a cultura do brasileiro ir dormir na fila do INSS, dormir na fila X, é uma cultura. Ir para rua resolver porque quem está em casa culturalmente não resolve nada, só resolve alguma coisa na vida quem vai para rua, quem vai pro mundo. Então, criou-se esse mito de que o espaço público da rua resolve as questões; se não resolve, se afasta de casa, vai viver a tua angústia em qualquer lugar, menos aqui dentro. É como se quiséssemos preservar o espaço de casa como espaço pacífico acima de qualquer relação. Então, só esteja em casa depois que você resolveu todas as questões que você tinha para resolver como pagar conta, fazer sua matrícula na escola, conseguir aquele emprego, porque tudo se consegue na rua.

Com esses meninos não foi diferente. A Mara (educadora) costuma dizer que vir para rua, na maioria desses casos aí, é um grito de saúde que essa população dá porque teriam mais saúde na rua, nas relações que iriam estabelecer, mesmo em desvantagens, do que nas doenças com que eles têm que se relacionar em casa. As doenças de poder, alcoolismo, de cobrança, da sustentabilidade, da integridade econômica, do sujeito que precisa se construir inteiro até para as relações amorosas, afetivas do seu bairro. Então, sabe, se você está o tempo inteiro apontado na sua comunidade como “aquele sujeito que não sai para ir para um emprego”, se o sujeito sair às cinco da manhã, passar o dia inteiro dormindo em um banco da praça e voltar às seis da tarde, esse sujeito volta como um herói porque ele estava na rua porque na verdade ninguém quer saber o que ele estava

fazendo na rua. Então, essa cultura brasileira “que na rua se resolve as coisas”, eu acho que incide sobre os meninos de uma forma bastante veemente.

E se incide, a gente precisa reeducar esse processo comunitário de uma forma geral, de que as coisas se resolvem com você saindo de casa, indo buscar na casa do tio, na casa do padrinho, ou seja, a sua potencialidade nunca está em casa, junto dos seus, então eu acho que falta um processo de educação mais claro, mais objetivo em saber que na rua não se resolve nada, na rua só se juntam os desempregados, só se juntam os vagabundos, só se juntam os que apanham de todos. A rua é o espaço de reunião dos desfavorecidos e, quanto mais você está desfavorecido na sua casa, mais você vai para rua se juntar aos outros desfavorecidos e que sempre têm uma história mais triste para contar do que a sua, que sempre têm uma esperança que você já perdeu, ou seja, a rua sempre tem para dar, nem que seja alguém que passe e tenha pena de você porque você não tem o dinheiro da passagem para voltar para casa. Se não houver um basta com essa cultura de rua, cada vez mais novas crianças vão para rua vender bala. (Bezerra, Ex-Cola)

Trabalhar com essas crianças e adolescentes não é nada fácil porque eles não *engolem qualquer coisa*, como apenas o *discurso* de que não podem ficar na rua ou de que dela têm que sair, sem alternativas dignas para isso. Na verdade, não estamos falando de crianças *abandonadas*, mas sim de crianças que *abandonaram* suas casas, suas famílias, suas escolas, em busca de uma vida regida pela *ordem social* vigente, geradora da miséria em suas *casas*.

Será que é fácil para uma criança deixar sua mãe, seus irmãos, a comunidade onde nasceu? Certamente não o é, mas elas deixam. O pouco encontrado na rua às vezes é muito perto do que tinham. Nos últimos tempos, muitas crianças e adolescentes encontraram, inclusive, muito mais do que talvez pudessem esperar, como os vários projetos, normalmente desenvolvidos por ongs, que pretendiam lhes oferecer alternativas dignas à vida na rua. Nenhum projeto poderá *dar conta* da situação destas crianças e adolescentes isoladamente. Em alguns casos, foram os meninos e meninas que se anteciparam e acabaram criando mecanismos para articularem essas ações.

A *rua*, enquanto espaço do novo, é o espaço do desconhecido, um *tiro no escuro*, que pode acertar o alvo desejado, ou seja, uma vida *diferente* da miséria conhecida, ou não. Esse movimento de *busca* parece ser motivo de ida para a rua da população de rua de forma geral, crianças, adolescentes e adultos, conforme nos dizem as próprias pessoas que moram nas ruas da cidade de São Paulo, em entrevista dada a Jorge Muñoz:

Eu já tenho 15 anos de vida na rua e 13 de vivência com a comunidade. Explicá o que fez eu vim pará na rua é um pouco difícil. Eu vim com aquele desejo de liberdade, de não tê que toda noite tê preocupação de trancá a porta, trancá a janela, de olhá embaixo da cama se tinha gente... Então eu queria uma vida livre. Então lá da janela da minha prisão eu olhava assim a rua, então eu gritava: Liberdade! Liberdade! Então, foi pra disfrutá desta liberdade que eu vim pra rua. (...)

Ao passo que, quando eu vim pra rua, aí então .eu vi que eu tinha rótulo mas não tinha identidade. Então, na rua, a procura do sofredor, ele está vivendo pra procurar exigir o que é direito, a sua identidade, o seu direito de viver numa casa, sem porta, sem janela, mas sem corrente. (Cinira, in Muñoz, 1991).

Assim como muitas crianças e adolescentes aqui no Rio e em outros estados do Brasil encontram os projetos, Cinira encontrou a *Comunidade dos Sofredores de Rua* em São Paulo. Quando a *casa* vira *rua* e o *privado* é invadido pelo *público*, as pessoas são compelidas a buscar suas *casas* na *rua* e a fazer do *público* *privado*.

Devolver a essas crianças e adolescentes o espaço da *casa* significa, em primeiro lugar, conhecer realmente as casas e as famílias desses jovens, assim como dispor de recursos suficientes para lidar com as várias trajetórias de vida e com as conseqüências existentes na convivência no espaço de uma casa para o próprio desenvolvimento das ações junto a este segmento da população. Como afirma um de nossos entrevistados, lidar com essas crianças e jovens em espaços institucionais é tarefa bastante complexa:

Essas crianças são como a “Maria Regina”, da novela Suave Veneno, elas vêem tudo pela negação. Elas acham que a casa em si não é a casa delas.

Afinal, a casa é um espaço onde várias contradições vão acabar explodindo, mas ao mesmo tempo vira uma instituição e instituição pra elas é castrador, limitador. O que é instituição? É a Funabem, é a polícia, enfim, o Estado nunca foi uma coisa boa na vida delas, né? Então, como é que você consegue equilibrar isso? Eu acho que as casas, elas poderiam ter sido um espaço de experimentação, entendendo que ali parte do tempo delas ainda tem que ter essa flexibilidade que a rua oferece, para aos poucos você colocar questões e situações para que elas possam pensar e refletir e que, conseqüentemente, pudessem ir a Cinelândia, ...

As teorias formadas no país são formuladas para crianças de classe média, não para esse tipo de criança. E criança de classe média pode ser rebelde porque é permitido a ela um tempo para se adequar. Esse tipo de criança não, eles querem resposta imediata, você tem que impor a autoridade ao menor. À criança de classe média você impõe autoridade em alguns momentos, mas mesmo assim a autoridade é construída no espaço, para essas não. (Ivanir dos Santos, CEAP)

É ainda Ivanir dos Santos que, por sua trajetória de vida, nos fala das seqüelas da institucionalização e das conseqüências de não ter tido determinadas necessidades atendidas no momento adequado de seu processo de desenvolvimento:

Eu tenho 45 anos, curso superior, viajei o mundo todo, tenho uma experiência política muito grande, consciência política, sou pai de quatro filhos, tenho dois netos, entrando para o terceiro, sou pedagogo, fiz análise e não nego que tenho problemas. Imagina um cara que não teve a mesma sorte que eu? Eu lembro que às vezes queria fazer carinho nas minhas namoradas e não conseguia, assim como receber também é difícil... Meu filho também reclama; não é que eu não queira fazer, é que você está tão condicionado a se proteger, a não ter isso, que você não consegue fazer.

Eu sou uma pessoa que tenho clareza na vida, sei que fiquei com seqüelas, elas existem, tenho que ter consciência que elas existem até pra poder superá-las. Eu estou com a minha filha de 14 anos grávida, eu não queria, mas ela ficou grávida, não tem jeito. Eu acompanho a situação dela - ela é fruto do meu primeiro casamento - vejo nela a minha reação, digo isso porque antigamente quando nós nos encontrávamos, as duas primeiras horas eram de porrada o tempo todo. Ao invés dela dizer que sentia a minha falta, que eu tinha que ir vê-la mais vezes, não, era só briga, agora ela melhorou um pouco. Quando ela me abraçava, eu via que eu tinha um problema sério de ausência, e isso sou eu, que sou "resolvido", imagina um garoto desses!

Eu acho que as pessoas não conseguem ler isso porque o subjetivo é muito forte em qualquer trabalho como esse, você mexe com a subjetividade das pessoas, dessa população – a classe média pode tratar dessa subjetividade no divã, eles não têm onde tratar, não tem um divã, então você não vai conseguir um resultado concreto se você não entender isso! (Ivanir dos Santos, CEAP)

Olhar essas crianças e jovens como são passa então por reconhecer que as inúmeras adversidades pelas quais passaram ao longo da vida, decorrentes, está claro, de desigualdades sociais, podem ter lhes trazido comprometimentos em seu desenvolvimento. Não se trata de encará-los como *deficitários*, conforme pregam as teorias compensatórias, mas de desenvolver metodologias de trabalho que partam de sua realidade, do que são, de como efetivamente se apresentam no trabalho cotidiano. Trata-se de pensar estratégias de trabalho a partir das trajetórias individuais e sociais, na perspectiva de Faleiros (1994). Trabalhar essas questões passa, inclusive, por redimensioná-las dentro de um marco teórico mais amplo, o que implica no conhecimento do que foi produzido acerca do desenvolvimento das crianças que vivem em situação de pobreza, passando também por uma crítica conseqüente dos tais programas compensatórios.

A questão já rendeu muitas polêmicas. Os programas compensatórios desenvolvidos principalmente nos Estados Unidos foram alvo de críticas não apenas pela noção de déficit lingüístico e cultural neles embutida, como se houvesse grupos sociais culturalmente e lingüisticamente deficitários, mas também pelo próprio fracasso de tais programas. Teóricos radicais rechaçaram completamente as hipóteses compensatórias. Para alguns educadores marxistas, no entanto, há que se ter cautela; não se trata de pregar a deficiência de determinados grupos sociais, mais precisamente, das camadas mais pobres da população. Trata-se, porém, de reconhecer que as

desigualdades sociais podem sim comprometer o desenvolvimento de crianças e adolescentes e conseqüentemente influir em seu desempenho escolar. Como afirma Forquin (1995):

Para autores como Snyders (1970), Brossard (1974), Espéret (1976), Le Ny (1976), Lautrey (1976), não há qualquer escândalo político em admitir que as crianças de meio popular tenham sido “inferiorizadas”, “limitadas” em seu desenvolvimento pelas suas condições concretas de vida, nem qualquer escândalo teórico em reconhecer que esta limitação pode se manifestar também no nível do desempenho cognitivo, como indica, por exemplo, a experimentação pela qual Jacques Lautrey (1973, 1974, 1976) “demonstra” - utilizando como quadro de referência explicativo a psicologia piagetiana - como o modo de estruturação (“fraca”, “flexível” ou “rígida”) do clima familiar - ligada, por sua vez, a variáveis de estatuto socioeconômico (cf. também Beny, 1972) - pode afetar o nível de sucesso em determinadas provas.

No Brasil, um estudo fundamentado na teoria piagetiana, realizado em São Paulo (B. Freitag, 1984), confirmou que o meio social afetava o ritmo e a amplitude da psicogênese das crianças. O estudo foi realizado com crianças de diferentes classes sociais escolarizadas e com crianças moradoras de favelas que se encontravam fora da escola. Essas últimas apresentaram uma considerável defasagem cognitiva em relação às demais, elas não conseguiam alcançar o estágio das operações formais, o que as demais, por serem escolarizadas, conseguiam sem maiores dificuldades. Resguardadas as polêmicas que possam existir também em relação a Piaget, tal estudo confirmou a universalidade de sua teoria, uma vez que confirmou a seqüência das fases de desenvolvimento das crianças de diferentes classes sociais em São Paulo, assim como a seqüência já se confirmara anteriormente com crianças em outras partes do mundo. As críticas ao tal estudo passavam pela caracterização da teoria piagetiana como etnocêntrica, uma vez que ela havia sido desenvolvida a partir da experiência com crianças genebrinas. Ora, como bem demonstra Rouanet, ao mencionar tal estudo:

Não é verdade que o estilo cognitivo da classe baixa seja equivalente ao da classe alta. É preciso afirmar, sem arrogância, mas sem ambigüidade, que essa opinião é falsa. A teoria piagetiana prova, além de todo romantismo populista, que o pensamento concreto é inferior ao pensamento formal, pois somente ele abre o caminho para uma reflexão plenamente descentrada. Glorificar o estilo de pensamento da criança favelada não é somente um absurdo científico, é uma posição visceralmente reacionária. As pessoas que exaltam as competências práticas do menino que sobrevive vendendo laranjas não se dão conta de que não são essas competências que vão permitir à população favelada transformar suas condições de vida, e sim, precisamente, as competências de que ela não dispõe: a de pensar abstratamente, a de contestar valores, a de perceber que a ordem existente é modificável. Em vez de idealizar o que deveria ser denunciado, essas pessoas fariam melhor se refletissem sobre os meios para facultar a todos o acesso ao estilo cognitivo mais complexo, o que pode ser alcançado, em parte, pela escolarização universal. (...) Contra todos os antiintelectualismos, é preciso afirmar, enfaticamente, que a libertação dos oprimidos passa pelo desenvolvimento integral da sua capacidade cognitiva. (Rouanet, 1987)

As dificuldades existentes no processo de escolarização dessas crianças e jovens fazem parte da realidade de quaisquer ações interventivas. Mais do que responsabilizar as próprias crianças pelo fracasso escolar, como é comum em nossa sociedade, as teorias anteriormente citadas já demonstraram o fracasso da própria escola para lidar com diferentes grupos e classes sociais. Certamente, em nossa sociedade, a educação está diretamente vinculada ao mundo do trabalho e as dificuldades encontradas na escolarização desses grupos refletem automaticamente na inserção dos jovens no mercado de trabalho. O relato de um de nossos entrevistados sobre uma conversa que teve com dois meninos sobre trabalho reflete a dura realidade do grupo atendido no que tange às condições efetivas do mesmo para estar efetivamente se inserindo em atividades profissionais:

Ontem mesmo eu tive uma discussão com dois meninos da rua pois eu estava explicando sobre trabalho. E um deles disse: “Ah, você fica falando de trabalho aí, por que não arruma um trabalho para mim? Você fica falando aí e não arruma um trabalho. Você fica falando, mas na hora de

resolver, você não arruma um trabalho para mim. Eu preciso de um trabalho, eu não preciso de esmola, eu não preciso de nada disso”.

E aí eu respondi: “Eu mesmo, de fato, não vou resolver isso porque para eu te oferecer uma função como essa aí, você precisaria resolver suas questões e eu já sei que não vou conseguir resolver, só você consegue resolver. Vamos fazer de conta que eu sou um vendedor de cachorro quente e arrumei um emprego para você. Estou aqui na rua e você vai trabalhar para mim, oferecendo o cachorro quente. Você fala assim: “Olha o cachorro quente sem salsicha!” Aí o menino olhou e disse: “Que cachorro quente sem salsicha? Tá maluco? Está pensando que eu sou otário?” Aí eu disse: “Então vende pão com ovo sem ovo!”. “Pô, mas como é que eu vou vender?” E eu disse: “Tenta!” Aí, eles começaram a gritar: “Olha o cachorro quente sem salsicha! Olha o pão com ovo sem ovo!” As pessoas passavam, riam e nada, não conseguiram vender nada! Aí, o menino falou: “Pô, o cara daquela carrocinha ali tem o cachorro quente direito, com salsicha, molho. Se eu tiver uma carrocinha daquela eu consigo vender!” E então eu disse: “O problema não está na carrocinha do cachorro quente, se tem salsicha, se não tem, o problema está no outro momento, no seu momento, que você precisa resolver! Para mim, você é um cachorro quente sem salsicha que eu não posso vender para ninguém, você é um pão com ovo sem ovo. Se eu disser para um amigo meu, que tem uma firma, que você é um trabalhador, eu estou mentindo para ele, você tem que aprender a ser um trabalhador, você tem que se interessar pela sua vida, como é que você pode se transformar em um trabalhador porque ninguém vai fazer de você um trabalhador. Eu não posso me queimar, fazer você se passar por um trabalhador para depois o cara não querer nenhuma indicação minha. O que a gente pode fazer é mudar toda essa situação! Pegar o pão que a gente tem, deixar endurecer, amassar, fazer outra coisa, farinha de rosca. Você já comeu farinha de rosca? Tem que transformar isso aí em outra coisa porque do jeito que tá não vai. Nem eu vou conseguir passar você e nem o cara vai comprar de forma nenhuma!” (Bezerra, Ex-Cola)

Na verdade, talvez estejamos falando de muitos *cachorros quentes sem salsicha*.

A sociedade diz que eles têm que estudar, trabalhar e as condições de vida não propiciaram um desenvolvimento adequado para que esses jovens se preparassem para isso e os meninos ouvem do educador a realidade crua de que *eles* têm que dar conta desse processo. A diferença talvez esteja no fato de que o educador se propõe a transformar esse pão junto com ele. Pelo próprio trabalho desenvolvido pelo Ex-Cola, se sabe que esse menino dificilmente será *atropelado* em seu processo, diferentemente de

muitas outras organizações, que tratam meninos e meninas como metas quantitativas a serem alcançadas em um determinado período.

Quando atuava na área, fiquei muitas vezes impressionada com os prazos dados principalmente aos adolescentes para que *resolvessem suas vidas*. Quanto tempo um adolescente da classe média leva em seu processo de formação para estar preparado para o mercado de trabalho? Se formos contabilizar apenas os anos de escolaridade até o término do Ensino Médio, são onze anos. Muitos adolescentes que conheci na rua, com treze, quatorze anos, fora da escola, usando drogas, enfim, com uma série de comprometimentos no que seria o *desenvolvimento regular* de um adolescente em nossa sociedade e, por isso, em uma situação de desvantagem frente aos demais, tinham um, dois, no máximo, três anos para resolverem suas vidas. Nesse período, tinham que sair da rua, parar de usar drogas, voltar a estudar e encontrar um meio de se sustentarem. Concretamente, se pegarmos todo aquele referencial das chamadas teorias reprodutivistas, talvez possamos chegar à conclusão de que novamente estamos construindo metodologias que façam com que essas crianças e jovens percebam-se como *fracassos*. Talvez, tenha-se construído formas de trabalho *milagrosas*, que vendem falsas promessas e não olham esses jovens como realmente são, como nos afirma Bezerra:

Então, eu acho que um dos nossos problemas básicos reside em fazer cada um compreender que o seu potencial é um e intransferível, que ninguém vai operar milagres e que ele pode ter todas as questões que ele precisa distribuídas, mas se ele não tiver até organização para saber - bem, primeiro eu almoço, depois eu vou atrás de um emprego - porque eu vou sair atrás de um emprego, vou passar seis horas em pé esperando. Como eu também não posso sentar na mesa e passar uma hora e vinte almoçando, como eu sei que tem muita gente na fila de emprego que pode passar na minha frente. Então, tem determinados códigos que precisam ser decifrados nessa relação porque às vezes a gente oferece a oportunidade como quem

está querendo testar a questão, revelando que o problema não é seu, e sim do sujeito que não está preparado, que não quer, que não está com o desejo adocicado para isso, que não está interessado, nesse momento, nessa questão. Por outro lado, o menino já se acostumou com todas essas desculpas, mesmo precisando de algumas oportunidades, ele se acostumou, e quando ele não pode falar com palavras, ele fala com gestos, de que essa competência que estão me apresentando para que eu realize é muito pesada eu não tenho o mínimo de condições de enfrentá-la. Como ele não sabe falar isso e o educador também fica com medo, sua angústia cresce e a gente cria um hiato de comunicação que não vai poder favorecer as saídas individuais de cada sujeito. (Bezerra, Ex-Cola).

Por outro lado, é evidente que algumas metodologias de trabalho que vêm sendo ousadamente desenvolvidas, aquelas que restituem aos meninos e meninas a vontade de fazer, têm sido bem sucedidas. Elas, no entanto, partem de outros princípios e ousam exatamente pelo fato de, nas brechas de seus contratos formais, valerem-se do lúdico e desafiar o tempo cronológico imposto pelos mesmos, inovando, também, com relação a um mercado de trabalho em crise:

Eu acho que de uma forma ou de outra é hora de dar um grande balanço nessa questão, dar um balanço no ponto de vista das responsabilidades políticas, das práticas efetivadas, metodologicamente falando, da educação da população de uma forma mais abrangente, da questão da omissão de algumas outras instituições públicas que viram as costas para trabalhar cooperativamente com ongs, com outras organizações que podiam fortalecer o trabalho das ongs e chegar mais claramente em determinados sujeitos que precisam do serviço delas inclusive. Enfim, acho que está na hora de mexer com essa coisa toda e não adianta mexer só com os setores, ou você articula uma discussão que envolva diferenciados setores, porque as ongs pecaram, num aspecto, quando aceitaram se isolar da discussão, acharam que elas próprias conseguiriam dar respostas a uma multidão de questões que estavam colocadas historicamente na vida desses meninos, que mesmo que com o arbítrio do Estado, com a indiferença de alguns serviços públicos, com a paixão exacerbada de outros setores e tudo mais, que isso não iria atrapalhar o desenvolvimento geral das atividades.

É preciso saber o que é que a competência de cada um pode produzir e saber também discutir um pouco mais claramente que os jovens que estão nas ruas hoje vivem um momento diferenciado - não os que estão chegando, que vendem bala e tudo o mais, mas os que estão há mais tempo nas ruas - eles também têm medo da sua vida dar certo, também têm medo de responder a uma vida normal porque responder a uma vida normal é

também substancialmente dar respostas cotidianas a questões que você acha que nunca teria potencial para superar. Então, você vai passar a superar dia-a-dia, a cada dia uma nova resposta, a cada café da manhã, a cada chegada do trabalho, a cada relação com o vizinho, você vai saber que tem uma resposta para dar, é a sua filha que começa a namorar, ou o seu filho que caiu, é o cara que não agüenta mais a lista na venda, todo dia tem um desafio novo que quem vive na rua está livre dele, está livre porque não tem que dar essas respostas cotidianas a ninguém, a determinados setores, vivem a liberdade da mão vazia – eu não tenho nada e a ninguém nada devo – é isso que conforta. (Bezerra, Ex-Cola)

Além das questões relacionadas ao desenvolvimento cognitivo, há que se ressaltar as dificuldades em lidar com o comportamento muitas vezes agressivo de crianças e jovens que passaram por algum tipo de privação. Nesse sentido, rever algumas questões colocadas por Winnicott (1995) ao trabalhar com crianças em uma situação de guerra parece ser um caminho que nos coloca *para pensar* sobre as implicações da situação de privação no desenvolvimento de um trabalho com crianças e jovens. Vale lembrar que por mais que o quadro de violência urbana no qual vivemos em uma cidade como o Rio de Janeiro seja muitas vezes associado a uma situação de guerra, sabemos que, pela própria definição teórica do termo, não vivemos uma guerra. A questão que aqui nos interessa de fato não é a da associação da violência urbana à guerra, mas sim a associação feita por Winnicott (1995) entre privação e delinquência.

Para o autor, crianças que passaram por algum tipo de privação nos primeiros anos da infância podem apresentar tendência anti-social, a qual pode se manifestar em atitudes como o furto, a mentira e a agressividade. A tendência anti-social, uma vez manifestada, implica em esperança, ou seja, a criança manifesta tais atitudes a fim de ser amparada por um adulto e de estabelecer uma relação de confiança que recupere aquilo que foi prematuramente perdido. Winnicott, no entanto, nos fala também sobre como essa tendência incomoda a sociedade e provoca reações por parte dos indivíduos que ao

invés de responderem às expectativas da criança ao manifestar tais atitudes, acabam por transformá-la efetivamente em um jovem ou em um adulto delinqüente.

Em seus relatos de casos, Winnicott demonstra que é possível trabalhar com essas crianças e jovens, assim como o demonstrou Makarenko (1991), em um outro contexto, mas enfrentando também as conseqüências da privação na vida do grupo com o qual trabalhava.

Analisando as experiências relatadas pelo autor em contraponto à nossa realidade, observamos que educação e assistência constituem o eixo do trabalho desenvolvido e possuem fronteiras extremamente tênues, uma vez que a assistência em si adquire dimensões educativas no cotidiano e que para que as ações educativas ocorram, a assistência é necessária. Para o desenvolvimento de ações efetivas junto a esse grupo, há que considerá-lo como ele é, em suas necessidades e demandas, compreendendo que o empreendimento se dá com crianças e adolescentes que não se enquadram no perfil que a sociedade espera de suas crianças e adolescentes e que, contraditoriamente, trazem para os programas que freqüentam demandas que expressam a realidade de uma grande maioria de crianças e jovens brasileiros.

Em praticamente todas as entrevistas, não necessariamente o *fracasso*, mas a constatação de que há um contingente de crianças e adolescentes em situação de rua dos quais alguma conseguiu *dar conta* fica evidente. Eles são aqueles que Bezerra caracterizou como os casos mais *casquados*, ou os casos *crônicos* de rua:

Eu acho o seguinte: acima de qualquer coisa, eu sou um daqueles que acredita que a rua adoece as pessoas, inclusive educadores. Não é fácil trabalhar no espaço público da rua, responder questões, entrar em um histórico de vida complicado como o de alguns meninos, sair ileso você e deixar ele ileso, não é fácil.

Essa semana eu tive com Uê, que é um dos casos crônicos de rua, eu fui fazer uma entrevista com ele, falando da história dos 500 anos, brincando com ele, dizendo assim: 'Ah, você que estava aqui quando Cabral chegou, que conhece essa rua como ninguém, o que você acha desse tempo aí, como é que está a história dessas festas todas aqui na Lapa, você brinca, você se diverte, toma cachaça, cheira sua cola?' Ele é um dos poucos que não vai preso, que vive naqueles casos de mendicância e de estrategista, é daqueles que raciocinam, uma pessoa que come na hora que quer comer, bebe na hora que quer beber - então, brincando com ele, fazendo a maior zorra, - aí ele disse: 'Sabe de uma coisa, Gordo? Não se preocupe não! Venha só aí de vez em quando me ver, não se preocupa comigo não. Está tudo certo! Daqui há pouco vai chegar fulano de tal aqui e a gente vai lá para Tiradentes, vai comer um pastel, depois a gente vai lá pro Casarão, fica lá, faz um foguinho...' Ou seja, o cara vive uma situação que nós ainda não fomos, de tribos urbanas, de coisas desse gênero, às vezes fica pesado dizer que é uma opção, que o sujeito optou, mas é uma opção que conforta ele, não lhe deixa desconfortado, não lhe incomoda, não lhe dói, não lhe faz chorar, não lhe traz dor, não lhe traz angústia.

(Bezerra mostra uma foto do Uê, admira-o, dizendo que ele é lindo, e explica a foto:)

*No ano passado, eu tentei fazer com um fotógrafo um trabalho que era **Ninguém me ama, Ninguém me quer - Memória dos Excluídos**, que era uma exposição de fotos de alguns meninos de rua, desses casos cronificados, em fotos artísticas, fotos posadas, com boa roupa. A idéia era tentar negociar alguns calendários, cadernos, coisas desse tipo, que pudessem impulsionar a sua figura física. Por isso também eu tinha ido lá naquele dia conversar com o Uê.*

A impressão que eu tenho é que face à essa discussão dos meninos adoecerem na rua, e de alguns educadores, você sabe, nós conhecemos pessoas que adoeceram na rua, algumas pessoas que não conseguiram acompanhar o raciocínio de uma questão tão cruel, não é fácil, e, assim, fechando o foco em determinadas questões que os meninos vivem, você vai perceber que você não tem interesse mesmo em se relacionar com elas, com essas temáticas.

Afora isso aí, eu acho que essa doença que a rua causa, a cobrança que hoje é muito mais imediata, tem a ver com o financiador, tem a ver com as cobranças institucionais em que as coisas aconteçam de fato. Por outro lado, esses meninos estão apenas sentindo a mesma sensação anterior, só que com mais paz, sem muita repressão, isso fez com que as duas partes relaxassem um pouco nessa tentativa, nessa busca. (Bezerra, Ex-Cola)

Roberto, coordenador da São Martinho, também nos fala das dificuldades em lidar com os casos *crônicos* de rua:

Eu acho que todo trabalho tem um risco. Eu acho que esse tipo de surto está dentro daqueles 20% que a gente não consegue tirar da rua, que são casos chamados crônicos. Digamos que a rua já os seduziu de uma forma e ele tem muita resistência, muita dificuldade de sair da rua, de mudar os hábitos, então, ele talvez precisaria de algo mais forte. Eu também não concordo que ele continue vivendo na rua. Eu acho que ele precisaria de um outro sistema de descoberta, de um outro ambiente, onde ele pudesse desenvolver outros hábitos. As vezes, é a incapacidade dele responder positivamente a uma abordagem, a uma proposta de vida, de trabalho. Realmente são situações que você não tem 100% de êxito, para mim em nada eu acho que se tem 100% .

O que eu acredito é que as vezes você chega tarde no menino. Nós chegamos atrasados porque as vezes a vida já o castigou tanto que ele já não acredita mais em nada. Quando a gente chega cedo, quando ele está recente na rua, é fácil fazer um outro encaminhamento, é fácil de mudar para uma outra situação, mas as vezes você chega um pouco tarde e isso complica. As vezes ele está inadequado ou nós não estamos preparados para a situação que ele está, a nossa experiência ainda não atingiu aquele ali. Se você atingiu a maioria, então você se especializa para aquele grupo que se caracteriza e que está aberto a sua convenção, agora há outros que tem muita resistência. A tendência desses que são casos crônicos, normalmente eles tem muita liderança, eles incentivam os outros a não saírem da rua.

Aqui se procura fazer o seguinte: eles normalmente estão numa faixa etária de 16 a 18 anos. Esse grupo requer aqui dentro uma atenção permanente. Uma ação mais continuada para reduzir o máximo a ociosidade e a gente também mantém a documentação encaminhada. Com eles, se faz um trabalho de choque, aí o grupo que está cuidando deles também tem que ter uma atuação firme e reduzir a influência negativa, esvaziar a capacidade de sedução no grupo. Então, cada vez mais eles fazem programas separados, saem separados. Normalmente eles chegam juntos e querem sair juntos. Em um grupo de seis, você tem pelo menos uns dois que comandam e a faixa etária é diversificada. Você tem que ir envolvendo separadamente, descobrindo a situação de cada um, ou seja, é um trabalho que requer muita dedicação, do contrário você se dá por vencido muito rápido, muito cedo.

O menino hoje joga uma pedra em você e amanhã, as dez da manhã, ele vem te pedir desculpa e aí você tem que estar pronto para esse momento bom dele, se você guardar ressentimento, você não vai conseguir atingi-lo. Isso aí é um trabalho que até os educadores precisam de uma assistência

psicológica porque se você tomar como uma ofensa pessoal um xingamento, você vai ter muita dificuldade em conseguir uma mudança de comportamento. O educador não pode ter um caso pessoal, tem que ser profissional. Tem alguns que já estão com uma situação de muita agressividade, já estão resistentes. (Roberto dos Santos, São Martinho)

Em algumas entrevistas, esboçam-se suspeitas do que poderia se constituir em uma metodologia de trabalho junto a esses casos mais *cronificados* de rua. Curiosamente, as propostas se assemelham aos tipos de trabalho desenvolvidos por Makarenko (1991) e Winnicott (1995), anteriormente citados:

Às vezes eu acho que são tentadas várias coisas ao mesmo tempo que confundem demais os meninos. Eles não têm esse raciocínio tão puro para excluir adultamente uma atividade ou um caminho a seguir e achar “Puxa, nesse aqui eu vou me dar bem!” Se tu apresentar dez possibilidades, ele vai querer experimentar as dez, salvo raras exceções, pois eles sempre acham que têm potencial, eles nunca se acovardam diante da vida.

Eu acho que também falta uma forma mais correta de iniciar o sujeito em determinadas buscas que ele vai realizar, de falar concretamente das dificuldades que ele vai passar nesse processo, falar das dificuldades, inclusive da relação, porque vai haver um momento que eu vou cobrar mais de você. Existem algumas pessoas que falam assim: “Eu vou cobrar de você porque estão cobrando de mim!” E os meninos perguntam: “Eu não tenho nada a ver com isso! Cobrando de você, por quê? Eu não te chamei!” Então, eu acho que essa inserção em determinados processos, não é que esteja errada, mas é que ela está sendo subutilizada, a gente tem iniciado mal, os sujeitos que vivem esses casos em determinadas áreas de atividades. A gente continua iniciando mal, a gente continua fazendo a conexão mal feita. Para não dizer que várias tentativas foram construídas, e até boas, criativas e tudo mais, mas que não deram certo com determinados sujeitos.

Às vezes a gente também se engana. Às vezes a gente faz uma determinada atividade que custa caro, um plano que custa caríssimo, que envolve várias pessoas e que só serve para uma pessoa e que a gente acha que não deu certo. Você conseguiu tirar uma pessoa do limbo, não arrastado, mas fazê-lo pensar diferente. A Casa da Vila tem umas pessoas que vivem quase esse processo como é o caso do Alex, pessoas que já passaram por uma multidão de programas.

Às vezes eu tenho a impressão de que esses casos cronificados, você só vai resolver quando entrar numa lógica mecânica, como o Exército usa, militaresca. Porque cada ação militar global como essa aí o sujeito dá uma

dimensão maior. Vários projetos já existiram em quartéis, onde os meninos acordavam às cinco da manhã e, ao invés de ser um fator repressivo e tudo mais, acabava motivando os meninos. Até fatos como aqueles que aconteceram lá do quartel do nono batalhão, lá da Tijuca, onde os meninos tinham que levantar às quatro e quinze da manhã para engraxar as botas dos oficiais, eles conseguiam fazer isso, não fugiam do quartel, não denunciavam, não reclamavam. Se chegassem 20 minutos atrasados perdiam o almoço, parecia uma cobrança severa. Eu não sei se tem aí o elemento policial, o repressor, a figura do sujeito a quem você não pode se contrapor... Então, eu acho que esse ato militaresco assim de formalizar mecanicamente determinadas ações...

Uma vez cheguei a propor à Prefeitura, quando abriram as repúblicas, fazer um sistema de concentração, assim como concentração de jogador de futebol. Acordar às cinco da manhã, levantar todo mundo para correr, levantar todo mundo para tomar banho, agora todo mundo para cozinha para fazer a comida, agora todo mundo para lavar prato, cheguei até a propor, mas não tivemos pernas na época para colocar em prática. Porque se dependesse da Wanda, a gente colocava, mas não deu.

Nesses quadros cronificados, eu acho que eles precisam de fóruns adequados e fóruns adequados em questões onde tanta gente meteu a colher não vai ser tão simplesmente a pedagogia informal que vai decolar ou detonar um novo momento. Hoje, apesar de todos os estudos nas universidades, todas as teses, tantos prognósticos que já foram revelados com relação aos meninos de rua, esses casos mais cascudos - falta ainda compreender esse trabalho como trabalho de etapas e saber quais são as etapas que você quer executar e em que cada momento, inclusive, admitindo que em determinadas etapas não pode haver tempo cronológico. (Carlos Bezerra, Ex-Cola).

Esse *tom militaresco* também se expressa nas colocações de Ivanir dos Santos, só que desta vez expresso pelas duras regras impostas pelo tráfico de drogas e pela rua em si:

A casa virou essa contradição, ela tinha proposta de acolher e proteger e tal, mas com um apelo institucional muito forte, muito duro, a criança tinha que romper com uma série de códigos que ela já tinha. Então, essa é uma das contradições sérias desse trabalho e que tem que se falar disso. Eu acho que vai ser bom na medida que ele deixa um saldo. Por que eles respeitam o tráfico? Porque o tráfico tem um código rígido e eles sabem que é rígido, tem um limite que é a morte. Na casa, ele não respeita o diálogo porque na vida dele nunca teve o diálogo, então como é que você pode fazer o menino entender que aquilo é um diálogo se ele nunca soube o que é isso? Ele está

acostumado é com a ordem, o confronto. Na vida dele, o tempo inteiro ele teve que se confrontar seja para comer, para dormir, para se proteger, para não morrer. Então eu acho que são esses os valores, na minha opinião. No projeto em si, “Vem pra casa”, as casas não se preocuparam com essa metodologia. (Ivanir dos Santos, CEAP)

As contradições existentes neste tipo de trabalho não se resolvem e nem se desfazem apenas no âmbito do trabalho cotidiano porque nenhuma instituição isolada consegue responder tais demandas; elas exigem, conseqüentemente, a dimensão política do trabalho interventivo, ou seja, a mobilização e a articulação das ongs em torno do trabalho interventivo. E por que a ação política se faz necessária nesse tipo de trabalho? Primeiramente, como foi dito, o nível micro das ações já tem, por si só, demandas bastante complexas. Além disso, responder isoladamente às questões que as micro-ações remetem ao nível macro, como a relação com o próprio Estado e com os financiadores, ou, usando a terminologia de Arato e Cohen (1992), com a sociedade política e à sociedade econômica, parece tarefa inócua.

Trata-se, de fato, de se chegar a alguns consensos sobre as várias metodologias de trabalho desenvolvidas com essas crianças e adolescentes, assumindo as dificuldades existentes no desenvolvimento das ações, justificando-as, e *mudando mentalidades* a partir do conhecimento coletivamente produzido, usando-o para pressionar politicamente aqueles que, por exemplo, financiam tais ações.

Como observou Bezerra, muitas vezes o tempo do desenvolvimento das ações junto a determinados meninos não pode ser o tempo cronológico ou o tempo dos financiadores ou o tempo estipulado pelo estado para o desenvolvimento de um determinado projeto. Assumir, por exemplo, como no trecho abaixo, que o *retrocesso* faz parte da maioria das ações, assim como as implicações nele existentes, além de

revisar determinadas práticas, parece fundamental. Talvez a sociedade precise ser esclarecida sobre esse tipo de trabalho para que ele possa ser desenvolvido de forma mais efetiva. Outros setores da sociedade, como a própria universidade, também devem ser responsabilizados pela produção e difusão de conhecimento sobre o mesmo.

Quando acontece o retrocesso, como é o caso da maioria, nos principais casos você vê sujeitos ainda mergulhados no que nós chamávamos na época de “dependência institucional”. Isso significa aquele sujeito que aprendeu a viver sozinho na vida, mas que para resolver determinadas questões ele precisa daquela determinada ong que um dia disse à ele que poderia tirar os seus documentos. Então, as ongs achavam que tirar os documentos dele era o mínimo que elas podiam fazer e o menino achou que sempre pode viver independente, indo atrás só dos documentos e que, quando ele tivesse interesse, ele daria uma passada lá, por exemplo: “Eu vou dar uma passada naquela casa lá e comer, ninguém lá vai me negar, eu sou sangue lá, sou da área, ninguém vai me negar uma comida”.

As ongs hoje respondem determinadas competências individuais mas elas não sabem ainda formular a partir desse ato de procura/busca e construir um suporte para aquele sujeito para que ele possa dizer: “Puxa, o que eu pude aprender aqui nessa ong foi malabáris, para mim basta, eu acho que eu vou resolver a minha vida dessa forma”. Acho que as ongs hoje esperam até que o sujeito diga isso: “Você só tem corte e costura, embelezamento de pés, mas tudo bem, eu estou precisando, isso aí vai me ajudar!”. Aquela procura sincera, aquela procura de quem acha que está ali uma ajuda intransferível, acho que falta dar um pouco de segmento nesses casos. E o afastamento dos casos crônicos, um afastamento bastante consciente daqueles casos que são os casos mais crônicos de rua e que se sabe que não se pode resolver. Olha, as vezes, esse afastamento pode ter se dado até por cansaço de enfrentar determinadas situações porque você não teve capacidade criativa para enfrentar; às vezes, soa um pouco isso aí, você não quer muito achar que “se eu for insistir com esse caso e não der certo, eu vou me frustrar”.

Faltou à gente também reconhecer que nós não tínhamos competência, mas também ninguém tinha porque as próprias universidades, que eram as instâncias científicas preparadas para detectar determinadas questões, determinadas problemáticas em que viviam os meninos, davam com os burros n’água, nunca deram uma certa. (Bezerra, Ex-Cola)

Foi a dimensão política que, com o crescimento das ongs, em número e em frentes de trabalho, se modificou. O que pode ser observado hoje é que esse crescimento

criou no interior das próprias organizações uma hierarquia de trabalho, que aqueles educadores que na década de oitenta faziam de sua prática de trabalho a conjugação entre intervenção, mobilização e articulação, hoje possuem novos papéis no interior das próprias organizações e se relacionam de forma diferenciada com o estado.

A falta de articulação no tratamento dessas questões fica evidente em praticamente todas as entrevistas, evidenciando, talvez, as mesmas características apontadas por Camurça (1994), quando observou que era difícil as ongs se articularem no CEDCA:

Parece que o traço característico do perfil ong é seu trabalho micro, pontual e imediato. Decorre disto dois complicadores para estas entidades integrarem um Conselho incumbido de formular políticas públicas. O primeiro é a própria falta de compreensão de uma política global, visto que cada entidade trabalha com competências específicas. (...) E o segundo foi uma tendência que adveio desta característica primeira; qual seja, a das entidades que só se empenham nos assuntos os quais tivessem um domínio e interesse institucional. (Camurça, 1994)

A dificuldade de articulação em torno da construção de uma metodologia efetiva de trabalho é comum a praticamente todos os entrevistados, assim como também fica claro um certo sentimento de frustração diante da realidade, além da necessidade da mobilização pela qualidade do trabalho realizado:

Pegar algumas metodologias, testar, colocar em prática e, mesmo que não dessem certo, apresentar um relatório final dizendo “Olha, todas essas questões que a gente discutiu não são dessa forma não, a gente se enganou”, ninguém tinha coragem de fazer isso porque ninguém queria se expor diante da sociedade, ninguém queria dizer que tudo aquilo que a gente criticou, tudo aquilo que a gente falou que não funcionava, enfim, nós também não temos resposta! Mas nós poderíamos não ter resposta porque também estava dentro do nosso direito como um grupo que está tentando organizar algumas saídas, mas que não é sua necessariamente a responsabilidade da mudança do paradigma, de forma nenhuma. Tomamos para gente a responsabilidade, mas não tivemos força para segurar a peteca, o balaio. (Bezerra, Ex-Cola)

Novamente, pode-se perceber nas colocações de Bezerra as cobranças que as próprias ongs se fazem de resolver as questões inerentes a este tipo de intervenção na realidade social, ilustrando o peso que a mudança de lugar em relação ao Estado, de demandatárias a co-responsáveis, talvez tenha trazido para essas organizações. Foram as ações inicialmente desenvolvidas no espaço da rua que, como vimos, dispararam um movimento que culminou com o Estatuto, o qual, por sua vez, baseou-se em algumas experiências realizadas por ongs. Chegada a hora de implementar novas ações, ampliando o atendimento, de aprofundar o conhecimento produzido sobre o trabalho junto a esse segmento da população, de verificar os resultados obtidos e dar determinadas respostas à sociedade, as ongs não conseguem se articular. Como fica evidente no trecho abaixo, tomar essas iniciativas e decisões implica em expor fragilidades, uma vez que a realidade com a qual se lida é uma realidade basicamente de miséria e, por isso, cheia de vulnerabilidades e de complexidade. Expor fragilidades ou, como eu disse em algum momento deste estudo, falar daquelas experiências mais contundentes, aquelas sobre as quais podemos efetivamente construir porque nos desafiam, em um campo que se constitui como espaço de poder e de prestígio, como o das ongs, em um momento em que elas têm sua própria sobrevivência ameaçada, não é tarefa propriamente fácil.

É um trabalho muito complicado. Primeiro porque não se tinha metodologia construída para isso, um dos erros foi esse, podia até se dizer o seguinte “vamos fazer um espaço experimental onde nós possamos criar um jeito para experimentar”; no entanto, não, só fizeram para poder tirar da rua. Então, todos os conflitos que tem dentro de uma instituição fechada ficam presos ali e, mais, você vira uma adversária. Se na rua você virava uma aliada porque se tomasse porrada da polícia você defendia, na casa eles vem pra cima de você. A Funabem é assim.

As ongs nunca se juntaram para discutir o que é fazer um trabalho interventivo porque elas acham que isso seria o fracasso delas. Faltou um

espaço. Isso desqualificaria o trabalho, obviamente, e mostraria aquela incompetência. Deve ser esse o ponto de reflexão, de fortalecimento do trabalho. Eu lembro que quando surgiu o CRIAM eu critiquei muito. Hoje, eu dou um pouco de razão, você tem que olhar a intervenção mas também olhar uma compreensão política que aquele processo vai ter, se você tem isso, você sofre menos, por isso que eu nunca sofri muito porque eu sempre fiz a minha atuação dentro de um limite, do que eu posso compreender. (Ivanir dos santos, CEAP).

Lúcia, por sua vez, afirma que as ongs até tentaram se articular para responder à sociedade sobre suas práticas, mas que não tiveram fôlego para responder determinadas questões inerentes a seu próprio trabalho:

As organizações até tentaram se juntar para discutir esse trabalho, só que eu acho que uma coisa foi premente nesse momento: o resultado social, quer dizer, nenhuma sociedade queria continuar investindo numa situação em que não via concretamente o resultado e qual era o resultado? O resultado era sair da rua, quer dizer, para mim, o resultado não era sair da rua, o resultado era restituir as condições que essa pessoa tinha até conseguir fazê-lo, mas para a sociedade não. Na medida em que aplica, sai, e eu acho que muitas instituições resolveram escolher esse caminho no sentido de “poderem permanecer vivas”. (Lúcia Xavier, IBRADES)

Além disso, ela nos faz importantes colocações sobre o foco da questão:

Qualquer pessoa podia falar naquela época da infância e da adolescência pobre brasileira através dos meninos de rua, eles eram muito mais simbólicos, eles falavam muito mais do que da criança da favela, ou da criança que mora na periferia, tanto que você vê que os conceitos são todos divididos: meninos de rua, meninos para a rua, meninos na rua, menino assim, menino assado, menino de favela, menino de comunidade, tem menino de tudo quanto é tipo e nós estamos falando de uma coisa só, que é essa infância pobre.

Eu ouvi muito esse questionamento porque eu trabalhei 11 anos na rua direto. Então era assim: Como? O que vai acontecer com essa pessoa que você lida todo dia? Sai, vai embora? Larga ela lá? Que investimento é esse você põe um lápis aqui para essa criança e ela só vai te ver no dia seguinte com aquele lápis? Quem sustenta essa criança quando ela sai? A ação com a criança é contínua. O pai e a mãe educam o tempo inteiro. Por que você educa só um pedaço e deixa o outro? Era um monte de questionamentos difíceis de responder porque, na verdade, nós revertemos o objeto da discussão. Eu acho que o foco da sociedade em relação a essa

discussão era ao invés da gente apresentar o menino como uma questão a ser discutida pela sociedade, a gente devia ter apresentado a sociedade uma discussão sobre o modo como ela trata a sua infância e adolescência. Eu acho que esse caminho foi mal feito em relação a isso, o menino ficou no foco da situação, o problema era do menino, como é até hoje, o problema é do menino. Essas frases célebres, né? Por que ele teve três anos e não aproveitou? Tem um pouco a ver com isso. Eu falo isso muito nos cursos que eu atuo, que é da gente achar que o indivíduo é capaz de por si só resolver tudo e que o meio é só um detalhe, que se você mudar o meio ele continua do mesmo jeito, entendeu? Quer dizer, não há uma interação dele com o meio, nada disso. Sem sombra de dúvida, ele não é fruto da sociedade, mas em parte é essa relação que vai constituir-lo, não é um ser genético, tudo está lá no gene pronto, acabou está resolvido. Se ele é mau caráter, é porque está no gene; se ele é bom caráter é porque está no gene; se ele aproveitou é porque está no gene. Não é nada disso, inclusive o que é que a gente está oferecendo como uma alternativa a essas faltas todas? (Lúcia Xavier, IBRADES)

A entrevistada comenta ainda que as práticas hoje existentes fora do espaço da rua revelam exatamente a forma como a sociedade se relaciona com esse contingente da população:

Mas se ela (a criança) tem direito, então o abrigo passou a não ser o lugar do direito, mas sim o lugar da punição; está na rua, vai pro abrigo, lá você tem as condições para você se resolver; se não resolveu, rua, ou seja, o que era o internato antes, né? Se essa pessoa está em desenvolvimento, ela precisa de todas as condições para se desenvolver, que condições são essas que eu dou? Elas não podem ser iguais para todo mundo porque somos pessoas diferentes. Talvez um menino precise só de casa e comida para poder seguir a vida dele, já tomou a responsabilidade, pronto acabou. O outro ainda não aprendeu a ter responsabilidade. O outro ainda está numa fase lá trás que o outro já passou, quer dizer, como é que vai tratar tudo igual?

No internato era assim porque a metodologia era assim, não tinha outro jeito, não se dá individualidade, não se atende personalizadas 150 pessoas, nem cartão de crédito faz isso. Queria eu que o meu cartão de crédito me tratasse diferenciadamente de você! Eu sou uma pessoa diferente de você, tenho outras necessidades, outras formas, outras dificuldades, então como que um internato vai atender 150 pessoas assim? Agora 15 pessoas não é possível que a gente entenda como um internato de 150! Eu acho, inclusive, que hoje a nossa maior perda é justamente essa, a gente diz quais são os seus direitos, a pessoa diz que não tem condição e não continuamos analisando de novo a sociedade porque ela não quer essa infância. Por que ela não quer? Tem um motivo para ela não querer essa

infância porque ela faz de tudo para ela acabar rápido porque ela nega parte dessa população, o bagaço da laranja da sociedade, ela ofereceu um funil porque todos esses serviços são só funil; se conseguir passar, vai conseguir sobreviver, mas e se não conseguir, o que que faz? (Lúcia Xavier, IBRADES)

O perfil dos profissionais envolvidos diretamente no trabalho interventivo parece também ter se modificado. Aqueles combativos educadores sociais da década de oitenta, que tiveram protagonismo no *Movimento* e na criação dos Conselhos, passaram a se relacionar diretamente com o Estado na formulação de políticas públicas. Por sua própria atuação, ou acabaram por criar novas organizações não-governamentais ou foram convidados para ocuparem cargos de direção nas já existentes, ou migraram para o estado para a implementação de ações interventivas junto a essa população. Essa é basicamente a trajetória dos profissionais aqui entrevistados.

Com a ampliação das ações interventivas, novos profissionais foram incorporados ao trabalho direto junto às crianças e adolescentes, seu perfil varia de ong para ong: algumas valorizam a formação acadêmica, principalmente nas áreas de educação, psicologia e serviço social, outras não exigem formação alguma, incorporam educadores com qualquer grau de escolaridade, optando por criar capacitações específicas para esses profissionais ou a própria formação em serviço. A despolitização dos atuais educadores é, entretanto, ponto pacífico entre os entrevistados:

Eu te diria que o educador social como aquele que nós conhecíamos no início da década de 90, esse já nem existe mais. Era aquela pessoa que em geral era um militante, tinha uma identificação ideológica, tinha uma visão política do problema e que ao mesmo tempo era preparado e se preparava para essas relações interpessoais. Um sujeito que tinha visão estrutural mas que tinha preparo para a micro-relação, a relação interpessoal e que estava disposto a isso porque dedicava a sua vida a isso, essa pessoa eu acho que não existe! Tanto que eles existiram, muitos existiram antes das ongs, as ongs só foram agrupando essas pessoas e muitas delas deram o perfil da

própria instituição, elas eram a tônica do projeto e esses eu acho que não existem mais.

No início pareceu que era possível conciliar isso com alternativa profissional, depois acho que ficou claro que não dava para conciliar isso tanto com alternativa profissional porque tudo dessa alternativa profissional era muito ruim. Se revelou um péssimo negócio e muita gente para sobreviver acabou tendo que sair. Do ponto de vista pessoal, o perfil mudou. Hoje nem todos aqueles que se dizem educadores são militantes, pessoas que têm uma visão estrutural do problema, o preparo interpessoal, Muitos não têm visão estrutural nenhuma, preparo interpessoal menos ainda, o zelo pela formação pedagógica, psicológica - que mesmo sem ter nível superior alguns tinham – isso não existe mais. (José Ricardo, Bento Rubião)

Além da despolitização, José Ricardo também nos fala da desqualificação da atividade do educador, que pode também ser relacionada à questão da *menoridade* deste tipo de trabalho, aqui já mencionada:

Outro motivo é que não há mais o orgulho de ser educador, o orgulho de que você está intervindo em uma causa justa que vai produzir resultados. Muitas pessoas de um nível superior, assistentes sociais, pedagogas, psicólogos preferiam ser chamados de educadores porque existia uma coisa boa, um orgulho por trás desse rótulo. Hoje esse rótulo está desgastado, então não há mais orgulho em ser educador.

E o último motivo eu diria é essa mudança da rua para fora da rua, parece que um educador virou um zelador. Antes ele educava, agora ele zela por um espaço fechado, agora a figura do educador se perdeu no que ela tem de disciplinar, as casas tem um assistente social, um psicólogo, uma equipe, o educador parece que é só alguém que toma conta, como se ele tivesse voltado a ser alguma coisa parecida com o velho ‘pai e mãe social’ , uma coisa estranha, o velho inspetor, alguém que está lá só para tomar conta.

Eu não vou dizer que ele é uma figura em extinção, mas é uma figura em profunda mutação. Nesse sentido, parece que estamos sendo derrotados – estou sendo um pouco cético, mas não consigo pensar diferente – do final do ano para cá a gente tem passado por tantos problemas, que eu... (José Ricardo, Bento Rubião)

Um outro entrevistado parece compartilhar dessa visão disciplinar do educador, apontada por José Ricardo:

Eu digo que é o ‘segurador de barras’, nada de educador. Educador é uma palavra que surgiu para disfarçar, mas um educador tem que ser preparado até para lidar com as situações dos meninos e a maioria dos educadores não é preparado e muitos até são oriundos dessas classes sociais e o trabalho é tipo fazer um controle mais eficaz e não tem uma proposta pedagógica. Nunca conheci proposta pedagógica dessas casas e acho sim que é uma coisa em construção, acho que não tinha e nem tem o que construir porque para se construir tinha que entender até esses conflitos, esses problemas iam acontecer, para poder ter um marco de referências que fosse importante. (Ivanir dos Santos, CEAP)

Bezerra faz um contraponto entre a despolitização e o preparo técnico dos atuais educadores:

Eu acho que, em primeiro lugar, continua tendo educadores e educadores em instituições e instituições, algumas um pouco mais avançadas em seus fazeres, algumas engatinhando, começando uma nova prática, e algumas que não tiveram coragem de mudar a sua prática, continuam achando que o fato de existir e ter disponível um suporte para oferecer é o suficiente, que aí é problema dos outros, na hora que vierem buscar esse pobre, entregam. Eu não vou forçar barra com ninguém, mas eu acredito que os educadores que estão na prática hoje são pessoas melhor preparadas, mais pessoas com nível superior, ou seja, eu vejo menos diversidade de profissionais. Já tivemos vários setores, como médicos, fazendo o trabalho educacional.

Hoje, estamos um pouco empobrecidos no ponto de vista da diversidade de profissões, dos sujeitos que se incorporam no papel de educador, no espaço da rua, mas eu vejo também o momento em que vivem as organizações e seus educadores, seus agentes, pessoas menos preocupadas em coordenar sua prática com uma linha política, com uma determinação política, com um engajamento político mais amplo, hoje todo mundo quer saber se está incluída na carga horária a reunião A, reunião B, quando anteriormente era completamente diferente. Também não estou colocando que isso esteja errado, de uma forma ou de outra, mas eu acho que se nós ganhamos hoje em potencial, os educadores têm melhor potencial técnico, se perdeu um pouco a substância política dos educadores.

Se comparar com dois anos atrás, mesmo os leigos tinham inserção política, mesmo quando a gente dizia assim: “Olha, fulano de tal, o seu papel vai ser arrumar 20 amigos que tenham cara de educadores para vir à reunião só para fazer número” e o sujeito ia lá e trazia 20 amigos. Era o papel político dele. Hoje, você vê muito pouco, pessoas que se investem de uma função política ou mesmo da função primordial do educador que seria uma função política, na função educacional, metodológica, em resolver questões. Ele está inserido no contexto político que indica caminhos através

da sua ong, da sua metodologia, que indica outras instituições, que chama a visão para determinados temas, onde uma certa coletividade, onde um número maior de pessoas possam participar. No caso assim como esse, que a gente tem de ir buscar, discutir uma questão mais ampla, como é que fica a questão educacional da população para se engajar numa questão como essa? Hoje, nós temos um educador com bem menos substância para fazer um papel como esse, apesar de serem pessoas mais preparadas tecnicamente para atuar em casos setorizados, compartimentados, que careçam de respostas imediatas... (Bezerra, Ex-Cola)

Quando perguntados se as ações interventivas na década de 90 estariam efetivamente inovando, alguns entrevistados extremamente atuantes tanto na década de 80 quanto no início da de 90 fazem um balanço bastante negativo da situação:

É igual na Funabem, a prática social não é diferente. As práticas, por mais que pareça que elas mudaram, elas são muito parecidas. (Ivanir dos Santos, CEAP)

As práticas às quais Ivanir se refere são detalhadas em outra entrevista e nos fazem perceber realmente processos de exclusão e de marginalização dessas crianças e jovens bastante semelhantes àqueles vigentes no antigo modelo. Talvez isso se dê pelo fato da sociedade não ter sido colocada em questão:

Eu acho assim, no que se referiu ao atendimento, eu acho que a gente vai surgir em um contexto de muito questionamento sobre o sistema anterior. Quer dizer, o que era o sistema anterior? O desmonte do sistema anterior? Porque ele vinha se desmontando. Sob o nosso ponto de vista, era devido às críticas. Mas, na verdade, ele vinha se desmontando devido à posição do Estado. Quer dizer, se nas políticas sociais houve uma defasagem entre o que o Estado prega como ação e a sua ação mesma, a primeira ação de desmonte foi a da criança e do adolescente, depois veio a saúde e tal, mas a primeira foi a da criança e adolescente, se desmontou tudo. Só que a gente achava que estava se desmontando para o nascimento desse novo sistema, mas não era, já era uma retirada do Estado das ações de políticas sociais e para gente não tinha esse caráter.

Para a gente, tinha esse caráter de meio aberto, da criança conviver no seio da família e da comunidade, de pobreza não ser punida com prisão, internato até 21 anos, para a gente era isso, parecia isso, a ação era essa, mas, no fundo, era a retirada do Estado da ação de políticas sociais que ficou até hoje e que está até hoje. Mas eu só vejo isso hoje, antes eu via

dessa mesma forma, era uma mudança. Era diminuir os internatos, aproveitar as práticas alternativas como possibilidade, tirar essa idéia de uma única forma de ação para atender a criança e o adolescente, poder juntar essa forma de ação em vários âmbitos, só que não era verdade, a verdade é que não tinha mais ação governamental, as que têm estão terceirizadas.

Então, eu acho que a gente nasce nesse momento de reflexão e também de possibilidade de poder experimentar coisas novas, situações novas, só que esse vácuo foi crescendo entre o que era antes e o que ia vir depois, então a gente ficou nesse vácuo, tentando uma nova forma de ação junto à criança/adolescente e hoje o que se tem é bem parecido com o que tinha antes, só que em menor proporção, feito por outras pessoas, quer dizer, o resultado eu acho que é esse. Assim, muito radicalmente, eu não estou nem pensando que há situações, coisas novas, não. Estou dizendo assim, quando eu olho hoje, são instituições que internam em pequenos abrigos, mas nas mesmas condições que eram antes, um afastamento enorme dos princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente, isso então eu acho drástico. Uma vez nós fizemos um curso na Pastoral do Menor e eu fui de uma grosseria enorme, foi há pouco tempo, em 94/95. Alguém falava assim pra mim: “Mas o adolescente não vai mais poder trabalhar porque temos que assinar a carteira dele.” E eu disse: “Mas essa foi a luta da Pastoral na construção do Estatuto.” Hoje, a Pastoral diz que não pode mais. Quer dizer, esse afastamento dos princípios ajudou a sedimentar uma prática muito parecida com a anterior, só que a anterior era feita pelo Estado e a de agora é feita por qualquer um, pode ser eu, você, Se essa Rua, Fulano do Fé e amor, o outro da Casa de Caridade Estrela De Não Sei O Quê, nós podemos fazer a mesma coisa.

Nesse vácuo que vem entre a prática antiga e a nova prática nós não construímos formas novas de ação nem para o Estado e nem para a sociedade. Então, nesse vácuo, nós ficamos com a ação política de garantir o direito, de princípio legislativos claros em favor da cidadania da criança e adolescente, mas aquilo que a gente tinha acumulado aqui entre o que foi o passado, o que estava sendo naquele momento, e o que seria o futuro, nós não aproveitamos quase nada.

Se você olhar hoje, as experiências são igualzinhas as da Funabem, com uma cara diferente, assim, o prédio era preto, agora é rosa, mas dentro é igualzinha. Eu acho que esse foi o resultado dessa ação toda, quer dizer, enquanto a gente se ocupou da política, as metodologias, as formas de ação foram sendo esquecidas. Experiências grandes – eu não sou nem fã – mas me lembro da experiência do Antônio Carlos da Costa, na FEEM de Minas, não tem mais nada parecido em lugar nenhum e não era grande coisa, era só a humanização do atendimento. (Entrevista N).

Esse depoimento parece insinuar que as ongs sentiram-se *traídas* pelo próprio Estado na proposta de criação de um novo paradigma de atendimento à criança e ao adolescente. O que o Movimento esperava como finalização de um tipo de ação e implantação de um novo modelo de atendimento acabou, na prática, concretizando-se apenas como desmonte do próprio Estado no que se refere à política de atendimento à criança e ao adolescente. A entrevista também demonstra que àquela época não era possível perceber esse processo da forma que se pode percebê-lo nos dias de hoje. Talvez, como já foi sinalizado, no momento imediatamente pós-Estatuto, já estava faltando às ongs e a outros atores da sociedade, como a própria universidade, espaços de reflexão, discussão e aprofundamento das questões que começavam a se colocar a partir do próprio processo de desmonte da FUNABEM.

A partir das entrevistas aqui realizadas, no sub-campo das ongs que atuam com crianças e adolescentes, o quadro, ao final da década de 90, é desolador. Esta década é assumidamente das ações interventivas desenvolvidas nos espaços das casas, em decorrência não necessariamente de decisões internas e inerentes ao próprio trabalho junto às crianças e adolescentes, mas de pressões externas, sejam aquelas da sociedade como um todo, dos financiadores, ou do próprio Estado. Com relação a este último, as ongs vêm-se bastante comprometidas na autonomia de suas ações devido às chamadas parcerias, que, como vimos, parecem se concretizar muito mais como terceirização dos serviços prestados pelo Estado via ongs.

A despilitização no sub-campo também fica evidente, seja no perfil dos novos educadores sociais, seja na falta de articulação entre as próprias ongs para o tratamento das dificuldades encontradas por todas elas no desenvolvimento das ações interventivas. Estas, como ficou demonstrado nesta última parte deste capítulo, são de difícil execução

e carecem de profundas reflexões para que todo um movimento, de significativa importância para a sociedade brasileira no que se refere à concepção que esta tem de suas crianças e adolescentes e à forma como os trata, não culmine apenas em tentativas de vestir velhas práticas com novas roupagens.

Desse quadro aparentemente desolador emergem questões de crucial importância para a compreensão dessas organizações e de sua forma de atuação hoje em nossa sociedade. Entre elas, podemos citar: as relações entre Estado e sociedade civil na execução de políticas sociais; a criação de uma esfera pública na sociedade que dê conta de tornar de domínio efetivamente público o que parece estar obscuro naquelas relações, como o financiamento das ações, o tipo de tratamento que vem sendo dado a crianças e adolescentes tanto pelo Estado quanto pelas ongs; o perfil e a qualificação dos profissionais envolvidos nas ações interventivas; e, sobretudo, os desafios dessas ações e a forma como são tratados no âmbito de todas essas questões levantadas.

Capítulo III

“Tomamos para a gente a responsabilidade, mas não tivemos força para segurar o balaio”.

(...) mesmo desencantados, mesmo desenganados, não podemos nos subtrair à continuidade das gerações que estamos determinados a ensinar, estamos determinados a transmitir alguma coisa que valha para os que nos seguem, não porque achemos que o mundo se tornará especialmente, por isso, mais feliz, mais justo ou mais sábio, mas muito simplesmente porque o mundo continua. ‘Uma piedade para com os mortos, por mais obscuros que eles sejam, uma solicitude para com os que nascerão, por mais distanciados que eles estejam’, tal é, segundo os termos de T.S.Eliot (1947), a dupla preocupação fundadora da cultura. É também o que está na base mesma da intencionalidade educativa. Sujeitos à finitude, e sabendo disso, nós não temos, ao final das contas, outra escolha senão querer para os outros a vida e confiar-lhes nosso testamento. (Forquin, 1993)

3 - “Tomamos para a gente a responsabilidade, mas não tivemos força para segurar o balaio.”

O ressurgimento da sociedade civil como esperança nesses novos tempos e o papel assumido e desempenhado pelas organizações não-governamentais no âmbito da sociedade civil, aqui demonstrado em um sub-campo específico, o das ongs que trabalham com crianças e adolescentes, surgem como possibilidades, complexas é verdade, no cenário contemporâneo, o que nos traz uma gama de questionamentos. No momento, nos deteremos naqueles que mais se evidenciaram no decorrer deste estudo e que estão diretamente relacionados àquelas duas categorias fundamentais à compreensão das ongs, a mobilização e a intervenção.

Entre todas as questões emergentes no trabalho das ongs que atuam com crianças e adolescentes, duas parecem se evidenciar: a relação com o Estado e as implicações existentes no desenvolvimento de ações interventivas. Dividiremos então este capítulo na análise dessas duas questões, explicitando outras levantadas no decorrer da pesquisa a elas relacionadas. Posteriormente, outros pontos que devem ser amadurecidos como objetos de novos estudos e reflexões serão sinalizados.

Como foi observado, as ongs surgem na sociedade brasileira na década de 70 e, em maior número, na de 80, em meio à efervescência dos movimentos sociais, em meio àquilo que Arato e Cohen (1992) chamam de ressurgimento ou renascimento da sociedade civil, definida basicamente pela organização, pela associação e pela criação de espaços de discussão na sociedade, o que a diferencia desta mesma sociedade, definida de forma mais ampla, e do conceito de massa, característico dos períodos populistas que culminaram em governos ditatoriais.

É, no entanto, somente na década de 90 que as ongs surgem como um *fato* na realidade social e política brasileira, período em que adquirem visibilidade, dividem-se em sub-campos, *entram para o dicionário*, ampliam sua atuação e passam a ser, de certa forma, emblemas da possibilidade de mudança. É quando são procuradas por uma nova geração de profissionais como um espaço de trabalho carregado de um sentido de *militância*, além de estabelecerem uma relação solidária com a sociedade, como afirmou Menescal (1996), o que pode significar para esta mesma sociedade um novo espaço de ação na realidade existente e de transformação da mesma.

Mas é também na década de 90 que a sociedade civil institucionalizada não apenas enquanto ong, mas como um conjunto de associações filantrópicas, religiosas, empresariais, etc. começa a ser reconhecida na sociedade brasileira como o chamado *terceiro setor*, que começa a se responsabilizar e a ser responsabilizado pelas respostas a determinados problemas sociais, bem de acordo com o preceito da política neoliberal de desresponsabilização cada vez maior do Estado com relação, sobretudo, às questões sociais.

Além disso, pela visibilidade adquirida pelas ongs que tiveram um compromisso com o processo de democratização da sociedade e com a construção de algumas alternativas a impasses que estavam colocados na mesma, o próprio campo das ongs se complexifica nesta década, não apenas na divisão em vários sub-campos, mas também, como bem demonstrou Sposatti (s/d), no compromisso ético-político estabelecido pelas mesmas com relação ao Estado e a sociedade.

Se antes havia certa identidade, em especial ético-política, entre aquele grupo identificado por Landim (1993) como *pioneiras*, vemos que esta identidade se dilui na

década de 90. Como as demais instituições existentes na sociedade, temos hoje *ongs* e *ongs*, com os mais variados objetivos, propostas e compromissos.

Talvez, essa diversidade/complexidade também tenha contribuído para a própria desarticulação entre as *ongs*, uma vez que, como adquirem diferentes perfis, a identificação de *aliados* no próprio campo das *ongs* passa a ser também mais difícil e a atuação de determinadas organizações, como aquelas caracterizadas por Sposatti como *lato-sensu*, coloca muitos daqueles compromissos ético-políticos em questão.

3.1 - Ongs e Estado: uma complexa relação

Uma das questões centrais surgidas na discussão sobre a sociedade civil, e evidenciada nas entrevistas realizadas neste estudo, é a sua relação com o Estado. Afinal, como bem disse Sader (1996), a discussão sobre a sociedade civil e, em seu interior, sobre as ongs, surge em meio à crise do Estado de Bem-Estar e, conseqüentemente, das políticas sociais, além do refluxo dos movimentos sociais, na década de 90, em contraponto à sua forte atuação na década de 80. Lembrando, mais uma vez, as palavras do autor vivemos a dicotomia das alternativas estatal/privado, *em que a primeira encarnaria todos os males possíveis e a segunda, sua redenção* (Sader, 1996).

É ainda no cenário da década de 90 que as ongs passam a ser vistas, por alguns, como “a alternativa” a determinadas questões e adquirem cada vez mais um caráter interventivo na sociedade. Vimos também que os problemas relativos ao financiamento dessas organizações podem contribuir para o seu perfil de intervenção na realidade social, uma vez que se vêem obrigadas a estabelecer *parcerias* com o Estado por uma questão, inclusive, de sobrevivência institucional. É ainda neste período que elas passam, por sua projeção na sociedade brasileira, e também talvez pelo já sinalizado refluxo dos movimentos sociais, a ser *quase sinônimo* de sociedade civil.

Diante dos questionamentos hoje colocados à atuação das ongs e de sua contraface, a visão de que nelas estariam as soluções para muitos problemas sociais, sobretudo para a crise do Estado de Bem-Estar, como, de certa forma, propuseram Arato e Cohen (1992), observamos que um dos pontos de análise fundamentais é a própria relação da sociedade civil com o Estado, especificamente, ou ainda, para continuarmos com os

termos de Arato e Cohen (1992), com a sociedade política, sobretudo no que tange às políticas sociais. Observamos ainda que o risco que se corre neste momento é o de cairmos novamente em uma polarização: tudo ao Estado ou tudo à sociedade civil, seja como problema, seja como solução.

Na verdade, o que esses novos tempos nos trazem, para além da crise do Estado e do ressurgimento da sociedade civil, é a complexidade de ambos. Como pudemos observar o próprio *Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua* ganha condições para se construir a partir de iniciativas de alguns setores do Estado. O discurso da cidadania, sinalizado por Vasconcelos (1999) e Sader (1996), nos permite observar que, frente à realidade atual, não podemos ficar paralisados diante do maniqueísmo do *tudo* ou *nada*, do Estado ou da sociedade, mas sim compreender a complexidade da realidade contemporânea e, como bem afirma Sader (1996), o que verdadeiramente está em jogo ao dicotomizar as alternativas. Para este autor, o discurso da cidadania pressupõe a criação de uma esfera pública na sociedade e se queremos efetivamente viver uma democracia social, devemos deixar o maniqueísmo e tudo o que ele oculta de lado.

As ONGs, como vimos até aqui, nascem dos movimentos sociais. A exemplo do que ocorreu no campo da criança e do adolescente, ao se institucionalizarem, de certa forma, essas organizações se enfraquecem politicamente. Como bem observou um de nossos entrevistados, a institucionalização traz um peso ao trabalho desenvolvido por determinados grupos, uma vez que apresenta inúmeras demandas que acabam por consumir o tempo e a energia de seus integrantes. Além disso, as ONGs surgem em maior número em um período de crise do Estado e de reordenamento dos financiamentos internacionais, fatos que colocam uma série de impasses à sua própria sobrevivência e às suas opções frente ao Estado.

O que é importante observar é a própria contradição das ongs terem surgido, se institucionalizado, se multiplicado e adquirido visibilidade na sociedade como um espaço de esperança em meio a uma série de limites, o que coloca também para elas muitas limitações e lhes traz a exigência de compreenderem a complexidade desses novos tempos para neles poderem existir e atuar.

Não se trata da defesa ou do ataque as ongs, uma vez que, como dissemos, há *ongs e ongs*. Trata-se, isto sim, de discutir um dos maiores desafios hoje colocados à sociedade brasileira que está intrinsecamente ligado ao próprio surgimento destas organizações em nossa sociedade: a criação da esfera pública. Compreender a atuação das ongs a partir desta linha de análise pode levar-nos ao entendimento que da mesma forma que o Estado não é uma questão apenas do Estado, mas da sociedade como um todo, a sociedade civil, aqui representada por esta pequena mas significativa parcela polêmica denominada *ong*, também o é:

Da gestação de uma esfera pública depende a construção de uma democracia no Brasil, onde a ditadura social mal se esconde por trás das igualdades jurídicas.

Os debates sobre as organizações não-governamentais se inserem nesta dinâmica - a de buscar soluções de ampliação da democracia e não de sua restrição - como forma de resposta ao esgotamento das formas tradicionais de representação da ação governamental. Pode-se considerar sua solução como um ponto de não-retorno ou como uma forma de descaracterização das responsabilidades governamentais. Pode-se pensá-las como formas alternativas de representação ou como formas de apoio à construção ou à reconstrução das organizações populares. De qualquer forma, esses debates partem da premissa da incapacidade e da falta de representatividades dos Estados atuais e de seus apêndices para dar conta da crise democrática que se generaliza pelo mundo afora.

Governantes tratam de criminalizar as organizações não-governamentais, fazendo coro com os que as acusam de receber recursos desproporcionais aos resultados dos trabalhos que desenvolvem. Procuram construir cortinas de fumaça para a criminosa ausência de políticas sociais por parte de seus governos, coniventes com a entrega dos espaços da periferia das grandes

idades para a benemerência criminosa dos narcotraficantes. Os que respondem a essas acusações parecem se preocupar com os recursos vindos do exterior, mas se calam totalmente a respeito do que acontece com os recursos arrecadados da população, cujo destino é outro que o da prioridade com as políticas sociais.

A crise das organizações não-governamentais não pode ser um tema das organizações não-governamentais, assim como a crise do Estado é um tema da democracia como um todo, de toda a cidadania, da sociedade no seu conjunto. A crise do Estado é apenas a ponta do iceberg da crise social, da crise do capitalismo. As organizações não-governamentais são elementos da busca de alternativas de solução democrática para a crise de nossos regimes políticos. Seu próprio financiamento não pode depender de recursos externos ou de outras opções aleatórias. Somente práticas como os orçamentos participativos podem deixar nas mãos da cidadania a decisão a respeito dos destinos dos recursos pagos pela própria sociedade, incluídos os recursos - e funções - que a cidadania decide entregar a entidades não-governamentais (Sader, 1996).

Podemos observar nas palavras do autor que o grande desafio colocado hoje à sociedade brasileira é a construção de uma esfera pública e que isto é tarefa tanto da sociedade civil quanto do Estado. No que se refere ao objeto específico deste estudo, as ongs que atuam na área da criança e do adolescente, e, indiretamente, as ongs de forma geral, podemos observar que o que está em jogo no cenário atual é o compromisso ético-político que estabelecem com a sociedade.

3.1.1 - Criação de uma esfera pública na sociedade: o grande desafio

Vimos, no decorrer deste trabalho, que, no campo da criança e do adolescente, se estruturou um movimento nacional a partir de ações pontuais, desenvolvidas por atores diversos em todos os rincões deste país, que procuravam fazer frente ao crescente quadro de exclusão social criado durante o regime ditatorial. Mas vimos também que é de alguns setores do próprio Estado, particularmente da FUNABEM, instituição que executava a política de atendimento à criança e ao adolescente e que começava a ser questionada pela sociedade, inclusive pelos próprios jovens que atendia, que surgem as condições objetivas para a consolidação do *Movimento*, com o encontro desses vários atores em palestras, seminários, etc. Esse fato, como bem demonstrou Vasconcellos (1999), ilustra as fissuras existentes no interior do Estado e a já complexa relação entre Estado e sociedade civil, expressa também na relação entre os funcionários do Estado e os beneficiários/usuários de suas ações.

A Constituição de 1988 garante à sociedade espaços de controle social, de formulação e de acompanhamento das políticas sociais. Na área da criança e do adolescente, esses espaços são garantidos pelo *Estatuto da Criança e do Adolescente*, uma lei complementar, elaborada a partir do artigo 227 da Constituição. No final da década de 80/início da de 90, aquelas ações que haviam se unido em um *Movimento*, além de começarem a se preocupar com a criação/ocupação dos espaços de controle social, preocupam-se também com o desenvolvimento de ações exemplares, que pudessem evidenciar alternativas de atendimento à criança e ao adolescente que não apenas sinalizassem a conquista dos direitos, mas que efetivamente os garantissem.

O Estado no Brasil, entretanto, em todas as suas esferas, apesar das “brechas” abertas por suas fissuras, possui historicamente características que se colocam como obstáculos à criação de uma esfera realmente pública na sociedade, tais como o seu uso pelas elites econômicas para fins privados, o clientelismo, a corrupção e os entraves burocráticos que constantemente derivam em abuso de poder, etc.

Hoje, lá se vai mais de uma década de ocupação dos espaços de controle social por representantes da sociedade civil. A relação com os representantes governamentais nesses espaços, como alguns estudos assim o demonstram (Camurça, 1994; Coêlho, 1999), não tem sido fácil. A ausência e a falta de participação dos representantes governamentais nos vários conselhos talvez seja uma das manifestações mais visíveis da falta de interesse na criação dessa esfera pública na sociedade por parte do próprio Estado. Por outro lado, as dificuldades no âmbito da sociedade civil, tais como a falta de articulação entre as várias instituições, a falta de participação das mesmas, com a sobrecarga de umas em detrimento de outras nos fóruns e conselhos, e a disputa entre elas, seja por prestígio, seja pela obtenção dos financiamentos, também ficam evidentes nas entrevistas e, por exemplo, no estudo de Camurça (1994), quando o autor analisa o papel das ongs na criação do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente no Rio de Janeiro.

Todas essas contingências traduzem o desafio colocado tanto para o Estado quanto para a sociedade civil na construção dessa esfera pública em nossa sociedade. Os vários estudos sobre os conselhos e as experiências do orçamento participativo no país, no entanto, ilustram, por outro lado, o fato de que apesar de todas as adversidades existentes, avanços rumo à criação dessa esfera já foram conquistados. Ampliar esses espaços, com a participação efetiva da sociedade nos mesmos, e criar novos espaços de

discussão e de participação são tarefas que devem pautar as ações daquelas organizações não-governamentais que têm um compromisso ético-político com a sociedade e com o Estado.

Como já foi mencionado em um momento anterior neste estudo, José Murilo de Carvalho (1995) demonstrou muito bem como a sociedade brasileira se relaciona historicamente com o Estado e as implicações deste tipo de relação à cidadania no país. Poderíamos dizer, pelo referido estudo, que a sociedade brasileira quando se relaciona com o Estado, constituído em seus três poderes, o faz diretamente com o Poder Executivo, é a ele que o povo recorre e é nele que a população deposita suas esperanças, fazendo com que o brasileiro acredite sempre em um “salvador da pátria”.

Carvalho (1995) atribui essa crença à inversão da pirâmide dos direitos existente na sociedade brasileira. Enquanto em países como a Inglaterra e a França os direitos foram conquistados, e não concedidos, nesta ordem: direitos civis, direitos políticos e direitos sociais; no Brasil, os direitos foram concedidos em ordem inversa, devido a práticas populistas e clientelistas existentes no âmbito do Estado. Isso faz com que o brasileiro supervalorize o Poder Executivo, depositando nele toda a sua esperança de concessão de alguns direitos sociais, desconfie das práticas daquele Poder que deveria efetivamente representá-lo, o Legislativo, e praticamente desconheça a existência do Poder Judiciário, uma vez que a garantia dos direitos civis ainda é de difícil realização para amplos segmentos da população pela dificuldade de acesso destes mesmos segmentos a este último Poder.

As colocações de Carvalho nos fazem pensar na relação existente, desta vez, não mais entre sociedade civil e Estado, mas entre sociedade civil e sociedade política de forma mais ampla, na concepção de Arato e Cohen (1992). Em que medida as

organizações da sociedade civil se relacionam, por exemplo, com o Poder Legislativo? Se adquirem, na década de 90, um caráter cada vez mais interventivo na realidade social do país, levam para os beneficiários de suas ações algum tipo de informação sobre essa esfera do Estado e suas implicações em sua realidade? Em que medida se articulam com esse Poder, procurando efetivamente mudar as práticas existentes na sociedade?

Vale lembrar, como ficou claro em várias entrevistas, que no período de grande mobilização das ongs pela aprovação do ECA, esse canal de comunicação com o Poder Legislativo foi aberto, havia uma intensa comunicação entre a sociedade civil e o mesmo para a própria elaboração de propostas para a nova lei. Além disso, como também lembrou um dos entrevistados, o Movimento contou com o apoio de juristas para garantir alguns dos novos direitos às crianças e adolescentes que estavam nas ruas. Em que medida, as ongs hoje, com seu perfil de desenvolvimento das ações interventivas, deram continuidade à interlocução com o Poder Legislativo para o tratamento de uma questão tão crucial como o financiamento das ações? A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social do Rio de Janeiro, por exemplo, principal parceira das ongs que trabalham com crianças e adolescentes na cidade, recebe uma ínfima parte do orçamento da Prefeitura. Em que fóruns essa questão é discutida na cidade? É possível continuar as parcerias sem tratar deste assunto em espaços públicos de discussão?

E devemos lembrar ainda que a relação da sociedade civil com o Poder Legislativo passa, sobretudo, pela relação da mesma com os partidos políticos, uma vez que é a sociedade quem elege seus representantes. Sabemos que as práticas clientelistas revestem as escolhas de representantes da sociedade no Legislativo de um pragmatismo ímpar, fazendo com que se estabeleça a política do *toma lá dá cá*. No município do Rio

de Janeiro, por exemplo, a presença de vereadores em ações interventivas em comunidades é uma prática constante. Vereadores comprando ambulâncias para associações de moradores, como se estas fossem resolver a questão da saúde nas comunidades, implantando postos de saúde precários nas mesmas, financiando projetos com crianças e adolescentes, enfim, desenvolvendo ações que longe de garantirem efetivamente políticas sociais públicas para as comunidades, caracterizam-se como micro-ações que mais parecem caricaturas das atribuições do Poder Executivo, exemplificando que esses políticos têm a exata dimensão do significado simbólico do Executivo para a população.

Talvez, a principal informação que fuja à população seja a de que enquanto desenvolvem essas micro-ações, esses mesmos políticos, no momento de exercerem sua efetiva função de representação no Legislativo, por suas vinculações partidárias, que implicam em projetos de sociedade, acabam por votar contra as comunidades empobrecidas, como quando votam cortes nos orçamentos da saúde, da educação, da assistência social, etc. Estas ações acabam impunes, por não serem percebidas pela grande maioria da população, que delas nem chega a tomar conhecimento.

Se pensarmos na atuação da sociedade civil de forma mais ampla e, especificamente, na atuação das ongs, devemos nos perguntar em que medida percebem essas práticas e atuam sobre elas no cotidiano de suas ações interventivas, uma vez que, como foi demonstrado no estudo de Arato e Cohen (1992), na própria relação entre sociedade civil e Estado, a sociedade civil precisa da intermediação da sociedade política, sobretudo dos partidos, para a efetividade de suas ações.

O Poder Executivo, por sua vez, como aqui também ficou demonstrado, já reconhece nas ongs um espaço de legitimação de suas ações e as procura/solicita para a

execução das mesmas. Como ficou evidente nas entrevistas, a sociedade civil, por si só, não dá conta dessa relação com o Estado e acaba sucumbindo a suas pressões. Talvez seja o momento das ongs observarem que a sua falta de articulação com outros segmentos da sociedade política contribua para a sua fragilidade frente ao Estado e talvez seja exatamente este um dos principais motivos da despolitização e da desmobilização hoje evidenciadas no próprio campo das ongs.

3.1.2 - Alguns limites nas parcerias: dependência econômica, cooptação de lideranças, legitimação de ações

O Estado foi incumbido de criar, no nível municipal, um sistema de atendimento alternativo ao modelo até então existente e foi buscar nas ações desenvolvidas pelas ongs as formas alternativas de atendimento que, como vimos, haviam consubstanciado o próprio ECA. As ongs, por sua vez, a partir do ECA, não só por sua presença nos espaços de controle social, mas também pelo desenvolvimento das ações interventivas, começam a se relacionar, a partir da década de 90, de uma forma diferente e muito mais complexa com o Estado.

Considerando as contribuições de Vasconcelos (1999), Sader (1996) e Sposati (s/d), podemos observar avanços, impasses e desafios nas relações existentes entre as ongs, o Estado e a política de atendimento à criança e ao adolescente na cidade do Rio de Janeiro.

Na área da criança e do adolescente, as ongs surgem e se consolidam na sociedade brasileira a partir de uma já complexa relação existente entre Estado e sociedade civil. É a partir de questionamentos ao modelo então existente, surgidos também no interior do próprio Estado, o que evidencia que o Estado não pode ser

considerado como um *bloco monolítico*, além dos questionamentos da sociedade civil, que começa a se organizar em micro-iniciativas voltadas para a criança e o adolescente, que surgem as condições para a articulação de um movimento nacional que se configurou no MNMMR e que culminou com o ECA.

A mudança da própria legislação voltada para a criança e o adolescente no país, com a extinção do Código de Menores, e a participação das ongs nesse processo de mudança, como a participação das ongs da cidade do Rio de Janeiro, como ficou aqui demonstrado, já constituem, por si só, uma significativa contribuição das ongs para a política de atendimento à criança e ao adolescente.

Nos anos posteriores à promulgação do ECA, as relações entre Estado e sociedade civil se complexificaram ainda mais, em decorrência de uma série de fatores. Em primeiro lugar, representantes da sociedade civil e do Estado começam a trabalhar juntos nos espaços de elaboração e de acompanhamento das políticas públicas voltadas para a criança e o adolescente, os conselhos, o que estreita estas relações e as torna efetivamente mais complexas.

Em segundo lugar, a própria sociedade civil cobra do Estado a criação de um sistema de atendimento à criança e ao adolescente. O único modelo até então existente e implementado pelo Estado era o modelo massificante e desumanizante do internato, contra o qual todo o movimento que levou ao ECA havia lutado. O Estado foi buscar no âmbito das ongs um modelo alternativo de atendimento, trazendo para o seu interior, no município do Rio de Janeiro, um grupo de *ongueiros* para implantar um novo sistema de atendimento.

Os então representantes da sociedade civil, militantes combativos do MNMMR, *mudam de lugar*, migram para o Estado com um novo desafio. Certamente, tornam-se,

como foi visto, alvo de críticas, mas, como também vimos em várias entrevistas, é o fato desses representantes estarem lá que possibilita as parcerias entre as ongs e o Estado e a própria criação do sistema de atendimento à criança e ao adolescente hoje existente no município.

Com relação à efetiva contribuição das ongs para a política de atendimento à criança e ao adolescente existente na cidade, vimos também que o próprio Estado procura legitimar suas ações por meio das parcerias estabelecidas com organizações da sociedade civil. O grande impasse parece estar no resultado dessas parcerias. Teriam sido elas parte de um processo de cooptação, por parte do Estado, de esferas organizadas e reivindicativas da sociedade civil ou teriam sido a possibilidade da sociedade civil efetivamente ocupar aqueles espaços das fissuras existentes no Estado e transformar, de alguma forma e “de dentro”, a realidade existente, ou ainda, para não cairmos novamente nas dicotomias, ambas as coisas?

Este me parece ser um dos pontos cruciais que neste estudo apenas tangenciamos e que merece ser objeto de um estudo mais detalhado. Como, na prática, se dão essas parcerias? De que forma Estado e ongs estabelecem parcerias? É apenas o repasse de recursos às ongs para a execução das atividades ou inclui todo o processo de discussão sobre o desenvolvimento das ações, sobre a mudança efetiva do paradigma de atendimento até então existente e a divisão de responsabilidades nesse processo de mudança? Quais são os atores eleitos por ambas as partes a partir do estabelecimento dessas parcerias? O Estado privilegia a discussão com diversas ongs e está realmente comprometido com a construção de novos modelos ou utiliza a parceria apenas como um artifício em seu processo de desresponsabilização pela execução de políticas públicas, como assim sinalizaram alguns de nossos entrevistados?

E as ongs, uma vez garantidos seus recursos a partir das parcerias estabelecidas com o Estado, continuam a priorizar as demais ongs enquanto interlocutoras sobre a construção de um trabalho alternativo ao modelo até então existente ou reduzem seu espaço de interlocução ao Estado? Como bem afirmou um de nossos entrevistados, as parcerias com o Estado estão se dando em ações específicas, mas as ongs desenvolveram, sobretudo no que se refere à arte-educação no campo da criança e do adolescente, um conhecimento a partir de suas práticas que não foi construído em uma relação de parceria com o Estado e nem foi apoiado pelo mesmo. Elas entregarão esse conhecimento produzido para que o Estado se beneficie de seus resultados ou usarão essas alternativas de trabalho construídas por iniciativa própria ao longo de anos como instrumento de pressão para a mudança de paradigma?

É legítimo o município do Rio de Janeiro hoje se apropriar das atividades de circo desenvolvidas pela ong *Se essa rua fosse minha* sem ter efetivamente dado contribuição alguma para as mesmas? É somente quando esse trabalho aparece nos jornais ou quando *meninos de rua* que por meio dele não são mais *meninos de rua* estão indo para a Noruega que a Prefeitura decide aparecer como parceira de um trabalho? O mesmo pode ser dito em relação ao trabalho desenvolvido pelo *Ex-Cola* e pelo *Afro-Reggae*.

Quanto ao *Se essa rua* e ao *Ex-Cola*, a parceria estabelecida com a Prefeitura garante indiretamente uma das condições para que o trabalho artístico seja desenvolvido, a moradia, mas não é o trabalho artístico em si o objeto da parceria. A moradia é uma das necessidades dos(as) meninos(as), não é a única. A parceria com a Prefeitura se estabeleceu nessa área porque essa é uma das prioridades da Prefeitura. Há equipamentos da Prefeitura geridos por ela própria ou em parceria com outras ongs que

não têm na arte-educação seu eixo de trabalho, que não oferecem, por uma série de motivos, esse tipo de alternativa a seus meninos e meninas. Ou seja, a Prefeitura não incorpora em suas ações interventivas um saber produzido no âmbito de suas próprias parcerias e não faz articulação entre as suas diversas ações voltadas para um mesmo segmento da população.

Sem nenhum juízo de valor, mas apenas como constatação e ilustração dos fatos, quando a Prefeitura oferece algum tipo de formação oferece as chamadas *oficinas profissionalizantes*, como padaria, salão de beleza, fábrica de vassouras etc. O que está implícito nessas opções quando são geridas pela própria Prefeitura? Formar mão de obra para o mercado? *Menino de rua* não precisa ser artista ou não precisa de formas criativas de expressão? Sem uma análise mais detalhada de como se dão essas parcerias se torna difícil explicitar os princípios da própria política de atendimento hoje existente na cidade.

O que também ficou evidenciado em todo esse trabalho foi o fato de que todo o processo e a nova forma de relação com o Estado levou a uma desmobilização das próprias ONGs. No que tange às ONGs que atuam com crianças e adolescentes em situação de rua, vimos que a própria preocupação com a criação/ocupação dos fóruns e conselhos enfraquece o *Movimento* e é até hoje um grande desafio. Talvez o tempo do próprio *Movimento* tenha passado e agora seja realmente o tempo de ocupar esses novos espaços de participação. Eles são, entretanto, espaços complexos. Os conselhos, por exemplo, são espaços onde se relacionam representantes do Estado e da sociedade civil e têm, muitas vezes, sido espaços de cooptação. Parece-nos que, novamente, o fato de deixar-se cooptar ou não pelo Estado é uma questão de escolha e de compromisso ético-político com a sociedade.

3.1.3 - As parcerias necessárias: complexidade do trabalho com “clientelas especiais” e serviços sociais de massa:

Além dos pontos anteriormente mencionados, vale observar, sobretudo no que se refere à criança e ao adolescente em situação de rua, que o Estado, por suas próprias características, como a centralização e a burocracia, aqui já sinalizadas, em contraponto às ações alternativas iniciais desenvolvidas no âmbito das ongs, que iam aonde as crianças estavam e no horário em que estavam (por exemplo, à rua no período da noite) talvez não tivesse condições de desenvolver um trabalho inicial de abordagem deste segmento da população excluída com a flexibilidade necessária ao trabalho com o mesmo a partir de sua própria realidade.

Foi esse conhecimento inicial que possibilitou o estabelecimento de uma relação com esse segmento da população em outros espaços fora das ruas, como as casas-dia, os abrigos e as casas de acolhida e talvez, pelas próprias características não só das ongs como do próprio Estado, esta relação não pudesse ser estabelecida sem a intermediação das ongs na criação do sistema de atendimento hoje existente no município. As limitações do Estado neste tipo de ação são inerentes ao próprio modelo no qual ele se construiu e são, certamente, contraditórias, uma vez que, diante de todas as dificuldades e adversidades enfrentadas pelos educadores sociais no espaço da rua, principalmente aquelas relacionadas ao quadro de violência aqui exposto, ao qual nenhuma ong isolada e nem o próprio *Movimento* conseguiram responder, talvez apenas o próprio Estado tivesse, em seus diferentes setores, como o de Segurança Pública, condições de resposta e não o fez.

De acordo com Murray (1988), o modelo fordista de produção, implantado também nos serviços sociais de massa, não dá conta da complexidade do mundo atual em todas as suas necessidades. Para o autor, como já foi apontado anteriormente, *nós precisamos aprender com o Pós-Fordismo as inovações organizacionais e aplicá-las em nossas estruturas públicas e políticas*. No Estado, isso significa redefinir seu papel e passar a adquirir um perfil de estrategista, inovador, co-ordenador e “apoiador” de produtores. Além disso, os serviços públicos deveriam mudar da padronização na universalidade para o serviço diferenciado, levando em conta o poder local, representado, sobretudo, pelos conselhos locais nas diversas áreas. As afirmações do autor estão diretamente relacionadas àquilo que Sader (1996) clama como a criação de uma esfera pública na sociedade:

Em resumo, precisamos de um novo modelo de economia pública, construído a partir de uma rede descentralizada, ainda que sinteticamente, de instituições integradas para uma estratégia comum e intervindo na economia no nível da produção, muito mais do que tentando planejar tudo de cima. (Murray, 1988).

Ao afirmar que *o papel fundamental em levar adiante este programa industrial deve ser cumprido pelos sindicatos*, o autor nos fala da necessidade dos sindicatos se repensarem a partir do novo modelo de produção. Diferente do que muitos advogam, para Murray, há uma alternativa e o que importa é nela incorporar as novas exigências colocadas por esses novos tempos: *Há uma alternativa, ela nasceu nos novos movimentos, nos sindicatos, nos governos locais nos últimos 20 anos. Dela pode sair uma alternativa socialista adequada à era Pós-Fordista* (Murray, 1988).

Bourdieu (1997), sob outra perspectiva de análise, também nos fala das limitações hoje existentes no interior do Estado para o desenvolvimento de ações na área social, sobretudo pelo que o autor denomina de *demissão do Estado* no exercício de

suas funções. É particularmente importante a observação feita pelo autor sobre os dilemas enfrentados pelos funcionários públicos diante de suas circunstâncias de trabalho, reforçando aquela idéia já apontada por Vasconcelos (1999) de uma aliança entre os funcionários do Estado e os usuários dos serviços sociais públicos:

Compreender que os funcionários dos escalões inferiores e, muito especialmente, os policiais e magistrados subalternos, assistentes sociais, educadores e até mesmo, cada vez mais, professores de todos os graus de ensino que estão encarregados de exercer funções ditas “sociais” - isto é, compensar, sem dispor de todos os meios necessários, os efeitos e carências mais intoleráveis da lógica do mercado - tenham o sentimento de estar abandonados, até mesmo desacreditados, nos esforços despendidos para enfrentar a miséria material e moral que é a única consequência certa da Realpolitik economicamente legitimada. Vivem as contradições de um Estado cuja mão direita já não sabe, ou pior, já não quer o que faz a mão esquerda, sob a forma de “duplas vinculações” cada vez mais dolorosas: por exemplo, como será possível não ver que a exaltação do rendimento, da produtividade, da competitividade ou, mais simplesmente, do lucro tende a arruinar o próprio fundamento de funções que não se exercem sem um certo desinteresse profissional associado, muito freqüentemente, à dedicação militante?

É a própria definição das funções dessa “burocracia de base” (street-level bureaucracy) que se encontra profundamente transformada - no campo da habitação, mas também alhures, por exemplo, em relação com o salário mínimo. Com efeito, a ajuda direta à pessoa toma lugar das antigas formas de melhoria dos serviços públicos, sendo que já foi mostrado que estas têm consequências completamente diferentes: em perfeita conformidade com a visão liberal, a ajuda direta “reduz a solidariedade a uma simples alocação financeira” e visa somente permitir o consumo. Passamos, assim, de uma política de Estado que visa agir sobre as próprias estruturas de distribuição para uma política que visa somente corrigir os efeitos da distribuição desigual dos recursos de capital econômico e cultural, isto é, para uma caridade de Estado destinada, como nos bons velhos tempos da filantropia religiosa, aos “pobres merecedores” (deserving poors). Com o enfraquecimento do sindicalismo e das instâncias mobilizadoras, as novas formas que a ação do Estado reveste contribuem para a transformação do povo (potencialmente) mobilizado em um agregado heterogêneo de pobres atomizados, “excluídos”, como são designados pelo discurso oficial; aliás, estes são evocados, sobretudo (senão, exclusivamente), quando “causam problemas” ou para lembrar aos beneficiados que se trata de um privilégio possuir um emprego permanente.

Esse desvio pelo Estado e suas decisões políticas é indispensável para compreender o que, atualmente, se observa “no campo”, isto é a situação precária em que se encontram os “trabalhadores da área social”, investidos pelo Estado (ou municipalidades) para garantir os mais elementares serviços públicos, principalmente em matéria de educação e saúde, as populações mais desfavorecidas dos grandes conjuntos habitacionais ou subúrbios, deixados cada vez mais em abandono pelo Estado. Esses funcionários refletem as contradições do Estado que são vividas, freqüentemente no mais profundo deles mesmos, como se fossem dramas pessoais: contradições entre missões, quase sempre desmedidas, que lhes são confiadas - principalmente em matéria de emprego e habitação - e os meios, normalmente irrisórios, que lhes são alocados; contradições, sem dúvida, as mais dramáticas, produzidas, em parte, pela sua ação, como as que resultam das esperanças e desesperos suscitados pela instituição escolar. (Bourdieu, 1997 : 218)

Pela própria natureza de seu estudo, Bourdieu refere-se aos funcionários públicos e suas colocações nos fazem identificar as dificuldades de atuação na área social dentro do Estado. As ongs certamente encontram estratégias diferenciadas, mais flexíveis, menos burocráticas para lidar com os conflitos emergentes do trabalho cotidiano. Gostaria apenas de ressaltar, resguardadas as devidas diferenças de atuação entre a área governamental e não-governamental, que neste último trecho da citação do autor, quando ele menciona a vivência de contradições pelos trabalhadores sociais quase como dramas pessoais, me parece estar a síntese das contradições do trabalho social como um todo, seja governamental, seja não-governamental. Remeto-me a um dos entrevistados neste estudo que falou dramaticamente da angústia vivida diante da pressão por respostas vinda dos meninos por ele atendidos e da impossibilidade de efetivamente respondê-las. Esse me parece ser mais um desafio relativo à criação daquela esfera pública na sociedade. Não se tem resposta para essa contradição, a *fábrica de excluídos*, com a complexidade e o desenvolvimento da sociedade, também não pára de crescer. Novamente, concordo com Sader (1996), quando diz que esse é um

desafio que é tanto do Estado quanto da sociedade civil. As colocações de Bourdieu, entretanto, remetem-nos à constatação de que a atuação cotidiana nesta dura realidade reveste-se de grandes desafios que não se resolvem em seu próprio âmbito, ou seja, que as micro-ações cotidianas, governamentais ou não, devem estar relacionadas à atuação no nível macro, nos espaços de elaboração das políticas públicas e a sociedade civil tem aqui um papel fundamental.

3.1.4 - Ongs e ongs: o que faz a diferença?

Estamos, até aqui, colocando o compromisso ético-político das ongs em relação à sociedade e ao Estado como o grande divisor de águas para os impasses colocados no âmbito das complexas relações existentes entre as ongs e o Estado. É hora de retomarmos a diferenciação feita por Sposati (s/d) entre *ong lato-sensu* e *ong strictu-sensu* para concluirmos que diante da complexidade atingida no próprio campo das ongs, há aquelas agrupadas entre as *strictu-sensu* que, mesmo tendo assumido um caráter mais interventivo na década de 90, têm efetivamente o compromisso com a construção de uma esfera pública na sociedade, apesar de todas as dificuldades enfrentadas no desenvolvimento de suas ações.

Com o propósito de distinguir as *ongs strictu-sensu* no elenco das associações sem fins lucrativos que hoje se apresentam como integrantes do chamado terceiro setor, Sposati procura definir suas ações, as quais, como pode ser observado, de forma alguma pretendem se colocar como “as alternativas” aos problemas sociais e trazem uma efetiva contribuição para a construção da esfera pública na sociedade. A autora parte da definição de *ong strictu-sensu* e passa à caracterização de suas ações, apontando também os efeitos das mesmas:

É uma forma organizada da sociedade civil de caráter não lucrativo, com legalidade e reconhecimento estatal regulamentados, que produz, através de parcerias e de recursos canalizados por projetos de financiamento de instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais, ações de:

- a) *vigilância dos direitos sociais através do controle de políticas públicas e da ação do Estado, contribuindo com a produção de análise, a sistematização de dados e a construção de referências para a sociedade estabelecer um projeto civilizador e qualificador da vida; (EFEITO AMPLIAÇÃO DO PODER DE CONTROLE DA SOCIEDADE CIVIL)*

b) representação da luta por direitos humanos junto à sociedade e ao Estado denunciando o modelo de exclusão, discriminação e apartação social, ocupando “novas arenas” na relação Estado/sociedade para negociar a agenda de inclusão desses direitos dentre os deveres públicos; (EFEITO AMPLIAÇÃO DO PODER POLÍTICO DA SOCIEDADE CIVIL NA EFETIVAÇÃO DE NOVO PROJETO SOCIAL)

c) produção de alternativas/projetos de qualificação de condições de vida que ampliem as relações de solidariedade entre os membros da sociedade, eliminem a discriminação e defendam o meio ambiente; (EFEITO DEMONSTRAÇÃO DE UM POSSÍVEL HISTÓRICO)

d) extensão da cidadania pelo trabalho de construção de novos representantes de segmentos excluídos para ocupar os novos espaços de representação da sociedade no interior do Estado: fóruns, conselhos, entre outras “arenas” de negociação; (EFEITO INTRODUÇÃO DE NOVOS SUJEITOS POLÍTICOS X TRÂNSITO DA SOCIEDADE CIVIL-SOCIEDADE POLÍTICA)

e) introdução de novo modelo de desenvolvimento com sustentação na lógica na defesa ambiental; sustentação cultural criando novas referências sobre os valores da civilização e da vida; sustentação política enquanto capacidade de estímulo à organização, solidariedade e representação; sustentação econômica gerando novas formas de trabalho e emprego (EFEITO NOVO PADRÃO DE DESENVOLVIMENTO COM DEFESA AMBIENTAL E DA JUSTIÇA SOCIAL)

f) incremento à solidariedade social enquanto defesa à responsabilidade social pelo bem comum na busca de articular esforços e recursos por meio de redes nacionais e internacionais (EFEITO REDE DE SOLIDARIEDADE)

g) fortalecimento ao poder local no reforço a novos métodos de gestão municipal como orçamento participativo, descentralização do poder (EFEITO FORTALECIMENTO DO PODER LOCAL) (Sposati, s/d: 6)

No subcampo das ongs que atuam com crianças e adolescentes, retomando a constatação de que há *ongs e ongs*, pode-se observar que há hoje aquelas ongs que desenvolvem suas ações interventivas junto a este grupo a partir de um compromisso ético-político com o mesmo, buscando o *efeito demonstração de um possível histórico*. Essas ongs se adequam a praticamente todos aqueles itens apontados pela autora, ou

seja, suas ações não se restringem àquelas junto ao seu público-alvo; elas estão nos fóruns, nos conselhos, nos espaços de capacitação, se comunicam e articulam com outras ongs, nacionais e internacionais, e a parceria com o governo é uma entre as suas diversas atividades, as quais lhe oferecem condições e legitimidade para enfrentar as dificuldades existentes em qualquer relação de parceria quando quer que estas comprometam seus princípios ético-políticos.

Há, entretanto, hoje, muitas organizações que desenvolvem parcerias com o Estado seja para sobreviver seja para crescer em tamanho, frentes de ação ou prestígio político. Identificar se determinado projeto se enquadra ou não em seu planejamento, em sua proposta política de atuação, não é uma condição sequer cogitada quando procuradas por integrantes do Poder Executivo para o estabelecimento desta ou daquela *parceria*, para o desenvolvimento de um projeto. Aqui, como dirá um de nossos entrevistados, o que se florea em parceria é efetivamente terceirização. Não é a ong que apresenta um projeto enquadrado em uma proposta e em determinados princípios de atuação ao Estado. É este que ou diz para a ong que precisa de uma organização para desenvolver tal projeto e esta o aceita ou, o que parece ainda pior, afirma que para desenvolver tal projeto necessita de uma ong que faça simplesmente a gestão administrativa e financeira do mesmo, ou seja, contratar e pagar profissionais, uma vez que o Estado nega-se a fazê-lo mas *não pode parar cem por cento*. Muitas ongs aceitam esse tipo de negociação, se responsabilizam por determinados projetos, sem ter a menor ingerência técnica ou política sobre os mesmos.

Como bem apontou Sader (1996), o caminho pelo qual essas parcerias se estabelecem não passam pelas esferas públicas enquanto espaços públicos de discussão da sociedade e de escolha da mesma, não é a cidadania que define onde devem ser

aplicados os recursos públicos. Algumas vezes, essas parcerias até chegam à aprovação em determinados conselhos, mas, diante do quadro de desmobilização política, parecem já chegar como fato consumado, ou seja, um determinado setor do Executivo faz a proposta a uma ong, acorda todos os detalhes da proposta com a mesma e a leva para o conselho como um fato consumado, apenas para aprovação, com todos os acertos já feitos para que a mesma seja efetivamente aprovada.

Certamente, esse tipo de prática que anda se reproduzindo nos próprios espaços de controle social tem um impacto nas políticas sociais, uma vez que o que se discute não é a proposta de uma determinada secretaria ou de um determinado governo para um determinado segmento da população e, dentro desta proposta, o referido projeto, mas sim um projeto pontual, desenvolvido por uma ong, já com estratégias previamente definidas de atuação e de aprovação. Nosso entrevistado se refere muito bem a este ponto quando menciona o recuo do Estado do âmbito das políticas sociais, dizendo que o Estado efetivamente recua mas que não pode se ausentar completamente e que nada melhor do que legitimar sua atuação com o desenvolvimento de ações pontuais realizadas em parceria (ou terceirização?) com ongs:

Do ponto de vista político, o que a gente tem percebido cada vez mais é que foi incorporada a retórica da parceria mesmo que os políticos ainda sejam os mesmos ou pelo menos as cabeças pensantes por trás são as mesmas. O staff, a linha de primeiro e segundo escalão conseguiram incorporar certos dirigentes, certas assessorias que estão acompanhando toda a discussão da área de assistência social, toda discussão da área das políticas sociais e conseguem imprimir no discurso, na retórica por trás das decisões políticas, a questão da parceria.

A terceirização não é mais terceirização, o nome era sempre um nome polêmico, o sindicato não gostava, eles sempre diziam que não era terceirização porque as entidades mantêm sua autonomia, o trabalho é pensado junto, é coordenado junto e etc.

Na prática, a relação com o Estado está um pouco pior do que era logo depois da Constituição de 88 porque todo aquele clima de ajuste econômico de cortes orçamentários sempre na área assistencial, claro, acabou dificultando cada vez mais a implantação das políticas sociais públicas.

Mas o Estado não pode parar cem por cento, sempre tem alguns projetos, só que o Estado não tem pessoal para implantá-los, o pouco pessoal que tem não é exatamente qualificado, não tem projetos e meios de preparação, de qualificação desse pessoal existente e nem tem disponibilidade para fazer novos concursos. Resultado: o Estado precisa cada vez mais das entidades para “executá-los”. Se, por um lado, não é apenas uma execução, é uma parceria no lado retórico; por outro lado, no lado prático, é cada vez menos parceria e cada vez mais execução, terceirização pura e simples, onde as entidades, se quiserem executar o projeto, precisam se adequar, se formatar a proposta que vem do governo.

Isso acontece na nossa experiência em todos os níveis – municipal, estadual e federal – mesmo esses níveis tendo administrações ligadas a partidos distintos, embora a ideologia supostamente fosse diferente, a prática administrativa vem sendo exatamente a mesma, se apóiam nas instituições como executoras, e não só como executoras mas também como legitimadoras – esse projeto tem a participação das instituições da sociedade civil, então é um projeto bom, é um projeto que não pode ser criticado porque, afinal de contas, os críticos estão nele e isso acaba, de alguma forma, nos fragilizando.

Desde que as ongs se tornaram um fato político na sociedade brasileira, não só como formuladoras mas também como executoras, eu acho que o momento nunca foi tão ruim quanto esse, pouco propício. (Entrevista T)

Diante da complexidade existente no próprio âmbito das ongs nos dias de hoje, há aquelas que diante de suas opções frente à sociedade se afinam com a proposta da terceirização em massa dos serviços prestados pelo Estado e que se sustentam a partir da mesma. Por outro lado, talvez esteja faltando àquelas ongs que mantêm um compromisso ético-político com a sociedade a devida mobilização para fazer com que essas práticas cheguem ao conhecimento da sociedade. Isso passa por fazer a crítica no interior do próprio campo e por deixar um certo *corporativismo* de lado, em nome da criação da esfera pública na sociedade. Cabe também à sociedade civil cobrar a

execução de projetos globalizantes, articulados uns com os outros, a partir da ocupação dos espaços de controle social.

Talvez o grande desafio colocado à sociedade como um todo nesses novos tempos, e sobretudo àquelas ongs caracterizadas por Sposati como *strictu-sensu*, seja assumir e identificar no âmbito das próprias ongs essas especificidades e opções frente à sociedade e ao Estado. Isso passa também pela observação e explicitação dos desafios existentes em suas ações, com o objetivo de submetê-los às esferas públicas de discussão.

Sistematizar, explicitar e debater as ações interventivas na realidade social excludente, fazendo com que essa realidade seja conhecida pela sociedade é uma tarefa eminentemente política. A mobilização e a articulação da década de 80 tinham características específicas em sua forma e conteúdo e conseguiram realmente, como vimos, conquistas importantes no âmbito dos direitos e da democracia. As ações das ongs se modificam na década de 90 e a dimensão política das mesmas assume novos significados. Isso não significa que essa dimensão deixe de existir. Parece que o que de fato ocorreu foi que essa dimensão, por questões internas e externas ao próprio campo das ongs, como a complexidade do próprio campo e a questão do reordenamento dos financiamentos, por exemplo, permaneceu obscura no interior do próprio campo.

Muitas das ongs do subcampo de crianças e adolescentes conseguiram, com suas ações, o *efeito demonstração de um possível histórico*, sinalizado por Sposati no item “c”, e o *efeito rede de solidariedade*, citado pela autora no item “f”.

Se tiverem, nesses novos tempos, a preocupação com a criação de uma esfera pública na sociedade, as ongs estarão, com suas ações, produzindo alguns daqueles efeitos caracterizados pela autora na sociedade, como os sinalizados nos itens “a”

(ampliação do poder de controle da sociedade civil), “b” (ampliação do poder político da sociedade civil na efetivação do novo projeto social) e “g” (fortalecimento do poder local).

A atuação com a infância que simboliza a *exclusão da exclusão*, alvo dos maiores preconceitos e atos violentos da sociedade, como o foi a Chacina da Candelária, em um espaço institucionalizado, traz ao trabalho cotidiano uma série de impasses de difícil solução. Parece que o grande desafio colocado às ongs que trabalham com crianças e adolescentes, após uma década de ECA, está na explicitação dos impasses existentes no desenvolvimento de ações interventivas e na articulação política para o enfrentamento dos mesmos, uma vez que se corre o risco da reprodução efetiva de velhas práticas travestidas de um novo rótulo junto a esse segmento da população.

Os direitos foram conquistados, garanti-los, com o desenvolvimento de ações interventivas que efetivamente marquem uma mudança na política de atendimento parece exigir uma articulação entre a sociedade civil, a sociedade política e a econômica, como bem demonstraram Arato e Cohen (1992).

A exclusão social deixa marcas nas vidas dos seres humanos que não são apagadas apenas com casa e comida, em especial quando falamos em seres humanos em fase de desenvolvimento. Conhecer essas crianças e adolescentes como efetivamente são passa necessariamente por trabalhar com as marcas deixadas pela situação de exclusão social em suas vidas no cotidiano do desenvolvimento das ações. Isso quer dizer que as soluções apontadas pela sociedade como aparentemente simples não necessariamente o são. Explicitar o que significa trabalhar com este segmento da população, formular metodologias de trabalho adequadas ao mesmo, e garantir, pela mobilização política, recursos que propiciem o desenvolvimento das mesmas parecem se constituir nos

principais desafios hoje colocados à garantia dos direitos conquistados com a nova legislação para a criança e o adolescente no país.

Explicitar o que está implícito no desenvolvimento de ações interventivas junto a crianças e adolescentes que vivem em um contexto de exclusão social parece ser um caminho profícuo à busca de algumas respostas aos impasses e desafios colocados as ongs que atuam nesta área.

No âmbito do desenvolvimento de ações interventivas junto a crianças e adolescentes no município do Rio de Janeiro, temos, na década de 90, realmente uma expansão das mesmas e, paralelamente, apesar das ongs terem continuado a ocupar os espaços de controle social, um recuo em todo o processo de mobilização/articulação da sociedade civil pelas questões relativas a este segmento da população. As parcerias estabelecidas com o município impulsionam esse perfil mais interventivo das ongs. Além dos problemas já apontados nessas relações de parceria, elas mudam também o perfil das intervenções realizadas pelas próprias ongs, uma vez que elas se deslocam do espaço da rua para o espaço das casas. O desenvolvimento de ações interventivas no espaço fechado de uma casa coloca novas exigências e desafios para as ongs, bem diferentes daqueles existentes no espaço da rua.

A conjuntura política e econômica da década de 90 retira das ongs muito do poder de negociação e de pressão que elas tinham anteriormente frente ao Estado, o que acaba por fragilizar aquelas organizações que efetivamente tinham em suas propostas as ações diferenciadas e nivelando as ações do sistema de atendimento hoje existente na cidade *por baixo*.

3.2 - Os impasses colocados às ações interventivas junto a crianças e adolescentes em situação de rua:

Observaremos agora o que está efetivamente em jogo no desenvolvimento de ações interventivas junto a crianças e adolescentes e as contingências deste tipo de trabalho tão bem apontadas por nossos entrevistados, sobretudo no que se refere àqueles casos identificados como *crônicos* ou *casquados* de rua, ou seja, os de solução mais complexa, que envolvem muito mais do que aquilo que o senso comum designa como alternativa à rua: casa e comida.

O caso aqui relatado talvez tenha sido um dos mais contundentes em meu processo de trabalho com crianças e adolescentes em situação de rua, um entre os muitos momentos de impasse vividos no cotidiano do trabalho, entre aqueles já sinalizados, que me levaram a pesquisa de doutorado. Como já afirmei anteriormente, não poderia deixar de levar em conta o conhecimento tácito que tenho deste tipo de trabalho. Tento aqui, ao relatar este episódio, explicitar claramente as implicações existentes no desenvolvimento de ações interventivas junto a crianças e adolescentes em situação de rua a partir da experiência vivida e sinalizar, a partir da reflexão sobre a mesma, com a possibilidade de algumas respostas a impasses colocados nesta área de atuação.

Coelho, um adolescente, freqüentava a casa-dia do projeto em que eu trabalhava. Em uma manhã de dezembro de 1993, ele chegou a casa, acompanhado por sua irmã e, como os outros meninos, tomou um banho e café da manhã. Enquanto os outros meninos envolviam-se nas atividades das oficinas desenvolvidas na casa, ele, repentinamente, decidiu ir embora. Pouco tempo depois, os demais meninos e os

educadores se deram conta de que o vídeo cassete, aparelho usado por todos os meninos e meninas que freqüentavam a casa, havia desaparecido. Coelho deixou de freqüentar o projeto por três meses aproximadamente.

Os educadores haviam conhecido-o há quase dois anos, em Copacabana. Ele se sobressaía no grupo por sua capacidade de liderança e pela habilidade e o talento que demonstrava nas atividades corporais, como o circo e a capoeira. Por essas qualidades, todo um trabalho vinha sendo especialmente feito com ele, principalmente pelos educadores da oficina de circo, para que ele pudesse freqüentar a Escola Nacional de Circo.

Naquele mesmo período, a possibilidade desse adolescente se tornar instrutor da oficina de capoeira foi objeto de discussão em uma reunião de equipe. Afinal, ele tinha todo um domínio técnico da capoeira e uma grande liderança no grupo, além, é claro, da questão crucial da sobrevivência ser bastante relevante. Receber a remuneração por um trabalho realizado poderia “resolver” uma série de questões em sua vida, tais como moradia, gastos cotidianos, etc. Ele poderia até voltar a morar com sua família, desta vez retornando para casa “de outro lugar”, como “instrutor de um projeto”. A situação foi longamente ponderada pela equipe. A participação na oficina de capoeira era uma possibilidade que atenderia a necessidades imediatas. No entanto, apesar da liderança sobre o grupo, e até mesmo por ela, em termos de maturidade e de preparação para o exercício de tal atividade, a equipe poderia estar adiantando um processo que posteriormente prejudicaria o próprio desenvolvimento desse jovem.

Ele tinha então 15 anos e havia estudado somente até a terceira série. Freqüentar a escola era um pré-requisito para ingressar na Escola Nacional de Circo. Além disso, esta escola lhe daria uma formação, a possibilidade de fazer uma carreira a partir de suas

potencialidades. Optou-se então pelo caminho da Escola Nacional de Circo. Condições para que ele pudesse freqüentá-la, tais como moradia e ajuda de custo para suas despesas cotidianas e materiais escolares, seriam viabilizadas.

Naquele mês de dezembro, no entanto, nos deparamos com este *acidente de percurso*. Final de ano, Natal, período de agitação nas ruas, período em que a rua, como dizia um dos educadores, ficava *nervosa*. Final de ano também traz um forte simbolismo: família, confraternização, *fechar para balanço* e, para aquele jovem especialmente, o Ano Novo significava uma efetiva possibilidade de mudança de vida. Exatamente naquele momento, ele furtava o vídeo da casa que freqüentava, do projeto que lhe acolhera e que estava viabilizando todas essas mudanças; vídeo esse usado também por seus companheiros de rua, que, sob rígidas regras de convivência, não o perdoaram: ele deveria ser expulso, suspenso do projeto, diziam eles.

O fato também dividiu os educadores. Alguns justificavam o ato daquele jovem como necessidade de *queimar o seu filme* para não enfrentar uma situação completamente nova, de efetiva mudança de vida, em suma: medo; outros diziam que ele havia agido daquela forma porque sabia que era uma *estrela* e por não ter a menor consideração nem pelo projeto nem por seus companheiros de rua. Para este grupo, ele era o típico *malandro* e saberia se virar em qualquer lugar. Por isso, deveria ser desligado do projeto; caso contrário, seria um *mau exemplo* para os demais meninos e meninas, seu caso abriria um precedente para outros roubos e infrações.

Talvez, exatamente por ter consciência dessas divergências em torno de sua atitude, ele tenha sumido por três meses. No final desse período, o coordenador de outro projeto ligou para a coordenadora da casa (atividade que eu, naquele momento, exercia), dizendo que o jovem havia lhe procurado pedindo que intermediasse o seu retorno a

casa-dia, marcando um encontro entre ele e a coordenadora da casa. Encontro marcado, o jovem retornou a casa para uma conversa, arrependido, querendo voltar a freqüentar o projeto e reparar o seu erro. Eu lhe disse que ele não havia lesado a mim, mas ao projeto e a seus companheiros, que, até aquele momento, continuavam sem o vídeo e que a decisão não passava apenas por mim, mas também por eles e por todos os educadores.

Semanalmente, havia uma reunião com os meninos e uma com a equipe de educadores, o jovem participou da reunião com os meninos, se colocou e foi *perdoado*, com a condição de trabalharem, todos, para recuperar o vídeo para a casa. Uma das possibilidades então cogitada foi a coleta de latas para reciclagem. Todos se comprometeriam com a tarefa, recolheríamos latas para trocar por um vídeo. A decisão foi acatada pelos educadores e o jovem voltou a freqüentar o projeto.

Nenhuma das partes envolvidas no acordo conseguiu manter o trato feito: coordenação, educadores, meninos e meninas que freqüentavam a casa. Cada uma das partes tinha efetivamente as suas justificativas para o fracasso. Da parte da coordenação e dos educadores, havia uma avalanche de trabalho, as demandas eram muitas e pareciam, por vezes, gigantescas. O ritmo do trabalho soava esquizofrênico, cada menino/menina era um, com um caso, uma história específica que exigia acompanhamento e determinados encaminhamentos, os quais geralmente eram de difícil execução. Resgatar um contato com a família, sair da rua, voltar a estudar, recuperar certidão de nascimento para *voltar a existir*, alguns sequer sabiam sua própria idade ou a data de seu nascimento, fundamentais, para os(as) próprios(as) meninos(as) à sua identidade. Além disso, havia as demandas de um projeto financiado, sobretudo, por agências internacionais: prestação de contas, relatórios, visitas, eventos, etc. Em um

abrir e fechar de portas podia-se ir do cúmulo da precariedade ao máximo da sofisticação!

Da parte dos meninos e meninas havia a descontinuidade: eles moravam, em sua maioria, nas ruas. Como recolher latas e levá-las para a casa? Alguns a freqüentavam todos os dias, outros não, perdiam o horário de entrada na casa porque passavam grande parte da noite acordados, eram presos de um dia para outro, a forma de entender um compromisso era extremamente diferenciada, esqueciam-se ou simplesmente não o cumpriam porque *não tinham que fazer nada*. Por outro lado, muitas vezes, cobraram a permanência daquele menino na casa. Como ele estava ali se havia roubado um vídeo? Era como se eles não tivessem a menor participação no fato dele estar ali, como se não tivessem participado dessa decisão.

O ano de 1994 passou com muitos acidentes de percurso como o que foi aqui relatado: pequenos furtos e depredação da casa, *surtos* de alguns meninos, constantes prisões. Aquele jovem? Continuou freqüentando o projeto e novamente se sobressaiu nas atividades desenvolvidas. Retomamos com ele a idéia da Escola Nacional de Circo. Estava tudo certo, combinado, encaminhado, para que o antigo projeto se concretizasse. Exatamente um ano depois, quando as coisas estavam para acontecer, esse jovem discute com uma das educadoras da oficina de circo e quebra a casa toda. Enquanto apedrejava os vidros das janelas da casa, recém reformada, as lágrimas desciam-lhe dos olhos. Novo impasse na equipe. Que fazer? Aquele caso, somado a outros tantos, exigia um posicionamento. Novamente, a equipe se dividiu, uns interpretavam a atitude daquele jovem como medo; outros exigiam punição, ele não poderia continuar freqüentando o projeto, já tivera todas as chances possíveis e não as aproveitara; afinal, ele já estava no projeto há três anos e não *resolvera a sua vida*.

Após muitas reuniões, discussões, embates entre a equipe e algumas *baixas* na mesma, a coordenação do projeto como um todo, da qual eu fazia parte como coordenadora da casa-dia, também se dividiu, ou melhor, eu acabei tendo que me posicionar a favor de uma parte da equipe e o restante da coordenação se posicionou a favor da outra. Iniciara-se, por volta deste período, o meu processo de saída do referido projeto e o meu processo de entrada para o doutorado.

O ano de 1994 foi intenso, a esperança, as expectativas de mudança encontravam-se como que anestesiadas. Eu era um poço de indagações: por onde caminhar, que fazer diante de todas as implicações de um trabalho dessa natureza no interior de uma casa? Onde estavam os outros coordenadores de casas e projetos? Talvez eles estivessem nas reuniões do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, mas eu não os encontrava, uma vez que, na divisão das tarefas da coordenação, eu não havia ficado com o Conselho. Era isso, o trabalho do projeto, por crescer, parecia se burocratizar cada vez mais. Por outro lado, eu também encontrava, com certa freqüência, com meninos de outros projetos nas ruas. Meninos que haviam passado por todas as etapas de trabalho: rua, casa-dia, casa de acolhida. Saíram das ruas, moravam em uma casa, estudavam, trabalhavam e, de repente, estavam novamente nas ruas, sujos, cheirando cola, roubando...

O caso do Coelho evidenciava o fato de que a construção de um conhecimento sobre esse tipo de intervenção, a consolidação de uma metodologia que efetivamente partisse da realidade dos meninos e meninas atendidos, levando em conta, sobretudo, os impasses colocados neste tipo de trabalho, explicitando-os, apesar de algumas produções existentes sobre o assunto, parecia se constituir ainda em um grande desafio.

Como pôde ser observado, o desenvolvimento de ações interventivas junto a crianças e adolescentes em situação de rua coloca dilemas metodológicos ao trabalho que ainda não foram suficientemente explicitados e que, como bem observaram alguns de nossos entrevistados, exigem, talvez pelas próprias trajetórias de vida dessas crianças e adolescentes, a criação de metodologias específicas. A criação dessas metodologias é fundamental, sob pena de, no trabalho que tem como objetivo a inclusão, reproduzirmos situações de exclusão, como o expulsa/não expulsa; suspende/não suspende, etc., o que também coloca dilemas éticos ao trabalho.

Ficou evidente, na parte das entrevistas relativas ao desenvolvimento das ações junto às crianças e adolescentes, que há um contingente de meninos e meninas em situação de rua que não fica em instituição alguma, como bem afirmou um dos dirigentes de ONG, há um determinado percentual do qual *ninguém dá conta*.

Esse fato deve ser publicamente assumido pelas ONGs, não para necessariamente *darem conta* da situação, como também afirmou um dos entrevistados, ao dizer que *tomamos para a gente a responsabilidade, mas não tivemos força para segurar o balaio*. Ele mesmo afirma, no entanto, que, por outro lado, não eram necessariamente as ONGs que tinham que dar todos os tipos de resposta. Isso é verdade, mas é, sobretudo, pelo compromisso ético-político com o Estado e com a sociedade que as ONGs devem explicitar o que está implícito neste *não dar conta* de determinadas crianças e adolescentes que vivem uma situação de exclusão social.

O próprio Estatuto diz, em seu quarto artigo, que:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade,

ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. (Lei N. 8.069, de 13 de julho de 1990; grifos meus)

Se as ONGs, a partir de suas ações interventivas, começam a efetivamente conhecer essas crianças e adolescentes e suas trajetórias de vida e, no conhecimento acumulado nesses quinze anos de ECA, constatam que há um contingente da população infanto-juvenil do qual nem a família, nem a comunidade, nem a sociedade em geral e nem o Poder Público dão conta, cabe a elas, na manutenção de seu compromisso ético-político com a sociedade, assumir e explicitar o fato de que, contrariamente ao que diz a Lei, nenhuma das partes tem cumprido o seu dever.

Ou seja, as ongs tiveram uma intensa mobilização pela aprovação de uma lei voltada para a criança e o adolescente no país, essa lei prevê a criação de um sistema de atendimento que garanta os direitos deste segmento da população, para que ele fosse criado, as ONGs estabeleceram parcerias com o Estado e procuraram desenvolver novas metodologias de trabalho que contribuíssem para a construção de um novo paradigma de atendimento. A explicitação dessas metodologias, em especial em seus desafios, pode ser, portanto, a grande contribuição das ONGs para que a sociedade se aproprie da garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes que excluiu.

O caminho inicial dessas organizações foi o do desenvolvimento de ações pequenas e exemplares, que pudessem ser incorporadas pelo próprio Estado no desenvolvimento de suas ações. Mesmo caracterizadas como pequenas, muitas dessas ações, por lidarem com essas crianças e adolescentes como efetivamente o são, não conseguiram *dar conta* de uma parcela do grupo atendido e também não conseguiram explicitar esse *fracasso*, o qual apresenta várias dimensões.

Por um lado, na medida em que essas organizações se institucionalizam, ou seja, saem do tipo de trabalho mais flexível e menos institucionalizado que era então desenvolvido nas ruas e migram para as casas, além de terem que arcar com um peso institucional maior, com a garantia da manutenção das próprias organizações, enfrentam novos impasses técnicos no desenvolvimento das ações junto aos meninos e meninas. Definitivamente, o trabalho desenvolvido no espaço da rua é bastante diferente daquele desenvolvido no espaço de uma casa.

O conhecimento acumulado sobre o desenvolvimento deste tipo de ação com crianças e adolescentes em espaços fechados restringia-se ao antigo modelo dos massificantes internatos e o que se pretendia, como foi dito, era a construção de alternativas a esse modelo. Sem um conhecimento aprofundado sobre este tipo de intervenção, sem profissionais qualificados e com adequadas condições de trabalho para as mesmas, as ONGs que migraram das ruas para as casas, ainda sem sistematizar suas ações e sem a devida reflexão coletiva sobre as mesmas, mas com dificuldades em manter a institucionalidade adquirida, sobretudo devido ou à retirada dos financiamentos ou à imposição de novas condições para a obtenção dos mesmos, foram ampliando suas parcerias com o Estado, aumentando o número de convênios com o mesmo.

Parece que ao invés das ONGs exercerem, com seu trabalho exemplar, uma influência nos trabalhos interventivos desenvolvidos pelo Estado, elas acabaram sendo pressionadas por ele, pelas agências de financiamento e pela sociedade como um todo, tendo os seus trabalhos *nivelados por baixo* pelas novas contingências.

Aqui cabe, mais uma vez, um paralelo entre a Educação e esse tipo de atuação junto a crianças e adolescentes. Quando falamos no papel político do professor, por

exemplo, muitas vezes nos remetemos somente ao seu papel de mobilização política nos sindicatos e em outros espaços de pressão e de articulação existentes na sociedade e nos esquecemos de mencionar o seu papel político na sala de aula. Neste, o seu maior desafio é conseguir exercer sua atividade profissional com competência, ou seja, educar. Diante dos vários estudos hoje existentes sobre o fracasso escolar, vemos que um lado da tarefa política do professor é fazer o que efetivamente a escola pública de massas não quer ou não deixa que ele faça: educar.

Da mesma forma, podemos dizer que uma vez que as ONGs adquiriram esse perfil interventivo cada vez maior na realidade social na década de 90, o seu maior desafio político era trabalhar *de verdade* com essas crianças e jovens e explicitar esse trabalho, transformando em elementos de mobilização política as necessidades dele decorrentes.

Voltando à história do Coelho, há que se ter certo cuidado com a *patologização da pobreza* para não recair no esquema compensatório dos vários tipos de ação historicamente desenvolvidos na sociedade com crianças e adolescentes, seja no âmbito da assistência seja no âmbito da educação. O Coelho não era o *culpado* ou o *responsável* por se encontrar naquela situação, foi parar na rua pelas inúmeras dificuldades decorrentes das desigualdades sociais que marcaram sua trajetória de vida. Mas a situação de miséria traz com ela uma série de conseqüências à vida de crianças e adolescentes, como a violência, que, por sua vez, gera o medo, a insegurança, a agressividade; a falta de informação e a ignorância, a perda dos laços primários e mais significativos de sua existência, etc.

Lidar institucionalmente com essa realidade e com toda a sorte de *faltas* que ela produz em crianças e adolescentes exigem uma competência técnica que não está dada,

que parece ainda não ter sido escrita em lugar algum. Essas crianças e jovens encontram-se em uma situação-limite, a permanência na rua pode comprometer seu desenvolvimento físico, mental e afetivo, além de suas vidas estarem constantemente em risco. O trabalho cotidiano com esta situação-limite coloca exigências muito específicas aos profissionais diretamente ligados às ações interventivas junto a este grupo

Podemos correlacionar, apenas para efeito de identificação dos comprometimentos existentes para o trabalhador social neste tipo de atividade, o trabalho com essa situação-limite a outra situação-limite: a daqueles profissionais que têm que lidar cotidianamente com a vida e a morte.

‘A situação de trabalho suscita sentimentos muito fortes e contraditórios na enfermeira: piedade, compaixão e amor; culpa e ansiedade; ódio e ressentimento contra os pacientes que fazem emergir esses sentimentos fortes, inclusive inveja ao cuidado oferecido ao paciente’. De modo tocante, Menzies pontua sentimentos e ansiedades profundos e intensos que o trabalhador de um hospital enfrenta na sua rotina de trabalho, que se prende fundamentalmente em assumir os cuidados de pessoas doentes que por esta ou aquela razão não podem ser tratadas em suas próprias casas. A principal responsabilidade no exercício dessa tarefa costuma recair com maior intensidade sobre a equipe médica, diretoria técnica e, de modo mais contundente, sobre o serviço de enfermagem que deve prover de cuidados contínuos os pacientes ali internados, durante as vinte e quatro horas do dia, dia após dia, até o desfecho esperado, um amplo leque de possibilidades que vai da cura à morte. (Pitta, 1994: 61)

Como qualquer outra instituição, as ONGs também apresentam uma divisão de trabalho e, como nos hospitais, o que podemos observar é que o cuidado contínuo e cotidiano dos meninos e meninas recai sobre aqueles profissionais que são hoje chamados de educadores sociais. O perfil desses profissionais varia de instituição para instituição e, como se evidenciou nas entrevistas, tem passado por profundas modificações. Eles não necessariamente possuem uma formação específica para este

tipo de trabalho. Com a criação do próprio sistema de atendimento e a conseqüente ampliação do número de vagas para essa posição, passamos a encontrar uma grande diversidade que abrange desde psicólogos, pedagogos, professores, assistentes sociais, etc. atuando nesta posição até pessoas sem formação específica alguma.

Algumas instituições ou procuram dar uma espécie de formação em serviço a seus profissionais ou recorrem a cursos de formação de educadores que passaram a ser dados por algumas ONGs. Como nos relatou um dos responsáveis por esse tipo de capacitação, entretanto, a maioria dos educadores que buscam tal formação, o fazem individualmente, sem apoio institucional.

Em algumas instituições, inclusive nos equipamentos da própria Prefeitura, é comum encontrarmos pessoas sem formação que, por terem um *jeitinho* com as crianças e adolescentes, passam a ocupar esse cargo dentro das instituições.

Eu mesma, no decorrer do doutorado, trabalhei em uma pesquisa do Departamento de Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, fazendo entrevistas com crianças adolescentes em um dos equipamentos da Prefeitura. Nas duas primeiras semanas em que lá estive, deparei-me com um simpático porteiro. Na terceira semana, encontrei-o em uma das casas de acolhida existente no equipamento e perguntei-o o que estava fazendo lá. Ele me respondeu, feliz da vida, que havia sido *promovido a educador* porque *se dava muito bem* com os meninos e meninas de lá.

No âmbito das próprias ONGs, são normalmente os profissionais menos qualificados que têm um contato mais intenso com meninos e meninas. Na própria divisão interna do trabalho, aqueles que ou têm uma experiência acumulada com esse grupo ou que têm uma formação técnica específica ocupam cargos de direção/coordenação ou atuam como educadores em atividades específicas, como as

várias oficinas oferecidas. Aqueles que se incumbem de cotidianamente trabalhar as regras das casas e desenvolver atividades rotineiras, como o banho, as refeições, e a garantia de que os meninos e meninas estejam em atividades educativas, como as próprias oficinas, cursos ou escola são aqueles que são normalmente chamados de *educadores*.

Em algumas instituições, eles realmente desempenham um papel bastante significativo com as crianças e os adolescentes e são valorizados por isso. Em outras, como afirmou um de nossos entrevistados, eles são hoje aqueles que um dia já foram chamados de inspetores ou de monitores, pessoas que simplesmente garantem as regras e o funcionamento da instituição de acordo com as mesmas.

A prática do trabalho com crianças e adolescentes, entretanto, transforma atividades simples e rotineiras, como um banho ou uma refeição, em atividades educativas e, como bem demonstrou Pitta (1994) com referência ao hospital, esse tipo de atividade, quando desenvolvida com um público específico, traz uma série de demandas àqueles profissionais encarregados de executá-las diariamente que vão além da rotina do trabalho em si. No caso dessas crianças e adolescentes, o fato deste tipo de atividade estar sendo desenvolvida com elas por adultos no espaço de uma casa pode, em algumas circunstâncias, mexer muito com trajetórias de vida que, pela presença de adultos que cuidam, pode remeter à ausência materna e a uma série de privações afetivas pelas quais essas crianças e jovens passaram ao longo de suas vidas. Como bem demonstrou Winnicott (1995), essas privações podem desencadear uma tendência anti-social em crianças e adolescentes, que se manifesta em comportamentos como reações agressivas, mentiras e furtos. Para o autor, quando agem dessa forma, essas crianças e jovens estão efetivamente *pedindo socorro* a um adulto para lidar com suas histórias de

abandono e privação reeditadas e revividas pela situação de contato com adultos significativos que cuidam deles, que se importam com eles.

Tal circunstância pode exigir muito do educador, em termos de condições emocionais e técnicas para lidar com a mesma, e é bastante comum neste tipo de trabalho. Quantos educadores já não tiveram que lidar com o/a menino/a que não quer tomar banho ou que só toma banho se o educador estiver pacientemente junto? Ou com aquele/a que, à hora do almoço, sentado à mesa com os demais meninos e meninas, aproveita-se de um *senão* vindo ou de uma brincadeira de alguém ou de algum tipo de contrariedade, como ter que esperar a sua vez para ser servido, para jogar um prato de comida para o alto, na parede, ou em cima de alguém?

Recorremos mais uma vez a Pitta (1994) para observar as conseqüências existentes para o trabalhador social no desenvolvimento deste tipo de ação interventiva:

Esse contato constante com pessoas fisicamente doentes ou lesadas, adoecidas gravemente, com frequência, impõe um fluxo contínuo de atividades que envolvem a execução de tarefas agradáveis ou não, repulsivas e aterrorizadoras muitas vezes, que requerem para o seu exercício, ou uma adequação prévia à escolha de ocupação (refiro-me aos ajustes que o psiquismo de cada um estabelece para alcançar um grau mínimo de satisfação com as profissões escolhidas) ou um exercício cotidiano de ajustes e adequações de estratégias defensivas para o desempenho das tarefas. (Pitta, 1994: 62)

E a autora prossegue em suas observações, recorrendo a um estudo de Menzies, no qual este, procurando compreender a ansiedade decorrente deste tipo de contato, estuda os impulsos infantis e os relaciona à forma como os profissionais se defrontam, a partir de suas vivências primitivas, com determinados impasses. É interessante notar que, no âmbito do trabalho com crianças e adolescentes, muitos profissionais, volta e meia, mencionam o quanto o fato de lidar cotidianamente com o abandono vivido pelas

crianças os faz ter que lidar com suas próprias histórias de abandono. As instituições, entretanto, parecem ou não querer ou não poder, seja em termos da própria concepção do trabalho seja em termos de condições materiais mesmo, lidar com esta realidade e isto acaba por ocasionar uma fragmentação das ações desenvolvidas no âmbito de uma mesma organização.

Explico-me: por não terem condições institucionais, em termos de apoio à equipe e, a partir dele, encaminhamento de algumas ações, de lidar com essas questões, os profissionais acabam desenvolvendo estratégias individuais para lidar com os problemas que os tocam afetivamente, em suas próprias histórias de vida, que podem ir desde a rejeição mais profunda a uma determinada criança/adolescente, que pode acabar por inviabilizar a permanência do/a mesma/a na organização, até ao máximo de proteção, que pode culminar com uma tentativa de solução individual e não institucional para aquele/a criança ou adolescente.

Assim, é comum vermos educadores ou pregando o desligamento de um/a determinado/a menino/a da instituição ou levando-o/a para sua própria casa, consolando-se com o fato de que mesmo que não possa *resolver* os demais casos, aquele estará sendo *resolvido*. Até o dia em que há um impasse, em que aquele/a menino/a causa-lhe um problema e normalmente duas alternativas se colocam para educador e instituição: ou ambos se apropriam do problema e tentam resolvê-lo, aceitando institucionalmente o/a menino/a, mesmo que já não esteja mais sob a tutela do educador, ou rejeitam-no/a, por não terem condições de lidar com o tamanho do problema que acabaram contribuindo para criar e novamente o/a menino/a está nas ruas.

Esse voluntarismo, bastante característico deste tipo de trabalho, nos remete a outra dimensão do mesmo, a dimensão heróica, que coloca as alternativas nos

indivíduos e não nas instituições. Como pudemos observar no relato de nossos entrevistados sobre o tempo em que desenvolviam atividades nas ruas, por mais que estivessem vinculados a determinadas organizações, eles eram as referências para os meninos e meninas e a conjuntura àquela época acabava por exigir o compromisso, antes de tudo, pessoal com determinadas ações. Talvez também tenha sido essa dimensão heróica, em uma realidade tão violenta e excludente, que tenha dado um perfil carismático a determinados dirigentes de ONGs que atuam com crianças e adolescentes.

E o herói chega às últimas conseqüências, arrisca a própria vida pela causa que defende. A saída do herói parece também ser uma saída individual, é um risco, ele se lança a todos os perigos, e pode ter sucesso ou não. Parece-me que foi o que aconteceu com Volmer do Nascimento. Se ele tivesse sido um líder de um movimento, a causa e os riscos seriam coletivos. Mas ele foi o herói, por um determinado período, de um movimento, um herói que serviu ao MNMMR, que defendeu a sua causa, assumindo pessoalmente todos os riscos de suas ações. A equação entre o que era MNMMR e o que era Volmer do Nascimento, com a exata medida do que caberia ou não a cada uma das partes, parece não ter sido feita. No momento em que os riscos tiveram que ser assumidos, o herói respondeu individual e solitariamente a todos eles. Quem foi preso e respondeu a processo foi o Volmer do Nascimento. Quem é o Volmer hoje? Talvez mais um herói esquecido, que continua anonimamente a trabalhar com crianças e adolescentes no interior do Estado do Rio de Janeiro.

No âmbito da história que foi aqui contada, Volmer é um exemplo, mas Bezerra também foi ameaçado de morte e silenciado durante um período; Lúcia apanhou na rua; um educador foi cruelmente assassinado, ONGs e projetos importantes que tinham educadores heróicos ou lideranças carismáticas à sua frente acabaram. Esses fatos talvez

demonstrem o quanto essa atividade profissional ainda deve ser objeto de estudo e de reflexão. Trata-se de um trabalho social, desenvolvido com crianças e adolescentes, que precisa ter as efetivas condições para se realizar. Enquanto permanecer como um ato heróico de uns poucos indivíduos, saberemos que a sociedade ainda não se apropriou devidamente deste tipo de ação em todas as suas dimensões e, conseqüentemente, de suas crianças e adolescentes, como assim prevê o Estatuto que ela aprovou.

A sociedade cobra tanto do Estado quanto das ONGs que dêem conta da situação dessas crianças e adolescentes, afirmando que a rua não é o seu lugar. Assumir, antes de tudo, a existência desse contingente denominado como *casos crônicos de rua* talvez seja o primeiro passo rumo à busca de uma alternativa. Parece que esse contingente existe e que ninguém afirma publicamente sua existência ou se responsabiliza por ela. O próprio Estatuto diz que a criança e o adolescente são responsabilidade da família, do Estado e da sociedade como um todo, mas, como ficou demonstrado, por esse grupo ninguém se responsabiliza

Avanços foram conseguidos, o sistema de atendimento no município do Rio de Janeiro foi criado, mas se tanto os atores do Estado quanto da sociedade civil silenciam sobre o fato de que há um contingente de crianças e adolescentes que essas ações não conseguem atingir, acabam por ocultar a exclusão existente no próprio sistema e impossibilitar a construção de alternativas para este grupo, algumas delas, inclusive, vislumbradas a partir da própria prática junto ao mesmo, como as ações mais rígidas, caracterizadas por um de nossos entrevistados como “militarescas”, as quais, como afirmei, já foram experimentadas em outras épocas e contextos, como assim o demonstram as experiências de Makarenko (1991) e Winnicott (1995). Dizer que essas práticas teriam algum tipo de êxito em nossa realidade sem uma intensa reflexão sobre a

mesma seria precipitado. Há, no entanto, que se identificar as questões colocadas no trabalho junto a esse grupo especificamente e, a partir delas, construir estratégias de intervenção que possam com elas lidar. Como bem observa Faleiros, ao falar das ações no âmbito do Serviço Social:

As categorias e as estratégias de ação em Serviço Social são construções teórico-metodológicas que advêm da fecundação da teoria pela prática e da prática pela teoria e constituem um repertório profissional para a intervenção que não é deduzível de uma teoria abstrata, mas implica uma acumulação de experimentações controladas por um saber sistemático, combinando investigações quantitativas e qualitativas com as análises críticas das mesmas.

A prática profissional só deixará de ser repetitiva, pragmática, empiricista se os profissionais souberem vincular as intervenções no cotidiano a um processo de construção e desconstrução permanente de categorias que permitem a crítica e a autocrítica do conhecimento e da intervenção. A prática crítica não se reduz à mera aplicação do conhecimento que vem de fora dela, mas ela própria gera a necessidade de reformulação do conhecimento, e em cada situação é preciso uma hermenêutica, uma interpretação que alie os sentidos que se dão à prática e à análise das condições em que esta se realiza. As questões que se colocam nas situações singulares não podem reduzir-se a simples representação de cada agente mas precisam se inscrever em questões mais amplas para se ver como esta interpretação está se transformando, pois a prática coloca ao mesmo tempo o imperativo da transformação. Trata-se, pois, de interpretar o mundo na sua transformação e de transformá-lo na sua interpretação. (Faleiros, 1994: 12)

A partir das colocações de Faleiros, vemos que pensar os dilemas técnicos colocados no trabalho cotidiano com crianças e adolescentes em situação de rua implica também em rever o tipo de atuação frente a determinadas situações. Como também afirmou um de nossos entrevistados, que teorias e metodologias de trabalho são essas, para que tipo de criança e de adolescente são voltadas? Apenas a título de ilustração, vale lembrar uma passagem relatada por Makarenko (1991) em seu *Poema Pedagógico*,

quando ele relata as angústias vividas diante desta relação teoria e prática no início de suas atividades com jovens caracterizados como *delinqüentes* à época:

Quanto a mim, o resultado principal dessas leituras foi uma convicção firme, e, subitamente, não sei por que, fundamental, de que nas minhas mãos não existia nenhuma ciência nem teoria nenhuma, e que a teoria tinha de ser extraída da soma total dos fenômenos reais que se desenrolavam diante dos meus olhos. No começo eu nem sequer compreendi, mas simplesmente vi, que eu precisava não de fórmulas livrescas, as quais não poderia aplicar aos fatos de qualquer maneira, mas sim de uma análise imediata e uma ação não menos urgente.

Todo o meu ser sentia que eu tinha que me apressar, que não podia esperar nem mais um dia supérfluo. A colônia assumia cada vez mais o caráter de um “valhacouto”- um covil de ladrões. No relacionamento entre educandos e educadores cada vez mais se firmava um tom de permanente escárnio e baderna. Eles já começavam a contar anedotas obscenas diante das educadoras, exigiam grosseiramente que lhes servissem as refeições, atiravam pratos no refeitório, brincando ostensivamente com seus punhais finlandeses, e indagavam zombeteiros sobre as posses de cada um de nós:

- Sempre pode servir, estão sabendo... numa hora de aperto.

Recusavam-se decididamente a ir rachar lenha para as estufas e, na presença de Kaliná Ivánovitch, despedaçaram o telhado de madeira do galpão, o que fizeram com risadas e pilhérias bem-humoradas:

- Esta lenha vai bastar para o resto da nossa vida!

Kaliná Ivánovitch soltava milhões de fagulhas do seu cachimbo e só encolhia os ombros:

- Que é que se pode dizer a eles, esses parasitas? Tipos nojentos! Onde foi que eles aprenderam isso de quebrar construções? Por isso, os pais deles é que deveriam ir para o xadrez, os parasitas!

E por fim aconteceu: não consegui me manter na corda-bamba pedagógica. Certa manhã de inverno, sugeri a Zadórov que fosse rachar lenha para a cozinha. E ouvi a costumeira resposta alegre e zombeteira:

- Vai rachar você mesmo, vocês são muitos aqui!

Era a primeira vez que ele me tratava por “você”.

Ofendido e encolerizado, levado ao desespero e à fúria por todos os meses precedentes, levantei o braço e apliquei um bofetão na cara de Zódrov.

Bati com força e ele não se agüentou de pé e caiu sobre a estufa. Bati mais uma vez, agarrei-o pelos colarinhos, suspendi-o e o esbofetei pela terceira vez.

E percebi de repente que ele estava terrivelmente assustado. Pálido, as mãos trêmulas, apressado, ele pôs o boné na cabeça, tirou-o e colocou-o de novo. Eu ia na certa bater-lhe mais ainda, mas ele murmurou num gemido lamentoso:

- Desculpe, Antôn Semiónovitch...

(...)Voltei-me para eles e bati com o atizador no encosto de uma cama:

- Ou todos vocês vão já para o mato rachar lenha, ou desapareçam da colônia para o diabo que os carregue! E saí do dormitório.

(...)Passou-me pela cabeça o pensamento de que seria melhor não rachar lenha nesse dia - não colocar machados nas mãos dos educandos - mas já era tarde demais: eles receberam tudo que lhes cabia. Tanto faz. Eu estava pronto para o que desse e viesse, decidira que não entregaria minha vida de graça. No meu bolso ainda estava o revólver.

Fomos para a floresta. Kaliná Ivánovitch me alcançou e sussurrou, terrivelmente agitado:

- O que está havendo? Diga-me, por favor, por que é que eles estão tão mansos?

Fitei distraído os olhos azuis do pan e disse:

- A coisa vai mal, meu irmão... Pela primeira vez na vida eu bati em uma pessoa.

- Que horror, homem! - espantou-se Kaliná Ivánovitch - E se eles fizerem queixa?

- Bem, isto ainda não seria tão mau...

Para minha surpresa, tudo transcorreu às mil maravilhas. Trabalhei com os rapazes até a hora do almoço. Derrubamos no bosque uns pinheirinhos tortos. Os rapazes, de um modo geral, estavam enfezados, mas o ar gelado e fresco, a floresta bonita, enfeitada de enormes gorros de neve, o trabalho harmonioso do serrote e do machado fizeram a sua parte.

No intervalo, acendemos meio encabulados uns cigarros ordinários da minha reserva de fumo makhórka e, soprando fumaça na direção dos cumes dos pinhos, Zadórov de repente desatou a rir:

- *Mas essa é boa! Ha, ha, ha!...*

Era agradável olhar para a sua cara risonha e corada, e não pude deixar de responder-lhe com um sorriso:

- *O que é que é uma boa? O trabalho?*

- *O trabalho vai sem falar. O que eu quero dizer é o jeito como o senhor me deu aquela sova!*

(...) Almoçamos juntos, com brincadeiras e apetite, mas não fizemos menção ao incidente da manhã. Eu no entanto continuava me sentindo embaraçado, mas já resolvera não dar o braço a torcer e distribuí ordens muito seguro, depois do almoço. Vólokhov sorria, mas Zadórov me abordou com a mais séria das caras:

- *Nós não somos tão maus assim, Antôn Semiónovitch! Tudo acabará bem. nós compreendemos. (Makarenko, 1991: 24)*

A prática cotidiana junto a esses jovens colocou também a Makarenko dilemas técnicos e éticos frente ao trabalho. Como bater em um jovem? Aquilo era contra seus princípios e contra toda a teoria com a qual entrara em contato, além dele correr o risco de ser denunciado pelo próprio jovem. Aquele tipo de resposta à situação não estava escrito em lugar algum, mas, naquele contexto, foi a partir daquele limite dado pelo educador que seu trabalho pôde efetivamente ser iniciado.

Lembro-me que no dia em que o Coelho apedrejou a casa, pude perceber o quanto ele estava sofrendo com aquilo e o quanto a equipe estava sofrendo, era como se estivessem vendo todo um trabalho ir por água abaixo, sabiam que o Coelho estava encerrando suas chances com aquela instituição. Tínhamos um segurança na casa e eu dizia para o segurança *segurar o Coelho*, imobilizá-lo, e ele não o fez por medo, medo de um discurso que construímos com o trabalho, o de que não se bate, não se agride nenhuma criança ou adolescente. Isto é claro, está posto no próprio ECA e era contra todos os nossos princípios de atuação. Mas agredir é bastante diferente de dar limites, de

agir como um adulto responsável diante de uma criança ou adolescente que precisa, de alguma forma, ser *contido* diante de determinadas ações que podem vir a prejudicá-lo.

O segurança teve medo de ao tentar segurar o Coelho, acabar sendo agredido ou ter que agredi-lo. Eu não me sentia em condições físicas de fazê-lo, uma vez que ele era muito grande e forte. Em um determinado momento, consegui contê-lo, junto com um dos educadores da oficina de circo, e levá-lo para o chuveiro. Lá, falei rispidamente com ele, dizendo que daquela vez ele não ia ter que se afastar da instituição, que iria poder continuar freqüentando-a, que daríamos prosseguimento a todos os planos de matriculá-lo na Escola Nacional de Circo, que ele só não ia fazer isso se ele não quisesse e que esta seria uma opção dele, ele não ia poder responsabilizar a instituição por tê-lo afastado da mesma e inviabilizado seus planos. Ele então começou a chorar, chorou muito, dizendo que estava com muito medo.

Em um outro momento, com um menino bem menor, de onze anos, tive a oportunidade de contê-lo. Ao receber um *não* de um educador, o menino disse que ia quebrar a casa toda, eu disse que ele não ia não. Assim que ele ameaçou começar a quebrar a casa, eu segurei-o, ele começou a espernear, rolamos no chão e, em um dado momento, depois de muito tempo de embate, ele se colocou em posição fetal no meu colo e começou a chorar, chorou muito. Ele chorava e dizia que aquela não era a casa dele e que eu não era a mãe dele. Quando, enfim, pudemos conversar, ele me disse que havia ido procurar a sua mãe e não a encontrara, que os vizinhos disseram que ela havia se mudado. Ele estava freqüentando o projeto, não faltava um dia a casa, participava de todas as atividades, vislumbrara a possibilidade de *mudar de vida* e, de outro lugar, diferente daquele do *menino de rua*, procurara a sua mãe.

Lidar cotidianamente com essas situações coloca desafios enormes a qualquer equipe de trabalho. Como bem observou Winnicott (1995), o que aparece como uma tendência anti-social, ou, mais comumente, como um *desvio de comportamento*, pode ser um pedido de ajuda para resolver, com um adulto significativo, uma história primitiva de privação afetiva.

Trabalhar *de verdade* com essas crianças e adolescentes significa saber olhar essas trajetórias de vida, com elas aprender e a partir delas criar estratégias de ação. Caso contrário, estaremos apenas lidando superficialmente com as situações e não estaremos realmente desenvolvendo o que chamei na introdução deste trabalho de ações retrospectivas, ou seja, aquelas que realmente trabalham as trajetórias de vida e refazem caminhos, percursos não agradáveis, não concebidos socialmente como percursos de crianças e adolescentes em nossa sociedade e que acabam por também causar sofrimento aos profissionais que com eles entram em contato, talvez exatamente por mexerem com suas próprias trajetórias, com suas histórias vividas e escondidas de abandono.

O que quero pontuar é que esse tipo de trabalho exige a construção de uma competência técnica para o mesmo que ainda não está dada e que, por isso, necessita de produção do conhecimento neste campo, além do apoio à equipe para que consiga lidar com o sofrimento causado por este tipo de ação interventiva.

Muitas vezes, as demandas existentes neste tipo de trabalho fazem com que ele não tenha hora para terminar e exigem, do educador comprometido com o mesmo, um sacrifício de sua própria rotina de vida pessoal. Se uma das situações de conflito como as aqui relatadas acontece no final do dia, o educador não pode simplesmente dizer está na sua hora e que tem que ir embora. Ou ainda, como muitas vezes aconteceu, ao final

do dia, recebe-se uma ligação de que um/a determinado/a menino/a foi preso/a ou hospitalizado/a e deu o telefone da ONG como referência. Essas contingências inerentes ao próprio trabalho interferem diretamente nas rotinas dos profissionais e indiretamente em suas vidas pessoais. Muitos são pais e mães que também têm que dar conta da rotina de seus filhos e acabam por sacrificá-la em nome dessas contingências, o que causa sentimentos ambíguos em relação ao próprio trabalho, à instituição e aos meninos e meninas atendidos.

Este estudo pretendeu apenas indicar a necessidade da explicitação deste tipo de trabalho e de articulação política pelas questões existentes no mesmo, diante da modificação do perfil das ações desenvolvidas pelas ONGs, no âmbito do sub-campo da criança e do adolescente. Espera-se que o objetivo do mesmo tenha sido alcançado. O que fica evidente, entretanto, é a necessidade de estudos qualitativos que explicitem a especificidade dessas ações, avaliem seus impactos e estabeleçam uma relação que, na falta de outro termo mais adequado, chamo de pedagógica com a sociedade para compreender as trajetórias dessas crianças e adolescentes e se comprometer com ações interventivas que garantam o trabalho com as mesmas e, conseqüentemente, os direitos conquistados.

Não se trata de, mais uma vez, se utilizar do senso comum para lidar com velhas situações, criadas por esta mesma sociedade, com novas roupagens e novo discurso. Nesse sentido, as ONGs que mantêm um compromisso ético-político com a sociedade, pelas ações que desenvolvem e pelos espaços que ocupam na mesma, ainda têm um papel importante a cumprir. Certamente, não cabe e nunca coube a elas *segurar o balaio*, apesar de, no momento de grande mobilização e esperança, terem tido a ilusão de fazê-lo. Mas as ONGs que vêm trabalhando nesses quinze anos de ECA conseguiram

acumular um componente fundamental ao seu papel político nesses novos tempos: elas pegaram o balaio, conheceram o balaio, tiveram a coragem de lidar com ele, de descobrir o que estava dentro dele e se algum ator da sociedade civil teve a sensibilidade ou a humanidade para embalar o balaio com belas cantigas de ninar, despertando sonhos e desejos em crianças e adolescentes, foram as ONGs *strictu sensu* que o fizeram. Resta a elas, agora, passar esse conhecimento sobre o balaio à sociedade, para que ela possa dele efetivamente se apropriar.

Considerações Finais

*Todas as formas de conversa (a falada, a escrita e a gestual) são formas de um mesmo e interminável exercício e servem a uma única necessidade intelectual: a de dialogar com todo e qualquer ser humano, numa indistinção fraterna que, se por um lado, beira o amor à humanidade, por outro demonstra o poder social do uso público do raciocínio. A conversa, para Mário (de Andrade), frutificava uma edificante e pedagógica, incontável e abstrata confraternização universal, uma sociedade melhor. (Santiago, S. **Jornal do Brasil**, 10/10/93)*

4 - Considerações finais:

Caminhar a gente caminhou, temos uma série de problemas, o atendimento está despolitizado, não está havendo investimento na forma como deveria na formação, na capacitação e na remuneração dos profissionais; agora, que a gente caminhou alguma coisa, a gente caminhou... (Tiana Sento Sé, IBISS)

Acredito que as experiências vividas, quando relatadas, se transformam em histórias e podem ser rico objeto de reflexão, pois permitem a elaboração tanto por parte de quem as conta quanto por parte de quem as ouve, são coletivamente elaboradas. Não só no universo de trabalho com crianças e adolescentes, mas em vários outros talvez o que tenhamos é pouca disponibilidade para contar nossas histórias. Vivemos em um mundo extremamente competitivo, como aqui foi tantas vezes observado, e nele é muito mais próprio anunciarmos nossas vitórias. Nossas *derrotas*, ou melhor, nossas experiências mais contundentes, aquelas com as quais mais podemos aprender porque nos questionam, parecem mais difíceis de serem contadas.

No âmbito do trabalho com crianças e adolescentes em situação de rua, entretanto, a partir da própria pesquisa realizada na elaboração deste estudo, contar essas histórias e refletir coletivamente sobre elas são tarefas que se colocam como fundamentais à criação de metodologias efetivas de trabalho e a real garantia de recursos para a implementação das mesmas. Explicitar, tornar públicos, os desafios colocados neste tipo de trabalho, me parece ser, diante de tudo o que foi aqui exposto, o desafio político do desenvolvimento de ações interventivas em uma realidade de exclusão social.

Vimos que a possibilidade de mudança na política de atendimento à criança e ao adolescente existente no país começa a surgir na década de 80 e se concretiza no ano de

1990, com a promulgação do ECA. Completamos quinze anos de Estatuto e de ações que podem simbolizar essas mudanças. Não podemos, entretanto, nos esquecer que são apenas quinze anos em face de uma história de abandono, a uma história na qual, como foi aqui tantas vezes afirmado, a infância pobre não teve vez. Sem a explicitação daqueles impasses e a reflexão para a construção de metodologias que respondam aos mesmos, os trabalhos das ONGs nesta área, por melhores que sejam, continuarão sendo apenas um *verniz na porta da fábrica da exclusão*.

A mesma sociedade que produz a exclusão não tem a menor idéia de como se trabalha com ela, no sentido de um trabalho efetivo, que realmente refaça o caminho, com todas as suas idas e vindas, de volta da rua aos espaços concebidos como espaços de criança e de adolescente em nossa sociedade. E este é um desafio tanto do Estado, em seus diversos setores, quanto das ONGs. Em ambos os casos, pelas características e relações aqui apontadas, esse desafio talvez seja encarado por apenas alguns segmentos e/ou atores, diante da complexidade hoje existente nos dois espaços, mas é nesse enfrentamento que efetivamente concentra-se o caráter político das ações interventivas e a possibilidade da mudança.

A título de ilustração, assisti recentemente uma entrevista do atual secretário de desenvolvimento social da Prefeitura do Rio de Janeiro a um telejornal sobre um trabalho iniciado em setembro de 1999 pela Prefeitura com população adulta em situação de rua. O repórter, na entrevista realizada em abril de 2000, perguntava ao secretário: mas o programa foi lançado em agosto do ano passado, como é que o problema da população de rua ainda não foi resolvido? E toda a entrevista seguia neste *tom de limpeza das ruas*, como assim efetivamente quer e entende a sociedade.

No mês de junho, estive, por acaso, na ONG *Se essa rua fosse minha*. Fui participar de uma reunião para a realização de um seminário sobre população de rua. Para minha surpresa, na saída, encontrei com o Coelho, hoje um jovem de 21 anos. Após um abraço emocionado e uma rápida conversa, não me contive e perguntei ao coordenador o que ele estava fazendo ali. Ele me disse que o Coelho estivera a maior parte do tempo nos últimos anos na rua e que retornava a casa-dia pontualmente, para participar de algumas atividades de circo, mas que, recentemente, o jovem havia recebido a informação de que haveria um processo de seleção de artistas de circo na Escola Nacional de Circo para trabalhar nos Estados Unidos. Coelho foi, por conta própria, fazer a seleção e havia sido aprovado. Como não tinha recursos para viabilizar a documentação necessária para a viagem, como passaporte, etc., procurou a ONG, a qual, por sua vez, negociou com ele um apoio no que precisasse em troca de algumas aulas de circo e capoeira.

Contrapondo os questionamentos do repórter ao secretário com o desfecho da história do Coelho, podemos observar que o processo do Coelho não levou apenas oito meses, como quer o senso comum, mas sim oito anos. Considerando as idas e vindas, os altos e baixos e os impasses colocados em sua relação com a própria ONG, podemos dizer que mesmo tendo vivido toda uma história de privação que teve conseqüências drásticas em sua vida, se comparado com o tempo de uma criança/adolescente que leva uma vida considerada *normal* pela sociedade, o Coelho ainda está em uma situação de vantagem. Se pensarmos que conseguiu *dar conta de sua vida* em oito anos, quando, como foi dito em algum lugar deste estudo, os outros levam, no mínimo, onze.

Mas a sociedade e os financiadores talvez achem que oito anos é tempo demais. A ONG *Se essa rua fosse minha* continuou, mesmo que informalmente, em um ato de

desobediência e de coragem, trabalhando com o Coelho durante todos esses anos, mas, provavelmente, ele não entra/entrou em nenhum de seus dados estatísticos ou de prestação de contas nos últimos tempos, uma vez que para aqueles que exigem esses dados, o Coelho já havia sido considerado um *caso perdido*.

O que reina de fato no âmbito deste tipo de trabalho é a *política da limpeza das ruas* e o que se quer saber é quantos encaminhamentos para família, para abrigo, quantos documentos tirados, quantos mandados para a escola, para o mercado de trabalho, etc. São esses indicadores quantitativos que determinam a eficácia das ações e a famosa reintegração social, como se o que importasse fossem os resultados apenas e não os processos de cada um, para os quais esses indicadores não querem dizer absolutamente nada. Enquanto acredita nesses indicadores, engana-se a sociedade, pois a prática do trabalho demonstra a ausência de resultados imediatos e a existência de muitas *recaídas*, como aqui mencionou um de nossos entrevistados. Parece que não há na sociedade, entretanto, a menor disponibilidade para as recaídas, principalmente da forma como ocorrem, geralmente com a manifestação da tendência anti-social.

É claro que há aí um jogo político e econômico muito forte no qual os meios de comunicação exercem uma enorme força simbólica, como bem detalharam Bourdieu e Passeron (1992) e Champagne (1997). Esse senso comum que reina na sociedade com relação à população excluída foi historicamente construído em função de um poder material. É exatamente por isso que para além da mobilização e da articulação política em várias esferas da sociedade, há que se refletir sobre o caráter político da intervenção na realidade social em si, e isso se faz pela formulação da mesma em bases sólidas, com a reflexão teórica sobre ela e a explicitação de suas necessidades nas esferas públicas da sociedade.

Neste ponto, não poderia deixar de mencionar o papel e o compromisso da universidade com a realidade social cada vez mais excludente e as várias formas de intervenção na mesma. Pesquisar essas diversas e diferentes ações e explicitar suas práticas é tarefa não necessariamente e não somente das ONGs que trabalham com crianças e adolescentes, mas é fundamentalmente papel da universidade, em seu objetivo precípua de produção de conhecimento e de disseminação do mesmo na sociedade.

O desafio da produção de conhecimento sobre a realidade deste tipo de trabalho está posto para a sociedade como um todo e, particularmente, para a universidade. Cabe a ela se apropriar do conhecimento produzido na modernidade, como a produção de alguns autores mencionados neste estudo, para compreender determinados processos e, ao mesmo tempo, despir-se de *velhas verdades* para conhecer novas práticas e produzir novos conhecimentos que nos permitam não apenas compreender, mas também enfrentar os desafios e contradições colocados por esses *novos tempos*.

Habitamos uma sociedade marcada pelo acelerado desenvolvimento científico e tecnológico e lidamos, muitas vezes, em nosso cotidiano, com uma realidade de barbárie imposta pelo crescente quadro de exclusão social produzido por essa mesma sociedade. O enfrentamento desse quadro passa pelo resgate da humanidade dos indivíduos que nele se encontram, como ficou evidente na definição do próprio conceito de exclusão social aqui apresentado.

Como bem identificou Escorel (s/d), trata-se de um conceito eminentemente qualitativo, *cujá importância não advém do número que adscrive e sim das condições de existência humana que são delineadas*. Parece que há então uma enorme tarefa colocada à universidade nos dias de hoje, a de produzir conhecimento sobre as ações

desenvolvidas com aqueles que se encontram em situação tão complexa, as quais, por sua vez, diante de tal complexidade, como vimos, são de difícil execução.

No que se refere as ONGs, especificamente, talvez seja exatamente aquele seu caráter inicial - o político - que as distinguiu das demais instituições do hoje chamado terceiro setor no campo da assistência, da saúde, da educação, etc., que as tenha colocado como espaço de esperança na sociedade. Nesse sentido, as ONGs que atuam na área da criança e do adolescente cumpriram um papel. As ações desenvolvidas por vários atores espalhados pelo país constituíram um *Movimento* nacional que culminou com a promulgação de uma lei, com a visibilidade das questões relacionadas à criança e ao adolescente na sociedade e com mudanças qualitativas no desenvolvimento ações locais junto a este segmento da população.

No início da década de 90, por exemplo, não havia um sistema de atendimento à criança e ao adolescente na cidade do Rio de Janeiro. Lembro-me do início das atividades do *Se essa rua fosse minha* nas ruas, em 1992, quando se passava por situações extremamente difíceis, como o fato de não se ter um lugar para um menino atropelado, após ter sido devidamente medicado, dormir. O sistema de atendimento foi criado e, como bem disse um de nossos entrevistadas, com um modelo bastante diferente dos massificantes internatos, em cuja criação as ONGs foram de fundamental importância. Isto foi um avanço, uma conquista do próprio Movimento.

As adversidades, entretanto, prejudicaram o desenvolvimento de ações efetivamente alternativas por parte de um grande número de ONGs que determinassem mudanças realmente paradigmáticas no atendimento à criança e ao adolescente. Entre tais adversidades, podemos citar aquelas advindas do quadro de violência praticada contra crianças e adolescentes na sociedade, cujo emblema é a Chacina da Candelária; a

defesa da eficácia de *velhas práticas*, apregoada pelo senso comum; o fato das ongs, por questões conjunturais, que implicavam no próprio financiamento de suas ações, terem estabelecido parcerias prematuras com o Estado, sem terem aprofundado entre si certos consensos sobre o trabalho.

O momento que vivem as ONGs que trabalham com crianças e adolescentes é, como se evidenciou nas entrevistas, de refluxo e de ceticismo, o que implica, inclusive, na possibilidade de estagnação do próprio trabalho, limitando-o ao cumprimento de alguns pressupostos mínimos colocados no ECA e sinalizando também com a possibilidade de retrocessos implícita nas propostas existentes na sociedade de revisão da lei, uma vez que, novamente, com o pragmatismo do senso comum, *já se passaram quinze anos e os problemas não foram resolvidos*.

Recuperar a característica original obscurecida ao longo da década de 90, o caráter político, no novo perfil de atuação das ONGs, ou seja, no próprio âmbito do desenvolvimento das ações interventivas e, a partir daí, levar esse trabalho para os espaços de discussão na sociedade e de elaboração das políticas públicas é o desafio colocado àquelas organizações que mantêm um compromisso ético-político com a sociedade.

Mais do que a conquista jurídica de certos direitos, a sua garantia no desenvolvimento de ações interventivas, que levem em conta as trajetórias de vida das crianças e adolescentes atendidos em toda a sua complexidade, é o grande desafio que está posto as ONGs nos dias de hoje. Mesmo em meio a todas as adversidades existentes na história dessas organizações e da complexidade atual do próprio campo das ONGs e da relação das mesmas com o Estado, elas ainda se constituem como

espaços de esperança em nossa sociedade e se apresentam não como “o caminho”, mas como um dos caminhos para a construção de uma sociedade melhor.

Para que possam cumprir efetivamente seu papel na sociedade, no entanto, a partir de tudo o que foi exposto neste estudo, há que se fazer um balanço do próprio campo das ONGs e, dentro dele, do sub-campo daquelas que trabalham com crianças e adolescentes. Voltando às questões que estão hoje colocadas para as ONGs que trabalham com crianças e adolescentes, a partir das transformações ocorridas neste sub-campo das ongs, como o significativo aumento no número de organizações existentes e os mais variados objetivos e compromissos com o próprio trabalho, com a clientela atendida e com a sociedade como um todo, parece ser hora daquelas ONGs que se enquadram no grupo caracterizado por Sposati como *strictu-sensu*, em primeiro lugar, escolherem suas parcerias no interior do próprio sub-campo.

Assumir, antes de tudo, que o próprio campo das ONGs é heterogêneo, que há *ONGs e ONGs* e que nem todas têm o mesmo compromisso ético-político com a sociedade é a tarefa inicial. A partir daí, fazer as escolhas, por meio das afinidades eletivas, como bem sinalizou um dos entrevistados em um bate-papo após a entrevista, rumo à construção de um projeto social que vise a efetiva garantia dos direitos de crianças e adolescentes excluídos, levando em conta as determinações do novo perfil dessas organizações, esboça-se como um caminho profícuo ao enfrentamento dos impasses colocados por esses novos tempos e ao desenvolvimento de ações pelas ONGs que produzam efeitos na sociedade, como aqueles caracterizados por Sposati (s/d).

O contexto em que essas organizações atuam efetivamente mudou, tanto no nível macro, como o social, o político, o econômico, etc., quanto no nível micro, como o derivado da própria mudança dos espaços de atuação, da rua para a casa, o que,

conseqüentemente, transforma seu papel na sociedade. As ONGs adquiriram um caráter mais interventivo sim, mas isso não significa a inexistência da dimensão política em suas ações. Muito pelo contrário, os impasses colocados por esses novos tempos indicam a necessidade de articulação das inúmeras micro-ações no nível macro. Apenas coletivamente as organizações que têm o mesmo compromisso ético-político com a sociedade poderão fazer frente às questões que hoje lhes afetam diretamente, como a relação com o Estado, os financiamentos, a violência praticada contra crianças e adolescentes e o próprio desenvolvimento de suas ações interventivas.

Para que essas organizações possam realmente agir politicamente no âmbito do perfil mais interventivo adquirido ao longo da última década, parece, entretanto, que algumas questões apenas sinalizadas neste estudo devem se constituir em objetos de futuras investigações, sendo devidamente explicitadas, tais como:

As relações das ONGs com o Estado em seus vários poderes, sobretudo as parcerias estabelecidas no âmbito do Poder Executivo: como se dão; quais os critérios para sua realização; quais são os tipos de parceria existentes; quais são as atribuições de cada uma das partes envolvidas, etc., estabelecendo o impacto dessas parcerias na elaboração/execução das políticas públicas;

Os limites existentes na criação de uma esfera pública na sociedade brasileira: que práticas existentes na sociedade impedem a criação desta esfera e o compromisso com a mesma; como aqueles espaços de controle social, criados a partir da Constituição de 88, vêm sendo ocupados tanto pelos representantes governamentais quanto pelos não-governamentais; como se dá a implicação de outros atores na criação dessa esfera pública na sociedade, como, por exemplo, a universidade, qual tem sido a sua contribuição efetiva para a construção da mesma;

Como vêm sendo desenvolvidas ações interventivas com as mais variadas “tribos urbanas”, como assim identificou um de nossos entrevistados; qual é a relação existente entre essas tribos e a exclusão social, na definição adotada neste trabalho;

Sistematização e produção de conhecimento sobre as ações interventivas desenvolvidas com crianças e adolescentes pelas ONGs . Este parece ser, a partir do que foi aqui exposto, o desafio fundamental para que as ONGs se reapropriem de seu caráter político a partir da explicitação do trabalho interventivo;

Identificação do perfil dos profissionais que atuam com crianças e adolescentes tanto no âmbito das ONGs quanto no âmbito do Estado; sua formação, trajetória, a especificidade e as contingências de seu trabalho, visando o mapeamento das necessidades de formações técnicas específicas, a partir da própria realidade do trabalho;

Empowerment da sociedade civil, ou seja, buscar identificar, nas diversas ONGs que trabalham com crianças e adolescentes e nos espaços de controle social, em que medida os meninos e meninas atendidos por essas organizações passam a efetivamente ocupar espaços de participação na sociedade.

Finalizo este trabalho com uma observação sobre este último ponto tanto como objeto de discussão a ser aprofundada no âmbito das próprias ONGs quanto como relevante objeto de estudo. A partir das colocações de Arato e Cohen (1992), vimos que o que estava em jogo no ressurgimento da sociedade civil nos países da América Latina, após o regime militar, era a ampliação da sociedade civil. Vimos também, com Sader (1996), a necessidade da criação de uma esfera pública na sociedade brasileira, assim como vimos que esta é uma tarefa não só das ONGs, mas que também é uma das atribuições das organizações que mantêm um compromisso ético-político com a

sociedade, como bem demonstrou Sposati (s/d), ao colocar como uma das ações das ongs *strictu-sensu* a *extensão da cidadania pelo trabalho de construção de novos representantes de segmentos excluídos para ocupar os novos espaços de representação da sociedade no interior do Estado: fóruns, conselhos, entre outras “arenas” de negociação* (Sposati, s/d). Para a autora, essa ação tem como efeito a introdução de novos sujeitos políticos no trânsito entre a sociedade civil e a sociedade política.

Na área da criança e do adolescente, pelo protagonismo assumido pelas ONGs, como foi observado neste estudo, são principalmente elas que vão ocupar esses espaços de controle social. É comum ouvir nesses espaços brincadeiras de determinados representantes de ONGs que sinalizam que o que vem ocorrendo há dez anos aproximadamente é uma espécie de revezamento entre os mesmos na ocupação desses espaços. Se o desafio colocado inicialmente às ONGs na sociedade, enquanto organizações da sociedade civil, foi a ampliação da mesma, há que se perguntar *que sociedade civil* tem ocupado esses espaços, qual é a sua cara? A cara da grande maioria da população brasileira, apartada desses espaços de representação, não é necessariamente a cara dos dirigentes das diversas ONGs que ocupam os espaços de representação da sociedade civil, como os fóruns e conselhos.

Talvez seja hora das ONGs como um todo, mesmo com o relevante trabalho desenvolvido, se questionarem sobre o impacto de seu trabalho na ampliação da sociedade civil. Se o que se pretende é a garantia dos direitos e a cidadania, com a criação de uma esfera pública na sociedade, talvez um bom indicador do desempenho dessas organizações seja a verificação da ocupação desses espaços pelo público-alvo de suas ações.

Particularmente quanto à criança e o adolescente, podemos nos perguntar em que medida os então meninos e meninas passaram, em dez anos, a ser homens e mulheres atuantes e participativos nessas instâncias, levando para as mesmas *a cara da sociedade civil brasileira*? Esse é um dos efeitos do trabalho das ONGs como um todo, não apenas daquelas que atuam com crianças e adolescentes, que não pode ser esquecido, se o que se pretende realmente é a transformação da sociedade.

BIBLIOGRAFIA

- ABRANCHES, S. H. et alii. Política Social e Combate à Pobreza, Rio de Janeiro, Zahar, 1998.
- ADUAN, W. E. Da violência ao diálogo: a socialização de crianças num contexto de pobreza urbana, Tese de Doutorado, Departamento de Educação, Rio de Janeiro, Pontifícia Universidade Católica, 1993.
- ALAYÓN, N. Assistência e Assistencialismo - Controle dos pobres ou erradicação da pobreza?, São Paulo, Cortez, 1995.
- ALTOÉ, S. Infâncias Perdidas - O Cotidiano nos Internatos-Prisão, Rio de Janeiro, Xenon Ed., 1990.
- ALVES, Alda Judith. *O Planejamento de Pesquisas Qualitativas em Educação* , Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n.77, 1991.
- ARANTES, E. M. M.(Org.) A criança e seus direitos, Rio de Janeiro, PUC/RJ - FUNABEM, 1990.
- ARATO, A. *Ascensão, declínio e reconstrução do conceito de sociedade civil - Orientações para novas pesquisas* in Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, ANPOCS, N. 27, Ano 10, Fevereiro de 1995.
- ARATO, Andrew & COHEN, Jean. Civil society and political theory. Cambridge, The Mitt Press, 1992.
- ARIÈS, Philippe. História Social da Criança e da Família , Editora Guanabara, 2a. edição, Rio de Janeiro, 1981.
- BARBALET, J.M. A cidadania. Lisboa, Estampa, 1989.

- BAUDELLOT, C. *A sociologia da educação: para quê?* in Teoria e Educação. Porto Alegre, No. 03, 1995.
- BENJAMIM, Walter. Obras Escolhidas I - magia e técnica, arte e política, São Paulo, Brasiliense, 1987.
- BERGER, P. L. & LUCKMANN, T. A Construção Social da Realidade, Petrópolis, Vozes, 1993.
- BLACKBURN, R. (Org.) Depois da Queda - O fracasso do comunismo e o futuro do socialismo, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.
- BOBBIO, N. A Era dos Direitos. Rio de Janeiro, Campus, 1992.
- _____. Dicionário de Política, Brasília, DF, Editora Universidade de Brasília, 1995.
- _____. Liberalismo e Democracia, São Paulo, Brasiliense, 1995.
- BOURDIEU, P. e PASSERON, J.C. A Reprodução - Elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1992.
- BOURDIEU, P. et alii. A profissão de Sociólogo, Petrópolis, Vozes, 1999.
- BOURDIEU, P. Questões de Sociologia. Rio de Janeiro, Marco Zero, 1983.
- _____. Escritos de Educação, Petrópolis, Vozes, 1999.
- _____. A Miséria do Mundo, Petrópolis, Vozes, 1997.
- BRANT DE CARVALHO, M. C. & PEREIRA, I. *O protagonismo do movimento social de luta pela criança* in Revista Fórum DCA, Brasília, DF, Fórum DCA, 1993.
- CAMPOS, A. V. D. S. O menor institucionalizado: um desafio para a sociedade, Petrópolis, Vozes, 1984.

- CAMURÇA, Marcelo. CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE/RJ - Estado e ONG's - Uma parceria possível?, Rio de Janeiro, Projeto *Se essa rua fosse minha* e Fundação Fé e Alegria do Brasil, 1994.
- CARVALHO, J.M. Desenvolvimiento de la ciudadanía em Brasil (Segunda Parte) México, Fondo de Cultura Económica, 1995.
- CEDES. Caderno 33 - Educação e Multiculturalismo: Favelados e Meninos de Rua , Campinas, Papirus, 1993.
- COELHO, E. P. *Para comer a sopa até o fim* in Idéias/Ensaios, Rio de Janeiro, Jornal do Brasil, 03/03/91.
- _____. *A Utopia no mundo imperfeito*. in Idéias/Ensaios, Rio de Janeiro, Jornal do Brasil, 19/09/90.
- COHN, G.(org.) Weber. Coleção Grandes Cientistas Sociais, São Paulo, Ática, 1991.
- COLUMBUS. Brasil Criança Urgente: a Lei 8069/90 - O que é preciso saber sobre os novos direitos da criança e do adolescente, São Paulo, Columbus, 1990.
- COSTA, Antônio Carlos Gomes da. De Menor a Cidadão. Ministério da Ação Social. CBIA. Governo do Brasil. 1990.
- _____. Por uma pedagogia da presença, Ministério da Ação Social. CBIA. Governo do Brasil. 1991.
- _____ et alii. A criança, o adolescente, o município - Entendendo e implementando a Lei N. 8069/90, Brasília, Fórum DCA, 1990.
- COSTA, J.F. *Narcisismo em Tempos Sombrios* in FERNANDES, H. R. Tempo do desejo: psicanálise e sociologia, São Paulo, Brasiliense, (incompleta).
- COUTINHO, C. N. Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político, Rio de Janeiro, Ed. Campus, 1988.

- _____. Democracia e Socialismo, São Paulo, Cortez, 1992.
- _____. Marxismo e Política - A dualidade de poderes e outros ensaios, São Paulo, Cortez, 1994.
- _____. *Notas sobre cidadania e modernidade* in Praia Vermelha - Estudos de política e teoria social, Rio de Janeiro, Pós-Graduação da Escola de Serviço Social - DP & A, Vol. 1, N. 1, 1o. sem. de 1997.
- CUNHA, L.A. Anotações de aula, Curso de Sociologia da Educação, Faculdade de Educação, UFRJ, primeiro semestre de 1997.
- DaMATTA.R. Carnavais, Malandros e Heróis. Editora Guanabara. Quinta edição 1990. Rio de Janeiro.
- _____. *A Antropologia no Quadro das Ciências* in Relativizando: uma introdução à Antropologia Social, Vozes, Petrópolis, 1981.
- _____. A casa e a Rua. Editora Guanabara/Koogan S.A. Quarta edição. 1991. Rio de Janeiro.
- DAUSTER, Tânia. *Relativização e Educação - Usos da Antropologia na Educação*, Trabalho Apresentado no XIII Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, MG, 1989. (Mímeo)
- DIMENSTEIN, G. A guerra dos meninos - assassinatos de menores no Brasil, São Paulo, Brasiliense, 1998.
- DUARTE, L.F.D. *et alli. Vicissitudes e limites da conversão à cidadania nas classes populares brasileiras*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, N. 22, ano 8, junho de 1993.
- DUMONT, L. O individualismo - uma perspectiva antropológica da ideologia moderna. Rio de Janeiro, Rocco, 1993.

- DURHAM, Eunice R. *A Pesquisa Antropológica com Populações Urbanas: Problemas e Perspectivas* in Aventura Antropológica, Paz e Terra, São Paulo, 1988.
- EAGLETON, T. *Capitalismo, Modernismo e Pós-Modernismo* in Revista Crítica Marxista, No. 02, São Paulo, Ed. Brasiliense e Universidade Federal de São Carlos, 1996.
- ECO, Humberto. Viagem na Irrealidade Cotidiana. Editora Nova Fronteira. Oitava edição. 1984. Rio de Janeiro.
- ERIKSON, E. Identidade, Juventude e Crise, Rio de Janeiro, Zahar, 1972.
- SCOREL, S. *Clarificando os conceitos: desigualdade, pobreza, marginalidade, exclusão. O que significa exclusão social?, s/d (mimeo)*
- EVANGELISTA, J. E. Crise do marxismo e irracionalismo pós-moderno, São Paulo, Cortez, 1992.
- FALEIROS, V. P. *Serviço Social: Trajetórias e Estratégias* in Revista do Instituto Superior de Serviço Social, Lisboa, Ano IV, N. 9, 1994.
- FERNANDES, R. C. Privado porém Público - O terceiro setor na América Latina, Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1994.
- FERREIRA, A. B. H. Novo Dicionário Século XXI: o dicionário da língua portuguesa. Terceira edição revista e ampliada, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1999.
- FINKIELKRAUT, A. *Um mundo desocidentalizado* in A derrota do pensamento, Paz e Terra, 1987.
- FLÉCHA, R. *As novas desigualdades educativas* in CASTELLS, M et alii, Novas Perspectivas Críticas em Educação, Porto Alegre, Artes Médicas, 1996.
- FORQUIN, J-C. Escola e Cultura, Porto Alegre, Artes Médicas, 1993.

- _____. Sociologia da Educação. Petrópolis, Vozes, 1995.
- FORTUNA, F. *Ser Pivete* in Jornal do Brasil, Caderno B, 20/09/87.
- GEERTZ, C. *Uma Descrição Densa: Por uma Teoria Interpretativa da Cultura*. in A interpretação das culturas, Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
- GENTILI, P (Org.). Pedagogia da Exclusão, Petrópolis, Vozes, 1995.
- GIROUX, H. A. *O pós-modernismo e o discurso da crítica educacional* in SILVA, T. T. (Org.) Teoria Educacional Crítica em Tempos Pós-Modernos, Porto Alegre, Artes Médicas, 1993.
- GOHN, M.G. *Movimentos Sociais e Educação*. São Paulo, Cortez, 1992.
- _____. Os Sem-Terra, ONGs e Cidadania. São Paulo, Cortez, 1997.
- GRACIANI, Maria Stela Santos, *Educação Popular Produtiva como Alternativa para Meninos e Jovens de Rua* in Paixão de Aprender - Escola, Conhecimento e Cidadania, publicação trimestral da Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre, Porto Alegre, Outubro de 1993.
- _____. Pedagogia Social de Rua. São Paulo, Cortez, Instituto Paulo Freire, 1997.
- GRAMSCI, A. Os intelectuais e a organização da cultura, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1991.
- GUIRADO, M. A Criança e a FEBEM, São Paulo, Perspectiva, 1980.
- GUTIÉRREZ, F. Educação como Práxis Política, Summus Editorial Ltda, São Paulo, 1984.
- HARVEY, D. Condição Pós-Moderna, São Paulo, Loyola, 1992.
- HORKHEIMER, M. *Conceito de Iluminismo* in BENJAMIN, W., HORKHEIMER, M., ADORNO, T. W., HABERMAS, J. Textos Escolhidos, São Paulo, Abril Cultural, Coleção *Os Pensadores*, vol. XLVIII, 1975.

- HUYSSSEN, A. *Mapeando o pós-moderno* in HOLLANDA, H. B. de (Org.) Pós-modernismo e política, Rio de Janeiro, Rocco, 1992.
- IBASE, IDAC, ISER, FASE. *Marco de Referência, Projeto Se essa rua fosse minha*, Rio de Janeiro, 1994 (mimeo).
- IBGE. *Crianças e Adolescentes - Indicadores Sociais*, Rio de Janeiro, Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE, 1992.
- IMPELIZIERI, F. Crianças de rua e ONGs no Rio - Um estudo do atendimento não governamental, Rio de Janeiro, IUPERJ, 1995.
- IOSCHPE, E. B. (Org.) Terceiro Setor - Desenvolvimento Social Sustentado, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997.
- JAMESON, F. *Periodizando os anos 60* in HOLLANDA, H. B. de (Org.) Pós-modernidade e Política, Rio de Janeiro, Rocco, 1992.
- JELIN, E. *Construir a cidadania: uma visão desde baixo*, Lua Nova, N. 33, São Paulo, 1994.
- KOSIK, Karel. Dialética do Concreto, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995.
- LANDIM, L. *Para além do mercado e do Estado? Filantropia e cidadania no Brasil. Cadernos do ISER*. Rio de Janeiro, 1993a.
- _____ A invenção das ongs - Do serviço invisível à profissão sem nome, Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, UFRJ, 1993, 2 volumes.
- LARA, Luísa Castiglioni. Por que as crianças não gostam da escola? Cadernos de Educação Popular 12, Vozes, Petrópolis, em co-edição com NOVA, 1989.
- LEITE, Lígia Costa. A Magia dos Inveníveis - Os meninos de rua na Escola Tia Ciata, Petrópolis, RJ, Vozes, 1991.

- _____. *Referências Culturais e a Construção da Escola* in Cadernos CEDES 33 - Educação e Multiculturalismo: Favelados e Meninos de Rua, Campinas, Papyrus, 1993.
- LEITE, M. L. M. *O Óbvio e o Contraditório da Roda* in PRIORE (Org.). História da Criança no Brasil, Editora Contexto, Cedhal, Coleção Caminhos da História, São Paulo, 1991.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *Raça e História*. in Os Pensadores, São Paulo, Abril Cultural, 1980.
- LÖWY, M. As Aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen, São Paulo, Busca Vida, 1987.
- LUEDEMANN, Cecília da Silveira. Makarenko: A Escola como Coletividade, Dissertação de Mestrado, São Paulo, Pontifícia Universidade Católica, 1994.
- MAKARENKO, A.S., Poema Pedagógico, São Paulo, Brasiliense, 1987, 3 volumes.
- MARCONDES, D. *A crise de paradigmas e o surgimento da modernidade* in BRANDÃO, Z. (Org.) A crise de paradigmas e a educação, São Paulo, Cortez, 1995.
- MARSHALL, T. Cidadania, classe social e status, Rio de Janeiro, Zahar, 1967.
- McLAREN, P. *Pós-modernismo, pós-colonialismo e pedagogia* in SILVA, T. T. (Org.) Teoria Educacional Crítica em Tempos Pós-Modernos, Porto Alegre, Artes Médicas, 1993.
- MELLO e Souza, L. *O Senado da Câmara e as Crianças Expostas* in PRIORE (Org.). História da Criança no Brasil, Editora Contexto, Cedhal, Coleção Caminhos da História, São Paulo, 1991.

- MENDEZ, E. G. Liberdade, Respeito, Dignidade, Ministério da Ação Social. CBIA. Governo do Brasil. 1991.
- MENDEZ, E. G. & COSTA, A. C. G. Das necessidades aos direitos, São Paulo, Malheiros Editores, 1994.
- MONTEIRO, Elaine, Lendo com a boca e com o pensamento: A oficina de literatura como possibilidade de diálogo com crianças e adolescentes em situação de rua., Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro, Pontifícia Universidade Católica, 1995.
- MUÑOZ, Jorge Vicente (Org.) *Porque a vida...viver é um compromisso - Cadernos de Educação Popular 19*, Vozes, Petrópolis, em co-edição com NOVA, 1991.
- NETTO, J. P. Crise do Socialismo e Ofensiva Neoliberal, São Paulo, Cortez, 1995.
- NOGUEIRA, M. A. Educação, saber, produção em Marx e Engels. São Paulo, Cortez, 1993.
- _____. *O paradigma reprodutivista na Sociologia da Educação. Em Aberto*, Brasília, ano 9, n. 46, abr.-jun 1990.
- _____. *Sociologia da Educação - Dez Anos de Pesquisa*. Petrópolis, Vozes, 1995.
- O'DONNELL, G. *Estado, democratização e alguns problemas conceituais*, Novos Estudos, Cebrap, N. 36, São Paulo, 1993.
- ORTIZ, R. (Org.) Pierre Bourdieu, São Paulo, Ática, 1994.
- PATTO, Maria Helena, A produção do fracasso escolar, São Paulo, T.A. Queiroz, 1990.
- PASSETTI, E. O que é menor, São Paulo, Brasiliense, 1985.
- PEIRANO, M.G.S. *Os antropólogos e suas linhagens*, ANPOCS, 1990. (mimeo).
- PETITAT, A. Produção da Escola/Produção da Sociedade. Porto Alegre, Artes Médicas, 1994.

- PETRAS, J. *Intelectuais: uma crítica marxista aos pós-marxistas*, 1996 (mimeo)
- POPKEWITZ, Thomas S. Paradigma e Ideologia en Investigación Educativa, Madrid, Mondador, 1988.
- PRIORE, Mary del (Org.). História da Criança no Brasil, Editora Contexto, Cedhal, Coleção Caminhos da História, São Paulo, 1991.
- QUEIROZ, J. J. O mundo do menor infrator, São Paulo, Cortez, 1987.
- REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Lei N. 6.697 - Código de Menores, Brasília, DF, 10 de outubro de 1979.
- RIZZINI, I (Org.) O menor em debate, Rio de Janeiro, Cadernos de Cultura, Universidade Santa Úrsula, 1985.
- RIZZINI, I e WIIK, F.B. O que o Rio tem feito por suas crianças? Rio de Janeiro, A4mãos, 1990.
- RIZZINI, I. Assistência à Infância Pobre no Brasil, Rio de Janeiro, USU, 1993.
- RODRIGUES, J. A. (Org.) Durkheim, Coleção Grandes Cientistas Sociais, Vol. I, São Paulo, Ática, 1995.
- ROUANET, S. P. As razões do Iluminismo, São Paulo, Companhia das Letras, 1987.
- SADER, E. (Org.) Pós-neoliberalismo - As Políticas Sociais e o Estado Democrático, Rio de Janeiro, Paz e terra, 1995.
- _____. *Prefácio* in GONÇALVES, H. S. (Org.) Organizações Não Governamentais: solução ou problema?. São Paulo, Estação Liberdade, 1996.
- SCHNEIDER, L. Marginalidade e Delinquência Juvenil, São Paulo, Cortez, 1987.
- SÊDA, E. O novo direito da criança e do adolescente, Rio de Janeiro, Ministério da Ação Social, CBIA, Governo do Brasil. 1991.

- _____. Construir o passado - ou como mudar hábitos, usos, costumes, tendo como instrumento o Estatuto da Criança e do Adolescente, São Paulo, Malheiros Editores, 1993.
- SILVA, Hélio e MILITO, Cláudia, Voices do meio fio - Etnografia, Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1995.
- SILVA, T. T. *Sociologia da Educação e Pedagogia Crítica em Tempos Pós-Modernos* in SILVA, T. T. (Org.) Teoria Educacional Crítica em Tempos Pós-Modernos, Porto Alegre, Artes Médicas, 1993.
- _____. *A Sociologia da Educação entre o funcionalismo e o pós-modernismo: os temas e os problemas de uma tradição*. Em Aberto, Brasília, ano 9, n. 46, abr.-jun. 1990.
- SIMMEL, G. *A metrópole e a vida mental* in VELHO, O.(Org.) O fenômeno urbano, Rio de Janeiro, Zahar, s/d.
- SOARES, L. E. et alii. Homicídios dolosos praticados contra menores, no Estado do Rio de Janeiro (1991 a Julho de 1993), Rio de Janeiro, Projeto Se essa rua fosse minha (FASE, IBASE, IDAC, ISER), 1993.
- SOARES, M. Linguagem e Escola, São Paulo, Ática, 1994.
- SOUZA FILHO, R. Rumo à democracia participativa? - A Travessia do Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente, Dissertação de Mestrado, Coordenação de Pós-Graduação, Escola de Serviço Social, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1996.
- SPOSATI, A. & FALCÃO, M. C. A Assistência Social Brasileira: Descentralização e Municipalização, São Paulo, EDUC, 1990.
- SPOSATI, A. *et alii*. Os direitos dos (des) assistidos sociais. São Paulo, Cortez, 1995a.

- _____. Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras - uma questão em análise, São Paulo, Cortez, 1995b.
- SPOSATI, A. *A ética nas relações entre ongs, Estado e Sociedade* in Caderno Infantil N. 2, Pastoral da Criança, s/d. (incompleta).
- VALLADARES, L. e IMPELIZIERI, F. Ação Invisível - O atendimento a crianças carentes e meninos de rua no Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, IUPERJ, 1991.
- VASCONCELOS, E.M. *Políticas Sociais no Capitalismo Periférico*, Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, Cortez, 1999.
- _____. *Las funciones de la política social em el capitalismo* in BORGIANI, E. e MONTAÑO, C. (Orgs.). La Política Social Hoy. São Paulo, Cortez, 2000.
- VELHO, Gilberto. *Observando o Familiar*. in A Aventura Sociológica, Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
- VERDÈS-LEROUX, J. Trabalhador Social: prática, hábitos, ethos, formas de intervenção, São Paulo, Cortez, 1986.
- VIEIRA, L. Cidadania e Globalização, São Paulo, Record, 1998.
- VIOLANTE, M. L. V. O dilema do decente malandro, São Paulo, Cortez, 1983.
- WALZER, M. *Citizenship*, in Terence Ball *et alli*, Political Innovation and Conceptual Change, Cambridge, Cambridge University Press, 1989.
- WINNICOTT, D. W. Privação e Delinquência, São Paulo, Martins Fontes, 1994.
- YASBEK, M. C. Classes subalternas e assistência social. São Paulo, Cortez, 1996.
- ZALUAR, A. (Org.) Violência e Educação, São Paulo, Cortez, 1992.